This is a digital copy of a book that was preserved for generations on library shelves before it was carefully scanned by Google as part of a project to make the world's books discoverable online.

It has survived long enough for the copyright to expire and the book to enter the public domain. A public domain book is one that was never subject to copyright or whose legal copyright term has expired. Whether a book is in the public domain may vary country to country. Public domain books are our gateways to the past, representing a wealth of history, culture and knowledge that's often difficult to discover.

Marks, notations and other marginalia present in the original volume will appear in this file - a reminder of this book's long journey from the publisher to a library and finally to you.

Usage guidelines

Google is proud to partner with libraries to digitize public domain materials and make them widely accessible. Public domain books belong to the public and we are merely their custodians. Nevertheless, this work is expensive, so in order to keep providing this resource, we have taken steps to prevent abuse by commercial parties, including placing technical restrictions on automated querying.

We also ask that you:

+ *Make non-commercial use of the files* We designed Google Book Search for use by individuals, and we request that you use these files for personal, non-commercial purposes.
+ *Refrain from automated querying* Do not send automated queries of any sort to Google's system: If you are conducting research on machine translation, optical character recognition or other areas where access to a large amount of text is helpful, please contact us. We encourage the use of public domain materials for these purposes and may be able to help.
+ *Maintain attribution* The Google "watermark" you see on each file is essential for informing people about this project and helping them find additional materials through Google Book Search. Please do not remove it.
+ *Keep it legal* Whatever your use, remember that you are responsible for ensuring that what you are doing is legal. Do not assume that just because we believe a book is in the public domain for users in the United States, that the work is also in the public domain for users in other countries. Whether a book is still in copyright varies from country to country, and we can't offer guidance on whether any specific use of any specific book is allowed. Please do not assume that a book's appearance in Google Book Search means it can be used in any manner anywhere in the world. Copyright infringement liability can be quite severe.

About Google Book Search

Google's mission is to organize the world's information and to make it universally accessible and useful. Google Book Search helps readers discover the world's books while helping authors and publishers reach new audiences. You can search through the full text of this book on the web at `http://books.google.com/`

Esta é uma cópia digital de um livro que foi preservado por gerações em prateleiras de bibliotecas até ser cuidadosamente digitalizado pelo Google, como parte de um projeto que visa disponibilizar livros do mundo todo na Internet.

O livro sobreviveu tempo suficiente para que os direitos autorais expirassem e ele se tornasse então parte do domínio público. Um livro de domínio público é aquele que nunca esteve sujeito a direitos autorais ou cujos direitos autorais expiraram. A condição de domínio público de um livro pode variar de país para país. Os livros de domínio público são as nossas portas de acesso ao passado e representam uma grande riqueza histórica, cultural e de conhecimentos, normalmente difíceis de serem descobertos.

As marcas, observações e outras notas nas margens do volume original aparecerão neste arquivo um reflexo da longa jornada pela qual o livro passou: do editor à biblioteca, e finalmente até você.

Diretrizes de uso

O Google se orgulha de realizar parcerias com bibliotecas para digitalizar materiais de domínio público e torná-los amplamente acessíveis. Os livros de domínio público pertencem ao público, e nós meramente os preservamos. No entanto, esse trabalho é dispendioso; sendo assim, para continuar a oferecer este recurso, formulamos algumas etapas visando evitar o abuso por partes comerciais, incluindo o estabelecimento de restrições técnicas nas consultas automatizadas.

Pedimos que você:

- Faça somente uso não comercial dos arquivos.
  A Pesquisa de Livros do Google foi projetada para o uso individual, e nós solicitamos que você use estes arquivos para fins pessoais e não comerciais.

- Evite consultas automatizadas.
  Não envie consultas automatizadas de qualquer espécie ao sistema do Google. Se você estiver realizando pesquisas sobre tradução automática, reconhecimento ótico de caracteres ou outras áreas para as quais o acesso a uma grande quantidade de texto for útil, entre em contato conosco. Incentivamos o uso de materiais de domínio público para esses fins e talvez possamos ajudar.

- Mantenha a atribuição.
  A "marca dágua" que você vê em cada um dos arquivos é essencial para informar as pessoas sobre este projeto e ajudá-las a encontrar outros materiais através da Pesquisa de Livros do Google. Não a remova.

- Mantenha os padrões legais.
  Independentemente do que você usar, tenha em mente que é responsável por garantir que o que está fazendo esteja dentro da lei. Não presuma que, só porque acreditamos que um livro é de domínio público para os usuários dos Estados Unidos, a obra será de domínio público para usuários de outros países. A condição dos direitos autorais de um livro varia de país para país, e nós não podemos oferecer orientação sobre a permissão ou não de determinado uso de um livro em específico. Lembramos que o fato de o livro aparecer na Pesquisa de Livros do Google não significa que ele pode ser usado de qualquer maneira em qualquer lugar do mundo. As conseqüências pela violação de direitos autorais podem ser graves.

Sobre a Pesquisa de Livros do Google

A missão do Google é organizar as informações de todo o mundo e torná-las úteis e acessíveis. A Pesquisa de Livros do Google ajuda os leitores a descobrir livros do mundo todo ao mesmo tempo em que ajuda os autores e editores a alcançar novos públicos. Você pode pesquisar o texto integral deste livro na web, em `http://books.google.com/`

SA 5876.13.5

Harvard College Library

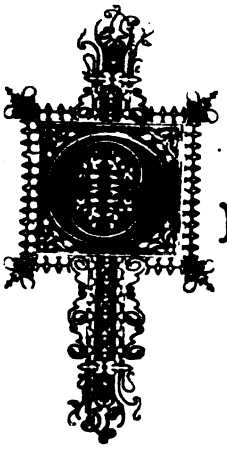
THE GIFT OF

EDWIN VERNON MORGAN

(Class of 1890)

AMERICAN AMBASSADOR TO BRAZIL

HURICO DE GOES



Os Symbolos Nacionaes

(Estudo sôbre a bandeira e as armas do Brasil)

SÃO PAULO

Escolas Profissionaes Salesianas

1908

OS SYMBOLOS NACIONAES

EURICO DE GOES

Os Symbolos Nacionaes

(Estudo sôbre a bandeira e as armas do Brasil)

SÃO PAULO

Escolas Profissionaes Salesianas

1908

EURICO DE GOES

Os Symbolos Nacionaes

(Estudo sôbre a bandeira e as armas do Brasil)

SÃO PAULO

Escolas Profissionaes Salesianas

1908

SA 5516.13.5

HARVARD COLLEGE LIBRARY
GIFT OF
EDWIN VERNON MORGAN
OCT. 22, 1915.

DEDICATORIA

Á memória daquelles que, pêlo espirito ou pêlas armas, engrandeceram o passado vivo do Brasil;

Ao exército e á marinha nacionaes, que amparam a nossa Patria no presente;

Aos estudantes das escolas brasileiras, que serão os preparadores das gerações futuras,

offerece

O AUCTOR.

Todos os povos possuem uma alma — confirma Gustave Le Bon, num livro rico em observações judiciosas, apesar de alguns desacêrtos que contêm contra o Brasil (1). Essa alma é composta de sentimentos, interesses e crenças communs. Todo povo que não tiver uma alma nessas condições, está fatalmente condemnado a morrer. A cohesão ethnica, um ideal forte, numa palavra, o culto das tradições, que são a synthese da alma das raças, eis o meio de, virilmente, um povo se manter. Dahi, a importancia maxima que devem ter as tradições pâra um paiz. Ellas são quaes muralhas cyclopicas e impassiveis, que susteem os embates sociaes e impedem as dissoluções dos povos.

Quando tristemente meditamos em que o poderio romano baqueou minado pêla invasão lenta e pacífica dos barbaros, e os annaes contemporaneos registram a espoliação de nada menos de meia duzia de paizes fracos absorvidos pêlos fortes; quando vemos o processo da «selecção natural» applicado á história da humanidade por espiritos como Bagehot (2) ou como

---

(1) *Lois psychologiques de l'évolution des peuples.*
(2) *Lois scientifiques du développement des nations.*

Gumplowicz, outro darwinista em sociologia, que converte num quasi dogma scientífico êste golpeante enunciado: «a *perpétua* lucta das raças é a lei da história, ao passo que a *paz perpétua* não é sinão o sonho dos idealistas» (1); quando sabemos estarem longe as miragens de fraternidade universal, vislumbradas por Tolstoi e Novicow, pois em plena conferência chamada da paz, em Haya, vimos querer prevalecesse o criterio da fôrça bruta sôbre o direito; quando, finalmente, assistimos á emulação das nações, que se blindam em couraças e se multiplicam em canhões, ao mesmo tempo que vão educando as massas, com o duplo fim de realizar a integração ethnica e a unificação do caracter nacional, — não é justo, sem dúvida, permaneçamos na estagnação e no desânimo!

É verdade que a transformação que, em menos de um lustro, hemos operado com intenso brilho (talvez mais rapida, afinal, que a do Japão), e a trindade olympica incorporada em Rio Branco — a propria encarnação do patriotismo illuminado —, em Ruy Barbosa — que entre os primeiros das nações foi o primeiro —, e de Joaquim Nabuco — o representante masculo do atticismo da nossa raça — fartamente provam que somos capazes de demonstrações heroicas, e que o brasileiro não é assim «um typo indescriptivel, cuja

(1) GUMPLOWICZ, *La lutte des races*, Paris, 1893, liv. IV, cap. XXXIX, pág. 261.

energia physica e mental se enfraqueceu» (1)! Todavia, quanto ainda nos resta que fazer!

E, como os povos vivem, principalmente, de tradições, como os seres organizados vivem de luz; e, como os symbolos e as imagens são pâra os povos o que os affectos e as idéas são pâra as almas, preciso é se tenha em verdadeira conta essa questão dos emblemas nacionaes, visto delles derivar um complexo de circumstâncias que profundamente vão influir nos sentimentos de honra que se traduzem pêlas expressões—integridade territorial e unidade moral da Patria.

* * *

Ora, pâra nós, que somos um povo visceralmente idealista e apaixonadamente amigo de symbolos e de imagens, a bandeira actual, de modo algum, póde servir. Ella não passa de uma burla genuina, quer como sciencia, quer como arte, quer como symbolo, quer como ideal patriotico. Os symbolos nacionaes, por isso mesmo que pertencem ao paiz todo, devem ser imagens verdadeiras, e não falsas, vehementes, e não apagadas, da sublime e animadora religião da Patria! Precisam, por todos os meios, vibrar funda e perennemente o patriotismo, porque «o patriotismo é o ins-

(1) AGASSIZ, cit. por LE BON, *Lois psychologiques de l'évolution des peuples*, Paris, 1907, cap. V, pág. 45, nota.

tincto de conservação dos povos» (1); e precisam satisfazer a *todos* os cidadãos, pois que a patria não é só a terra dos antepassados, *terra patria*, segundo o conceito primitivo (2), ou a nossa mãe commum, mas a patria somos nós mesmos, segundo um moderno conceito norte-americano (3).

Sendo certo que o Brasil possue symbolos tradicionaes, e até estados e cidades nossas manteem os seus, não se comprehende como a bandeira actual repellisse de tal modo a tradição, a ponto de substituir, alêm dos symbolos, a historica e patriotica legenda «Independencia ou Morte» (que é a suprema aspiração e o resumo ideal de todo um povo) por uma outra, ostensivamente filiada a uma seita reduzida !

O projecto Wenceslau Escobar, recentemente apresentado quando se concluia a impressão dêste livro, ao meu ver, não resolve a questão, porque conserva um céo que jámais foi e será céo, e porque continúa a apresentar uma imagem falsa e inconveniente da patria brasileira. E tanto é *nosso* aquelle trecho de céo (?) que figura na bandeira, como a outra face opposta que

---

(1) Émile Bocquillon, *La crise du patriotisme à l'école*, Paris, 1905, introd., pág. 1.

(2) Fustel de Coulanges, *La cité antique*, Paris, 1905, liv. III, cap. XIII, pág. 233.

(3) Albert B. Hart, cit. por José verissimo, na *Educação nacional*, Rio de Janeiro, 1906, introd., pág. XLVII.

ahi se não representa, essa, justamente, a mais bella e a mais rica região celeste, em que mirificamente esplende o incomparavel gigante Orion, com o seu lucifero cortejo. . . Eis uma demonstração de que um céo não se reparte : um céo é todo inteiro !

Parece incrivel que paizes como o Congo, Liberia e S. Domingos possuam bandeiras e escudos de armas superiores aos do Brasil ! Nós nem ao menos temos *escudo,* e agóra, que se trata de dar ao supremo magistrado da República um distinctivo com o emblema nacional, convinha remediar essa falta.

A prova mais evidente da antiga e aberta impopularidade que sempre existiu contra a bandeira, é a persistencia com que, de tempos a tempos, surgem, na Câmara ou no Senado, projectos de modificação da mesma. Desde a proclamação da república, em que explodiu uma franca opposição popular e se moveu uma vigorosa campanha jornalistica, até agóra, que longa e perseverante serie de tentativas, públicas ou latentes, pâra modifical-a ! O dia da justiça, porêm, parece approximar-se . . .

Só os illudidos, os ignorantes ou os particularmente interessados é que podem querer a conservação da bandeira, como está.

Alguns espiritos bem intencionados, mas que não avaliam exactamente os factos, acham que, embora errada, ridicula e banal, deve a bandeira ser mantida, *porque já existe,* e é tarde demais pâra emendar a mão.

Porventura será logico êste modo de pensar: persistir conscientemente no êrro?! E não é certo que nunca é tarde demais pâra reparar um mal? Onde então a idéa de progresso? E pâra que existem os homens, sinão pâra aperfeiçoar as cousas?

Outros entendem que só uma revolução póde mudar o que é resultado duma revolução. Ora, as revoluções, em geral, agem precipitadamente, e só a calma posterior é que restabelece as cousas conservaveis... A história toda está cheia de exemplos de mudanças de bandeira em plena paz. E por que não ha de ser assim, quando houver conveniencia manifesta? Não é facto que a antiga metropole portugueza, ao menos secundariamente, mais de uma vez, fez alterações nas suas armas? E o Uruguay, ha pouco tempo, conforme um despacho telegraphico, não modificou a sua bandeira e os seus emblemas? E, entre nós, não é sabido que ha visiveis falhas na applicação do decr. de 19 de novembro de 1889?

Não. A refórma ha de se dar, mais cedo ou mais tarde. Si não for hoje, ha de ser ámanhã. Ella é tão fatal, como fatal é o dia succeder á noite, a verdade substituir o êrro!

***

Do apparecimento do projecto Celso de Sousa, em julho de 1905, sôbre a refórma da bandeira, data a idéa dêste livro. A princípio mero artigo de jornal, de-

pois completado pâra ser lido, em parte, no Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, e em seguida publicado na imprensa diaria, de ampliação em ampliação, veio a constituir o presente volume. A primeira parte tem por idéa capital mostrar qual a bandeira e quaes as armas que, no meu entender, deveria ter o Brasil de accôrdo com a sua história e a sua tradição. Os desenhos annexos elucidam o plano, em virtude do qual seriam reivindicados os antigos e gloriosos symbolos da nossa nacionalidade. Os applausos e os encorajamentos que á minha these hão dispensado homens eminentes, as sympathicas referencias da imprensa local e da de alguns Estados demonstram que não estou longe da razão.

A segunda parte do livro, exclusivamente relativa á bandeira actual, consta duma refutação crítica a trabalhos de indivíduos que, mais por espirito de partido e por basofia, que por amor á verdade e á conveniencia geral da Patria, entenderam de combater os meus escriptos por um processo devéras singular: tomando por alvo o nome e a obra de Eduardo Prado, sôbre o mesmo assumpto, na qual eu, nas linhas geraes e especialmente na parte astronomica, me havia baseado. Até então, julgava eu que o folheto de Eduardo fôsse o bastante pâra revelar os principaes êrros e as maiores desvantagens da bandeira actual. Mas os sophismas accumulados foram tantos, as cavillações pâra embahir a opinião pública foram de tal ordem,

que me vi forçado a escrever um novo trabalho, minuciosamente apontando as falhas da bandeira, sôbre todos os pontos de vista, por que a possam considerar. Tive que ser longo e desenvolver demonstrações, afim de restabelecer a verdade e defender a memória de um morto, pâra mim, querido!

Aquelles que estão affeitos a certo genero de estudos bem avaliam quanto é penoso, ás vezes, recolher um pequeno facto, verificar uma simples data! E, pâra obter o resultado definitivo da obra, acabada e impressa, com todos os elementos reunidos, e num meio em que ainda escasseam os recursos europeus, só Deus sabe quanto me custou! Em attenção ao assumpto, sempre imaginei ésta obra requintada em primores graphicos. Entretanto, diz-me a consciencia que, no momento, melhor não foi possivel conseguir. Apesar do cuidado com que se fez a revisão, escaparam alguns êrros typographicos, que o leitor facil e bondosamente corrigirá.

Os desenhos a côres, que entremeam as páginas do texto, foram feitos: as armas propriamente ditas e a bandeira, pêlo saudoso amigo Ricardo Honorato Teixeira de Carvalho, que desenhou as armas do estado do Rio de Janeiro; o escudo e os ornamentos exteriores, pêlo distincto pintor Carlos de Servi; e o trabalho chromolithographico, pêla casa Hartmann e Reichenbach. Julgo um dever de boa camaradagem consignar os no-

mes daquelles que, supportando as minhas exigencias, pacientemente cooperaram pâra a consecução do meu fim.

Quanto ao espirito geral do livro, desejo não o julguem um trabalho de imaginação e, muito menos, de estylo; mas, apenas, um esfôrço de patriotismo e de demonstração da verdade. Quasi todo elle tumultuariamente escripto, pâra occorrer a uma necessidade de momento, e ás pressas terminado, não pôde o auctor applicar-lhe aquelle grave preceito de Horacio, exigido pâra a excellencia das producções literarias... Ácima de tudo attendi á anályse imparcial dos factos e aos altos destinos da Patria, inspirando-me na sua natureza e na sua história.

Aos brasileiros de consciencia entrego, pois, êste livro, certo de que elle possa contribuir pâra a solução magna do assumpto.

Não terminarei ainda éstas palavras preliminares sem referir um facto, que a muitos, talvez, houvesse passado despercebido, e sem formular um voto. Por occasião da conferência de Haya, deu-se um incidente, secundario (é certo), mas que tem a sua significação: num projecto de bandeira internacional, então architectado (1), e em que as nações são classificadas, mais ou

---

(1) *Vide* trabalho intitulado *Essai de constitution internationale*, redigido por UMANO, París, 1907. A imaginária bandeira internacional, com um sol ao centro e os pavilhões nacionaes em volta, vem na capa da publicação.

menos, segundo o seu poder militar, o Brasil apparece em *último* logar, depois da Turquia e da Rumania, da Persia e de Marrocos, — elle que já é, incontestavelmente, o *primeiro* paiz do mundo pêla hospitalidade prodiga e pêlo idealismo bom! Pois bem: o desejo de quem escreve éstas linhas, e que deve ser o de todo brasileiro, é que elle continue, diligente e patrioticamente, a tornar-se grande, e rico, e forte, afim de em breve hombrear com as chamadas potencias mundiaes, e vir a ser, assim, tão conhecido e respeitado quanto elle, de facto, o merece!

Praia de Guarujá (Santos) — julho de 1908.

EURICO DE GOES.

PRIMEIRA PARTE

A bandeira e as armas do Brasil

(Dissertação)

« Em qualquer assumpto é livre a manifestação de pensamento pela imprensa, ou pela tribuna, sem dependencia de censura, respondendo cada um pelos abusos que commetter, nos casos e pela fórma que a lei determinar. Não é permittido o anonymato. »

Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891, art. 72, § 12.

« Nós somos republicanos e uma das virtudes da republica deve estar no amor á verdade e á justiça. »

SYLVIO ROMÉRO, *A historia do Brasil ensinada pela biographia de seus heroes*, liv. V, cap. IV, pág. 97.

« L'allégorie tue le symbole, la prose la poésie. »

JULES MICHELET, *Histoire de France*, tom. 4.º, liv. V, cap. IV, pág. 100.

« Diz-se que uma das mais bellas missões da imprensa é defender a boa razão, a arte, e a honra e gloria da patria. »

ALEXANDRE HERCULANO, *Opusculos*, tom. 2.º, pág. 5.

« Ce n'est pas un droit, c'est un devoir, étroite obligation de quiconque a une pensée de la produire et mettre au jour pour le bien commun. La vérité est tout à tout. Ce que vous connaissez utile, bon à savoir pour un chacun, vous ne le pouvez taire en conscience.

. . . . . .

Car, si votre pensée est bonne, on en profite; mauvaise, on la corrige, et l'on profite encore. »

PAUL-LOUIS COURIER, *Œuvres complètes*, tom. 1.º, págs. 425 e 426.

I

Introducção

Segundo consta (pêlo que, opportunamente, noticiaram jornaes), ora se pretende, mais uma vez na república, substituir ou modificar a bandeira do Brasil. Tendo em vista esse fim, bem como a regulamentação de materia congenere, ha tempos foi apresentado, á Câmara dos Deputados Federaes, um projecto de lei, o qual ainda alli se acha, á espera de « ulterior deliberação » (1).

Ao nosso ver, similhante assumpto, verdadeira e intrinsecamente nacional, é da mais viva relevancia e dum especialissimo interesse. É que se trata do nosso pavilhão, suprema synthese da Patria, « palladio sacrosanto do patriotismo » (2), a cuja sombra todos nós, os brasileiros, nos abrigamos, sem distincção de partidos e de crenças, no cultuar do mesmo symbolo querido! Porque a bandeira nacional (preciso é que se proclame) não representa, pri-

---

(1) Veja-se o *Diario do Congresso Nacional*, annexo ao *Diario Official* da União, de 9 de julho de 1905.

(2) EDUARDO PRADO, *A bandeira nacional*, São Paulo, 1903, introd., pág. 4.

vativamente, o estandarte da república, mas, sim, universalmente, a bandeira do Brasil! Deante dêsse labaro sagrado, todas as paixões se livelam, todos os odios se arrefecem! É como a propria imagem da Patria, que se eleva, suspensa, no alto...

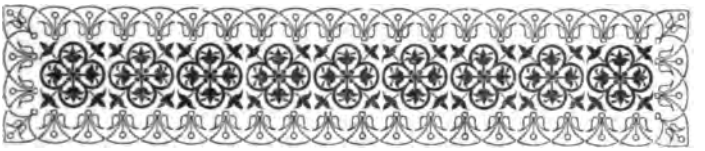
Com ser o auctor dêste escripto um brasileiro nato e devotado ao seu paiz, pâra o que lhe assiste um direito, sinão, antes, um dever, julgou, de boa vontade, algo transmittir sôbre o opportuno thema, que interessar pudesse aos demais compatriotas. E eil-as seguem, despretenciosamente, essas considerações que lhe occorreram, fornecidas umas por estudos faceis, resultantes outras de conceitos proprios, na supposição de que, attendendo á importancia da materia, as idéas, que porventura êste trabalho contenha, não cairão assim como as sementes na terra sáfara...

Quanto ao motivo que nos induz á publicação destas linhas (pâra uns, talvez, demasiado francas, mas, pâra todos, em verdade justas), convem se saiba não nos acaricia ou embala nenhuma velleidade enganadora, e apenas nos domina a gratissima satisfacção, que sincera e vivamente sentimos, de exprimir aquillo que entendemos jámais dever calar, quando se olha ao bem geral do povo brasileiro! E, apresentando êste modesto resultado do nosso esfôrço, vem de molde reproduzir o pensamento do poeta:

« Eu desta gloria so fico contente,
Que a minha terra amei, e a minha gente. » (1)

---

(1) ANTONIO FERREIRA, *Poemas lusitanos*, Lisboa, 1829, tom. 1°., pág. 3.



II

As quatro phases historicas

A história da bandeira nacional é, por assim dizer, a história do Brasil. Quem conhece a história patria, sabe que o nosso paiz, na sua evolução política, desde o descobrimento, ha passado por diversas phases especiaes, que se reduzem a éstas: Brasil-colonia, Brasil-reino, Brasil-imperio e Brasil-república. E, durante essas quatro phases caracteristicas, que, assim, tambem constituem verdadeiras epocas synthetizadoras dos nossos annaes, vejamos as insignias que o Brasil tem tido, através dos tempos, na perpetuação dêsse uso convencional dos povos cultos (1).

1.ª PHASE (BRASIL-COLONIA). — No periodo colonial, a bandeira que primitivamente se arvorou, no Brasil, foi a bandeira branca, em que se estampava a bellissima e suggestiva cruz vermelha, da mui famosa ordem portugueza de Christo (2). Tal o symbolo glorioso que, antes de qualquer outro, Cabral hasteou em nossa terra, ao

---

(1) Neste trabalho, apenas apreciamos as bandeiras effectivas e officiaes que teem havido no Brasil, durante as diversas phases politicas normaes, e não nos referimos ás transitorias ou imaginadas que appareceram adventiciamente, como, por exemplo: as da Inconfidencia Mineira, da Confederação do Equador, da República Rio-Grandense, etc.

(2) A noticia sôbre a ordem de Christo vai publicada á parte, no appendice, nota A.

lado do altar erguido pâra a primeira missa, no ilhéo de Porto Seguro, na justa occasião de se desnublar a encantadora plaga aos olhos avidos do mundo, e que assás poeticamente nos evoca os romanescos e scintillantes episodios, tão celebrados nesses maravilhosos tempos de Vera Cruz e de Santa Cruz (1)...

Não só no Brasil, como outrosim nos novos dominios de ultramar, simultaneamente com essa bandeira (a da ordem de Christo) e com aquella em que se via a esphera armillar manuelina, usavam-se duas outras, de egual modo brancas e constituidas: a primeira, pêlas quinas simplesmente, e a segunda, pêla corôa portugueza superposta aos escudos de Portugal e Algarves — armas essas que formavam o emblema antigo e supremo da metropole.

Quasi um seculo e meio depois do descobrimento, já feita a restauração em Portugal (1640) e após a batalha das Tabocas (1645), d. João IV conferiu a seu filho Theodosio o titulo, adrede creado, de «principe do Brasil» — denominação honorífica essa que, a partir dahi, se foi transmittindo aos primogenitos dos reis e, além disso, herdeiros presumptivos da corôa portugueza. Desde então, por esse acto, se elevou o Brasil á categoria de principado, muito embora honorario, na verdade (2). E ficou sendo a sua bandeira particular: em campo branco, a aurea esphera armillar de d. Manuel — divisa que a êste principe fôra dada por el-rei d. João II, «quando lhe ordenára casa» (3).

---

(1) «Aly era com o Capitam a bandeira de Christos com que sayo de Belem, a qual esteve sempre alta aa parte do avamjelho.» (*Carta de Pero Vaz de Caminha a el-rei d. Manuel*, edição pâra o Instituto Historico e Geographico da Bahia, pêlo 4.° centenario da descoberta do Brasil, Bahia, 1900, versão no portuguez da epoca, pág. VII).

(2) A respeito do principado brasilico, encontra-se, no appendice, a nota B.

(3) D. Antonio Caetano de Sousa, *Historia genealogica da casa real portugueza*, tom. 3.°, Lisboa, 1737 (o 1.° vol. é de 1735), livro IV, cap. V, pág. 243; *idem, ibidem*, tom. 4.°, 1738, liv. V, cap. IV, págs. 193 e 194; e Damião de Goes, *Chronica do serenissimo senhor rei d. Manuel*, Lisboa, 1749, 1.° parte, cap. V, pág. 6.

Taes foram, no decorrer dos tempos do Brasil-colonia, as quatro principaes insignias que os nossos maiores viram tremular nestas aventurosas paragens, sem aqui nos referirmos (é claro) ás bandeiras de outras nações que, de alguma sorte, dominaram no Brasil, nem tampouco ás bandeiras secundárias, como as navaes, mercantes, coloniaes, etc. (1). Todavia, consoante o nosso entender, é a bandeira da ordem de Christo — «sinal de nossas spirituaes e temporaes victorias», na phrase do historiador João de Barros (2) — a que melhor caracteriza essa idealista e abnegada epoca da nossa história, em que se procura estabelecer uma nova conquista e infundir uma outra fé...

2.ª PHASE (BRASIL-REINO). — Quando Napoleão I, esse heroe-tyranno, a esplender como um astro portentoso, preponderando em quasi toda a Europa e ameaçando o mundo com os seus sonhos de conquista, fez invadir Portugal pêlo exército chefiado por Junot, viu-se a familia real na contingencia de abandonar Lisboa e acolher-se ao Rio de Janeiro, onde se installou o govêrno (1808). O principe-regente, ulteriormente d. João VI, comquanto viva a rainha mãe (aliás considerada incapaz de reinar), era, de facto, o rei, deixando o nosso paiz de ser colonia, a bem dizer, desde que, em boa hora pâra nós, chegou a côrte ás plagas brasileiras. Apenas mais tarde, porêm (como se sabe), é que foi o Brasil publicamente proclamado reino, pêla carta de lei expedida do paço de S. Christovam, em dezembro do mesmo anno (1815) (3) em que Napoleão I fôra vencido e aprisionado em Waterloo...

---

(1) Relativamente ás armas de Portugal, lê-se uma pequena memória destacada, no appendice, nota C.

(2) JOÃO DE BARROS, *Decadas da Asia*, Lisboa, 1752, vol. 1.º, liv. V, cap. I, folh. 86 v.

(3) VISCONDE DE PORTO SEGURO, *Historia geral do Brasil*, tom. 2.º, secção LI, pág. 1103. Nessa mesma página, em nota, diz: «Dando-lhe por armas a esfera armillar manuelina, com as quinas; armas que já encontramos no seculo anterior; v. gr. em moedas da Africa portugueza de 1770 (1/4 de macuta).»

Em 1816, fallecida a rainha d. Maria I, elevou-se d. João VI, agora não só de facto, mas tambem de direito, ao throno do reino-unido de Portugal, Brasil e Algarves. A bandeira commum, que se adoptou pâra a nação assim constituida, foi ainda branca e de um triplice brasão, com a corôa real sôbre-posta: figurava, primeiro, o escudo portuguez, propriamente dito; em seguida, o escudo dos Algarves; e, por fim, a esphera armillar brasilica, sôbre a qual se apoiavam esses dous (1). Foi essa a bandeira que o Brasil usou, até á occasião da Independencia.

3.ª PHASE (BRASIL-IMPERIO). — É geralmente conhecido esse periodo illustre dos nossos fastos, que começa com assignalar, perante os povos, a nossa emancipação política. Tambem mui conhecida é a bandeira imperial, outrora tão célebre em Monte Caseros e Paysandú, em Riachuelo e Tuyuty, em Humaitá e Aquidaban, e cuja

---

(1) Carta de lei de 13 de maio de 1816 (doc. n. 1, no fim do volume). Em ANTONIO DELGADO DA SILVA, *Collecção de legislação portugueza*, Lisboa, 1825, tom. 6.°, págs. 442 e 443, e na *Collecção das leis do Brasil*, de 1816, Rio de Janeiro, 1890, págs. 53 e 54, encontra-se a carta com essa data. TEIXEIRA DE MELLO, *Ephemerides nacionaes*, Rio de Janeiro, 1881, tom. 1.°, pág. 151 (não sabemos porque), registra a data de 13 de *março* do mesmo anno.

Na *Revista de ensino*, da Associação Beneficente do Professorado Publico de São Paulo, n. 2, de junho de 1903, págs. 147 a 149, vem um artigo intitulado *A bandeira federal brasileira*, assignado pélo prof. Augusto R. de Carvalho e «baseado nas lições do professor José Feliciano», em que se diz que «D. João Sexto nos deu para bandeira, além de uma esphera armillar de ouro, *uma serie de estrellas de prata* sobre um campo azul». Referindo-se á esphera armillar de ouro, em nota, accrescenta o articulista: «Devia ser de *prata*». Com franqueza: não atinamos com a razão de similhante preferencia ou corrigenda, quando a carta de lei de d. João VI claramente fala em «esphera armillar de *ouro*». Quanto á *serie de estrêllas de prata* (que, na opinião do auctor do artigo, nos deu aquelle monarcha), a bem da verdade historica, desejariamos saber qual o documento em que se baseia essa affirmativa, uma vez que a mencionada decisão régia é inteiramente omissa a respeito.

imagem o poeta, revivendo essa quadra que se foi, arrebatadoramente invocava nos versos populares:

« Auri-verde pendão de minha terra,
Que a briza do Brasil beija e balança,
Estandarte que á luz do sol encerra
As promessas divinas da esperança...
Tu que da liberdade após a guerra
Foste hasteado dos heróes na lança,
Antes te houvessem roto na batalha,
Que servires a um povo de mortalha!... » (1)

Essa foi a triumphante e immorredoura bandeira de Pedro I, o nosso emancipador político, e de Pedro II, o rei-philósopho, o protector das sciencias, das letras e das artes, o « modêlo pâra todos os soberanos do mundo », na phrase de Gladstone (2).

A justa visão das cousas demonstra-nos que ella possuia, antes do mais, dous meritos seguros e brilhantes; alêm de estheticamente apreciavel, era logicamente historica. Porque, evocando a nossa natureza esplendida e fecunda, com o ouro rútilo do nosso solo e o verde glorioso da nossa flora, expressiva e conjuntamente representava: o Brasil-colonia, na cruz da ordem de Christo; o Brasil-reino, na esphera armillar de d. João VI; e o Brasil-imperio, na corôa imperial e no escudo respectivo, em que symetricamente se dispunham, em tôrno da orla azul, as estrêllas de prata, symbólizadoras das provincias de então. Com respeito aos ramos de café e tabaco, que se viam unidos pêlo laço imperial, melhor fôra não os houvessem inscripto na bandeira; porêm elles significavam,

---

(1) Castro Alves, *A cachoeira de Paulo Affonso*, Rio de Janeiro, poesia *O navio negreiro*, pág. 169.

(2) B. Mossé, *Dom Pedro II, empereur du Brésil*, Paris, 1889, cap. XVI pág. 410.

nessa epoca (é sabido), uns dos principaes objectos do commércio brasileiro (1).

Tal insignia, como symbolo da Patria, veneramol-a até ao dia 15 de novembro de 1889.

4.ª PHASE (BRASIL-REPÚBLICA). — Com a proclamação da república, evidentemente se justifica a mudança de bandeira, no sentido de serem abolidas as armas imperiaes, restrictamente consideradas, pois que ellas, por princípio, não poderiam permanecer. Eram como oraculos mudos, symbolos desvanecidos, emblemas abandonados...

Fôra mister, porêm, dar ao Brasil uma bandeira, como a outra, effectivamente nacional, modelada pêlo mais puro patriotismo e consubstanciadora dos criterios necessarios á sua propria existencia: isto é, uma bandeira que se baseasse na utilidade prática, que possuisse esthetica,

---

(1) Os decretos relativos aos symbolos imperiaes do Brasil acham-se publicados na *Collecção das leis do Brasil*, de 1822, Rio de Janeiro, 1887: á pág. 46, encontra-se o decr. que « ordena o distinctivo *Independencia ou Morte* »; á pág. 47, o que « determina o tope nacional Brasiliense, e a legenda dos patriotas do Brasil »; á mesma pág., o que « dá ao Brasil um escudo de Armas », todos datados de 18 de setembro de 1822; e, á pág. 87, o decr. de 1 de dezembro dêsse anno, que « manda substituir pela coroa Imperial a coroa Real que se acha sobreposta, no escudo das Armas ».

No nm do livro (doc. n. 2), vai reproduzido o decreto referente á instituição das armas e da bandeira.

A bandeira e o escudo das armas imperiaes do Brasil, ao tempo das dezenove provincias, são descriptos na obra de JOÃO-BAPTISTA DEBRET, *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, tom. 3.°, Paris, 1839, págs. 184 e 185. Descrevem tambem as armas, com uma discutivel fidelidade historica, quanto ás côres das figuras do brasão, JOUFFROY D'ESCHAVANNES, no seu *Armorial universel, précédé d'un traité complet de la science du blason*, Paris, 1844-48, tom. 1.°, texto relativo á fig. 4, entre págs. 8 e 9; e VICTOR BOUTON, pintor heraldico e paleógrapho, no livro intitulado *Nouveau traité des armoiries ou la science et l' art du blason expliqués*, Paris, 1887, pág. 506, sob a fig. n. 767. Diz D'ESCHAVANNES: « Empire du Brésil. De sinople à la croix potencée de gueules *bordée d'or* et chargée d'une sphère armillaire aussi de *gueules*, bordée d'or; la croix entourée d'un cercle cousu d'azur semé de dix-neuf étoiles d'argent. L'écu accosté à dextre d'une branche de caféier, et à senestre d'une branche de tabac et timbré d'une couronne fermée ». Á pág. 56, do 2.° tomo do *Armorial*, vem uma descripção mais exacta. BOUTON brasona: « Empire du Brésil, porte de sinople à la croix potencée de gueules, *bordée d'or* et chargée d'une sphère armillaire aussi de *gueules*, bordée d'or; la croix entourée d'un cercle cousu d'azur semé de dix-neuf étoiles d'argent, n. 767.» Os gryphos são nossos.

que tivesse bom-senso, que fôsse justa, que se mostrasse amoravel pâra todos!

Mas, não: começou, ahi, uma serie de bandeiras curiosas, especie de seres, por assim dizer, teratologicos, cujos caracteres physicos estão a pedir uma classificação, assim com ares de naturalista... Sinão, vejamos. Em tres lustros e tanto de govêrno, teem apparecido já, nem mais nem menos, tres typos de bandeira, na verdade exoticos: um, extincto de vez; outro, em via de desapparecer; e o último, na imminencia de se tornar uma realidade...

Queremo'-nos referir, em primeiro logar, á bandeira, por demais ephemera, adoptada pêlo govêrno (talvez com ser elle provisorio), durante alguns dias, apenas, depois de proclamada a república, até publicar-se o decreto n. 4, de 19 de novembro de 1889; em segundo logar, áquella que, irmã gemea dêsse decreto, se desfralda ainda na actualidade; e, finalmente, á nova, que se nos pretende offerecer e que outra não é sinão a do projecto n. 50, de 1905, organizado na Câmara dos Deputados da União, pêlo deputado Celso de Sousa (1).

A primeira, a que morreu dum mal de sete dias, sem, ao menos, completar uma semana de nascença, de listras horizontaes verdes e amarellas e com estrêllas a um canto, era, de modo patente, macaqueada dos Estados-Unidos... E, nesse momento algo delirante e pinturesco, havia uma preocupação decidida ou, antes, certa mania aguda de imitar os Estados-Unidos! Em consequencia de similhante origem (e sem aspirarmos a ser nenhum Linneu ou Cuvier, está claro), poderemos dar a essa primitiva classe de bandeiras pseudo-nacionaes (num latim

---

(1) Não levamos em conta, nesse grupo, a bandeira do projecto Valladão, nem a do projecto Coelho Rodrigues, porque a primeira era quasi a mesma do projecto Celso, e a segunda, apenas differente da actual na suppressão da legenda, mandada eliminar de todos os documentos, publicações ou edificios públicos, e substituida, nas moedas, pêla de «Lei e Liberdade».

apropriado, já se vê) o significativo nome de *provisoria plagiata* (1)...

A segunda especie ainda existe, até agóra, e por ahi vive a reproduzir-se e a expôr-se, já no paiz, já no extrangeiro. É a tal creação da rodella azul, povoada de estrêllas tontas, oriundas de um céo pêlo avêsso, e com a torta legenda positivista, que o povo, rimando, inverte a seu modo: «Ordem e progresso»... Essa bandeira-prodigio denominal-a-emos, a caracter: *astrolegendaria positiva (?)*... Mau grado a veneração por nós devida ao heroico symbolo da patria (o qual não póde e não deve ser esse), pesa-nos confessar, com a precisa e dolorosa franqueza, que tal bandeira—verdadeiro abôrto escandaloso — é um dos maiores, sinão o maior monumento de ignorancia e pedantismo, de mau gôsto e injustiça, que o Brasil jámais ostentou perante o mundo!

Quem pensar o contrário (e são tantos ainda, na verdade!), digne-se de ler *A bandeira nacional,* esse valioso e relativamente quasi desconhecido trabalho de Eduardo Prado, compatriota emerito, que, comquanto monarchista, possuia mais orientado e são patriotismo (honra lhe seja!) do que muito mandarim republiquete. Nesse livrinho, verdadeiramente patriotico porque amoroso e recto, escripto em linguagem natural e com erudição documentada, como que palpita, no irromper dos sentimentos, que contrastam, a alma vibratil e espiritualista do brasileiro: ora indolente, mas viva; ora impetuosa, mas poetica; ora simples, mas veraz; ora apaixonada, mas magnanima; ora zombeteira, mas contemplativa!

---

(1) No Museu Naval do Rio de Janeiro, sob o n. 285, 4.ª secção do catálogo de 1905, existe uma dessas bandeiras, justamente a que foi alçada no paquete *Alagoas*, durante o trajecto da Familia Imperial exilada pâra a Europa.

Com a só leitura dessas páginas interessantes, fica-se sabendo, entre outras cousas, que, na organização da bandeira actual, houve o seguinte:

«1.º Desprezo, ou ignorancia da tradição historica.
2.º Erro capital de astronomia.
3.º Grave menoscabo da esthetica.» (1)

No tocante ao primeiro reparo, sabemos que, na bandeira e nas armas da República, foram abolidos ou pervertidos os velhos e sagrados symbolos da nossa nacionalidade!

Com relação á segunda censura, cuja veracidade é, por certo, das mais tristes consequencias, provou Eduardo, á evidência, que a bandeira está errada. «Está errada na direcção da Ecliptica, nas posições das estrellas, de todas as estrellas, sem exceptuar uma só» (2). É que o astronomo official pintou o aspecto do céo, não da maneira por que o devêra fazer de preferencia, isto é, reproduzindo-o de uma *carta* celeste, mas, sim, tirado, a trouxe-mouxe, de um *globo* celeste, o que, afinal, deu um céo ás avéssas, meio apocalyptico, meio truanesco, qual ninguem jámais o viu! (3)

Ora, si queriam organizar uma bandeira positivamente certa (e não positivamente errada, como a actual), «pontuada por vinte e uma estrellas, entre as quaes as da constellação do Cruzeiro, dispostas na sua situação astronomica, quanto á distancia e ao tamanho relativos, representando os vinte Estados da Republica e o municipio Neutro» (4),— por que não constituiram ou nomearam uma commissão de homens capazes e responsaveis, pâra esse

---

(1) Eduardo Prado, *A bandeira nacional*, cit., introd., págs. 5 e 6.

(2) *Idem, ibidem*, págs. 44 e 45. Os auctores da bandeira actual declararam que a faixa em que está inscripta a legenda era a ecliptica. Ás vezes, declaram tambem que é o zodiaco. Quer se trate de uma, quer de outro, o êrro é patente.

(3) A parte astronomica vai tratada, mais desenvolvidamente, na outra divisão do livro.

(4) Expressões do decr. n. 4, de 19 de novembro de 1889.

fim, como, por exemplo, fez a França, com a organização do systema metrico, e como nós mesmos temos feito, mais de uma vez, com assumptos de importancia? Ou, melhor ainda (afim de acoroçoar e desenvolver a emulação, justiceira e vantajosa pâra todos), por que não promoveram um concurso livre e serio, cuja discussão fôsse pública, julgado por homens reconhecidamente notaveis e competentes, ou approvado por um plebiscito, estabelecendo-se, como recompensa, um premio que estimulasse e estivesse á altura do objectivo? Longe disso, porêm! Os nossos governantes, em logar de empregarem o maior zêlo e a maior ponderação nessa materia, andaram desastradamente, resolvendo a questão assim de afogadilho: porque o resultado foi o sesquipedal portento que ainda se vê...

Relativamente á geographia, pâra não nos referirmos mais á astronomia (ambas *sui generis*, percebe-se), o êrro da bandeira é palmar: ahi, o Brasil é figurado como si tivesse, apenas, *um* estado ao norte do equador, quando não ha collegial que ignore que *dous* estados — o Amazonas e o Pará — se prolongam ácima dessa linha! Mui censuravel tambem é a disparatada representação dos Estados por meio de estrêllas desconformes e dispersas.

Com referencia á legenda comtista, rotulada na supposta faixa representativa do zodiaco, achamol-a pascasiamente inerte e decorativa. É uma fórmula vã, como muito bem foi considerada por um reputado sabio extrangeiro que nos estudou, Élisée Reclus (1). A ordem e o progresso não são as unicas aspirações nacionaes, nem constituem privilégio algum nosso, visto como essas idéas, e tambem as de liberdade e egualdade, amor e união, paz e concordia, dever e direito, soberania e justiça, tradição e glória, etc., devem ser communs a todos os povos: e nem por isso precisam elles de inscrevel-as nas bandeiras! De-

(1) Élisée Reclus, *Estados Unidos do Brazil*, trad. de Ramiz Galvão, Rio de Janeiro, 1900, cap. XI, pág. 463.

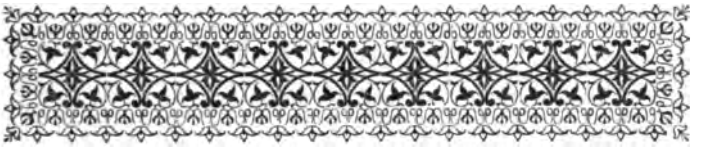
mais, similhante letreiro, que algo tem de reclamista e contraproducente — manifesto producto da pequena grei positivista,—alêm de extravagante e desastrado, não merece firme repulsa em face da Constituição que nos rege? (1). Não atenta elle, de um modo permanente, com mais ou menos insolencia, contra os sentimentos religiosos da maioria dos brasileiros? Porventura não são esses sentimentos bastante susceptiveis e, em toda parte, muitissimo respeitaveis? Onde, pois, a necessaria e expressa liberdade de cultos, solennemente proclamada e garantida pelo nosso estatuto principal? Acaso não representa esse distico, entre o govêrno e o positivismo, certa dependencia vexatoria ou certa alliança escandalosa? Como se poderá manter assim, no paiz, efficazmente, a «união perpétua e indissoluvel», que serve de pedra angular ao pacto fundamental? (2) Constituirá esse pavilhão, na verdade, um symbolo nacional, como pretendem os seus obstinados defensores, ou, antes um symbolo revolucionario? Em caso de guerra, si ainda subsistir essa bandeira partidaria e odiosa, será dado a todos os brasileiros combaterem juntos, unidos qual um só corpo, o inimigo commum, sem o menor apoucamento de ânimo?

Quanto ao lado artistico, deve-se considerar a bandeira actual como um verdadeiro aleijão heraldico (e as bandeiras são tambem objecto da heraldica), em que as regras mais elementares dessa arte foram excessiva e desvantajosamente desprezadas (3). O aspecto daquelle círculo ou (si quizerem) daquella esphera azul, que se observa alli, sem gôsto, no losango pallido, o rótulo estapafurdio e similhante combinação de côres exquisitas, ora mui carregadas, ora mui desbotadas, alêm da inanidade e mau arranjo dos pseudos symbolos, causam uma desgra-

---

(1) Veja-se a *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*, art. 72, §§ 3.° e 7.°
(2) *Idem, ibidem*, art. 1.°
(3) Na 2.ª parte do livro, desenvolvemos mais esse assumpto.

ciosissima impressão, logo ao primeiro olhar. Considerando a esthetica do conjunto (si dêsse modo nos podemos exprimir) e a significação dos symbolos, é natural comparemos o estandarte, que nos deram, com o das outras nações: e não sei si, mesmo entre os paizes de civilização mais atrazada, haja um que possua bandeira assim tão infeliz! A da Persia, com o seu sol cheio de raios e o leão espadachim; a da Birmania, com o pavão arrogante, a ostentar o leque aberto, no meio do rectângulo branco; a de Sião, com o regio elephante socegado; a da Coréa, com aquella especie de bacillos-vírgula bicolores, dispostos num círculo exquisito (cuja figura, no emtanto, parece expressar uma alta idéa da theogonia chineza), — devem ter, naturalmente, o seu valor symbolico ou historico. A bandeira do Brasil, porêm, com as suas imagens mallogradas, que significa, que tradições perpetúa, alêm das côres verde-primavera e amarello de ouro, nem sempre bem representadas, que sentimento nos desperta?! É um pensamento falho, displicente, insensato, cruel, teratologico...



III

A bandeira do projecto e as armas actuaes da República

Mas ainda não é tudo. Trata-se, agóra, de nos dar novo pavilhão — o terceiro da república —, o qual (presume-se) não será definitivo e não durará muito! Afinal, que dirão de nós, mórmente no extrangeiro?! De nós, que ora passamos quasi despercebidos, aos olhos dos senhores de alêm-mar, ora somos, as mais das vezes, tão mal julgados?! Vem a proposito recordar a desembaraçada e subitanea phrase, attribuida a um dos nossos mais famosos parlamentares, que: «Não se muda de bandeira como se muda de camisa»... Quanto a isso, não ha dúvida! Mas, nesse caso, que substituam ou modifiquem, duma feita, a actual insignia (mais positivista que republicana, mais peregrina que indigena, e, alêm disso, demasiado confusa, desgraciosa, errada, injusta e irritante) por uma outra, simples, agradavel, duradoura, equitativa, satisfactoria!

Entretanto, isso já se não conseguirá com a bandeira official planeada no projecto (1). Tem estrêllas de mais:

---

(1) Veja-se o modêlo n. 1, annexo ao projecto n. 50, apresentado á Câmara dos Deputados da União

dá na vista: *a*) as cinco estrêllas caprichosas e mal figuradas do Cruzeiro (1); *b*) as vinte e uma da orla azul, entre os círculos concentricos; *c*) a estrêlla magna, de quatro côres, triplicemente formada (verde e amarello no centro, depois vermelho, e dourado em volta), em que aquellas se conteem; *d*) a estrêlla solitaria, de uma extranha côr escura (*sic*), que se vê abaixo das outras, sôbre o gladio, a espada ou o que quer que seja; *e*) a grande estrêlla dourada, de innumeros raios, em fórma de resplendor, a qual envolve todas! Em summa, vinte e nove estrêllas visiveis a olho nu e assim distribuidas, sem contar as que são formadas pêlas variações de côres, em que se triplica a estrêlla principal. De modo que, representando a República por essa última e os Estados por outras tantas estrêllas quantos são elles, ha uma sobra de nada menos de sete estrêllas, as quaes só servem pâra sôbrecarregar e comprometter o pavilhão... Hão de concordar, pois, em que tal bandeira (que não é mais do que uma leve alteração das armas nacionaes, usadas nos reposteiros das secretarías), antes de realmente nascer, bem merece o adequado nome de *stellaria maniaca,* e formará, assim, a terceira serie da classificação...

Em particular, pêlo que diz respeito ao Cruzeiro do Sul, só se deve attribuir a um capricho curioso e a um academismo exaggerado o facto de quererem, a todo o transe, arrancal-o das alturas do céo e collocal-o, arbitrária e insuladamente, na bandeira improvisada, uma vez que tal constellação não pertence, apenas, ao nosso firmamento, nem das que nelle brilham é, decerto, a principal. Ella paira, mais ou menos nas mesmas circumstâncias e indubitavelmente originando identicos direitos (si é que, porventura, assim

(1) Convem notar, além da má posição da constellação, no modêlo da bandeira, o tamanho defeituoso das estrêllas, relativamente umas ás outras. Por exemplo, a α dêsse grupo, que é a principal em grandeza ou em brilho, está representada como si fôsse uma das inferiores, o que não se comprehende. Vejam-se os modêlos n. 1 e 2, annexos ao projecto).

existam elles), sôbre todos os povos que habitam o hemispherio austral... A Australia, por exemplo, com muito maior fundamento, devido ao seu nome e á sua posição geographica, tambem inscreve esse grupo na sua bandeira.

Tomando-se por base a maior grandeza, ou, antes, o maior brilho apparente das estrêllas, entre cêrca de vinte consideradas de primeira grandeza pêlos astronomos, vemos, segundo os quadros mais modernos, que a estrêlla de Magalhães ou α do Cruzeiro do Sul, que é a principal dessa constellação, occupa, quando muito, o decimo logar na lista respectiva. A relação, em ordem decrescente, é ésta: Sirio, ou α do Cão maior; Canopo, ou α do Navio Argo; α do Centauro (com as duas componentes); Capella, ou α do Cocheiro; Arcturo, ou α de Bootes; Vega, ou α da Lyra; Rigel, ou β de Orion; Achernar, ou α do Eridano; Procyon, ou α do Cão Menor; e, finalmente, estrêlla de Magalhães, ou α do Cruzeiro. Egualam-na em brilho e em grandeza: Betelgueze, ou α de Orion, e Altaïr, ou α da Aguia. Deixando de lado as constellações do hemispherio norte que pairam alêm do trópico de Cancer, as quaes, pâra a nossa these, não nos interessam (pois o Brasil está situado parte na região do equador, parte na região do sul), verifica-se que, mesmo entre as constellações da zona equatorial e entre as austraes propriamente ditas, ha estrêllas superiores em brilho ás do Cruzeiro: Sirio, Canopo, α do Centauro, Rigel, Achernar e Procyon (collocada ácima do equador, mas abaixo da ecliptica). Êste número ficaria augmentado, si incluissemos Arcturo, que se acha situada aquem daquelle trópico, embora se extenda alêm a constellação a que pertence essa brilhantissima estrêlla.

Á vista disso, parece estar demonstrado que o Cruzeiro, apesar de ser considerado, em 1517, pêlo florentino Andrea Corsali, como uma cruz maravilhosa («croce mara-

vigliosa») (1), não é a principal das constellações que abrilhantam a nossa abobada estrellada. Pêlo contrário, entre os grupos equatoriaes e austraes do nosso céo, existem nada menos de seis estrêllas superiores em esplendor ás do Cruzeiro. A seu respeito, escreve Flammarion : « A grande celebridade dessa constellação provêm, sôbretudo, da sua fórma e da sua situação no céo austral, porque, na realidade, ella é menos majestosa, menos vasta, menos bella e menos rica que a de Orion » (2). Demais, em que pese aos espiritos fanaticos, e comquanto seja, de facto, uma linda constellação, o Cruzeiro já não é uma cruz perfeita ; e, com o andar do tempo (conforme observa Humboldt), elle « não conservará sempre a sua fórma caracteristica, porque as suas quatro estrêllas caminham em sentido differente, e com velocidades deseguaes » (3). O que nos consola, e aos lyristas nacionaes que alli vão inspirar-se frequentemente, é que essa deslocação lenta e progressiva, que tambem se ha de dar nas outras constellações, não será, porêm, pâra os nossos dias . . .

Em todo caso, repetimos : não vemos motivo de privilegiadamente figurar na bandeira do Brasil o grupo do Cruzeiro do Sul, com exclusão de outras constellações porventura mais bellas e importantes, as quaes tornam êste céo tão seductor e pinturesco, a ponto de produzir na alma de Humboldt — o sabio-poeta que viajou o mundo e concebeu o *Cosmos* — « uma impressão (como elle mesmo diz) immorredoura » (4) ! É que as constellações foram feitas pâra resplandecerem, vivas, no infinito, e não pâra se amortalharem, tristes, nas bandeiras . . . Alêm disso, pâra que representarmos a noite no pavilhão nacional, quando temos idéas mais felizes, outros symbolos mais apropriados ? ! Deixemol-a onde está, no firmamento, pâra

(1) HUMBOLDT, *Cosmos*, Paris, 1866-67, tom. 2.°, 2.ª parte, cap. VI, pág. 353.

(2) FLAMMARION, *Les étoiles et les curiosités du ciel*, Paris, 1882, 1.ª parte, cap. XIX, pág. 563.

(3) HUMBOLDT, *Cosmos*, cit., tom. 3.°, 1.ª parte, cap. V, pag. 215.

(4) *Idem*, *ibidem*, tom. 1.°, 1.ª parte, pág. 91.

universalmente attestar a extraordinaria magnitude da Natureza e pâra gôso das almas sonhadoras (1)...

Tambem não ha motivo de figurarem, hoje em dia, na bandeira, os ramos de café e tabaco (os quaes, de novo, nella pretendem incluir agora, segundo o projecto), uma vez que esses productos não são nem exclusivos, nem os unicos, nem, só elles, os principaes do Brasil. Quanto ao café, ainda é o primeiro producto nacional; mas, quanto ao tabaco, ou ao fumo (como vulgarmente se chama), já perdeu, ha muito, o logar de outrora, porque ácima delle é mistér classificar a borracha e, ultimamente, outras culturas, conforme o quadro estatistico (valor da exportação) que se póde examinar no relatorio federal sôbre o movimento maritimo, cambial e do café, relativo a 1905 e publicado no Rio de Janeiro, em 1907. De mais a mais (como muito bem pondera Joaquim Norberto de Souza e Silva, na sua memória epigraphada *A bandeira nacional,* inserta na *Revista trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*) (2), «os ramos da necociana (3) e do caféeiro, empregados como emblema de commercio, não são apropriados. Representa um delles um vicio, e outro uma planta exotica, embora nos tenha enriquecido.»

(1) Quando escrevemos éstas linhas, julgavamos, como, a principio, todo mundo julga, que a bandeira actual da República tentasse reproduzir o aspecto do céo do Brasil, numa das muitas noites em que se observa o Cruzeiro do Sul no meridiano, com outras constellações visiveis no momento. Mais tarde, porém, viemos a conhecer um folheto em que se diz que a bandeira reflecte, ou procura reflectir, o espectaculo sideral na manhã de 15 de novembro, ás 9 horas da manhã, approximadamente.

É verdadeiramente curioso.

Quando se fala em estrêllas e constellações, a primeira idéa que occorre é a duma *noite* authêntica e... estrellada! Mas, ahi, o caso é outro: trata-se de estrêllas que se *veem* mais ou menos ao meio-dia, isto é, á plena luz do sol cáustico do verão...

Do que se não lembraram foi de que esse espectaculo se reproduz, durante *todos* os dias do anno, ora de dia, ora de noite, todas as vezes que o Cruzeiro, no seu gyro diario, passa pélo meridiano.

Originalissima bandeira essa!

(2) Veja-se o tom. 53, parte 1.ª, pág. 250.

(3) Aliás nicociana, antigo nome do tabaco, derivado de Nicot, diplomata francez, nascido em Nimes, que foi um dos introductores do tabaco em França, no seculo XVI. Dahi, o substantivo *nicotina*, e os adjectivos *nicotino, a*, etc.

Com respeito á disposição das côres e á representação dos symbolos, carece a bandeira do projecto, como a actual (pâra nos servirmos das adequadas expressões attribuidas a um illustrado professor), de «condições physicas de durabilidade» e de «legitimidade heraldica» (1). De modo que a sua futura existencia e o seu merito artistico ficarão prejudicados, não só ante o que expuzemos, como deante das competentes regras, ahi por demais infrigidas, entre as quaes devemos destacar êste frisante princípio enunciado por um heraldista italiano: «As armas mais simples e menos carregadas são as mais bellas, em virtude de um antigo provérbio heraldico que reza: *chi ha piú ha meno*» (2).

Effectivamente, as armas nacionaes de agora são, á evidência, ridiculas e defeituosas. Ellas poderão ser tudo o que quizerem, menos um brasão verdadeiro. Encarregaram da sua factura a um bom e simples official lithógrapho ou xylógrapho, ou mestre de officinas da casa Laemmert, já fallecido, o qual deu conta do recado conforme podia. A primeira falha que se nota é a ausencia do escudo, isto é, do campo em que se representam as figuras heraldicas, a peça mais indispensavel do brasão. Além disso, a composição do modêlo official (annexo n. 2 ao decr. n. 4, de 19 de novembro de 1889) accusa que o seu auctor suppunha que, em heraldica, a prata e o branco, o ouro e o amarello constituissem côres differentes.

O conjunto é um accúmulo de symbolos falhos e que nada exprimem. A figura principal mais parece o que se chama, em linguagem brasonica, uma moleta, ou roseta de espora, do que mesmo uma estrêlla, conforme imaginaram. A roseta de espora é uma figura similhante á estrêlla, em geral de seis, mas tambem de cinco raios, interiormente aberta num círculo de côr diversa.

---

(1) O sr. José Feliciano. Veja-se o «esboço baseado nas lições» dêsse professor, *Revista de ensino*, cit., pág. 147.

(2) Felice Tribolati, *Grammatica araldica*, Milão, 1904, cap. XIV, pág. 177.

As estrêllas da orla azul, que deveriam representar os Estados do Brasil e o Districto Federal, são em número de 20, em vez de 21, o que está em flagrante contradição com a bandeira actual (1). O Cruzeiro do Sul, alêm de caprichosamente torto, apresenta as estrêllas com os tamanhos relativos inexactos, e a sua estrêlla ε está fóra do logar. Os ramos de café e tabaco estão figurados como si tivessem as folhas quasi eguaes, em aspecto e em tamanho. O gladio (ignoramos porque) ameaçadoramente surge espetando a imaginária estrêlla multicôr, e sôbre elle, no cabo, em meio ao cruzamento da guarda, se ostenta uma genuina estrêlla preta! Existem ainda umas fitas rococós e uns banalissimos dizeres sôltos, que nada teem de commum com os listões e as divisas heraldicas, e similham, mais, acabada obra de latoeiro! E tudo isso envolto, gloriosamente, numa auréola fulva de custódia barata...

Por essas razões, é que não podemos concordar com os respectivos topicos dos arts. 1.º, 3.º e 4.º do alludido projecto de lei, apresentado á câmara da União, em princípios de julho de 1905. E oxalá não fôssem elles irremissivelmente approvados, em benefício geral do povo brasileiro! No que se refere ás disposições constantes dêsses e dos mais artigos, em que se estabelece uma bandeira pâra uso commum e se regula o toque do hymno nacional, admittindo-o sómente nas solennidades officiaes e nas nossas festas commemorativas, alêm de as abraçarmos plenamente, ao mesmo tempo as louvamos, muito da alma, num applauso de viva sinceridade (2).

(1) O projecto Celso, porêm, procura remediar esse mal, elevando a 21 as estrêllas que compõem a orla das armas actuaes.

(2) Esse mesmo projecto ainda pretende crear um segundo typo de bandeira, «para uso commum» (modêlo n. 2), o qual não é mais do que o parallelogrammo verde com o losango amarello, tendo, no centro, dous circulos estrellados, num dos quaes se acha o Cruzeiro, e similhantes aos que se veem no verso das nossas moedas de nickel de 200 réis, padrão maior. Apesar de, com justiça, reconhecermos as vantagens dessa idéa, em geral posta em prática na maioria das nações, fôrça é censurar o mau gôsto do modêlo. Pâra que, demais, inscrever symbolos na bandeira commercial ou commum? Não seriam bastantes o parallelogrammo e o losango, pâra esse fim?

Convem, por certo, haja mesmo uma legislação especial sôbre o assumpto, como, por exemplo, tem a Argentina (1); e não apenas pâra a bandeira e pâra o hymno, mas pâra todos as sagrados symbolos da Patria (2). Porque, assim, não mais impunemente veremos os nossos pavilhões nacionaes ostentarem-se nos kiosques das loterias, nem as armas da República figurarem nas bolas de borracha, nem ouviremos o glorioso hymno brasileiro tocado nas pantomimas dos circos de cavallinhos, etc. ...

Não obstante, si forem approvados, sem discussão séria, os pontos censuraveis e defeituosos dêsse projecto, iremos ter, novamente (pâra falar duma só), outra bandeira illogica, inesthetica, complicada, ridicula, deseloquente e, portanto, indefinitiva ainda! E tal decisão, si for posta em prática, virá patentear, mais uma vez, em certas questões, o caracter pueril com que agimos, a precipitação imponderada que nos arrasta, a mania reformista que nos atropela, o processo falho a que recorremos, em summa, a insubsistencia exquisita e funesta de alguns dos nossos actos públicos! Pâra que tanta pressa temeraria ou tanta indifferença incomprehensivel? Não fôra melhor delongar e estudar um pouco mais a solução, comtanto que o resultado se tornasse, pâra todos, definitivamente acceitavel, nobilitante, satisfactorio? Por que não adoptar, pâra esse intento, os meios simples e racionalissimos ácima referidos,

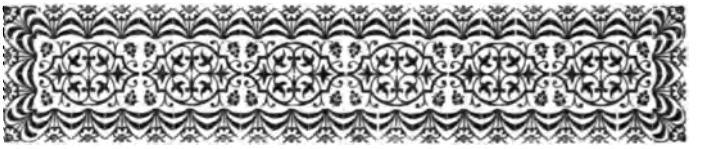
---

(1) Veja-se a excellente monographia do erudito escriptor argentino dr. Estanislao S. Zeballos, *El escudo y los colores nacionales*, extrahida da *Revista de derecho, historia y letras* e publicada em Buenos-Aires, 1900, notas ao cap. III, págs. 9 a 12.

(2) A fazer-se legislação a respeito, seria de vantagem regularizar, não só o uso de bandeiras nacionaes e extrangeiras entre nós, como ainda a factura ou a representação dos symbolos patrios nos edificios e objectos públicos (bandeiras, armas, timbres de papeis officiaes, sêllos, sinêtes, moedas, medalhas, trophéos, etc.), no sentido de uniformizal-os e perpetual-os, sujeitando-os sempre a um rigoroso typo unico e prohibindo o seu emprêgo extra-official. Assim se evitarão os deploraveis abusos que frequentemente observamos, vendo esses symbolos disparatadamente executados ao capricho de inconscientes e irresponsaveis artifices e figurados em objectos quaesquer! Tanto mais, quanto a integridade e a perfeição dos symbolos da Patria devem constituir, até, um meio elevado e util de educação civica e artistica pâra o povo.

os quaes, embora não constituam nenhuma novidade, hão provado sempre tão bem: o de nomear-se uma commissão de homens de merito, ou o de estabelecer-se um concurso justo e público, dignamente julgado por um grupo escolhido, ou mediante um plebiscito especial? Nós, de nossa parte, queremos crer que, si se escolhesse um dêsses alvitres, se evitariam ou removeriam, com fructo, as passadas difficuldades.

Em todo caso, si o Congresso quizesse dar á República uma bandeira por elle mesmo organizada com todos os requisitos necessarios, naturalmente, havendo mais cuidado, sería possivel obter-se, alfim, um resultado mais satisfactorio. Pâra isso, bastaria, unicamente, um pouco mais de amor ás cousas patrias, de reflexão e de boa vontade. Os srs. representantes da Nação não deveriam, certamente, sem exame, nem estudo meditados, approvar o primeiro projecto que surgisse: pêlo contrário, fôra mistér sujeitarem-no a uma crítica rigorosa, confrontarem-no com outros existentes, architectarem planos mais perfeitos, promoverem o estímulo geral, no justissimo afã de condignamente solver-se, pâra sempre, tão alevantado assumpto!



IV

O symbolismo universal dos povos e o culto da Tradição

orque similhante problema—da approvação definitiva duma bandeira nacional—é (como já o fizemos notar) muito mais importante do que, á primeira vista, possa parecer. O sentimento que dahi promana profundamente se radica (ou, pelo menos, deve radicar-se) na alma inteira duma nação, definindo-lhe, corporificando-lhe, revivendo-lhe perennemente o ideal ingenito e soberano. É que a bandeira constitue, sem dúvida, um alto, um forte, um significativo symbolo: e o symbolo, no apreciar philosophico de Giovanni Marchesini, « é uma necessidade humana» (1). «Tudo é symbolo em tudo» (2). «Ha uma harmonia secreta em cada uma das cousas da creação» (3). Quer considerem a bandeira como um symbolo mystico, segundo a classificação de Guglielmo Ferrero (4), quer como um symbolo emotivo, quer como

(1) GIOVANNI MARCHESINI, *Il simbolismo nella conoscenza e nella morale*, Turim, 1901, parte 1.ª, cap. 1, pág. 7.

(2) Sentença occultista.

(3) LANDRIOT, *Le symbolisme*, Paris, 1866, liv. 1.º, cap. 1., pág. 24.

(4) GUGLIELMO FERRERO, *I simboli*, Turim, 1893, cap. VI, pág. 96.

um symbolo representativo, segundo outros, ella é todavia e sempre um symbolo, por assim dizer, de caracter universal. E, por isso que ella é a suprema affirmação do poder político de um povo, de um modo particular a veneram, no convivio das nações, como a propria encarnação da patria que ella exprime...

No alvorecer da civilização, quando os homens ainda conbatiam nus, facilmente se concebe que usassem elles certos signaes que os distinguissem uns dos outros, na faina da guerra. Spencer, nos *Princípios de sociologia,* quando trata das instituições ceremoniaes, entende que, entre os povos primitivos, as insignias eram usadas, como os trajos, pâra despertar a admiração; e, logo no comêço da sua obra *A educação*, opina por que o adôrno, chronologicamente, precedeu o vestuario. Os primeiros brasões teriam sido feitos no proprio corpo, por meio da tatuagem e de ornamentos grosseiros, como ainda hoje os empregam alguns povos rudimentares. As variedades de côres e de aspectos tornaram-se os signaes distinctivos das tribus, ou *totems*. As insignias proviriam dos trophéos, ganhos aos animaes mortos na caça e tomados ao inimigo, convertendo-se depois em signaes honoríficos e symbolos da auctoridade. E a bandeira, afinal, sería o resultado do desenvolvimento decorativo da lança (1).

Os indios do Perú usavam plumas presas a uma lança, com que combatiam. Os egypcios arvoravam, no tôpo da lança, distinctivos militares, com os seus animaes sagrados em relêvo. Na *Biblia* (Números, cap. II, versic. 2, e em diversas passagens de Isaias, alêm de outras), encontram-se referencias claras ás insignias e aos estandartes de Israel. Os persas de Cyro e de Dario possuiam os seus emblemas nacionaes, como, por exemplo, a aguia de ouro, conduzida á guerra numa carruagem guardada por dous officiaes

---

(1) HERBERT SPENCER, *Principes de sociologie*, tom. 3.º, 1903, cap. IX (das instituições ceremoniaes), págs. 240 a 264.

dos mais illustres e esforçados, e tambem o seu sol divino e tutelar. Os gregos egualmente usavam signas guerreiras, ornadas de figuras de animaes, pâra annunciar o combate ou a retirada. Os romanos tiveram, a princípio, a *manipula*, que era um punhado de herva arrancado a esmo e suspenso da ponta duma haste; mais tarde, serviram-lhes de emblema quatro especies de animaes (o lobo, o fabuloso minotauro, o cavallo e o javali); e, finalmente, no tempo de Mario, veio a adoptar-se, de preferencia, a aguia, cuja olympica figura tanto se celebrizou nos fastos do grande povo. Todas as legiões tinham a sua. Representavam-na ora de madeira, ora de prata, excepto a primeira legião, que a possuia de ouro. Das victoriosas insignias costumavam pender os mais variados ornamentos, *numina legionum*, os quaes as tornavam tão pesadas, que sómente um homem robusto as podia conduzir (1). Pequenas bandeiras fluctuantes e um pequeno estandarte de panno, o *vexillum* das centurias, vulgarizaram-se tambem. Os soldados romanos tributavam ás suas aguias um verdadeiro culto: jámais passavam deante dellas sem fazer uma reverência; após uma victória, ou nas grandes solennidades, enfeitavam-nas de louros e de flores, e queimavam aromas em volta dellas!

Com o apparecimento dos labaros, começa a diminuir o uso dos objectos em relêvo, e então surgem estandartes verdadeiros. Quando Constantino I estabeleceu a religião christã no mundo romano, viu-se o *labarum* imperial ostentar a sua magnificencia sagrada e esplendorosa: num estôfo rectangular côr de purpura, recoberto de pedras preciosas e de bordados a ouro, em vez da aguia, a cruz; no alto da lança, uma corôa rebrilhante de ouro e pedrarias, em cujo centro appareciam as letras gregas do no-

(1) Duas dessas insignias, taes como apparecem figuradas nos baixos-relêvos dos antigos monumentos, principalmente nos arcos de triumpho, podem-se ver no tratado numismatico de F. LENORMANT, *Monnaies et médailles*, Paris, 1.ª parte, cap. X, pág. 180, fig. 80.

me de Christo (X e P reunidas, ou ☧), acompanhadas, ás vezes, dum A e dum Ω; no espaço comprehendido entre o estôfo e a corôa, segundo o antigo uso, o busto do imperador e o de seus filhos. O labaro, que foi o primeiro estandarte propriamente dito, pêla fórma e pêla dimensão — marco milliario entre o paganismo agonizante e o christianismo glorioso —, foi tambem o último estandarte dos romanos.

Os germanos, os gaulezes e os francos, bem como os belgas, os batavos, os godos, os dinamarquezes, os burgundios, os suevos, os alanos, os saxões, os cimbros, os celtas, emfim, todos ou quasi todos os povos chamados barbaros, e que passaram á história através das suas migrações tumultuosas, — caracterizaram-se pêlas suas insignias particulares, geralmente constituidas por animaes, ferozes ou domesticos, e fabulosos.

Com o succeder das cruzadas, quando os guerreiros europeus se desencadearam contra o Oriente mussulmano, no embate de duas civilizações antagonicas pêlo meio, pêla raça e pêla fé, então é que as bandeiras adquiriram uma importancia até ahi desconhecida. No furor das pelejas, viam-se, de um lado, os balsões occidentaes, com as cruzes das ordens religiosas e os pendões dos cavalleiros de diversos paizes; e, do lado opposto, em meio a uma floresta phantastica de lanças, os estandartes sarracenos, a tremular, com os crescentes terriveis do Islam! Ficaram célebres as bandeiras de devoção, as auriflammas, os gonfalões e os guiões medievaes. As bandeiras principaes eram, as mais das vezes, franjadas e riquissimas, contando-se muitas recamadas de pedras preciosas. Um sem número de insignias diversas e de várias dimensões propagou-se nessa epoca. Mui curioso tambem era o systema em voga na edade-média, de levarem a bandeira num carro apropriado, em que iam alguns guerreiros valorosos (uso que, egualmente, já observamos na Persia). A esse carro militar, ordinariamente de quatro rodas e puxado

por bois, os italianos deram o nome de *carroccio*. Cada cidade da Italia tinha o seu. Tornou-se vulgar o costume da bençam das bandeiras, o qual ainda se pratíca em alguns paizes modernos. As nações, que, primitivamente, apenas se distinguiam pêlas côres e pêlas cruzes diversamente coloridas, começaram a inscrever emblemas proprios nas bandeiras. Assim, a França adoptou, pâra symbolo da sua realeza, a famosa flor de lis, que vivamente se illustrou e cuja origem se perde nos horizontes de um passado assás remoto (1).

A bandeira é hoje, mais do que nunca, o symbolo político por excellencia. Como diz Bluntschli, « a personalidade de um extado exprime-se por seus emblemas, e cada estado tem o direito de exigir que elles sejam respeitados » (2). É princípio de direito internacional que um estado não deve apropriar-se dos emblemas pertencentes a outro. Quem diz pavilhão, diz estado. E, em nome dêsse direito, póde-se impedir que um estado adopte um pavilhão já existente, porque o pavilhão é o signal distinctivo apparente da nacionalidade. De egual modo é vedado a um navio servir-se de um pavilhão extrangeiro, sem auctorização do respectivo govêrno: tal facto constituiria um delicto e acarretaria punição. É em virtude do pavilhão que os navios são considerados porções fluctuantes do territorio nacional; e é ainda em consequencia delle que os navios de guerra gosam das prerogativas da exterritorialidade. O pavilhão symboliza o vínculo natural e patriotico existente entre o navio e um estado determinado. O ceremonial maritimo prescreve saudações e salvas (conforme os casos), que são

---

(1) Pâra o historico das bandeiras em geral, e especialmente das insignias nacionaes da França, consulte-se o soberbo tratado de M. Rey, *Histoire du drapeau, des couleurs et des insignes de la monarchie française, precedée de l'histoire des enseignes militaires chez les anciens*, Paris, 1837 (dous volumes e um atlas), donde extrahimos a maior parte dessas notas.

(2) Bluntschli, *Le droit internacional codifié*, Paris, 1895, liv. II, pág. 98, nota ao art. 82.

outros tantos actos de cortezia e de homenagem, frequentemente prestados e affirmados nas relações internacionaes. Na generalidade dos paizes, os representantes diplomaticos fazem collocar, na frontaria dos edificios em que funccionam as legações, o escudo de armas da sua nação, o qual, ás vezes, é acompanhado da bandeira. Os consules tambem são auctorizados a exercer esse direito, afim de mostrar o caracter internacional de que estão revestidos (1).

Á bandeira, que serve pâra exprimir a alegria e a tristeza, a paz e a guerra, etc., fazem-se continencias, entoam-se hymnos, proferem-se discursos, dão-se até beijos, (como galantemente observa Ferrero), qual si ella fôra uma pessoa viva ou uma airosa dama! «Um insulto feito á bandeira duma nação póde, afinal, provocar a guerra». E, na propria guerra, «o grande opprobrio é de ficar privado da bandeira» (2). A história toda está cheia de lampejantes rasgos de heroismo, com o fim de defender ou conquistar a bandeira!

Ora, si a bandeira é um objecto assim tão innegavelmente importante, que chega a inspirar um verdadeiro culto enthusiasta, segue-se que ella deve reunir os elementos necessarios pâra se perpetuar, inalteravel e enraizadamente, no sentimento vivo de um povo. Já se vê, pois, que a inscripção de symbolos ou emblemas não é cousa tão secundária, conforme julga o projecto apresentado á Câmara. Muito pêlo contrário: uma vez que elles figuram ou teem de figurar na bandeira, convem sejam de tal natureza, que não depreciem, nem apouquem, nem siquer empallideçam o conceito que se faz de patria. Taes emblemas hão de claramente falar, com bastante eloquencia, ás tres faculdades da alma de um povo (pâra assim nos exprimirmos) — á sensibilidade, á intelligencia e á vontade.

---

(1) Calvo, *Dictionnaire de droit internacional public et privé*, 1895, tom. 1.°, pág., 267, vocab. *drapeau*.

(2) Guglielmo Ferrero, *I simboli*, cit., cap. VI, pág. 96.

Taes emblemas devem abranger, numa synthese luminosa e constante, o passado, o presente e o futuro dêsse povo. Taes emblemas precisam indicar, na sua impassibilidade augusta e inspiradora, aos filhos duma mesma terra veneravel, donde estes filhos vêm, o que são e pâra onde vão...

Esse fim altissimo e vibrante, porêm, só se consegue com o culto da Tradição, que, no admiravel expressar dum saudoso brasileiro «é a força, a luz, o ensino e a manifestação mais sagrada das raças, a cadêa que assegura a solidariedade das gerações» (1). Assim como se vincula tudo na Natureza, no viver dos povos tudo se vincula! Sem procurarmos manter esse fluido mysterioso, que nos deve sempre e sempre unir e estimular — a tradição —, poderemos ser tudo o que quizerem, menos brasileiros! O culto, cuidadoso e constante, do passado historico estabelece a cohesão nacional: o desprêzo, porêm, acarreta o abatimento. Só são grandes povos aquelles que possuem e sabem honrar um grande passado. Venerar o passado é um dever sacrosanto, é uma condição de existencia indispensavel pâra as massas. Um povo que renuncía ao seu passado é como uma creatura que repelle as mais caras reminiscencias: ambos não vivem propriamente: porque, na vida, não são, apenas, as esperanças que nos attrahem; são, tambem, as recordações que nos avigoram...

É sabido que os povos, como as familias, possuem os seus foros de nobreza. O que estabelece, nesse ponto, a distincção entre elles são as suas insignias, os seus brasões de armas. O Brasil tambem tem, naturalmente, os seus emblemas... E, uma vez que se pretende (e não é mal occorrida a idéa), substituir ou modificar a nossa bandeira, fazendo com que nella se inscrevam as armas nacionaes, é conveniente e opportuno verifiquemos si as

(1) Eduardo Prado, *Discurso* publicado na *Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo*, vol. 3°., 1898, pág. 527.

armas actuaes — as armas da República — plenamente correspondem ás exigencias mui legítimas. Com desafôgo e, antes de tudo, com justiça, já fizemos ver que não. E por que? Porque essas armas, alêm de apresentarem os mesmos e respectivos defeitos apontados no capítulo anterior, incorrem na visivel e inqualificavel pecha de nellas se haver desprezado, sem motivo serio, a tradição.

Com effeito: possuindo o Brasil, quando se proclamou a república, um escudo de armas, reunidas e determinadas, ao tempo da Independencia, com o duplo fim de se conservarem e exprimirem os symbolos representativos da sua história e do seu ideal político; sendo a nova fórma de govêrno a evolução ou a successão daquelles estados anteriores; e, demais, attendendo á vida íntima do paiz, em que não conviria houvesse rompimentos bruscos, mas ligações suaves,—parece óbvio que se deveriam manter os symbolos primitivos, compativeis com a nova phase, e apenas rejeitados aquelles que fôssem contrários á república. Entretanto, assim não aconteceu. O espectaculo, que nos salteou, foi devéras contristador: sob a impiedade crua de desatinados iconoclastas, acabrunhadoramente vimos então ruirem muitas lembranças, ainda vivas e amaveis, do nosso passado glorioso! Esse facto faz-nos recordar as bellas e sentenciosas palavras escriptas por Michelet, ácêrca dos motivos que occasionaram a abolição da ordem dos Templarios: «Tal acontecimento não é mais do que um episódio da guerra perpétua que manteem um contra o outro o espirito e a letra, a prosa e a poesia. Nada é tão cruel e ingrato como a prosa quando não reconhece as velhas e veneraveis fórmulas poeticas, sob o amparo das quaes se desenvolveu» (1). No emtanto, compare-se o que succedeu em França, paiz que tantas vezes procuramos imitar: «No palacio do Eliseu,

(1) JULES MICHELET, *Histoire de France*, Paris, 1876, tom. 4°., liv. V, cap. IV, págs. 97 e 98.

a habitação dos presidentes da republica, conservam-se ainda hoje nos ricos reposteiros o monogramma de Napoleão III, e nas respectivas galerias a coroa imperial, symbolo da monarchia. É que aqui ninguem julga necessario destruir estas reminiscencias historicas e estas obras d'arte, para garantir a republica ou dar provas de bom republicanismo». São palavras textuaes do dr. Campos Salles, nas suas *Cartas da Europa*, que convidam á ponderação (1).

Mas existem, porventura, symbolos taes que a Tradição nos legou e que a Posteridade tem obrigação de conservar? Incontestavelmente! E quaes foram, em summa, os symbolos patrios abolidos ou, antes, desprezados, sem razão plausivel, pêla república? A cruz da ordem de Christo e a esphera armillar de d. João VI.

E por que, com o advento da república, foram esses emblemas eliminados, ostensivamente, das armas, da bandeira, emfim, de todos os novos documentos e monumentos officiaes? Talvez por um capricho momentaneo, talvez por má comprehensão das cousas, talvez por intolerancia política e religiosa (as mais nefastas das intolerancias, cujos turbilhões, de vez em quando, se agitam e se engolfam na História), talvez por inconsciencia, talvez por ingratidão...

Relativamente á esphera armillar, os creadores e defensores da bandeira actual não fazem muito cavallo de batalha, pâra explicarem a suppressão de tal symbolo. Do que por ahi consta sôbre a materia, deve-se chegar á indiscutivel e sábia conclusão de que a esphera foi supprimida, simplesmente porque... foi supprimida!

Quanto á cruz da ordem de Christo, então, sim: *hoc opus, hic labor est!*... O singelo emblema idolatrado, esse, foi expressamente excluido, porque (declamam) não era

---

(1) Campos Salles, *Cartas da Europa*, Rio de Janeiro, 1894, 3.ª carta, pág. 76.

possivel tolerar-se numa república federativa, onde é preciso haver plena liberdade de cultos! É «um symbolo de divergencia» (apostoliza um estrenuo paladino da Religião da Humanidade)! (1) É «um ponto de divergencia» (doutrina um outro estudioso discipulo de Comte)! (2) A differença, como se vê, é apenas de meras palavras, mas a causa da repulsa permanece a mesma... Mas por que similhante censura dialectica, que, afinal, degenera em birra franca, em decidido combate a ferro e fogo? Por que a cruz é um symbolo christão? Nesse caso, a prevalecer tal argumento, não será tambem um symbolo, um ponto ou um letreiro de divergencia, com muito maior razão, o lemma positivista «Ordem e Progresso», adoptado na bandeira? Não exprimirá essa legenda o esbulho inadmissivel de uns, que representam a maioria e um direito adquirido, em favor de outros, que constituem uma diminuta aggremiação revolucionária? Que privilégio exquisito é esse, em prol dos positivistas em particular, e que violenta extorsão é essoutra, feita aos brasileiros em geral?

---

(1) TEIXEIRA MENDES, artigo publicado no *Diario Official* da União, de 24 de novembro de 1889.

(2) JOSÉ FELICIANO, *apud* artigo assignado pêlo prof. Augusto R. de Carvalho e publicado na *Revista de ensino*, cit., pág. 148.

V

A cruz através dos tempos

Ainda assim, com referencia á figura da cruz (e os positivistas, com certeza, não o ignoram) é hoje um facto sobejamente comprovado, á luz das rigorosas pesquisas archeologicas, que similhante symbolo não pertence, exclusivamente, ao catholicismo, e, sim, a povos e cultos differentes. É «o mais antigo e universal dos symbolos religiosos», na phrase de Gustave Lejeal (1). O padre Ansault, que escreveu um estudo ácêrca do culto da cruz antes de Christo, citado por aquelle escriptor, diz : « Êste signal, que, á primeira vista, póde parecer um simples motivo de ornamentação e que, ás vezes, não é outra cousa, é, ordinariamente, aos olhos dos archeologos crentes ou descrentes, um symbolo religioso, o primeiro, o mais universal, o mais antigo dos symbolos religiosos ; elle encerra o sentido de vida, de vida divina, de vida eterna, de salvação e tambem de salvador » (2). Em quasi todas as regiões do mundo teem sido profusamente descobertos

(1) GUSTAVE LEJEAL, *Le culte de la croix avant Jésus-Christ*, artigo publicado na *Revue encyclopédique*, Paris, 1892, tom. 2.°, pág. 109.

(2) *Idem*, *ibidem*, pág. 108.

signaes cruciferos ou hieroglyphos cruciformes: em casas e templos, em tumulos e ornatos, em baixos-relêvos e estátuas, em vasos e armas, em pedras gravadas e moedas, emfim, numa enorme serie de monumentos e objectos variados. Ainda hoje, principalmente nas ruinas dos povos que passaram e nos museus da Europa, se pódem admirar algumas especies de cruzes seculares, as quaes, pêla sua fórma e disposição, despertam a curiosidade.

No Egypto, por exemplo, é de ver a original e antiquissima cruz *ansata*, ☥, que frequentemente se encontra, ora isolada, ora na mão, ora pendente do pescoço de entidades do pantheon egypcio (1): é o symbolo da vida, da vida sã e forte, representa o homem (2). O deus Serapis ou Osiris-Apis (que dizem não ser outra cousa, na essencia, que o sol mystico, a alma universal de que as almas humanas são scentelhas) tinha, na sua attitude hieratica, sôbre a cabeça, a figura da cruz serapidiana, + — a mesma cruz grega —, que symboliza *a vida que chega* (a vida que vem chegando)... Na Grecia juvenil e bucolica, dos encantados sonhos mythologicos e da vida livre e prazenteira, o festejado Baccho-Dionysio trazia a fronte guarnecida de cruzes gregas ou bacchicas, uniformes e graciosas (3). No Museu Britannico, existe uma estela ou monolitho assyrio, que é um precioso typo no genero, onde se vê o rei Samsi-Raman III, de pé, adorando os symbolos planetarios e tendo uma bella cruz, similhante á moderna cruz de Malta, pendida sôbre o peito. Nos lados dêsse inestimavel monumento, que antecede mais de oito seculos a Christo, encontram-se ins-

---

(1) Entre outras obras, veja-se a de LEJEAL, cit., a de G. MASPERO, *L'archéologie égyptienne*, Paris, e a de GUSTAVE LE BON, *Les prémières civilisations*, Paris, onde se encontra, facilmente, a cruz *ansata*.

(2) GUSTAVE LEJEAL, obr. cit., pág. 109, G. MASPERO, obr. cit., cap. V, § 2, pág. 274, e ERNEST BOSC, *Dictionnaire d'orientatisme, d'occultisme et de psychologie*, Paris, 1896, tom. 1.º, pág. 270.

(3) LEJEAL, obr., cit., págs. 111 e 112.

cripções cuneiformes que relatam, anno por anno, as façanhas militares dêsse principe (1).

Raro é o paiz da Europa em que a cruz não apparece, com um sentido allegorico ou como emblema religioso, anteriormente ao estabelecimento do christianismo. É isso o que se deduz do judicioso e documentado estudo de Gabriel de Mortillet, no qual se depara a cruz num sem número de objectos diversos, hoje recolhidos a museus públicos europeus ou pertencentes a collecções particulares. Encontraram-na: nos terramares da Emilia, principalmente em vasos; em ossuarios e cylindros de barro, do cemiterio de Villanova; nos tumulos de Golasecca; no planalto de Somma; nas sepulturas de Vadena; em urnas funerarias da Inglaterra; nos objectos dos *tumuli* da Suissa; em armas de bronze da Austria; em certa especie de alfinêtes, achados nos arredores de Moguncia e no Hannover; em punhaes do Mecklemburgo; em vasos das habitações lacustres situadas perto de Aix-les-Bains, na Saboia; em punhaes das cercanias de Lyão; em curiosas moedas gaulezas, descobertas em vários logares da França. Alguns dêsses objectos, segundo a opinião de Mortillet, remontam a mais de mil annos antes de Christo (2).

Mas não precisamos ir tão longe, pâra demonstrar que a cruz é um symbolo universal e que surge em civilizações ainda extremes do christianismo. Aqui, neste continente que habitamos, muito antes do descobrimento da America, os aztecas — esse povo singular e valoroso, duma civilização relativamente assás luzida, cujos malaventurados chefes Fernando Cortez e os hispanhoes tristemente supplantaram, á fôrça de ambiciosas crueldades — os aztecas tambem conheciam e empregavam o signal cruciforme. Pâra exemplo disso, basta lembrar que o deus

---

(1) Ernest Babelon, *Manuel d'archéologie orientale*, Paris, cap. III, § 1.°, págs. 99 e 100, fig. 60.

(2) Veja-se Gabriel de Mortillet, *Le signe de la croix avant le christianisme*, Paris, 1866, especialmente o resumo final, págs. 162 a 174.

nacional ou o deus da guerra dêsses antigos mexicanos (Huitzilopochtli), cuja veneração se fazia, ao tempo da conquista, no mais esplendido santuario da sumptuosa capital, era solennemente representado sob a fórma dum homem sentado sôbre um globo azul, tendo, na mão direita, uma serpe ondeante, e, na esquerda, um escudo com quatro pennas brancas, dispostas em cruz (1). O emblema de Teutl (*deus*, em mexicano) é uma regularissima cruz artistica, perfeitamente similhante áquella que adorna o monolitho oriental, descripto ha pouco. Nas extranhas e monumentaes ruinas, algumas das quaes subterraneas, perdidas em meio á sombria e evocadora floresta que avulta nos arredores da pequena cidade de Palenque (America Central), onde outrora esplendeu um povo que se foi, acham-se várias fórmas cruciaes, que hão despertado a attenção dos sabios e viajantes. Entre ellas se destaca o mui famoso baixo-relêvo da cruz, cuja fórma se approxima da latina e sôbre o qual se teem feito as mais imaginosas conjecturas: segundo uns, sería essa cruz um objecto de supplício, usado pêlos primitivos habitantes do paiz; segundo outros, era o emblema da chuva, no qual se adorava um symbolo original, no culto tolteca e mexicano (2).

De accôrdo com o testimunho presencial e fidedigno de Garcilaso de la Vega, que nasceu no Perú e refere o facto em 1560, os incas, seus compatriotas, possuiam em Cuzco, desde tempos immemoriaes, uma bella cruz de marmore ou de jaspe crystallino, muito bem feita e polida, que elles guardavam numa das suas casas reaes, num

---

(1) *Cérémonies et coutumes religieuses de tous les peuples du monde, représentées par des figures dessinées et gravées par Bernard Picard et autres habiles artistes*, Amsterdam, 1783, tom. 2.°, fig. 87. Em HUBERT HOWE BANCROFT, *The native races of the Pacific states of North America*, Nova-York, 1875, tom. 3.° (*Myths and languages*), 1.ª parte, cap. VIII, págs. 288 e seg., vê-se tambem descripto, algo differentemente, esse deus mexicano.

(2) Padre BRASSEUR DE BOURBOURG, *Histoire des nations civilisées du Mexique et de l'Amérique centrale*, Paris, 1857, tom. 1.°, liv. I, cap. III, págs. 89 e 90, e LARENAUDIÈRE, *Mexique et Guatemala*, Paris, 1843, págs. 308 a 320.

compartimento aliás tido como sagrado e denominado *huaca*. Quando os hispanhoes, capitaneados por Pizarro, conquistaram o Perú, foi essa cruz encontrada e, depois, collocada na sacristia da cathedral de Cuzco (1). Na mesma cidade, deante da porta da egreja de São Sebastião, existe um bloco de granito monumental, anterior á conquista, onde ha uma abertura, talhada em fórma crucifera, em que muitos veem um instrumento das « altas obras », destinado ás execuções capitaes, que se faziam em frente ao palacio incasico de Colcampata (2). Nas ruinas de Tiahuanaco (Bolivia), deparam-se pedras gravadas com figuras cruciaes regulares, conforme se observa na obra do conde de Castelnau, sôbre a sua excursão a ésta parte da America (3). A estampa 35 representa um vaso de argilla avermelhada, onde se vê uma cruz geometricamente desenhada, e suspensa do pescoço duma figura humana—o que, de algum modo, faz pensar nos egypcios (4).

No Brasil, emfim, neste nosso torrão abençoado (quem, á primeira vista, supporia ?) tambem se ha encontrado a cruz entre os melancolicos destroços dêsse nativo povo selvagem, que a onda humana repelliu ! Conforme se póde

---

(1) GARCILASO DE LA VEGA, *Histoire des Incas, rois du Pérou*, Paris, 1830 tom. 1.°, liv. II, cap. III, págs. 153 e seg.

(2) CHARLES WIENER, *Pérou et Bolivie*, Paris, 1880, 3.ª parte, págs. 723 e 724.

(3) FRANCIS DE CASTELNAU, *Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud*, Paris, 1851, tom. 3.°, cap. XXXVIII, pág. 394, e vol relativo ás antiguidades dos Incas, estampas 2 e 3.

(4) Toda a minuciosa e larga obra do archeologo argentino ADAN QUIROGA, *La cruz en America* (Buenos-Aires, 1901), é pâra provar, em conclusão, que a cruz é «um emblema synthetico, o symbolo figurativo dos phenomenos atmosphericos que produzem a chuva» (cap. VI, págs 163 e 164) ; ou, por outra, que «a chuva é o motivo fundamental da religião, e a cruz, seu symbolo» (cap. X, pág. 254). «Os quatro braços da cruz apparecem como diametros de um horizonte sempre circular aos olhos do indio» (*idem, ibidem*, pág. 245). A sua ligação com o número sagrado 4, com os quatro ventos ou «espiritos» cardeaes, com as quatro estações do anno, etc., é manifesta. HUBERT HOWE BANCROFT diz que «o sentido mais vulgar attribuido ao symbolo é de fertilidade ou geração». «Entre os chinezes, a cruz significa concepção». «Pâra os mexicanos, a cruz era um symbolo da chuva, o elemento fecundante, ou, melhor, dos quatro ventos, portadores da chuva». Elles davam-lhe o nome de «árvore da nossa vida». (BANCROFT, *The native races of the Pacific states of North America*, cit., tom. 3.°, 1.ª parte, cap. XI, págs. 469 e 470.)

verificar pêlo vol. 6.º dos *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro* — publicação feita por nomes applaudidos — muitos productos da ceramica indigena, encontrados em Marajó (vasos de barro, idolos, etc.), encerram interessantissimos signaes cruciformes, gravados, esculpidos ou pintados. Esses objectos, que, sem dúvida, revelam uma indústria e uma arte adeantadas, são, alguns, duma belleza original e primorosa, e, outros, apresentam analogias com os antigos e congeneres productos gregos, etruscos, etc. Uma dessas variedades cruciaes lembra a curiosa nandavartaya ou nandyavarta — variante da cruz mystica de Buddha — cujo fiel sentido quer dizer *circulo feliz* (1); outras se assimilham a emblemas cruciferos usados pêlos primitivos mexicanos e pêlos povos do Oriente, em civilizações extinctas. No capitulo VII, pág. 454 a 465, dessa apreciavel revista nacional, vem uma serie de quadros comparativos, enriquecidos de gravuras, de caracteres symbolicos empregados no Brasil, em parallelo com os do Mexico, da China, do Egypto e da India, no qual a cruz se destaca em fórmas várias e analogicas.

Uma cruz perfeita e singular, pêla disposição no objecto em que se acha e pêlos symbolos que a rodeam, é a que se observa no particularissimo amuleto amazonense, de argilla cocta, da qual se occupa o eminente scientista Barbosa Rodrigues, na sua erudita obra *O Muyrakytã e os idolos symbolicos*. Esse objecto, que (segundo a competente opinião do seu descobridor) devia ter sido feito pâra usar-se ao pescoço, foi encontrado numa urna mortuaria, desenterrada dum cemiterio outrora pertencente á tribu dos Aroakys. Tanto numa, como noutra face, o amuleto apresenta desenhos que Barbosa Rodrigues filia á symbolica asiatica (2).

---

(1) *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1885, vol. 6.º, pág. 352.

(2) J. Barbosa Rodrigues, *O Muyrakytã e os idolos symbolicos*, Rio de Janeiro, 1889, tom. 1.º, cap. VI, págs. 96 e seg.

Não é só isso, porêm. A cruz apparece, ainda, em innumeras e curiosissimas inscripções hieroglyphicas, desenhadas ou incisas em pedra (rochedos talhados a pique, as mais das vezes), em diversos pontos do Brasil. Nem todas essas inscripções, naturalmente, se devem acceitar como authênticas, sem mais exame; e, pêlo contrário, o rigor da crítica preceitúa que as reputemos, de preferencia, apocryphas. Algumas ha, todavia, que teem sido mencionadas por viajantes e naturalistas respeitaveis e, o que é mais, reproduzidas em trabalhos de merecimento.

Em relação ao assumpto, aliás incidentemente tratado por algumas notabilidades extrangeiras (Spix e Martius, Auguste de Saint-Hilaire, Koster, Debret e outros), o conselheiro Tristão de Alencar Araripe escreveu uma substanciosa memória, acompanhada de desenhos, com o titulo *Cidades petrificadas e inscrições lapidares no Brazil,* a qual foi publicada na revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro (1).

Quanto ao uso e á representação da cruz entre os primeiros proselytos do christianismo, até existe uma circumstância verdadeiramente notavel. Como medida de prudencia contra as perseguições officiaes e afim de evitar os escarneos e a profanação das suas imagens pêlos pagãos, os adeptos da nova doutrina tinham de recorrer a figuras adrede simuladas e symbolicas, que encerravam um sentido secreto, incitando-os ao culto. Assim, nos seus logares de reunião, nos seus monumentos, principalmente nas reconditas e solennes catacumbas, viam-se decorações caracteristicas, pintadas ou gravadas, nas quaes a cruz se revelava aos olhos dos fieis, sob as seguintes fórmas: a âncora, ora simples, ora com uma peça collocada transversalmente á haste; o mastro de navio, atravessado

---

(1) *Revista trimensal do Instituto Histor.co e Geographico Brasileiro*, tom. 50, Rio de Janeiro, 1887, parte 1ª, págs. 213 e seg.; FERDINAND DENIS, *Brésil*, Paris, 1837, págs. 279 a 280; LEVASSEUR, *Le Brésil*, Paris, 1889, cap. X, págs. 21 e 22; CANDIDO COSTA, *As duas Americas*, Lisboa, 1900, cap. I, págs. 42 e seg.

por uma antenna ; o tridente, em que ás vezes havia um peixe suspenso, « o mais perfeito symbolo do Crucifixo », na phrase de André Pératé, auctor da *Archeologia christã* (1), e figuras dispostas em cruz, como o orante, etc. (2)

Tambem surgiam, mas raramente, nos primeiros tempos, representações mais proximas: o tau grego, imagem da cruz *commissa* ou *patibulata*, T , que lembra, de facto, um patibulo, e a qual é tida, por muitos, como a fórma da cruz em que morreu Christo; a cruz equilateral ou *immissa*, vulgarmente chamada cruz grega, + ; a singularissima cruz *gammata* ou *swastika*, 卐 , de origem oriental; e, por fim, a cruz *decussata*, em fórma de X, hoje conhecida pêlo nome de cruz de Santo André, X .

Começam, depois, a apparecer os diversos monogrammas, formados pêlas letras gregas do nome de Jesus, e as respectivas siglas cryptographicas, das quaes a mais importante foi, sem dúvida, a que se perpetuou no assás conhecido labaro de Constantino, em que o chrismon-resch, expressão occulta do Christo-Deus, ☧ , occupa o logar principal. Nesse famoso emblema, celebrizado pêla tradicional legenda do imperador romano—*In hoc signo vinces*, ou, em grego, como apparecia no labaro, EN TOYTΩ NIKA—, Minucio Felix, apologista christão do III seculo, reconhecia o symbolo da cruz (3).

Só muito depois da paz da Egreja e da divulgação da «verdadeira» cruz por Santa Helena, é que a cruz, entre os christãos, começa a apparecer destacadamente, adoptando-se, porêm, doravante e mais em geral, a sua fórma definitiva, como é usada ainda hoje, isto é, a cruz la-

---

(1) André Pératé, *L'archélogie chrétienne*, Paris, pág. 142.

(2) Pâra André Pératé, obr. cit., pág. 76, o orante é «a imagem da alma separada do corpo»; Théophile Beaudoire, porêm, entende que essa figura, que se vê representada na attitude de invocação, nada mais é do que a substituição da sigla do iesmon-resch ☧ , e, por conseguinte, representa a cruz. (Théophile Beaudoire, *Genèse de la cryptographie apostolique et de l'architecture rituelle*, Paris, 1902, pág. 186).

(3) André Pératé, obr. cit , pág. 144.

tina ou, por outra, a cruz catholica, na sua feição mais simples e mais perfeita, † (1).

Taes são as mais simples e, incontestavelmente, as mais primitivas fórmas cruciaes. E dizemos mais simples, porque a cruz (como se sabe) facilmente póde apresentar-se sob os mais variados aspectos: basta dizer que os heraldistas contam além de duzentas especies (2). Émile Burnouf, o sabio orientalista francez, entende (e com elle concordam muitos archelogos) que a mais antiga fórma da cruz é a denominada *swastika*—nome sanskrito que quer dizer *signal de salvação*—, cujo uso remonta aos brahmanes das mais alta antiguidade. Ella é uma figura monogrammatica, de quatro ramificações eguaes e juxtapostas, cujas extremidades se dobram em angulos rectos, 卐. A sua origem provêm do *arani*, original e veneravel instrumento, cujo attrito aspero fazia apparecer Agni — o sagrado fogo dos patriachaes aryanos (3).

Pâra os occultistas, o tetragramma crucial, ou a cruz — esse resultado de duas linhas que se cortam em angulos rectos —, é um signal kabbalistico do mais alto valor; é um pantaculo hermetico duma grandissima influência; é o Lingam Sagrado, através de cujos traços bipolares palpitam, completando-se, as fôrças geradoras do universo; é a imagem do Absoluto (4); «é o symbolo *ineffavel* da Sciencia Secreta, do ensinamento e do poder dos iniciados; é a unidade potencial; é *tudo*» (5)!

---

(1) Segundo MORTILLET, e conforme nós mesmos temos observado, em livros de arte e em tratados de archeologia, a cruz latina se encontra, ao mesmo tempo que a cruz grega e a cruz *ansata*, em meio aos hieroglyphos do Egypto. (Veja-se *Le signe de la croix avant le christianisme*, cit, cap. IV, pág. 143).

(2) FELICE TRIBOLATI, *Grammatica araldica*, cit., cap. V, pág. 95.

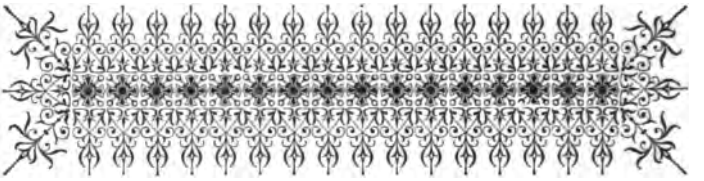
(3) ÉMILE BURNOUF, *La science des religions*, Paris, 1876, cap. IX, págs. 239 e 240.

(4) PAPUS, *Traité élémentaire de science occulte*, Paris, 1903, pág. 108.

(5) HORACIO DE CARVALHO, *O kaf*, כ, *de João Ramalho*, publicado na *Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo*, vol 7.°, São Paulo, 1903, pág. 361.

E, de feito, nessa synthese magica de tudo quanto existe, que lembra os diametros da terra e os pontos cardeaes, o levante e o pôr do sol, o zenith e o nadir; nessa chave mystica da vida eterna, que atravessa os tempos e revive sempre, na visão contemplativa da Humanidade, algo não haverá de eminentemente occulto e soberano?...

As árvores crescem em cruz, o proprio homem é uma cruz, e o seu coração tem as auriculas e os ventriculos separados por uma cruz...



VI

A cruz, como symbolo, perante a nossa história

Desmo como symbolo religioso, seriam bastantes as eloquentissimas e elevadas qualidades moraes da cruz, a sua simpleza ideal e afagadora e a sua incomparavel universalidade, pâra que não houvesse motivos de supprimil-a da bandeira. Mas a cruz, pâra o nosso objectivo, é, antes do mais (e sem o menor sophisma), um symbolo historico e patriotico (poderemos dizer, até, político) — o primeiro, um legítimo e, quiçá, o mais valioso e expressivo dos symbolos nacionaes ! Ella recorda e representa o descobrimento do Brasil, o seu primitivo e doce nome — Véra Cruz e, mais tarde, Santa Cruz — e toda a phase do Brasil-colonia.

Comquanto muitissimo devamos ao christianismo e, particularmente, ao catholicismo, fôrça é concordar em que a cruz da ordem de Christo, já sôbremaneira celebrada desde o alvorecer da nossa civilização, entrou a fazer parte effectiva das armas do Brasil, quando se fez a independencia, « para rememorar o primeiro nome que lhe fôra imposto no seu feliz descobrimento » (conforme a expressão textual do decr. de 18 de setembro de 1822, assignado

pêlo principe regente e por José Bonifacio) (1). Ahi se acha, pois, categoricamente explicada, nesse decreto, patriotico entre os mais patrioticos, a razão historica e política de existir a cruz da ordem de Christo nas armas e na bandeira do Brasil. A mesma idéa claramente se nota ao instituir-se a imperial ordem do Cruzeiro, creada pêlo decr. de 1 de dezembro de 1822, pâra assignalar a acclamação, sagração e coroação de d. Pedro I: a cruz das honrosas veneras, formada pêlas dezenove estrêllas esmaltadas de branco, sôbre o fundo azul celeste, symbolizava, ao mesmo tempo, o conjunto das dezenove provincias, e (diz o decreto) a «memoria do nome que teve sempre este Imperio, desde o seu descobrimento, de — Terra de Santa Cruz» (2). A bandeira da revolução de Pernambuco, de 1817, tambem ostentava uma cruz, pâra exprimir o mesmo pensamento (3). Por conseguinte, á vista dêsses positivos documentos (a não ser com uma preconcebida má-vontade), é óbvio que se não póde taxar essa memorabilissima cruz—rara e consagrada reliquia da nossa nacionalidade, e que tantas e tão gratas recordações nos desperta — de symbolo ou de ponto de divergencia!

A continuarem com esse raciocinio, os nossos positivistas deveriam ver um motivo de divergencia, tanto nessa cruz, quanto na do signal + das suas operações mathematicas... Com franqueza: qual a pessoa que, de boa-fé e sem a menor preoccupação de contrariar systematicamente, será capaz de descobrir, no primeiro decreto

---

(1) Veja-se o decr. referido, transcripto no appendice (doc. n. 2).

(2) Veja-se o decr. de 1 de dezembro de 1822, na *Collecção das leis do Brasil*, cit., pág. 83.

(3) Veja-se a respectiva memória publicada na *Revista trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, tom. 56, Rio de Jeneiro, 1893, parte 2.ª, págs. 91 a 124. Annexa a essa memória, vem representada a bandeira da revolução de 1817, cujo desenho, aliás, foi encontrado num dos archivos públicos norte-americanos e remettido, por cópia, ao Instituto, em 1886, pêlo nosso ministro em Washington nessa occasião, com os seguintes e frisantes dizeres em inglez (pág. 122): «Flag of the Republic of Pernambuco (Explanations). *The cross allude to the name of Santa Cruz (the Holy Cross) given to the Brasil at the epoch of this discovery*», etc.

(que nos deu ou, antes, confirmou a cruz da ordem de Christo como symbolo historico) e no segundo (que se refere á cruz da ordem do Cruzeiro), a mais leve imposição ou a menor offensa á crença religiosa de quem quer que seja? Porventura esses decretos se pronunciam ácerca do christianismo ou alludem, siquer, ao sentimento religioso da nação? Não transparece, ahi, perfeita e puramente definido, o insophismavel pensamento do legislador, de relembrar *o primeiro nome* que ao Brasil fôra dado, por occasião do descobrimento? Por que se ha de querer, a todo o transe, mal interpretando ou contrafazendo a verdade, que similhante emblema, em vez de ser um symbolo historico e patriotico, como realmente é, seja um symbolo religioso e (no expressar de um diligente positivista) traduza «crenças que não são mais partilhadas por todos os cidadãos»? (1) Argumentando com as proprias palavras opportunamente escriptas pêlo sr. Teixeira Mendes, em defesa da fórmula «Ordem e Progresso» e do positivismo, e admittindo, por hypothese, que a malsinada cruz figurasse na bandeira como symbolo filiado ao christianismo, rematemos: «A acceitação da» cruz da ordem de Christo «implica tanto a conversão» ao christianismo, «como a acceitação da lei da gravitação universal descoberta por Newton implica a adopção das theorias metaphysicas do eminente pensador inglez, ou o reconhecimento da supremacia do amor proclamada por S. Paulo implica a acceitação do Catholicismo» (2).

Mas a cruz da ordem de Christo não symboliza, apenas, o descobrimento, o primeiro nome e a phase colonial do Brasil: ella abrange, com os seus braços abertos pâra os pontos oppostos do espaço, um resumo de cousas

---

(1) TEIXEIRA MENDES, artigo publicado no *Diario Official* da União, de 24 de novembro de 1889.

(2) *Idem, ibidem.* No texto do sr. Teixeira Mendes, em vez das expressões *cruz da ordem de Christo* e *ao christianismo*, ácima intercaladas sem aspas, lê-se: *fórmula— Ordem e Progresso* — e *Religião da Humanidade*...

brilhantes e immortaes: a epoca em que foi descoberta a nossa terra, «época de enthusiasmo, de ideal e de lucta, em que tudo se representava por symbolos» (1); a civilização a que nos filiamos, isto é, os usos, costumes, a lingua, a crença e as tradições dos nossos antepassados; a fé ardorosa que primeiro se infiltrou em nossas almas e produziu os colonizadores e os guerreiros, os missionarios e os martyres; o ideal supremo da maioria dos brasileiros! A sua idéa está intimamente ligada a Portugal, essa outra patria caroavel, que nos acalentou no berço; e, portanto, ella nos abre os horizontes das descobertas e das conquistas; da Renascença pujante e esplendorosa; das cruzadas devotadissimas e tumultuárias; da Edade-média senhorial e cavalheiresca, rica de aventuras e mysterios; do solenne mundo romano, tempestuoso e varonil, tronco da nossa raça gloriosa; do Oriente, emfim, dessa paragem mirífica, donde brota a fonte viva do sol e da civilização!...

A cruz de Christo, como symbolo, vem de longe e, por assim dizer, nos acompanha *pari passu,* desde que nascemos pâra a vida civilizada, qual si fôra um genio protector...

O nosso pensamento a descortina: nos mais gloriosos e magníficos monumentos de Portugal — verdadeiras epopéas de pedra — (no convento de Christo em Thomar, na Batalha, nos Jeronymos, na tôrre de Belém e em tantos outros); em armas de cidades e villas dêsse paiz (2); nas bandeiras coloniaes portuguezas; nos lados e nas velas das naus aventurosas dêsses arrojados e modernos phenicios; nos marcos solitarios, que esses laboriosos navegantes iam deixando pêlas praias longinquas, afim de authenticar a posse das terras, assim como servir de remotos padrões

---

(1) FAUSTINO DA FONSECA, *A descoberta do Brazil*, Lisboa, 1900, cap. IV, pág. 48.

(2) J. VILHENA BARBOSA, *As cidades e villas da monarchia portugueza que teem brasão de armas*, Lisboa, 1860-62, 3 vols.

da sua fé e do seu valor (1); nas antigas moedas e medalhas portuguezas e nos sêllos reaes (2); nas nossas moedas coloniaes, lavradas no Brasil, as quaes continham a cruz de Christo e a esphera armillar manuelina, ora juntas, ora destacadas, como *de visu* podemos observar nos nossos museus públicos, etc.

Vemol-a, ainda, numa inteira galeria de vultos immortaes pâra nós, aliás todos membros da nobilissima ordem de Christo: o porfiadissimo infante d. Henrique, o abnegado vidente de Sagres, o incansavel sonhador do Mar Tenebroso e o insigne precursor da espantosa «obra de reconhecimento e vassallagem de todo o globo», na phrase crystallina e synthetica de Oliveira Martins (3); a figura cyclica de d. Manuel, o rei devéras *venturoso*, em cujo brilhantissimo reinado foi descoberta a nossa terra; Vasco da Gama, o inclito almirante, assás enaltecido no poema nacional dos *Lusiadas*, pêlo grande feito de haver dobrado o cabo Tormentorio e vencido o caminho das Indias; o desafortunado, mas inolvidavel Pedro Alvares Cabral, o sereno descobridor do Brasil, cujo precioso arcabouço distante e melancolicamente repousa na piedosa e velha egreja da Graça, em Santarem; o rei mystico d. João III, iniciador da colonização do Brasil; o varonil fidalgo e famoso capitão Martim Affonso de Sousa, pri-

---

(1) Um dêsses marcos, de cantaria, lavrado em quina viva, encontra-se ainda hoje em Porto Seguro. (*Vide* SALVADOR PIRES, *A bahia Cabralia e Vera Crus*, Bahia, 1900, cap. VIII, estampas entre as págs. 50 e 51). No Rio de Janeiro, junto a um dos angulos da velha egreja de São Sebastião, no morro do Castello, vimos um marco dos tempos coloniaes, tendo, de um lado, as armas portuguezas, sem a corôa, e, do outro, a cruz de Christo. JOÃO PINTO RIBEYRO (*Obras várias*, Coimbra, 1729, *Relação feita ao Pontifice*, parte 2.ª, pág. 243) consigna o facto de costumarem os capitães portuguezes erigir cruzes, com as armas de Portugal, nos logares recem-descobertos.

(2) Veja-se D. ANTONIO CAETANO DE SOUSA, *Historia geneologica da casa real portugueza*, cit., tom. IV, parte relativa a sêllos e moedas; e um trabalho, sôbre moedas portuguezas, de MANUEL BERNARDES LOPES FERNANDES, publicado nas *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, 1857, tom. 2.º, parte 1.ª

(3) OLIVEIRA MARTINS, *Historia de Portugal*, Lisboa, 1886, tom. 1.º, liv. III, cap. I, pág. 167.

meiro donatario da capitania de S. Vicente; o marquez de Pombal, superior e inquebrantavel estadista e activissimo e opportuno reformador, cujos provados zêlos e sensiveis benefícios, em prol da nossa patria, se não podem apagar; o complacente monarcha d. João VI, que elevou o Brasil á categoria de reino e o dotou de importantissimos melhoramentos; José Bonifacio de Andrada e Silva, o laureado patriarcha da Independencia e o grande espirito que presidiu á formação do caracter nacional; d. Pedro I, o galhardo e glorioso proclamador da nossa emancipação política; d. Pedro II, esse magnanimo e preclaro soberano, por muitos titulos veneravel, a quem Victor Hugo chamou neto de Marco Aurelio, e cujo reinado synthetiza a mais luminosa e fecunda epoca da nossa história, tão cheia de patriotismo e de progresso, apesar dos juizos em contrário, que surgir possam, entre os suspeitos e mesquinhos detractores dêsse grande homem! E, finalmente vemos a cruz de Christo a honrar uma serie conspicua e numerosa de brasileiros dignos, que se illustraram nos mais nobres feitos do valor humano!

Eil-a a cruz, como symbolo, através de quasi toda a nossa história—hontem, hoje e ámanhã!

Eil-a, no passado: foi ella o primeiro monumento, erguido na plaga atlantica — aquella cruz de madeira (extraordinario symbolo!), chantada em Porto Seguro—por esses mensageiros da civilização do Novo Mundo; foi ella a imagem peregrina e constante, á sombra da qual se edificaram, em meio a esse risonho e forte idealismo dos tempos coloniaes, as esperançosas e singelas povoações nascentes; era ella a companheira tutelar e compassiva, que os audacissimos e tenazes bandeirantes (como olvidal-os, esses impavidos leões das nossas brenhas?!), na sua ambição febril e impetuosa, qual si fôssem attrahidos pêlas esphinges das solidões impervias, iam deixando ao longo

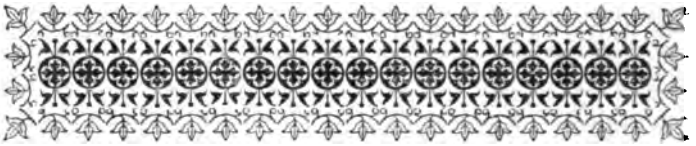
da carreira, «plantada com um padrão no pontal dos rios navegados» (1)!...

Eil-a, no presente: ao commemorar-se o 4.º centenario do descobrimento do Brasil, é ella que se levanta, imponente e evocadora, no scenario theatral e magnífico onde se desenrolou o primeiro canto da nossa epopéa historica, dominando o remanso agreste e pinturesco da bahia Cabralia; é tambem ella que se encontra, indelevelmente traçada e como que assignalando aos que chegam a origem dêste paiz bemdito, a cingir o pedestal dêsse grupo memoravel que a alma de Rodolpho Bernardelli immortalizou no bronze, alli, naquella praia da enlevadora Guanabara — esse mais bello sonho da Natureza realizado na terra —; é ainda ella que se observa no expressivo monumento erigido em São Vicente, ao fundo da merencoria e languida enseada, embutida, com o seu recorte de concha caprichosa, na poetica moldura de rochas e arvoredos, ahi, nesse retiro scismador, cujos primitivos e selvagens habitantes viram, outrora, chegar a frota expedicionaria e colonizadora de Martim Affonso de Sousa; é ella, emfim, que se alteia em todo o immenso territorio dêste paiz gigante, a partir dos nemorosos planaltos equatoriaes da Guyana adusta, onde a vida referve qual a pororoca indomavel, até ás suaves campinas temperadas do extremo sul, onde o gaucho cavalga ás sôltas, como um heroe arrebatado; desde as levantinas e alongadas praias do Atlantico rumoroso, cheias de movimento e de saudade, aos recantos bravios e profundos das irrigadas terras de oéste, cheias de silêncio e de pavor,—a cruz, sempre a cruz, por toda a parte, a surgir, aqui e alêm, na sua serenidade meiga e triumphante, como um psalmo de amor que se fez symbolo, pêlas estradas, pêlas cidades, pêlas necropoles!...

---

(1) THEODORO SAMPAIO, *IV centenario do descobrimento do Brasil*, discurso publicado da *Revista do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo*, vol. 6º., S. Paulo, 1902, pág. 104.

Eil-a, no futuro : será ella (queiram ou não queiram) a flor para todo o sempre viçosa da nossa glória immarcessivel ; a fina joia aformoseadora da nossa grandeza moral, que não se abate ; a estrêlla rútila e affavel, que ha de illuminar as almas tolerantes e honestas dos brasileiros merecedores dêsse nome, no aliás bemdito e muito nobre afã de superiormente amarem e servirem a Patria e conhecerem os seus fastos principaes ! . . .



VII

A cruz nas armas e nas bandeiras das nações modernas

por que haveria o Brasil de repellir a cruz das suas armas e da sua bandeira, quando a maioria dos paizes cultos systematicamente adopta esse symbolo ?! Em todos os estados da Europa, propriamente ditos (sem nos referirmos ás republiquetas de Andorra e de São Marinho, e apenas com excepção da França e da Turquia), a cruz é empregada, sempre, nos brasões de armas e, quasi sempre, nas bandeiras: nos brasões, quando ella não se acha nos respectivos escudos, restrictamente considerados, vemol-a (o que se nota as mais das vezes) encimando as corôas; nas bandeiras, quando ella não apparece nos pavilhões de guerra e nos de commércio, figura, porêm, noutras especies — navaes, imperiaes, reaes, etc., segundo a nação a que pertencem. Convem notar que os symbolos que compõem as armas dos diversos paizes tambem se encontram, muitas vezes, nas suas bandeiras de guerra e, do mesmo modo, nas de commércio. Alêm dêsses exemplos da Europa, aliás sobejamente numerosos e expressivos, ha os de outros

povos do mundo, em cujas signas se encerra a cruz (1). A bandeira internacional, distinctiva e uniforme, adoptada pêla convenção de Genebra, de 22 de agosto de 1864, pâra os hospitaes, ambulancias militares, etc., tem como symbolo, em campo branco, a famosa e humanitaria cruz vermelha (exceptuando a Turquia, que usa o crescente desta mesma côr). O systema internacional de signaes maritimos egualmente consagra diversas fórmas e disposições da cruz, entre as suas bandeiras peculiares (2). O nosso proprio Brasil, apesar de tudo, ainda felizmente consigna essa figura (tão sem motivo guerreada!), constituida por uma cruz de estrêllas symetricas, nos lindos pavilhões azues e brancos e brancos e vermelhos dos commandos superiores da armada.

Não nos deteremos nessas minudencias, por evidentemente superfluas. Todavia, si a suppressão momentanea dêsse universalissimo emblema, na bandeira do Brasil, foi um facto produzido pêla intolerancia religiosa e pêlas apregoadas excellencias do positivismo, então é necessario registremos as seguintes observações, que podem servir de parallelo, na apreciação equitativa do assumpto.

A vibrante e encantadora Italia, o paiz da vida romantica e das bellas artes, que realizou a fórmula da «Egreja livre no Estado livre» e onde ainda perduram certos resentimentos políticos e religiosos, pública e solennemente ostenta a imagem da cruz, que é, por assim dizer, doméstica, no brasão nacional e nas bandeiras.

Na respeitavel e insulada Suissa, das montanhas alpestres e dos lagos idyllicos, onde outrora prégaram Zwinglio e Calvino e onde nasceu um dos grandes precur-

---

(1) *Apud* gravuras das seguintes obras: pâra as bandeiras, *Die Flaggen der Kriegs-und Handels-Marinen aller Staaten der Erde*, editor Moritz Ruhl, Leipzig, e *Bandiere delle principali potenze del mondo*, editor Antonio Vallardi, Milão; e, pâra as armas, o conhecido *Atlas universel*, de A. L. Hickmann; além de outras.

(2) Joaquim Pedro Parente, *Codigo internacional de signaes* (trad. do inglez), Lisboa, 1901.

sores da Revolução franceza, João-Jacques Rousseau; e, demais, terra em que convivem povos de raças e de cultos differentes, o mesmo emblema se mostra, estampado no escudo vermelho das suas armas e na bandeira federal da república.

A intellectual e agitada França, tão cheia de crises e de tempestades, donde irradiam as primeiras luzes pâra os povos irmãos que a admiram, a qual, um dia, acclamou a deusa Razão e declarou os direitos do homem; a França, essa, apresenta um facto duplamente curioso: si, por um lado, com ser na maioria catholica, esqueceu a cruz, por outro lado, com ser patria de Augusto Comte, jámais teve a idéa de officialmente perfilhar a legenda «Ordem e Progresso»...

Na liberrima e poderosa Inglaterra, «a grande arvore da liberdade no mundo moderno» (na expressiva phrase do pontifice dos nossos publicistas) (1), nesse admiravel Reino-Unido, providencialmente destacado da Europa, o qual conseguiu vencer Napoleão; paiz que foi berço de Wiclef, um dos precursores da Refórma, e onde pullulam as mais contraditorias seitas religiosas, — palpita a cruz nos pavilhões serenos, como si elles proprios fôssem verdadeiramente conscios do seu bom valor...

Na severa e industrialissima Alemanha, paragem essa que algo inda conserva de medieval, e através de cujos campezinos castellos assombreados se aninham as aguias vigorosas dos guerreiros e dos sonhadores; nesse theatro onde viveu Luthero e o protestantismo tomou corpo, originando acerbas luctas, e onde hão doutrinado tantos philósophos materialistas, — a cruz de ferro impera, como um symbolo sagrado!

Na idealista e nevada Escandinavia, dos lendarios *Eddas*, dos pinheiros eternamente verdes e das baleeiras que

---

(1) Ruy Barbosa, *Cartas de Inglaterra*, Rio de Janeiro, 1896, cap. II, pág. 38.

se partem pâra longe, nessa região formada por duas patrias gemeas que a Natureza uniu numa só peninsula e que a vontade dos homens não ha muito separou; ahi, onde Gustavo Wasa, depois de vencer Christiano II, da Dinamarca, impoz a religião protestante, que ainda perdura, — deparam-se-nos, não uma cruz, porêm várias cruzes, nitidas, amplas e solennes, em cada uma das bandeiras nacionaes!

Resumindo (e para não deixarmos de alludir ás duas grandes potencias européas que são a Austria-Hungria e a Russia), apenas faremos notar que ambas se consideram officialmente christãs, senda a primeira catholica e a segunda grega orthodoxa, e, por conseguinte, facilmente se concebe que ellas inscrevam a cruz nas suas armas e nos seus pavilhões, embora não em todos.

Passemos á Asia e não deixemos de lado o Japão, que, com ser uma das oito consideradas grandes potencias mundiaes, occupa hoje um dos melhores logares na vanguarda das nações. Nesse originalissimo e vulcanico archipelago do Sol Nascente, que a nossa imaginação concebe como um pinturesco scenario curioso, cheio de matizadas plantas exoticas, de extravagantes e infinitos objectos de arte e de caracteristicas e populares casas de chá, onde ha *geishas* reverentes e graciosas, que se penteam e se adornam a capricho; nesse admiravel paiz de Nippon, das eminencias cobertas de árvores sagradas, em meio ás quaes demoram templos sombrios e quietos, dos singulares bonzos contemplativos e dos tradicionaes symbolos incomprehensiveis, — verdade é que, com os principaes cultos abraçados pêlo povo (xintoista, buddhista e confucianista), a cruz não póde apparecer de egual maneira por que apparece nas civilizações occidentaes. Comtudo (e não se diga que andamos a esmiuçar factos), si merece inteira fé um tratado italiano de bandeiras, o qual possuimos, ahi vamos descobrir a cruz, sinão nos pavilhões principaes, que os-

tentam, de preferencia, o sol symbolico, ao menos na bandeira official adoptada pâra os pilotos (1)...

Volvendo á America, e em conclusão a êstes exemplos, forçoso é falar dos Estados-Unidos, paiz donde o Brasil reproduziu, mais ou menos fielmente (como se sabe), a constituição por que se rege. Nessa nação energica e portentosa, cujos titanicos emprehendimentos devéras assombram o mundo; onde a actividade febril e prática do homem como que soberanamente empolga a Natureza, parecendo não encontrar obstaculos que se não possam vencer, — não obstante a liberdade religiosa assegurada pêla constituição, se venera e se cultua a Religião muito mais do que ordinariamente se pensa... A prova disso está em que, na grande república norte-americana, a abertura das sessões do congresso nacional é precedida de ceremoniosas preces; e, annualmente, quando se celebra a tradicionalissima festa denominada *Thanksgivingday*, na última quinta-feira de novembro, o presidente da república e os presidentes dos estados dirigem um appêllo ao povo, exhortando-o a dar graças a Deus pêlos beneffcios derramados sôbre a patria! Ainda mais (e invocamos um trecho do nosso familiar Soriano de Souza): «Alli os poderes públicos não declaram guerra ao sentimento religioso do povo, e todos os partidos o respeitam. Nenhum destes, alternadamente no poder, jámais se lembrou de mandar apagar as sentenças biblicas escriptas em letras maiusculas nas paredes do Capitolio, séde do Congresso Nacional» (2). Pêlo contrário: os tres poderes públicos, o executivo, o legislativo e o judiciario, tratam, o mais possivel, não só de acatar o legítimo e predominante sentimento religioso da communidade, como ainda de cultivar similhante sentimento, que é, por assim dizer, o solido alicerce

---

(1) *Bandiere delle principali potenze del mondo*, cit.

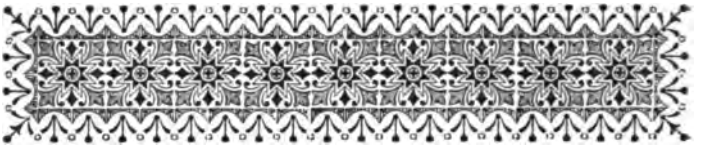
(2) SORIANO DE SOUZA, *Principios geraes de direito publico e constitucional*, 1893, 2.ª parte, cap. XXI, pág. 425.

sôbre que repousa a sociedade. É que, pâra isso, affluem «razões de estado», em vista de considerar-se essa crença mais geral — o christianismo — como fazendo parte da *common law* (segundo alguns interpretadores) e de a julgarem, não na letra, mas no espirito, verdadeira «*lei suprema do paiz* e materia de ordem moral» (1), deante do que todos hão de pautar os seus actos, procurando não offender essa mesma crença.

Isso tudo já é muito mais significativo e muito mais directo, pâra uma república federativa, onde se proclama e observa a liberdade de cultos, do que a simples conservação (note-se bem), nas armas e na bandeira nacionaes, duma simples cruz, que, alêm de tudo, concretiza um genuino e insubstituivel symbolo historico e patriotico de todo um povo, aliás profundamente religioso em sua quasi totalidade, como é o brasileiro.

---

(1) Soriano de Souza, *Principios geraes de direito publico e constitucional*, cit. 1893, 2.ª parte, cap. XXI, pág. 426.



VIII

A esphera armillar e a sua expressão symbolica

Com relação á esphera armillar de d. João VI, parece não haver assim tão grande má vontade como contra a cruz da ordem de Christo... Não existe mesmo, que nos conste, nenhuma objecção positiva formulada a seu respeito. No emtanto, o caso é que tambem esse outro emblema, aliás muito expressivo, do nosso amavel passado — a esphera — foi, sem mais nem menos, e, o que é mais, sem razão declarada, supprimido da bandeira! Ahi (cremos) não procurarão ver, com tanto afã, um symbolo ou um ponto de divergencia, mesmo porque a esphera armillar, em these, é um objecto mais scientífico do que outra cousa.

A julgarmos pêlo que diz a *Grande encyclopedia* franceza, a invenção dêsse interessantissimo instrumento deveria attribuir-se a Anaximandro, philósopho grego do IV seculo anterior a Christo, que o imaginára para dar uma idéa dos movimentos apparentes dos astros. A terra era figurada no centro, e o conjunto compunha-se de dez círculos ou *armillas*: o meridiano, o horizonte, os dous coluros, a ecliptica com o zodiaco, os dous trópicos e os dous círculos polares (1). Todavia, a esphera, nem

(1) *La grande encyclopédie*, tom. 30, pág. 383, vocab. *sphère*.

sempre foi composta do modo por que hoje o é. Segundo Letronne, citado por Humboldt, a introducção do zodiaco, na antiga esphera dos gregos, data da epoca da tyrannia dos Pisistratidas, e Eudemo, de Rhodes, discipulo de Aristoteles, attribue essa introducção a Enopide, de Chio, contemporaneo de Anaxagoras. A idéa, porêm, de identificar a zona dos planetas e das estrêllas com a orbita solar, e a da divisão da ecliptica em doze partes eguaes ou dodecatemorias, provêm da antiguidade chaldaica, donde passou directamente á Grecia (1). Os egypcios tambem conheciam e empregavam o zodiaco, á imitação dos gregos: haja vista, por exemplo, na epoca ptolomaica, a célebre representação do zodiaco circular do templo de Denderah, cuja gravura podemos ver no tratado de *Archeologia egypcia* de Maspero (2). Na India, comquanto Schlegel verifique o facto de haver sido conhecido o zodiaco pêlos primitivos habitantes do paiz, e o refira á mais alta antiguidade, baseando-se em algumas passagens, aliás claras, das leis de Manú e do poema *Ramayana*, resta ainda provar si essas passagens são puramente authênticas, ou si não constituem interpolações ulteriores (3).

Mas deixemos o lado astronomico, ou geographico, por que se póde encarar a esphera, cuja estructura é vulgarmente conhecida, e consideremol-a sob o aspecto symbolico e, sôbretudo, historico, que é o que, mais particularmente, nos interessa.

O auctor do moderno *Diccionario dos symbolos, emblemas e attributos*, M. P. Verneuil, tratando da esphera ou do globo e discriminando, por ordem alphabetica, as cousas que assim podem ser symbolizadas, entende que essa figura representa, entre outras idéas: o dominio scientí-

---

(1) HUMBOLDT, *Cosmos*, cit., tom. 3.°, pág. 132, e notas da 1.ª parte dêsse tomo, ns. 93 e seg., págs. 602 a 604.

(2) G. MASPERO, *L'archéologie égyptienne*, cit., cap. II, § 2, pág. 93, fig. 102.

(3) HUMBOLDT, *Cosmos*, cit., tom. 3.°, 1.ª parte, cap. III, pág. 134, e notas da 1.ª parte, n. 96, pág. 604.

fico da Astronomia (globo celeste); Auctoridade; Clio, a musa da história, porque essa materia abrange todos os tempos e todos os paizes; Deus, em allusão a ser elle o creador e o senhor do universo; Dominio; Imperio; Peregrinação (globo terrestre); Poder; Soberanos; Terra; etc. (1).

Lecoy de la Marche, no seu tratado de sigillographia, quando se occupa dos sêllos dos soberanos europeus e analysa as especies que começam a apparecer com Carlos VIII, de França, referindo-se ao globo de ouro, diz que elle symboliza « o supremo poder » (2).

Alêm dessas representações symbolicas, que se nos afiguram assás expressivas, temos conhecimento, pêla observação mais commum, que, entre os paizes monarchicos, é quasi geral a adopção do globo crucifero, sôbre as respectivas corôas (dos brasões nacionaes, etc.), as quaes, por sua vez, constituem o emblema generico da realeza.

Isso quanto aos symbolos, pâra não nos alongarmos muito.

Sob o ponto de vista historico, a primeira ligação que existe entre a esphera armillar e as nossas origens, está em haver sido essa a figura symbolica escolhida, em boa hora, pêlo *principe perfeito*, el-rei d. João II, nessa occasião reinante, pâra emprêsa de d. Manuel, que ainda era solteiro e não possuia divisa, segundo o costume, aliás, usado pêlos principes. Damião de Goes, no seu primitivo e classico expressar, acha que foi de providencial augurio haver-se estabelecido tal symbolo pâra emblema do então principe d. Manuel, em vista dos rutilantes feitos, de descobrimentos e conquistas, que, mais tarde, durante o seu reinado, se realizaram no mundo, « com muito louvor seu, e honra destes Regnos » (3). D. Antonio Caetano de Sousa, auctor

(1) M. P. Verneuil, *Dictionnaire des symboles, emblèmes et attributs*, Paris, pág. 82, vocab. *globe*.

(2) Lecoy de la Marche, *Les sceaux*, Paris, cap. V, pág. 136.

(3) Damião de Goes, *Chronica do serenissimo senhor rei d. Manuel*, cit., cap. V, pág 6.

dêsse monumento impresso, que Oliveira Martins denomina « colossal compilação » (1) — a *Historia genealogica da casa real portugueza* —, referindo-se a uma moeda que d. Manuel, quando já era rei, mandára lavrar, a qual tinha, de um lado, a esphera e, do outro, uma corôa com a palavra « *Mea* », diz que êste soberano « parece quiz denotar, que a Esphera, que ElRey D. João lhe déra por empreza, alcançou elle por obra, descobrindo e conquistando a India, e o Brasil: de maneira, que ficarão sendo sua Coroa as quatro partes do Mundo que comprehende a Esphera» (2).

Penetrando na história do Brasil, propriamente dita, depara-se-nos a esphera armillar no proprio drama encantador do descobrimento, ao mesmo tempo que apparece a cruz, como si ambas na verdade fôssem, ha muito, companheiras inseparaveis! Leiamos a ingenua e dulçorosa carta de Pero Vaz de Caminha, o singelo chronista presencial do facto, quando, descrevendo as solennidades pâra a segunda missa, realizada a 1 de maio, na terra firme de Porto-Seguro, diz: « Chentada a cruz com as armas e devisa de Vosa Alteza que lhe primeiro pregarom, armaram altar ao pee dela », etc. (3). Ora, a « devisa de Vosa Alteza » (d. Manuel) não podia deixar de ser a esphera armillar. Tanto assim, que o historiador Roberto Southey, alludindo á mesma cruz de que fala Caminha, é ainda mais explicito: « Pregárão n'ella as armas de Portugal e a esphera, que era a diviza del-rei D. Manoel » (4). Deante disso, pois, se comprova que tambem a esphera armillar já começa a apparecer desde a occasião do descobrimento do Brasil.

---

(1) Oliveira Martins, *Historia de Portugal*, cit., tom. 2.°, appendice III, pág. 323.

(2) D. Antonio Caetano de Sousa, *Historia genealogica da casa real portugueza*, cit., tom. 4.°, liv. V, cap. IV, págs. 193 e 194.

(3) Pero Vaz de Caminha, *Carta a el-rei d. Manuel*, cit., pág. XIII, versão no portuguez da epoca.

(4) Roberto Southey, *Historia do Brazil*, Rio de Janeiro, 1862, tom. 1.°, cap. I, pág. 33.

Póde-se dizer, até, que a esphera armillar se encontra em quasi todos os logares onde se encontra a cruz da ordem de Christo, principalmente nos monumentos de Portugal. Em o nosso paiz, considerado á parte, e durante o periodo colonial, ella se vê, de preferencia, nas bandeiras particulares do Brasil, depois dum certo tempo (desde a elevação do Brasil a principado em 1645?), nas moedas, nos sêllos, etc.

Quando d. João VI houve por bem crear o reino do Brasil e « incorporar em hum só Escudo Real as Armas de todos os tres Reinos » (1) (Portugal, Brasil e Algarves), á imitação do que fizera Affonso III, com as armas daquellas duas partes integrantes da metropole, foi expedida a carta de lei de 13 de maio de 1816, na qual se estabelece: « I. que o Reino do Brazil tenha por Armas huma Esféra Armillar de Ouro em campo azul » (2). Essa decisão régia manda, outrosim, usar taes emblemas, por similhante fórma reunidos, « em Estandartes, Bandeiras, Sellos Reaes, e Cunhos de Moedas e em tudo mais » (3).

Por outro lado, sabemos que, na bandeira imperial, desde a Independencia até á quéda da monarchia, foi mantido esse symbolo, de par com o da cruz da ordem de Christo, a qual, aliás, não figurava nas armas do Brasil-reino.

Joaquim Norberto de Souza e Silva, na sua referida memória *A bandeira nacional*, entende que « foi mal collocada no escudo a esphera armillar de ouro em fundo azul, que (diz elle) nenhuma significação tem para nós » (?!). Não obstante a consideração que o nome do escriptor nos inspira, parece-nos que, deante da verdade historica, da expressão do symbolo e tambem do merecimento esthetico, se acha a esphera armillar muito bem collocada no escudo

---

(1) Expressão da carta de lei de 13 de maio de 1816. (*Vide* doc. n. 1, no fim do livro.)

(2) *Idem, ibidem.*

(3) *Idem, ibidem.*

imperial, e que assás importante significação tem ella para nós... Quando, acaso, não a quizessem venerar, por haver sido ella a divisa de el-rei d. Manuel — o ditoso monarcha sob cujo reinado se descobriu o Brasil —; quando, porventura, se apagasse a memória dêsse expressivo symbolo, que nos foi transmittido com a cruz alteada no littoral da bahia Cabralia, a 1 de maio de 1500; quando, si fôsse possivel, se viessem a desprezar esses innumeraveis monumentos do nosso passado, ainda ha pouco indicados de relance, os quaes falam, com sobeja e affectuosa eloquencia, ás nossas almas de patriotas, — bastaria o facto de haver d. João VI escolhido essa mesma esphera, afim de formar, como formou, o emblema das armas do Brasil-reino, pâra que a reverenciassem e a conservassem religiosamente, com um contínuo zêlo. Cumpre, entretanto, advertir que, em favor dessa decisão do soberano, devia ter concorrido a circumstância de já estar essa figura extraordinariamente divulgada e perpetuada entre nós.

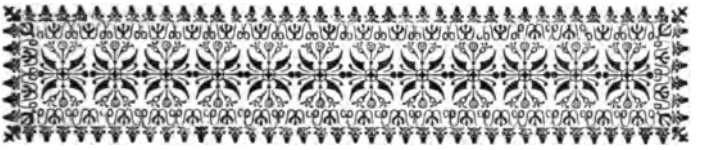
Á esphera armillar, *mutatis mutandis*, podem-se applicar, de certo modo, éstas palavras escriptas por Lecoy de la Marche ácêrca da flor de lis: « Assim, pois, ella não foi, na sua origem, o symbolo intencional e exclusivo da realeza em França, porêm se tornou, por uma adopção quasi involuntaria e por um assentimento universal, a mais gloriosa insignia dessa realeza e da nação que ella governou » (1). É que a esphera tambem não foi, a princípio, o emblema intencional e exclusivo do Brasil-reino (porque havia sido, antes de tudo, « a divisa symbolica do imperio do mundo » (2), a qual d. João II, de accôrdo com o seu pensamento occulto, dera por emprêsa a d. Manuel); mas veio a ser, por um uso pôsto em voga desde os tempos coloniaes, um symbolo verda-

(1) Lecoy de la Marche, *Les sceaux*, cit., cap. VI, pág. 199.

(2) Expressão de Henrique de Barros Gomes, no prefácio do *Principe perfeito*, de Oliveira Martins, Lisboa, 1896, cap. VII, pág. 165.

deiramente nacional, que, alfim, após a carta régia de d. João VI, se converteu na insignia caracterizadora do nosso paiz considerado á parte e de toda a phase historica que vai da implantação da realeza ao irromper da Independencia.

A esphera foi, portanto, o primeiro emblema com que o Brasil se manifestou ao mundo, na arena política, como parte integrante da nação unida. E assim como ao Brasil-reino succedeu o Brasil-imperio, á esphera armillar juxtapoz-se a orla estrellada. Um symbolo está ligado intimamente ao outro. Em tôrno do poder estabelecido, que o primeiro exprime, vemos, definida pêlo segundo, a independente organização nacional. Veneremos, por conseguinte, a esphera que nos deu o soberano portuguez como um symbolo integrador da nossa evolução política, como a figura representativa do Brasil-reino.



IX

Projecto de reinvidicação historica e patriotica dos symbolos nacionaes

Deante do que ficou dito, ácêrca da cruz da ordem de Christo e da esphera armillar de d. João VI, parece que a reivindicação historica e patriotica dêsses dous symbolos nacionaes se impõe, mórmente quando se trata, agóra, de organizar nova bandeira do Brasil. E, uma vez que o assumpto não se acha, ainda, satisfactoriamente resolvido (como julgamos ter provado) e ha o pensamento de inscrever symbolos na bandeira, é óbvio que outros quaesquer se não podem substituir por esses, com o fim de representar as phases do Brasil-colonia e do Brasil-reino, respectivamente.

Em relação á phase do Brasil-imperio, que abrange, na continuidade historica, aquelles dous symbolos e, por conseguinte, aquellas duas phases anteriores, deve-se consideral-a expressa, particularmente, pêla zona estrellada azul-celeste, em que se acham distribuidas as estrêllas de prata, symbolizadoras das divisões do territorio brasileiro e feliz imagem da nossa independencia e da nossa organização politica. Essa representação, aliás, é mantida nas armas da República e, portanto, vem figurada na bandeira do projecto, apenas com alteração do número de es-

trêllas, que, hoje em dia, é de 21, ao passo que, na primeira bandeira do imperio, era de 19 e, mais tarde, de 20, deixando de ser representado o Municipio Neutro, que hoje se representa (na bandeira actual, embora não nas armas). Todavia, o symbolo primitivo, a idéa originária da independencia e do concurso, pâra definir a unidade nacional, permaneceram sempre inalteraveis.

Resta a symbolização do Brasil-república, que é facil imaginar e como que se revela, por um symbolo assás caracteristico e, por assim dizer, já firmado — a estrêlla magna, ou principal das que formam as armas nacionaes actualmente em uso. Ora, sendo os Estados da federação representados por estrêllas menores, e sendo a República, ou a União, um estado em ponto grande, ou o conjunto de todos os Estados, parece racional, alêm de justo e evidentemente expressivo, que se adopte, pâra esse fim, uma estrêlla maior, em que se contenham todas as demais. Deve-se ainda notar que essa figura tem sido por tal fórma empregada como symbolo, na phase actual da nossa evolução política, em tudo e por tudo, e a tal ponto se identificaram idéa e imagem, estrêlla e república, que, hoje, quasi não mais se podem separar... Similhante observação constitue um facto notorio e póde ser verificado por quem quer que seja. Basta lembrar, no momento : as tres bandeiras que o Brasil tem tido após a república, inclusive a do projecto, as armas nacionaes de agóra, decorações de edificios públicos, timbres de papeis do govêrno, sêllos, moedas, etc.

Assim, pois, de alguma sorte, não se avantajaria ao do projecto e não se approximaria do ideal o modêlo de bandeira que, eil-o, vai descripto, nos seus lineamentos mais geraes ?

Vejamol-o : o mesmo campo verde-primavera ou verde-esmeralda do imperio e actual, circumscrevendo o losango amarello de ouro (e não amarello pallido) ; no centro dêste quadrilatero, de accôrdo, em parte, com o projecto sub-

mettido á Câmara, uma grande estrêlla de cinco raios— idealização do Brasil-república—, similhante á principal das que formam as armas nacionaes ainda usadas, mas constituida, sómente, por uma estrêlla unicolor, e não por outra de quatro côres, como aquella que se vê nas armas nacionaes e no modêlo do projecto; inscripta nessa estrêlla, do mesmo modo que no escudo e na bandeira imperiaes, assim como nas armas da República e na bandeira do projecto, uma orla azul-celeste ou azul-turqueza, com tantas estrêllas brancas (o que, em panno, representa a prata), eguaes e equidistantes, em volta da orla situadas, quantos são os estados do Brasil; e, por fim, adaptadas ao espaço que medeia entre a orla (taes como nas armas e na bandeira do imperio e em innumeros monumentos do nosso passado), a esphera armillar manuelina ou, melhor, de d. João VI, e a cruz da ordem de Christo. Pâra a bandeira, unicamente isso, sem nada mais: nem cruzeiros privilegiados, nem estrêllas inexpressivas, nem gladios (?) semiencobertos, nem fitas carnavalescas, nem legendas frivolas, nem ramos anachronicos, nem resplendores allegoricos... Apenas isso!

Dêsse modo, e numa ordem logica e, ao mesmo tempo, chronologica, sería a nossa Patria representada: o Brasil-colonia, na cruz da ordem de Christo; o Brasil-reino, na esphera armillar de d. João VI; o Brasil-imperio, na orla das estrêllas symetricas; e o Brasil-república, na grande estrêlla principal.

Quanto ás côres ouro e verde (embora alguns critiquem a sua combinação e a sua escolha), tambem devem ser mantidas pêla Tradição, porque ambas constituem, por assim dizer, as proprias côres symbolicas da Patria, desde que sobreveio a Independencia. Alêm disso, e por uma extraordinaria coincidencia (si é que d. Pedro I não as escolheu de caso pensado, como parece), ellas possuem uma intensa e verdadeira côr local, pois tão bem caracterizam os variados aspectos da nossa paizagem, duma

perpétua e adoravel primavera! (1) É que, ahi, impressivamente se destacam os alegres tons auriverdes da flora admiravel, de cujo seio emergem, de onde em onde, aqui e alêm, pêlas encostas e pêlas planuras, numa grande glória triumphal, as majestosas palmeiras tutelares, com razão acclamadas princezas dos vegetaes pêlos botanicos, e os garridos ipês evocadores, agridocemente célebres no viver primitivo dos selvagens...

Nesse conjunto da bandeira e dos quatro symbolos patrios, os quaes, della destacados, constituiriam, ao nosso ver, as armas ideaes do Brasil (armas propriamente ditas, que entrariam na composição de um escudo de armas), foram observadas, o mais possivel, como vamos provar, as prescripções heraldicas e, ao mesmo tempo, respeitadas a logica das cousas e a nossa tradição historica, isso não sómente quanto aos symbolos, mas ainda quanto a côres e ao arranjo respectivo. O mesmo diremos do plano de brasão que ideamos com o fim de poder substituir as armas actuaes da República, uma vez que ellas tambem não satisfazem, de maneira alguma (como ficou demonstrado), ás condições exigidas.

Eis a descripção synthetica dêsse plano: escudo verde, com a bordadura de ouro (côres nacionaes); no escudo, os quatro symbolos representativos das nossas quatro phases historicas e políticas (cruz da ordem de Christo, do Brasil-colonia; esphera armillar, do Brasil-reino; orla estrellada, do Brasil-imperio; e estrêlla magna, do Brasil-república), os quaes figuram na bandeira por nós idealizada. Por timbre, o barrete phrygio. Como suppor-

(1) Segundo Joaquim Norberto de Souza e Silva, o primeiro imperador, conversando, um dia, com Emilio Taunay, ácêrca da bandeira imperial, de cuja factura estava encarregado João-Baptista Debret, não quiz c der, absolutamente, ás instancias do seu interlocutor, sôbre a substituição das côres nacionaes; o que vem confirmar, ainda mais, as nossas supposições. (Veja-se a citada memória de Joaquim Norberto, no vol. 53, parte 1.ª, da *Revista trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*).

tes, dous ramos de palmeira, unidos, na base, pêlo laço nacional. Tomamos por typo, quanto ao número das figuras principaes (escudo, timbre e supportes) e arranjo do conjunto, o brasão da cidade de París e o brasão chileno.

Justifiquemos, agóra, em face da logica, em face da nossa história e em face da arte a razão de ser dos symbolos nacionaes por nós aproveitados pâra formar o escudo de armas e a bandeira do Brasil. Analysemos, primeiro, a qualidade, a fórma, e, depois, passemos á côr, ao número, etc.

As figuras geometricas que compõem a bandeira — o rectangulo verde e o losango de ouro — são tradicionaes e historicas, e foram até hoje conservadas. Apenas convem ajustar um ao outro exactamente, de modo que os quatro angulos do primeiro toquem nos competentes lados do segundo, como se observa no desenho original de João-Baptista Debret, o executor da bandeira imperial, e em muitos exemplos durante o imperio e mesmo durante a república. Essa disposição, que vai reproduzida na chromolithographia appensa ao livro, alêm de, porventura, mais esthetica, tem a vantagem de melhor acatar a tradição historica e evitar a representação caprichosa do losango de ouro, ora maior, ora menor, sôbre o rectangulo verde.

O typo da cruz de Christo, por nós adoptado, é o mesmo que se tornou mais usual na epoca da monarchia e que figura nas moedas ainda em circulação, com as armas imperiaes. É o mais bello e o mais proprio pâra o nosso brasão: não tem nem a rijeza dos traços regulares, como que talhados em pedra, da cruz dos primeiros tempos da ordem, nem o adelgaçamento airoso, mas ingrato e falso, da cruz philippina, durante a dominação hispanhola. Em compensação, porêm, allia, numa variante intermediária e feliz, a legitimidade historica da primeira á elegancia artistica da segunda. Demais, é um typo de cruz que, tambem, foi usado no seculo em que se des-

cobriu o Brasil e durante o decorrer dos tempos coloniaes (vejam-se as moedas da epoca). A cruz, alêm da significação particularissima que provamos ter pâra nós, symboliza um sem número de cousas eternas e elevadas. Ella é, sem dúvida, a figura mais nobre do brasão. Pódese dizer que della se originam todas as demais. Demonstraremos isso na segunda parte do livro, quando tratarmos da cryptographia. Em heraldica, ella significa a guarda da espada do cavalleiro. Os Montmorency, descendentes do « primeiro barão francez », teem o escudo de ouro, com uma cruz vermelha, ou de goles, cantonada por dezeseis aleriões de azul, quatro em cada cantão.

O typo da esphera armillar é, eguaimente, o mesmo em geral usado na monarchia. Comquanto existam alguns typos de esphera defeituosos, o que adoptamos, por ser mais perfeito, apparece em sêllos e moedas dos reinados de d. Pedro II (de Portugal), de d. João V e do proprio d. João VI. Essa figura constitue o distinctivo do nosso estado-maior, faz parte das armas da cidade do Rio de Janeiro e é mantida nas moedas monarchicas de uso corrente. O estadista a quem o Brasil deve o melhor da sua grandeza e do seu renome, que (na phrase de Eduardo Prado) « é hoje um symbolo de saber, de honra e de patriotismo indiscutiveis e indiscutidos» (1), e cuja divisa é «*Ubique patriæ memor* » — o barão do Rio Branco —, adoptou como emblema a esphera armillar. Já vimos, no capítulo anterior, o que a esphera significa em si, como symbolo, e pâra nós. Na concepção transcendente, ella nada mais é do que o ponto irradiado em todas as direcções, ou o desenvolvimento do círculo, isto é, o círculo gyrando sôbre si mesmo ; é a fórma menos limitada que existe ; é a figura que encerra o maior espaço no menor perimetro ; é a imagem do limite universal abraçado pêla vista ; é o pensamento concretizado da expansão infinita ; é o conjunto organizado e harmo-

(1) EDUARDO PRADO, *Collectaneas*, São Paulo, tom. 1°., 1904, 3°. parte, pág. 348.

nico da natureza; é o cosmos... Que grandioso symbolo, na verdade, pâra um reinado que se expande, pâra um estado social que se eleva, na escala ascencional e eterna do Progresso!

Quanto á orla estrellada azul-celeste, a princípio vacillamos si deveria ser limitada, interna e externamente, pêlos dous círculos concentricos de ouro. Chegamos mesmo a adoptar esses círculos, em vista de um uso mais ou menos vulgarizado. Todavia, mais tarde, depois de um estudo mais minucioso, firmou-se em nós opinião contrária. E isso pêlos seguintes motivos ponderosos: o decr. de 18 de setembro de 1822, que instituiu o escudo de armas e a bandeira do imperio, é de todo omisso a respeito; o proprio Debret, na descripção que faz, á pág. 185, do tom. 3.º da sua obra, não allude, siquer, a esses círculos, nem no seu modêlo de bandeira (estampa 29 dêsse tomo) os representa; heraldistas contemporaneos, como Jouffroy d'Eschavannes e Victor Bouton, ao descreverem, nos textos retrocitados, o brasão imperial do Brasil, tambem não falam nos círculos; e (factos verdadeiramente suggestivos!) as bandeiras que serviram nos nossos dous mais memoraveis feitos navaes — a da fragata *Amazonas*, na batalha do Riachuelo, e a do couraçado *Bahia*, na passagem de Humaitá — tinham a orla estrellada pura e simplesmente sem círculos (1). Comquanto haja exemplos da orla estrellada com círculos, alguns resultantes de mero criterio arbitrario ou decorativo por parte dos fabricantes de armas e bandeiras, e outros, talvez, com o fim de evitar a superposição da orla azul sôbre o escudo verde, julgamos que, á vista das razões ácima expostas, não existem fundamentos historicos, nem legítimos, pâra o accrescimo dos círculos concentricos. Tanto mais quanto, no projecto que concebemos, a orla azul assenta sobre a estrêlla de prata,

---

(1) Vejam-se, no Museu Naval do Rio de Janeiro, as bandeiras que correspondem aos ns. 284 e 290, do catálogo historico e descriptivo de 1905.

de accôrdo, por conseguinte, com as leis da heraldica. A orla circular, ou o círculo é a imagem da variedade na unidade, da unidade synthetica, do infinito no tempo e no espaço, da eternidade, da immortalidade. Bellas ligações de pensamento, sem dúvida pâra idealizar a cadeia íntima dos diversos elementos nacionaes, unidos todos pâra um fim commum, imaginado eterno, pâra glória da Patria!

Dos quatro symbolos que figuram na bandeira, por nós idealizada, resta a estrêlla magna, emblema particular do Brasil-república, o qual é necessario pâra completar a logica do pensamento e a harmonia do conjunto. É de prata e de cinco raios, como as estrêllas menores, e abrange todos os outros emblemas. Cremos que não é mistér accrescentar mais nada ao que dissemos, sôbre a justificação dêsse symbolo, já consagrado pêlo uso e pêlo assentimento geral. Muitos estados do Brasil teem a estrêlla nas suas armas. A estrêlla, pâra heraldistas, como Guelfo Guelfi e Villasboas, e interpretadores de symbolos, como Verneuil e Ernest Bosc, significa: esplendor de nobreza, feitos magnanimos, tradição illustre; verdade, luz, claridade, paz e ajuda á patria; esperança; e, sob um ponto de vista mais elevado, o pentagramma, ou a estrêlla de cinco raios — esse nimbo sagrado — é o symbolo do pleno poder e da autocracia intellectual, tanto assim que Paracelso a proclama como o maior e o mais poderoso dos signaes.

Cumpre notar que esse systema de inscrever, nas bandeiras de guerra, symbolos que fazem parte dos respectivos brasões, sem, entretanto, serem acompanhados do escudo e accessorios, é praticado por diversas nações, taes como: a Alemanha (que tem a aguia e as figuras secundárias); a Dinamarca (a cruz); a Suissa (a cruz federal); a Bulgaria (o leão coroado); a Grecia (a cruz e a corôa); os Estados-Unidos (as listras brancas e vermelhas do escudo, o quadrangulo azul e as estrêllas); o Mexico (a aguia, a serpente, etc.); o Uruguay (até ha pouco,

o sol do timbre); a Argentina (a mesma figura); o Chile (a estrêlla solitaria). E assim outros paizes. Demais, não ha necessidade de que a bandeira contenha o brasão completo de um paiz: basta que ella envolva os symbolos proprios que o caracterizam e o definem. O pavilhão, assim, fica menos sobrecarregado e ganha em simplicidade e em belleza.

Passemos, agóra, ao escudo do brasão. Já foi usado, com esse estylo, durante o imperio, em decorações, moedas, etc. Apenas aperfeiçoamos a sua fórma, suavizando e vivificando mais as suas linhas, afim de lhe dar mais graça e mais realce. Achamal-o elegantissimo, e o mais bello dos escudos empregados. Tem a fórma de lyra, ou de flor campanulada — fórma que diz bem com o nosso paiz de sonhos e de encantos, duma natureza sempre moça e sempre amavel! A lyra é o symbolo da harmonia, da inspiração poetica, da propria poesia, de Apollo, o deus das artes, que são o deleite, o sorriso e a consolação dos povos. O seu systema de linhas graciosas traz á idéa, de certo modo, o caduceu de Mercurio, e o caduceu é o symbolo da paz, do commércio, da prosperidade, necessarios á vida das nações.

Essa fórma de escudo é usada na Austria, na Dinamarca, em Montenegro, na Rumania, na Bulgaria, no Chile, no Perú, em Costa-Rica, em São Salvador (alguns ligeiramente alterados nos detalhes) e em outros paizes, assim como em alguns estados do Brasil. A differença, entre esse e o escudo monarchico de egual typo, está na bordadura de ouro que accrescentamos, com o fim de reunir no escudo, como na bandeira, as côres nacionaes. A vantagem é legítima e manifesta: é mais logico e preferivel que figurem, juntas, no escudo que nos proteje (como se dá noutras nações), as côres que integram e traduzem a Patria brasileira. A bordadura, que é uma peça honorífica de primeira ordem que contorna o escudo, tem um largo e nobre emprêgo no brasão, e apparece frequentemente figurada, ora maior, ora menor. « As bordaduras (diz

Victor Bouton) abrem um vasto campo á arte heraldica» (1). E, indicando uma infinita variedade de bordaduras, aconselha esse auctor, afinal, aos modernos heraldistas a imitação dêsse uso insigne (2). Na obra de Bouton vêm innumeros brasões com bordaduras, e, entre elles, quasi no fim, á pág. 571, ha tres lindos typos de escudo, similhantes ao nosso (Aragão, antigo, Sardenha e Aragão-Sicilia), tambem com bordaduras, de egual fórma e dimensão á que escolhemos. A Bosnia, o Chile, o Perú, Costa-Rica e outros paizes teem os escudos embellezados com bordaduras.

A prática heraldica e cavalheiresca de timbrar o escudo das armas tem sido seguida pêla grande maioria das nações modernas. Os timbres (elmos, corôas, tiaras cardinalicias ou episcopaes, barretes phrygios, toques, bonés, cocares de pennas ou de plumas, etc.) servem pâra indicar os graus de dignidade nobiliarchica ou política. São como que um cunho público da hierarchia social e um signal distinctivo entre os govêrnos. Dahi, a sua importancia. Nestes termos discorre Villasboas: « E hase de advertir, que o tymbre he de mayor estima que as Armas: porque podendo os homens de geração humilde ter escudos, hão de ser rasos, e sem tymbre, porque este se concede sómente a pessoas principaes. E diz Cassaneu, que para algum poder usar de tymbre em suas Armas, he necessario que tenha algûa dignidade mais além da nobreza » (3). E, de facto, essa dignidade é o poder legitimamente estabelecido e desempenhado por quem, de direito, póde desempenhal-o.

Assim é que adoptamos, pâra timbre do brasão nacional, uma figura muito empregada e cultivada entre nós: o

---

(1) VICTOR BOUTON, *Nouveau traité des armoiries ou la science et l'art du blason expliqués*, cit., pág. 340.

(2) *Idem, ibidem*, pág. 341.

(3) ANTONIO DE VILLASBOAS E SAMPAIO, *Nobiliarchia portuguesa*. Lisboa, 1728, cap. XXVI, pág. 223.

barrete phrygio — o famoso emblema tradicional, o *pileus* dos romanos, o symbolo classico e universal da liberdade e da república. Não encontramos nenhum que, com vantagem, pudusse substituir esse. Alguns lembraram pâra timbre uma estrêlla vermelha. Que symbolizaria ella? A nova fórma de govêrno? Não vemos porque. O Brasil-república? Mas não será logico, nem conveniente separar essa phase historica das demais, já representadas juntas no escudo. Sería um simples timbre? Ficaria a phase do Brasil-república sem representação; e, demais, a estrêlla não é figura muito propria pâra timbre, e, sim, pâra centro de escudo. Os timbres, em gera[1], são constituidos por objectos que se trazem á cabeça (corôas, capacetes, etc.), como ha pouco enumeramos. Outros indicaram uma aguia, o *falco destructor* nacional, mas a aguia, como a estrêlla, é mais propria pâra figurar no campo do escudo, do que como timbre. A aguia é, até, um dos móveis mais empregados no brasão. Ás vezes, ellas tambem fazem o papel de supportes, como, por exemplo, se vê nos escudos de armas da Alemanha, da Austria e da Russia, timbrados pêlas corôas, e dos Estados-Unidos. Mas são aguias heraldicas, isto é, estylizadas, e não se prestam pâra timbre. Accresce, alêm disso, que, comquanto algumas repúblicas da America usem a aguia, mesmo como timbre (Bolivia, Equador e Colombia), o que não é de muito boa prática, essa figura symboliza tambem, e de preferencia, o imperio, e tem servido de emblema historico a muitas instituções monarchicas, desde a aguia dos cesares romanos, até á aguia napoleonica e á imperial alemã de agóra. Ainda outros, como Eduardo Prado, numa idéa que não chegou a publicar, propunham pâra timbre um cocar de sete pennas, de modo que se aproveitasse o pensamento do centro republicano de São Paulo, de reunir as côres representativas das tres raças que entraram na formação do povo brasileiro. O cocar sería assim composto: branca a penna do centro, preta, branca e vermelha as dos lados, alternadamente. A idéa, na es-

sencia, é devéras significativa e grandiosa. Ha, porêm, ao nosso ver, os inconvenientes, de não ser essa fórma de emblema usual entre os povos civilizados e de constituir uma particularidade, ou um ornato, apenas, de uma das tres raças que se fundiram no substractum nacional. Outros, porventura, acharão essa idéa mais feliz do que a nossa.

O barrete phrygio tem tido, desde a antiguidade, a mais larga consagração como symbolo da liberdade e da república. Durante a célebre Revolução de 1789, a municipalidade de París encimou o seu escudo de um barrete phrygio. Em 1792, apesar da alteração nas armas, subsistiu o barrete phrygio. Em 1793, o sêllo da mesma cidade representa uma mulher vestida á antiga, tendo a mão direita pousada sôbre o livro aberto dos Direitos do Homem, e a esquerda armada de uma lança que sustenta o barrete phrygio (1). Nos Estados-Unidos, como em quasi todas as repúblicas, esse emblema tem sido consideravelmente vulgarizado. É que elle é, pâra as repúblicas, o que as corôas são pâra as monarchias. Muitos paizes da America usam o barrete phrygio como emblema, seja como timbre, seja como movel do escudo: a Argentina, o Paraguay, a Colombia, Nicaragua, São Salvador, alêm de outros. No Brasil, o barrete phrygio figura nas armas do Districto Federal, do Amazonas, da Bahia, de Santa Catharina e do Rio Grande do Sul; em sêllos, moedas, etc.

Adoptamol-o porque elle já se acha geralmente consagrado entre nós, porque symboliza a nossa fórma de govêrno dominante e porque se liga, através da história, á antiguidade classica, onde se radica e se inspira a alma da nossa raça. Das diversas variantes do barrete phrygio, que ora é mais ou menos achatado, ora mais ou menos alongado, tomamos por modêlo o bello typo que ornamenta uma linda cabeça feminina, cinzelada sôbre a peça n. 5219 do thesouro de Hildesheim, supposto de Varo, e existente no

(1) H. Gourdon de Genouillac, *L'art héraldique*, Paris, cap. V, pág. 195.

Museu das Bellas-Artes de París. Data dos primeiros tempos do christianismo, segundo Théophile Beaudoire (1), e tem as curvaturas elegantes dos elmos medievaes e do capacete de Pallas-Athenéa, figuras que elle vagamente recorda. O barrete que faz parte das armas municipaes do Rio de Janeiro e o que apparece nas primeiras moedas de prata da República approximam-se muito dêsse typo.

O escudo das armas imperiaes do Brasil tinha como supportes os dous ramos de café e tabaco, unidos pêlo laço da nação. Já fizemos ver, com a crítica expendida por Joaquim Norberto e com as considerações adduzidas por nós, que essa escolha foi devéras infeliz e, hoje, nem mais tem razão de ser. Essas plantas não possuem significação digna possivel, nem figuram, siquer, na serie dos emblemas heraldicos, ou nas compilações de symbolos realizadas pêlos competentes. É que ellas não resumbram certa distincção propria, não respiram certo ar de nobreza, não apresentam certo cunho caracteristico, como, por exemplo, o louro, o carvalho e, principalmente, a palmeira. Que pensamentos nos podem despertar o café e o fumo, que não sejam os de um gôso muito relativo (e, até, pâra alguns, quanto ao segundo, assás nocivo e barbaro), ou os do fim economico a que se destinam? Não! Ha toda a conveniencia, pois, em substituir esses dous objectos, que jámais passarão de productos commerciaes e que em nada contribuem, como symbolos, pâra a nossa elevação moral e social. Houve já quem indicasse, mesmo no tempo do imperio, os ramos do pau-brasil pâra supportes das nossas armas; mas o pau-brasil, sôbre não apresentar um bom effeito decorativo, não possue significação alguma alêm do nome do paiz a que deu origem. Qual será, então, o emblema conveniente? A palmeira — a rainha dos vegetaes, um thesouro e uma bençam nacional, essa glória e essa maravilha da Nature-

(1) Théophile Beaudoire, *Genèse de la cryptographie apostolique et de l'architecture rituelle*, cit., pág. 84.

za! Entre as plantas symbolicas por excellencia, o louro, o carvalho e a palmeira, ésta última se avantaja a qualquer dellas. O louro é alta e tradicionalmente symbolico; mas tambem tem o emprêgo culinario. O carvalho, a famosa e veneravel árvore consagrada a Zeus, é egualmente historico e significativo; mas, pâra admirar a robustez do seu tronco e o recorte esthetico das suas folhas, é preciso vel-o de perto. A palmeira, não: impressiona á primeira vista. Basta olhal-a, mesmo á distância, e o só olhar já é uma adoração. Aquella haste esguia, coroada pêla cabelleira verde esparsa ao vento, penetra logo a alma e attrai ao culto. A palmeira é um idolo vivo da natureza. Dizem que os antigos copiaram as columnas roliças dos seus templos dos troncos regulares das palmeiras, e que a ogiva, essa fórma espiritualizada na architectura, que faz o encanto dos mais bellos monumentos, nada mais é do que a combinação de dous ramos de palmeira. O systema dos fustes de columnas e das arcadas ogivaes, que compõem as naves e as abobadas das cathedraes gothicas, são uma verdadeira floresta de palmeiras, em que os troncos se alinham e os galhos se encruzam.

As palmas são o symbolo da fôrça, da coragem, da victória, da paz, da paz obtida pêla victória, da constancia, do respeito, da auctoridade, da esperança, da glória, do triumpho e da immortalidade. Os generaes romanos, quando voltavam, gloriosos, das batalhas, appareciam deante do povo, em Roma, na ceremonia do triumpho, vestidos com a majestosa *toga palmata*, bordada com as folhas da palmeira. Vestiam essa mesma toga, na epoca imperial, os consules quando tomavam posse, os pretores na *pompa circensis* e os tribunos do povo nas augustaes (1). Alguns paizes tropicaes e mesmo extratropicaes (Costa-Rica Venezuela, Perú, Paraguay e outros) usam a palmeira

(1) HERBERT SPENCER, *Principes de sociologie*, cit., tom. 3.º, 4.ª parte (instituições ceremoniaes), cap. IX, pág. 262.

como supportes, e o estado da Flórida, nos Estados-Unidos, e a cidade de Nîmes, na França, a adoptaram por emblema. Aos officiaes da Academia Franceza (cuja divisa é «Á immortalidade») é facultado usar as palmas, como supportes, abaixo do escudo.

Como, no capítulo seguinte, especialmente nos occuparemos das palmeiras com relação ao Brasil, no sentido de mostrar que essa planta, melhor que nenhuma outra, caracteriza a região brasileira, aqui não nos extenderemos mais sôbre ella. Quanto á fórma que escolhemos, é a de uma das mais bellas (ou, porventura, a mais bella) das especies nacionaes, do genero *pennata,* a *euterpe oleracea* de Martius, tão frequente em nossas mattas, approximada quanto possivel do natural e, ao mesmo tempo, devidamente estylizada, afim de obedecer ao criterio artistico e ao proposito heraldico. Adoptamol-a, não de perfil, mas naturalmente espalmada, em posição conveniente ao observador e de modo que produzisse um conjunto harmonioso. Assim, o brasão lucra em belleza, vida e majestade. Os dous ramos são ligados, não pêlo laço ou tope nacional, propriamente dito (tal como o estabeleceu o decr. de 18 de setembro de 1822, e que era pâra ser usado no braço esquerdo), mas pêlo laço commum, artistico e heraldico, do feitio por que é empregado geralmente.

Vejamos, emfim, o symbolismo das côres que entram na composição da bandeira e do escudo de armas, conforme os imaginamos. Comecemos pêlas côres nacionaes.

Verde (rectangulo da bandeira, campo do escudo, ramos de palmeira e laço nacional). — É a côr da vegetação renovada, da vida germinando, da primavera, da mocidade, da futura colheita, da paizagem reflectida pêlo mar, da attracção, da sympathia; é o symbolo classico da esperança e tambem da vitalidade, da abundancia, da victória, da calma, da vivacidade, da alegria tranquilla e pacífica. A gradação escolhida é o verde-esmeralda, ou o verde da nossa primavera eterna e esplendorosa.

Ouro, ou amarello (losango da bandeira, esphera armillar, bordadura do escudo e laço nacional). — Côr do sol, da intensidade luminosa, da irradiação, do ouro, da maturação, do outomno, do vigor intellectual, da plenitude da vida, da glória resplendente; symboliza poder, riqueza, opulencia, esplendor, fé, firmeza, auctoridáde, preeminencia, sabedoria, munificencia, grandeza majestosa. Pâra o losango e pâra o laço, a côr é o amarello de ouro, e, pâra a esphera e a bordadura, o proprio ouro.

Vermelho (cruz da ordem de Christo e barrete phrygio).— É a côr do fogo, do verão, do sangue, da purpura, da paixão, da energia vital; significa amor, coragem, valor, bravura, galhardia, magnanimidade, caridade, fervor, alta linhagem, nobreza de raça, de nome e de armas, valor militar e fé mantida á custa do sangue. A côr adoptada é o vermelho vivo, ou vermelho sangue, cujo symbolismo é transparente.

Azul (orla estrellada). — Côr do céo, da atmosphera, do ideal, do sonho, da religiosidade; symboliza belleza, nobreza, majestade, renome, justiça, lealdade, fidelidade, esfôrço de ânimo. O matiz empregado é o azul-celeste ou, antes, o azul-turqueza, que é a côr que, frequentemente, apresenta o nosso céo e é, pâra nós, o mais bello azul, duma suavidade incomparavel.

Prata, ou branco (estrêlla magna).— O branco é a côr da luz, da agua crystallina, do inverno, da neve, do lirio, da pureza, da bemaventurança eterna. Talvez por não ser o branco propriamente uma côr (como querem alguns), talvez por ser a reunião de todas as côres (como querem outros), o certo é que a sua symbologia é devéras vasta. Todavia, as idéas principaes, applicaveis ao assumpto, são: lustre, honra, glória, alegria, liberdade, direito, bondade, honestidade, limpidez, incorruptibilidade, excellencia, perfeição, legitimidade, harmonia, etc. « O branco (escreve

Symbolos destacados das armas do Brasil, como essas armas deveriam ser, de accôrdo com a Tradição, obedecendo a uma ordem logica e, ao mesmo tempo, chronologica.

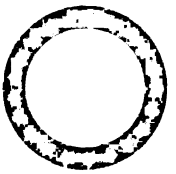
Cruz da ordem de Christo
(BRASIL-COLONIA)

Vermelha, aberta em branco.

Esphera armillar
(BRASIL-REINO)

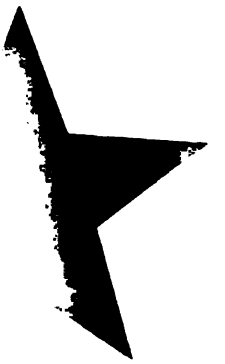
De ouro.

Orla estrellada
(BRASIL-IMPERIO)



Azul, com as estrêllas de prata.

Estrêlla magna
(BRASIL-REPÚBLICA)



De prata.

Escudo de armas

(Symbolos reunidos no escudo e ornamentos exteriores)

Escudo verde e bordadura de ouro (côres nacionaes), com os symbolos já indicados, tendo por timbre o barrete phrygio, e como supportes dous ramos de palmeira, unidos, na base, pêlo laço nacional.

Bandeira

(Symbolos e côres nacionaes)

Observação. — As côres ouro e prata, nas bandeiras, em geral, são representadas convencionalmente: o ouro é substituido pêlo amarello, e a prata, pêlo branco.

Afim de evitar frequentes abusos, na representação do losango amarello de ouro, o qual, de ordinario, é figurado ora máior, ora menor, sôbre o rectangulo verde-primavera, convem se ajustem os dous perfeitamente, de modo que os quatro angulos do primeiro toquem nos competentes lados do segundo, como se ve no modêlo supra. Tal disposição, além de, porventura, mais esthetica, offerece a vantagem de melhor acatar a tradição historica: visto como, no proprio desenho de João-Baptista Debret, que passa por ser o auctor da bandeira do imperio, o losango vem assim representado. (Veja-se, a respeito, a valiosa obra de DEBRET, *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, impressa em Paris, tomo 3.°, 1839, estampa n. 29).

M. Rey) é o eterno symbolo da ordem» (1). Na bandeira, a estrêlla magna é branca, e, no brasão, é de prata, que é a côr heraldica do branco.

Pêlo exposto, vê-se que as côres dos nossos symbolos nacionaes, quer os da bandeira, quer os do escudo de armas (o qual contêm todos os symbolos reunidos), são as mais bellas do espectro solar e mesmo da heraldica, e as mais proprias, por conseguinte, pâra inspirar o duplo culto da Arte e da Natureza.

As côres usualmente empregadas na heraldica recebem o nome geral de *esmaltes* (porque os escudos, antigamente, eram esmaltados) e são: *metaes*, ouro e prata; e *côres* (propriamente ditas), isto é, vermelho ou *goles*, azul ou *blau* (termo pouco usado), verde ou *sinople*, roxo ou *purpura* e preto ou *sable*. São essas as mais communs, exceptuando o roxo, que é de raro emprêgo. Ha outras côres supplementares, que se denominam *pelles*, e são: *arminho* (branco mosqueado de preto) e *contrarminho* (preto mosqueado de branco), *veiros* (azul e branco) e *contraveiros* (branco e azul). Além de outras, que os heraldistas desprezam geralmente.

Depois de indicar algumas symbolizações dessas côres, informa Victor Bouton: «Esses esmaltes tinham tambem uma significação relativa aos planetas, aos dias da semana e aos elementos naturaes, porêm a mais importante dellas é a que se liga ás pedras preciosas. Ouro exprime o topazio; prata, a perola; goles, o rubi; azul, a saphira; roxo, a amethysta; sinople, a esmeralda; sable, o diamante» (2).

Os esmaltes, ou as côres heraldicas são representadas por meio de signaes ou de traços de convenção, que os

---

(1) M. Rey, *Histoire du drapeau, des couleurs et des insignes de la monarchie française, précédée de l'histoire des enseignes militaires chez les anciens*, cit., tom. 2°., liv. XI, cap. VI, pág. 456.

(2) Victor Bouton, *Nouveau traité des armoiries ou la science et l'art du blason expliqués*, cit., pág. 36.

francezes denominam *hachures* e os italianos *tratteggi*. O ouro é indicado por um pontilhado; a prata, pêlo branco pleno, sem nenhum signal; o vermelho, por linhas verticaes, de alto a baixo do escudo; o azul, por linhas horizontaes; o verde, por linhas obliquas, ou diagonaes, tiradas do angulo superior direito pâra a parte inferior esquerda do escudo (o contrário do observador); o roxo, por diagonaes tiradas do angulo superior esquerdo pâra a parte inferior direita; o preto, por linhas cruzadas, verticaes e horizontaes; etc.

Convem notar que a direita heraldica é a esquerda do observador, e a direita do observador corresponde á esquerda heraldica. A regra mais importante, e geralmente mais observada na arte do brasão, é a que prohibe collocar metal sôbre metal e côr sôbre côr. Todavia, ella estabelece excepções pâra as armas antigas, tradicionaes ou historicas, as quaes teem sempre um motivo justo de existir, uma razão de ser de se manterem. Os francezes chamam-nas armas *à enquerre*, porque cumpre *inquirir* da sua origem. Alguns, vendo o projecto de brasão que organizamos, poderão suppôr que a esphera armillar, de ouro, se acha, contra as regras, collocada sobre a estrêlla magna, de prata. Ainda que isto assim fôsse, sería plenamente admissivel, em vista de se tratar de um symbolo tradicional e historico, dado e mantido, na sua côr primitiva, por quem de direito podia dal-o, o soberano portuguez. Mas a esphera armillar de ouro, de facto, não se acha collocada sôbre a estrêlla magna de prata e, antes, assenta sôbre a cruz da ordem de Christo, que é vermelha, e se interpõe entre aquellas. O proprio escudo de armas do Imperio, com o fim de conservar outro symbolo historico e tradicional, como a cruz da ordem de Christo, inscrevia essa cruz, *vermelha*, sôbre o escudo *verde*.

Deante de tudo isso, verifica-se que foram mantidos, em nosso projecto, os symbolos, as fórmas, as disposições e as côres dêsses emblemas existentes entre nós, apenas

melhorando o que devia ser melhorado e substituindo o que devia ser substituido. O aspecto fundamental da bandeira e as côres nacionaes permaneceram as mesmas. O escudo continuou a ser verde, sendo, porêm, debruado com a bordadura de ouro, pâra reunir, nelle, as côres nacionaes. A cruz de Christo, vermelha, a esphera armillar, de ouro, a orla estrellada, azul com as estrêllas de prata, conservaram as côres primitivas. A estrêlla magna (symbolo novo aproveitado) tinha que ser, logicamente, de prata. O timbre foi mudado, porque não podia deixar de ser, assim como os ramos de café e tabaco, em face da conveniencia demonstrada, o foram por outros, na sua côr natural, duma planta nossa e que é a mais bella da terra, a palmeira, grandiosa e incomparavelmente symbolica. O laço, que une os seus ramos, é o proprio laço nacional, usado por todos.

No conceito daquelles, que aliás possuam capacidade e patriotismo, não se afigurará essa uma combinação harmonica e adequada, que, aproveitando e reunindo elementos nacionaes, historicos e sobremaneira eloquentes, symbolica e conglobadamente abrangeria, numa disposição intuitiva, tradicional e simples, a nossa natureza e as quatro phases, já referidas, do evoluir político da nossa terra ? Nessa bandeira e nessas armas, assim imaginadas, não palpitariam, vibrantes e indestructiveis, a viva e esplendida imagem do nosso solo e a rapida e luminosa synthese de toda a nossa história, desde o descobrimento até á actualidade, num encadeamento contínuo e ininterrupto de epocas symbolizadas, em que, successivamente, o primeiro symbolo se ligaria ao segundo, êste se ligaria ao terceiro e abrangeria o primeiro, o terceiro se ligaria ao quarto e conteria os dous anteriores, e o quarto, afinal, abraçaria todos os demais ? Esse plano, alêm disso, pâra formar uma bandeira e um escudo de armas que se destinassem ao Brasil, acaso iria de encontro (como, por exemplo, acontece com os pseudos symbolos que ainda vigoram) aos cinco fundamentaes e necessarios criterios do util, do bello, do verdadeiro, do

justo e do bem, que integram o eterno e amplo ideal de todo um povo ?

Taes cousas não é a nós que compete julgal-as : outros, mais auctorizados, que o façam. Não obstante, com a devida imparcialidade, parece-nos que se lhe não podem recusar êstes requisitos essenciaes : bom-senso e expressão de symbolos, alêm do respeito ao passado e do respeito á arte que esse duplo plano encerra. Não se notam, ahi, emblemas de mais ou de menos, nem representações superfluas, nem pensamentos que careçam de ser traduzidos : todos os symbolos significam alguma e uma só cousa. Em o nosso entender, e discorrendo com a precisa franqueza, essas qualidades já se não encontram nos tres typos irregulares de bandeira, apparecidos depois da república, inclusive o recemnado do projecto, nem nas chamadas armas nacionaes de agóra.

Em todo caso, é de esperar que a « ulterior deliberação » a que foi remettido o projecto, na Câmara dos Deputados federaes, não resolva, desta vez, o assumpto assim de afogadilho. Mesmo porque (principalmente si os poderes públicos tiverem em maior consideração o caso), é provavel surjam outros tentamens, porventura mais elevados, mais perfeitos. Oxalá assim aconteça, e a questão consiga despertar a crítica sensata e desapaixonada dos homens competentes, porque, dêsse modo, veremos a semente fructificar e, o que é mais, lucraremos todos nós !

Seja como for (ou nomeando-se uma commissão especial, ou por meio de concurso, sujeito ou não a plebiscito, ou proveniente do Congresso), preciso é que a Patria possua um pavilhão condigno e estavel, que, affirmando a soberania nacional perante os povos, sobranceira e veneradamente fluctue, já entre nós, já no extrangeiro, ora nas solennidades civicas, ora no commércio, assim na paz como na guerra ! É mistér, é absolutamente indispensavel que o nosso futuro symbolo supremo e o nosso brasão possam perdurar com efficacia, que pâra todo o sempre inspirem o

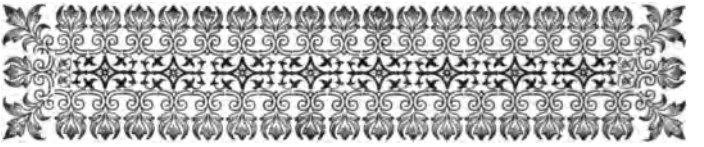
amor e o respeito ao Povo, que superiormente consigam vibrar a idealidade intrinseca das almas brasileiras, cuja vida (digam o que disserem, façam o que fizerem) ainda, e muito, se alimenta dêsses altos sentimentos!

Os romanos — esse povo irrequieto e valoroso, muitas vezes celebrado, que, no pensamento a um tempo imaginativo e erudito de Oliveira Martins, realizou o sonho da «nação por excellencia» (1), cuja civilização «é um typo incomparavel e unico» e cuja história deve ser encarada «como prototypo da historia social humana» (2) —, os romanos consagravam ás insignias da sua nacionalidade uma veneração, por assim dizer, religiosa, a ponto de, nos acampamentos, as guardarem numa tenda especial, que se tornava, por isso, sagrada. Aquelle que perdia ou profanava uma das signas heroicas vinha a soffrer severissimas penas, pagando muitos, com a vida, tamanha infelicidade! Por que não havemos de ter, sinão o lustre febricitante dos romanos, ao menos o seu espirito de nacionalidade?...

---

(1) Oliveira Martins, *Quadro das instituições primitivas*, Lisboa, 1893, liv. IV, cap. III, pág. 263.

(2) *Idem, ibidem*, cap. II, pág. 244.



X

As palmeiras e o Brasil

ão é de hoje e, antes, vem dos mais primitivos tempos o conceito de que gosa a palmeira, de ser tida como um verdadeiro encanto da natureza e como um symbolo excepcionalmente expressivo. Os povos incipientes attribuiam-lhe uma origem sôbrenatural. É a árvore divinizada, a árvore sagrada dos trópicos. Ella é singularmente célebre nas ceremonias religiosas dos indús. Uma das castas do povo brahmanico era incumbida de zelar pêla cultura dessa planta. Na Persia, a palmeira representava o sol. No Egypto, era o symbolo da fecundidade, pois Osiris e Isis possuiam palmas como symbolo do poder fecundante. As folhas, constantemente renovadas, eram a imagem do cyclo annual. Os chamados astrologos egypcios usavam palmas, como emblema da sabedoria; o idolo da Justiça empunhava um ramo de palmeira; e o idolo da Liberdade trazia uma corôa dessa mesma planta. Na *Biblia,* conforme se vê no Levitico (1), já ella era chamada a «árvore mais formosa», e os seus ramos serviam de signal de alegria e de respeito; Salomão, no Cantico dos Canticos (2), enaltecendo

(1) Cap. XII, versic. 40.
(2) Cap. VII, versic. 7.

as seducções de Sulamita, diz que a belleza elegante do seu porte se assimilha á da palmeira; e o evangelho de São João (1) nos transmitte a conhecida passagem da entrada triumphal de Christo em Jerusalem, festejado de palmas e acclamado de hosannas — acontecimento que a christandade annualmente celebra no domingo de Ramos. Os arabes veneravam, e ainda veneram a palmeira, como si fôra um ascendente patriarchal, segundo a recommendação expressa do Propheta. Algumas cidades do Oriente, e entre ellas Palmyra, a moderna Tadmor, tão notavel pêlas suas ruinas, teem os nomes ligados á palmeira. Ella apparece em vasos e pinturas gregas, e em moedas judaicas, romanas e carthaginezas. Poetas e prosadores gregos e latinos referem-se a ella com frequencia. Nas festas celebradas em Delos, nos tradicionaes jogos olympicos e nas grandes solennidades públicas de Roma, a palmeira e as suas palmas serviam de signal de regosijo e de premio aos vencedores.

Em quasi todas as linguas e em innumeras lendas de diversos povos, a palmeira tem sido decantada como uma árvore providencial e maravilhosa. Ella está intimamente ligada á concepção do sol e da phenix mythologica, que resurge de si mesma. « Em toda a antiguidade classica, a palmeira é comparada ao sol : as suas folhas symbolizam a auctoridade e a glória. Encantados pêlo eterno brilho da sua folhagem, pêla sua viçosa annosidade, pêla belleza, graça e flexibilidade consistente do seu caule esbelto, que parece enrijar-se ao pêso dos fructos, pêla faculdade de se reproduzir e multiplicar pêlos brotos, os antigos attribuiam-lhe dons prodigiosos, e davam-lhe a mesma denominação que á ave portentosa que alliava á sua extraordinaria longevidade o singular privilégio de reviver das suas proprias cinzas. Confundidas sob o mesmo nome, a planta e a ave tiveram logo a mesma lenda. « Di-

(1) Cap. XII, versic. 13

zem (refere Plinio) que a árvore rara que dá as tamaras syagras, e que se vê na Chora de Alexandria, perece e renasce de si propria com a phenix, a qual, segundo o juizo commum, tira o seu nome dessa particularidade » (1).

No Brasil, ha uma lenda interessante. Por occasião do dilúvio, Tamandaré — o Noé dos selvagens — refugiou-se com a familia no cimo duma elevada palmeira, cujos fructos lhes serviram de alimento emquanto durou a inundação. Depois que baixaram as aguas, Tamandaré desceu, afim de repovoar a terra.

Comquanto os nossos indios não tivessem, nem pudessem ter uma idéa de patria como nós, o certo é (segundo affirma o general Couto de Magalhães, que innumeras vezes atravessou os nossos sertões, de norte a sul e de nascente a poente, e conviveu durante annos com diversas tribus) que elles conheciam o immenso e largo territorio que vai do Amazonas até mais ou menos á lagoa dos Patos, sob o nome de Pindorama, ou Pindó-retama, o que, em tupi, significa *região das palmeiras,* em opposição ao interior por elles não occupado e a que denominavam Tapuirama, patria dos tapuias, ou *região das tabas ou aldeias* (2). E, em certo passo, relata o general: « Nas solidões do Araguaya, Coinamá, velho chefe Ananbé, muitas vezes me contava que, quando seus avós emigravam das altas montanhas, provavelmente dos planaltos dos Andes, *onde o sol morre,* para as terras plainas, *onde o sol nasce,* os chefes, os tuchawas, como elles os chamam, dias antes da partida, á hora do toque das businas, passavam diante das casas dos guerreiros, dizendo-lhes este famoso grito de guerra para a conquista do Brazil:

« *Yá só Pindorama koti, itamarána po anhatin, yararama ae recê* ».

---

(1) Oswald de Kerchove de Denterghem, *Les palmiers*, Paris, 1878, cap. VIII, pág. 124.

(2) General Couto de Magalhães, *Anchieta e as raças e linguas indigenas do Brazil*, trabalho publicado no livro do *III centenario do venerável Joseph de Anchieta*, 1900, § 2°., pág. 251.

— « Marchemos para a Região das Palmeiras (Brazil), com a acha d'armas na ponta da mão, seremos senhores do Brazil » (1).

Theodoro Sampaio, outro illuminado perquiridor das cousas patrias, apropositadamente escreve: « As palmas são, de facto, um typo vegetal tão distincto, tão caracteristico e tão commum em nossa terra, que a sua belleza e frequencia em certa parte do paiz, não podia deixar de influir para o nome que o devia designar.

Dahi vem encontrarem-se amiudadas vezes no nosso mappa geographico as denominações tupis das diversas especies de palmeiras. » E, depois disto, indíca uma serie de nomes de palmeiras, applicados a muitissimas localidades do littoral e do interior do Brasil (2).

Aos proprios olhos dos descobridores, não passou despercebida essa planta, e, antes, foi destacada, entre o basto e frondoso arvoredo da praia, pêlo narrador minudente dêsses factos, Pero Vaz de Caminha, na célebre carta ao rei d. Manuel, quando, por várias vezes, allude ás « mujtas palmas » e aos « mujtos e boos palmjtos » (3). André Thevet, nas suas *Singularidades da França Antarctica*, publicadas em 1558, consagra-lhe um capítulo especial e chama-lhe « árvore maravilhosamente bella e perpetuamente verde » (4).

A primeira cousa de que se lembrou o nosso lyrico mais venerado, Gonçalves Dias, ao compôr, na velha Coimbra, a singela e popularissima *Canção do exilio*, foi das lindas e meigas palmeiras do torrão longinquo... O que contribue pâra o encanto, pâra a sensação da poesia selvagem que se evola dêsse poema nativo e simples que

---

(1) Couto de Magalhães, obr. cit., § 8°., pág. 263.

(2) Theodoro Sampaio, *O tupi na geographia nacional*, São Paulo, 1901, cap. III, pág. 60.

(3) Pero Vaz de Caminha, *Carta a el-rei d. Manuel*, cit., versão no portuguez da epoca, págs. VI, IX e XII.

(4) André Thevet, *Les singularitez de la France Antarctique*, ediç. Gaffarel, Paris, 1878, cap. XI, pág. 49.

se chama *Iracema*, apenas começa a invocação inicial, são aquellas « frondes da *carnauba* » e aquellas « alvas praias ensombradas de *coqueiros* », deante dos « verdes mares bravios » da terra natal... Essas árvores, alli, são como que almas serenas e amaveis, personagens immoveis e eloquentes dessa tela á beira-mar! Ellas, por assim dizer, animam, definem e povoam todo o amplissimo scenario!

No Amazonas, é sabido que os indios se servem, muitas vezes, das palmeiras ribeirinhas pâra armar as suas choças aereas, que os abrigam durante as enchentes. Em todo o Brasil, é muito commum ver, em meio a um grande descampado ou a uma extensa plantação da roça, uma palmeira alta e solitaria — resto expressivo das derrubadas e queimadas —, piedosamente poupada pêlo córte e pêlo fogo devastador! Ainda mais commum é ver palmeiras, ordinariamente aos pares, nos terreiros das fazendas, nas chacaras quaesquer, na frente dos jardins, ou ornamentando ruas e praças das cidades. É uma suggestiva prova do carinhoso culto que lhe vota o povo! A famosa alamêda das palmeiras, que extasia todo extrangeiro que vai ao Jardim Botanico do Rio de Janeiro, corre mundo em quanta reproducção graphica se conhece. Num recanto dêsse jardim, que as dryades e as naiades parecem habitar, existe um gradil modesto, no centro do qual se eleva, soberba de fôrça e majestosa de altura, balouçando o cocar de pennas de esmeralda, com os seus cem annos de existencia, a veneranda palmeira secular, ciosamente plantada por d. João VI! É originária das Antilhas e a *mater* patricia dessa nobre progenie que se espalhou em nossa terra, e que o vulgo, pomposa e amplificadamente, chrismou de « palmeiras imperiaes ». Ahi, nesse edenico remanso de frescores e de aromas, ella esplende ao sol, robusta e rejuvenescida pêlo humus tropical, como um deus ao ar livre, perennemente visitado com aquelle recolhimento com que, outrora, os gregos visitavam Delphos... Salve, palmeira tutelar e olympica!

« A palmeira é a árvore das regiões tropicaes, como o pinheiro é a árvore das regiões frias, como a vinha, o carvalho e a oliveira são o adôrno das regiões temperadas. O pinheiro communica ás solidões dos paizes alpestres e dos paizes septentrionaes uma belleza grave, austera e melancolica; a paizagem dos climas temperados tem a variedade, a graça, a frescura, um não sei que de suave, de carinhoso, de risonho; a palmeira imprime á floresta das regiões tropicaes um cunho indizivel de fôrça e de magnificencia. Ella symboliza o incomparavel poder duma natureza cheia de fecundidade, de exuberancia e de riqueza » (1).

As palmeiras (no dizer de um escriptor) formam como que uma faixa em volta do globo, na zona comprehendida, mais ou menos, entre os trópicos. O seu aspecto é tão particular, os seus dons são de tal modo imcomparaveis, que os sabios e viajantes unanimemente se não cansam de lhes proclamar a superioridade sôbre as outras plantas e de lhes fazer a apologia enthusiasta.

Linneu, que primitivamente as classificou, chamou-lhes *principes vegetabilium*, e desde então, á sombra da sciencia, ellas começaram a desfructar as prerogativas da realeza... Os alemães, ainda hoje, as denominam, muitas vezes, *principes*.

Humboldt exalta-as, nellas vendo « a mais elevada e a mais nobre das fórmas vegetaes. Em todos os tempos os povos lhes conferiram o premio da belleza; e foi na zona asiatica das palmeiras e nas regiões circumvizinhas que floresceu a primeira civilização humana » (2). Esse grande sabio, que tambem era um grande artista, lamenta

(1) Oswald de Kerchove de Denterghem, *Les palmiers*, cit., cap. I, págs. 1 e 2.

(2) Humboldt, *Tableaux de la nature*, Paris, tom. 2.°, 1851, pág. 22

que aos povos do norte seja defeso o gôso de árvores como a palmeira ! E continúa : « As palmeiras teem, geralmente, pêla apparencia e pêla physionomia, um caracter grandioso, difficil de traduzir por palavras. » « O seu aspecto imponente é devido, sôbretudo, á direcção das folhas e ao eixo (estipe). O que constitue a belleza physionomica dessas especies vegetaes é o facto de terem as folhas armadas, não sómente quando novas, mas durante a vida toda (como a tamareira, unica especie introduzida na Europa). Quanto mais agudo é o angulo de inserção das palmas sôbre o caule, tanto mais bella e majestosa é a fórma » (1).

Ferdinand Denis, o imaginoso pintor das *Scenas da natureza nos trópicos,* destacando alguns typos vegetaes dessas regiões, cujo aspecto (observa) sempre causa admiração aos europeus, escreve : « De todas essas árvores, a palmeira é a que reune mais graça e majestade : variada na sua folhagem, como nos seus productos, parece que a natureza a destinou a embellecer todas as paizagens, evitando a monotonia. Ora se eleva do seio da terra como um pallio de verdura, e protege com as suas palmas as flores mais modestas ; ora, galgando orgulhosamente os ares, domina todas as outras árvores. Alteia-se com tanta majestade, que os homens a proclamaram a rainha das florestas (2). Mas, seja porque os ramos se extendam a alguns pés do caule, e em seguida diminuam até ao tôpo, de modo que formem uma copa elegante ; seja porque as palmas, merecendo o nome que as designa, se mostram em fórma de leque, a verdade é que a palmeira consubstancia os dons da utilidade e da belleza ! Cresce nas praias solitarias e nos montes escarpados ; aformoseia as planicies mais ferteis e os penhascos mais nus ; prodigaliza a vida

---

(1) HUMBOLDT, *Tableaux de la nature*, cit., tom. 2°., págs. 138 e 140.

(2) Um poeta inglez chama-lhe « o triumpho da natureza » : GRANGER, *The sugar cane.*

por toda a parte, por toda a parte nos fórça ao reconhecimento. As nações maritimas deveriam consagrar-lhe uma especie de culto. Quantas vezes não se ha visto o nauta guiar-se por grupos de coqueiros, evitar as vagas rugidoras e affrontar, brincando, o recife que essas árvores lhe indicavam! É a palmeira que ensombra a cabana do inditoso escravo, e que lhe occulta o palacio dos despotas da India. É ella, como disse um viajante italiano (1), que nivela a mesa do rico á do pobre; e devemos lembrar, com Humboldt, que foi no meio da região das palmeiras da Asia, ou nas regiões mais proximas, que se operou a primeira civilização. Foram tambem, provavelmente, esses soberbos vegetaes que suggeriram aos poetas as primeiras comparações, quando se tratava de pintar a Graça unida á Majestade: porque a palmeira ainda inspira aos Orientaes as imagens mais bellas e mais nobres. E, entretanto, não se conhecem nesses paizes as especies em que a natureza esparziu toda a sua magnificencia; essas não se encontram sinão na America meridional, onde communicam á paizagem uma expressão de grandeza porventura desconhecida nas outras partes do mundo. Comquanto, porêm, os povos dessas paragens ainda não possuam literatura, e não saibam transmittir as impressões poeticas que recebem da natureza, não sentem menos o encanto que se experimenta á vista do seu mais bello producto, e o exprimem, depois duma longa viagem, por toadas rusticas ou exclamações de júbilo.

As diversas palmeiras dão ás regiões uma physionomia particular. Algumas são solitarias e nascem no meio de outros vegetaes; muitas, como a *mauritia* e a *tamareira*, formam extensas florestas, e parecem anniquilar as árvores que procurassem crescer entre ellas. Foi o aspecto de uma dessas florestas, que se encontram após a travessia do de-

---

(1) Della Cella, *Voyage de Barbarie aux frontières occidentales de l'Égypte.*

serto, que fez um negociante abyssinio exclamar, arrebatado: « Depois da Morte o Paraiso! » (1) — expressão pathetica, que bem traduz o effeito da tamareira na paizagem. A natureza se compraz em povoar as ruinas com a árvore que ella mais parece haver favorecido. Como pâra demonstrar a sua superioridade sôbre a obra humana, a palmeira espalha a abundancia aonde nós levamos a devastação; convida ainda a viver no sítio em que, tantas vezes, foi ultrajada! Nos logares em que se erguiam as columnas da sumptuosa Memphis (2), o Arabe examina agóra os porticos de verdura, e ahi, na união das palmeiras, é que elle firma a esperança da sua riqueza. Quem não ouviu falar dêsses amores vegetaes em que paira, ás vezes, a esperança de várias tribus? A natureza, dando sexos differentes ás tamareiras, assim como a algumas árvores congeneres, offereceu-nos, ao mesmo tempo, o espectaculo mais commovedor: porque parece haver concedido a um ser inanimado uma parcella dêsse sentimento que congrega as creaturas vivas. Na epoca da fecundação, quando ainda se não sente o mais ligeiro sôpro, a amada, com um languido movimento, inclina pâra o amado as palmas frementes (3). Muitas vezes, um insecto alado ou o zephyro são os mensageiros dêsses amores que o proprio homem não se dedigna de favorecer.

Dans les brûlans climats où la palme fleurie
Semble en penchant la tête appeler son amant,
Le Maure arrache un thyrse au palmier fleurissant,
Sur elle le secoue et revient en automne
Cueillir les fruits nombreux que cet hymen lui donne (4).

---

(1) *Nouvelles annales des voyages* de MM. Eyriès et Maltebrun, tom. 6°., pág. 298.

(2) *Ouvrage de la commission d'Égypte*; *Mémoire sur l'agriculture*, pág. 350.

(3) Plinio.

(4) Castel, *Poème des plantes*, canto 1, pág. 26, ediç. in-12.

Nem todas as palmeiras necessitam dêsse auxílio; ha um grande número em que se acham reunidas as flores dos dous sexos. Mas, si fôsse preciso referir os seus diversos productos, alguns volumes não bastariam. Em toda parte, a sua folhagem offerece uma sombra benefica; num sem número de especies, a seiva fornece um vinho refrigerante. Não falarei do coqueiro, nem da tamareira, cujos fructos são conhecidos na Europa (1): presentemente, toda a gente sabe que a mauritia, cognominada a *árvore da vida* (2), nutre, com os fructos e a fecula, uma nação inteira, nas margens do Orenoco; a carnauba ou o cerieiro podem alumiar uma parte dos habitantes da costa do Brasil (3); o sagueiro dá, no fim de sete annos, uma farinha saborosa, conhecida nas mesas da Europa; o salepo é ainda um producto duma dessas bellas árvores; o pirijá fornece um fructo nutritivo, similhante ao pecego pêla fórma e pêla côr; a areca offerece aos indús uma noz de que elles não podem prescindir pâra preparar o seu betel; a piassaba suppre a navegação de cordoalhas bastante duraveis; a raphia de Madagascar veste uma parte dos habitantes da ilha; o mucury, o guiri, e uma multidão de outras palmeiras que se encontram em grande escala no Brasil, produzem um oleo que é facil expremer. Diversos viajantes poderiam accrescentar a essa rapida nomenclatura os fructos mais uteis; porêm, eu me afastaria por demais do meu proposito. Vou falar de outras árvores que, com a palmeira, contribuem pâra dar uma physionomia particular á paizagem »(4).

Até ahi, Ferdinand Denis. Pâra encerrar, porêm, ésta serie de considerações sôbre a palmeira, não resis-

---

(1) FRANÇOIS PYRARD, tom. 2.°, pág. 409. Elle apresenta, na sua obra *Voyage autour du monde*, a relação mais completa dos productos do coqueiro e do seu uso.

(2) HUMBOLDT, *Tableaux de la nature*, tom. 1°., pág. 38.

(3) *Corografia brasilica*, tom. 2°.

(4) FERDINAND DENIS, *Scènes de la nature sous les tropiques*, Paris, 1824, cap. II, págs. 9 a 14.

timos á suggestão de transcrever uma parte do prefácio do *Sertum palmarum brasiliensium,* de Barbosa Rodrigues, em que esse laureado compatriota inspiradamente faz a mais bella apologia dessa planta. Sôbre ser elle a maior auctoridade na materia, o trecho da sua introducção constitue a página mais empolgante que a respeito conhecemos. É um verdadeiro hymno, enthusiasta e patriotico, á Palma portentosa ! Como vem a proposito e a grandiosa obra não é de vulgar acquisição, julgamos prestar um serviço ao leitor e ás letras patrias, traduzindo, conforme pudemos, as palavras de quem, melhor do que ninguem, podia discorrer sôbre o assumpto. Cedamos, pois, o logar ao erudito apaixonado do seu ideal.

«O rico e magnifico paiz, denominado por Humboldt o paraiso dos botanicos, ésta immensa região coberta de alterosas montanhas, recortada de rios e de campos sempre verdes, sombreada por florestas virgens colossaes, com arenosas praias semeadas duma vegetação especial, e banhada pêlas ondas do Oceano, êste paiz que se chama Brasil, onde o ar é ora sêcco, ora humedecido por vapores aquosos, onde se encontram quasi todos os climas da terra e onde se acclimam todas as plantas do velho mundo, ésta plaga esplendida é tambem o reino das palmeiras. Ahi se depara, com effeito, toda a serie dessa familia, desde os maiores gigantes até aos menores anões.

Nas regiões quentes e humidas, onde se elevam as grandes florestas, encontram-se os *Gequytibás* que, pêlo seu porte gigantesco, parecem querer, como soberanos, dominar tudo. Veem-se tambem lianas atrevidas que, apoiando-se e agarrando-se aos galhos, tentam disputar a eminencia extendendo as suas paniculas douradas, brancas ou roseas ácima dos ramos mais elevados. Essa pretenção louca da multidão variada dos audaciosos, que procuram attingir as altas posições, desapparece ante as esbeltas palmeiras que, sem auxílio algum, se erguem altivas como as rainhas dos campos e das florestas.

Ellas não teem nem o grosso tronco, nem a fôrça dos *Gequytibás*, nem a flexibilidade das lianas, porêm teem a distincção da raça, a aristocracia da belleza, o poder da utilidade, e essas qualidades reunidas fazem dellas, incontestavelmente, as rainhas do mundo vegetal. Mostram no seu porte a exuberancia e a riqueza da terra; o seu encanto, a sua graça e a sua utilidade vivificam, por assim dizer, o interior das florestas do Brasil.

Symbolizando toda uma região do globo, a palmeira é tambem o symbolo da glória, pois que é á sombra das palmas que se reunem aquelles que, no mundo, deram mostras dum grande merito pêlos seus triumphos, pêlas suas acções, pêlo seu saber, pêlas suas virtudes.

Si na vegetação florestal a palmeira reveste um cunho de soberania, conserva esse cunho nos logares onde cresce. Nos campos requeimados pêlo sol, a terra se desecca, a humidade desapparece e o frio mata ; mas ahi, si a palmeira perde a majestade do porte, mantem, todavia, o bello aspecto, a elegancia e a altivez da linhagem. Si permanece ao nivel dos vegetaes communs, guarda sempre a graça e a distincção. Tal é o apanagio que a faz distinguir á primeira vista.

Entre as palmeiras que crescem nos campos e que não teem, em geral, o convivio de outros parentes, aquellas que se afastam e vão viver nas terras altas não se isolam nunca; formam grupos de congeneres e, em sociedade, dominam todas as outras plantas, que se apresentam, muitas vezes, com um ar doentio.

Nascem e crescem nos mesmos meios que outros vegetaes, mas, na disposição e na frescura das suas folhas, não apresentam nenhum estigma, nenhum padecimento, e algumas vezes indivíduos isolados, altaneiros e graciosos, se desligam dos companheiros pâra alardear a sua fôrça e a sua magnificencia.

Entretanto, outras palmeiras bem humildes parecem abandonar o fausto das irmãs, occultando-se no meio

das gramineas e das rochas; taes são os pequenos *Arirys*, o *Cocos liliputiana* Barb. Rodr. e o *C. petræa* Mart.; são as mais modestas das palmeiras. Permanecem sempre mui pequenas, muito humildes, não se mostrando quasi nada e occultando, algumas vezes mesmo, os seus fructos debaixo da terra. Nessa modestia, ellas denotam o seu verdadeiro merito.

As palmeiras são, pois, os membros duma velha dynastia dos tempos geologicos, dynastia que tem o cunho da distincção, o orgulho da fôrça, da belleza e da utilidade, e que jámais se confunde com a multidão que a circumda. Si, como eu disse, o colossal *Gequitybá,* pêlo seu grosso tronco e pêla sua grande altura, pretende o sceptro da realeza, a garbosa e delgada *Juçára,* que lhe cresce ao lado, se eleva á mesma altura que elle, ostenta com elegancia o seu diadema ácima da folhagem, e quando o tufão despedaça e desgalha o gigante, essa debil palmeira agita nobremente a fronte coroada, resiste ao furor do vento, e, após o temporal, olha sã e salva, com orgulho, os estragos que soffreu o pretenso rei das florestas e a sua vassallagem!

As palmeiras teem, como os reis e as rainhas, o attributo da protecção. Abrigam os viajantes e aquelles que vivem longe das mercês da sorte ou no estado selvagem. São as árvores da beneficencia.

Fornecem ao homem inculto os fios que lhe servem pâra fabricar as redes em que repousa, linhas pâra a pesca, corda pâra os seus arcos, isca pâra o fogo, tecto pâra abrigal-o contra as chuvas, paredes que o protegem contra os ventos e os animaes ferozes, soalhos que o resguardam da humidade, madeira pâra as suas armas, pâra os seus instrumentos e pâra as suas pirogas, preparos pâra os seus atavios, palha pâra os seus diversos utensilios, a cera e o azeite que lhe dão a luz, o sal necessario ao tempêro das suas iguarias, agua pâra se dessedentar, vinho pâra os seus repastos, fru-

ctos e palmitos pâra a sua alimentação, farinha pâra as provisões de viagem, remédios contra as doenças e bôlos pâra as suas festas.

Não ha nenhuma familia vegetal que dê ao homem tanta utilidade, sem apresentar materia alguma toxica.

Si as palmeiras não existissem, qual não sería, no deserto, o soffrimento do pobre e do viajante? Quantas vezes o humilde auctor destas linhas não teria passado as noites, exposto ás chuvas torrenciaes, nas florestas do equador, si não tivesse encontrado os *mauarys* (1), feitos de folhas de palmeira? Quantas outras não estancou a sêde com as bebidas extrahidas dessas plantas? Quantas mais não abrandou a fome com os seus palmitos e os seus fructos?

O principe de Neuwied disse muito bem: « A familia das Palmeiras é um dos mais bellos presentes que a Providencia fez ás regiões equatoriaes. »

A sua utilidade fel-as entrar nas lendas de quasi todos os povos.

São consideradas como árvores sagradas, symbolos do sol, da riqueza, da geração, da fôrça, da immortalidade e da glória. Eis porque ellas symbolizam egualmente a Deusa Victória, a *Dea Palmaris*.

Si nós as vemos veneradas, por assim dizer sagradas, no paganismo, tambem ellas teem a sua lenda no christianismo.

Quando Maria atravessou os desertos do Egypto, levando Jesus ao collo pâra o arrancar, pêla fuga, á sanha de Herodes, a tradição nos conta que ella mitigou a fome com os fructos duma palmeira, á cuja sombra descansou. Jesus abençou-a então e escolheu-a pâra fazer della o symbolo da salvação eterna, declarando que com as palmas entraria em triumpho em Jerusalem.

A utilidade das palmeiras é tão grande, as suas qua-

---

(1) Chamam-se *mauarys* as pequenas palhoças que se constroem improvisadamente, com folhas de palmeira.

lidades são tão numerosas, que Plutarcho informa « haver um hymno babylonico que canta os tresentos e sessenta beneficios que ellas prestam á humanidade », e Garcia da Orta, nos seus *Colloquios*, alludindo ás cousas necessarias á vida e occupando-se das palmeiras, diz : « Dá tantas e necessarias que não sey arvore que dê a sesta parte. »

A familia das palmeiras, que enriquece e faz o ornamento das florestas brasileiras, jouve na obscuridade durante muito tempo ; foi preciso que surgisse um dos membros mais eminentes da aristocracia do talento e do saber pâra mostrar o logar saliente que ella devia occupar entre as outras familias naturaes.

O botanico mais eminente que visitou o Brasil, o dr. Carlos Frederico von Martius, aqui chegou em 1817 ; póde-se dizer que foi elle quem iniciou a vulgarização dessas uteis phanerogamas. Linneu não conheceu sinão quinze especies, e foi só depois do palmographo bavaro que appareceram os admiradores das soberanas das florestas, taes como Blume, Miquel, Griffith, Poiteau, Brogniart, Hooker, Wendland, Schiffer, Drude, Beccari. As palmeiras foram então procuradas com interesse.

Da Asia, da Africa, da Oceania e da America, principalmente do Brasil, ellas sairam dos seus reinos ignotos, pâra ir ornamentar as estufas reaes, assim como os jardins públicos e particulares do mundo inteiro.

As palmeiras do Brasil, encanto das florestas, attrahiram por sua vez a attenção do mundo civilizado e começaram a emigrar pâra se acclimarem nos jardins botanicos da Europa, onde eram conhecidas pêla obra monumental do dr. Martius.

Todavia, quaesquer que fôssem os desenvolvimentos dessa obra, enormemente havia por fazer pâra o conhecimento completo dessa familia, quando se me confiou o pesado encargo de mostrar que o Brasil, que possue a primeira flora do mundo, occupa egualmente o primeiro logar no que concerne á producção das palmeiras.

Devotei-me a esse estudo e, durante esses trinta últimos annos, esforcei-me por desempenhar a minha tarefa superando as maiores difficuldades, atravessando as florestas, as planicies, as montanhas e os campos, transpondo os desertos, as lagoas e os desfiladeiros, supportando a fome, a sêde e as intemperies, arrostando perigos de toda a especie, a ferocidade dos animaes e o furor dos Indios (1), percorrendo assim toda a região amazonica, explorando quasi todos os rios, vencendo as cachoeiras, embrenhando-me na solidão do interior do Brasil e chegando ao seu amago. Em todas essas peregrinações, tive a satisfacção de poder estudar mais duma centena de especies novas, desconhecidas á sciencia, e considero-me ditoso de haver podido consagrar-me ao serviço da minha patria.

Segundo Bentham e Hooker, o número das palmeiras conhecidas em todas as partes do mundo ascendia, em 1883, a cêrca de mil e cem; hoje, porêm, conhecem-se mais, das quaes um têrço, pêlo menos, são oriundas do Brasil. Realmente, mais de quatrocentas especies brasileiras estão já descriptas e classificadas, em quarenta e dous generos, como o demonstra a relação inserta nesta obra »(2).

Tudo isto vem corroborar o facto de ser a palmeira, pêla sua notavel physionomia, pêla belleza que resume e pêlos benefícios que encerra, a planta que, ácima de todas, caracteriza êste vastissimo torrão onde nascemos.

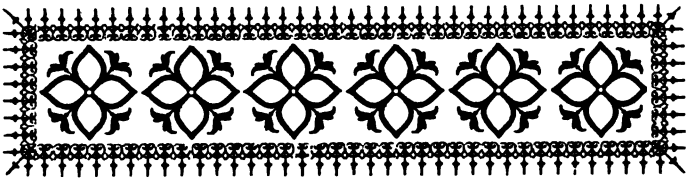
E o que é de extranhar é que, sendo a palmeira a mais linda planta da Natureza—admiração de Colombo ao desco-

---

(1) Nas suas excursões o auctor travou relações com os selvagens das tribus Tembés, Mundurucús, Mauhés, Apiacás, Pariquys, Aruaquys, Muras, Miranhas, Macuchys, Ypuricotós, Apurinás, Uapichanás, Uaupés, Tarianás, etc., e pacificou, em 1884, a tribu selvagem dos Krichanás, do rio Yauapery.

(2) J. Barbosa Rodrigues, *Sertum palmarum brasiliensium*, Bruxellas, 1903, tom. 1°., Introd., págs. VII a IX.

brir o Novo Mundo e encanto das almas elevadas —; e sendo o Brasil a região das palmeiras por excellencia, a ponto de o haverem chamado «o Eden do reino vegetal», até agóra se não tenham lembrado de convertel-a, de emblema natural que é, num emblema officialmente nacional!



XI

O Brasil entre as nações

Exemplos da Suissa e do Japão

Ao terminarmos ésta memória, dissertação (ou que outro nome se lhe dê), não nos podemos furtar ao desejo, que sentimos, de manifestar o nosso pensamento ácêrca dumas certas cousas, cuja apreciação nos parece de proposito. Trata-se ainda (e não nos cansaremos neste assumpto) de desenvolver, cada vez mais, o culto das nossas tradições, visando ao engrandecimento moral e material da Patria, de modo que possamos manter, efficazmente, os nossos direitos de povo livre e civilizado, em face dos outros paizes.

Ora, si é uma verdade que a Tradição encerra o manancial perenne onde se avigoram incessantemente os povos ; e si é um facto que a vida constitue uma lucta constante, na qual o fraco é dominado pêlo forte, o que leva as nações a armarem-se pâra se defenderem, fôrça é reconhecer que o que temos feito, até agóra, nesse sentido, absolutamente não corresponde á nossa immensa necessidade. A prova disso está, principalmente, na maneira por

que se pratíca a instrucção entre nós e em que muito longe estamos de ser uma potencia militar (1).

Por um lado, já que somos um paiz de immigração, com extensissimas terras a povoar, vemos a onda extrangeira (quando não retrocede levando o ganho adquirido) avolumar-se e espraiar-se em nosso solo, constituir-se em prolíferas familias, estabelecer-se em consideraveis nucleos, sem se ministrar, ao menos á infancia, o ensino geral e obrigatorio da lingua, da geographia e da história nacionaes!

Por outro lado, basta um ligeiro relancear de olhos pêlo espectaculo que nos offerecem as nações contemporaneas, mórmente as chamadas potências civilizadoras, pâra se incutir a solennidade duma lei a êste enunciado algo alarmante de Guglielmo Ferrero, que é, como se sabe, um dos mais vívidos e robustos espiritos da Italia moderna: «Todas as fórmas sociaes jovens tendem pâra o gigantismo; alimentam em si uma tal febre de grandeza, que as impelle quasi a violentar as leis naturaes» (2).

Verdade é que já somos um paiz gigante, pêlo menos na proporção geographica; que não precisamos de territorios, porque os possuimos em prodigalidade; que a nossa missão não é, como nunca foi, a de esbulhar ninguem, e apenas de conservar intactos o nosso pundonor e o nosso patrimonio; que o ideal que acalentamos é de *Pax et Concordia*; etc., etc.

Mas, deante da expansão á fina, á finissima fôrça das nações imperialistas e da probabilidade, sempre imminente, duma guerra inesperada, qual será o nosso papel? Con-

---

(1) Êste capítulo e o subsequente foram escriptos e publicados em 1906, antes, por conseguinte, da instituição do serviço militar obrigatorio e do impulso que estão tendo as nossas fôrças de terra e mar. Como, porém, encerram algumas considerações, principalmente sôbre o ensino público, que julgamos não serem desprovidas de utilidade, e como constituem complemento e remate desta parte do trabalho, reproduzimol-os na integra.

(2) Guglielmo Ferrero, *L'Europa giovane*, Milão, 1903, concl., pág. 419.

fiar no Deus-dará, presumir que, pêlo facto de respeitarmos os demais estados, tambem elles, sempre e sempre, nos haverão de respeitar a nós?... Pura chimera! Então que fazer? Devemo'-nos resignar, quiçá, com aquella semiprophecia, imaginosa e triste, do sonhador de *Chanaan* ao inferir que: « Ha uma tragedia na alma do brasileiro, quando elle sente que não se desdobrará mais até ao infinito » (1)? Ou, ainda, no dizer vigoroso e cortante do colorista dos *Sertões*, continuaremos « vivendo parasytariamente á beira do Atlantico dos principios civilizadores elaborados na Europa » (2)?

O mais elementar patriotismo, o proprio instincto de conservação demonstram que uma iniciativa qualquer, da nossa parte, é necessaria, no sentido de assegurarmos, dum modo não ephemero, as condições primordiaes da nossa vida! E não se teime em objectar que somos uns espiritos visionarios e pessimistas e que andamos a soffrer da mania de perseguição, quando o telégrapho e os jornaes, de tempos a tempos, vivem a annunciar-nos uns tantos planos mais ou menos indiscretos e mais ou menos adiaveis... Todavia, aos que ironicamente emittem aquellas opiniões, poderiamos retrucar, não sem certa vantagem, que elles, ao contrário, é que soffrem da mania das grandezas e que o seu optimismo, devéras exquisito, si porventura não traduz falta de amor á Patria, indubitavelmente encobre a mais obtusa e dolorosa imprevidencia... Poderão ainda redarguir que as nossas relações, com os demais estados do globo, são as melhores possiveis e que, não obstante isso, tambem estamos cuidando, no limite das nossas fôrças, da defesa nacional. Não ha dúvida: mas convem observar, com o mais ingenuo dos philósophos, que as boas relações existem sempre até ao dia em que se rompem e que os homens nem

(1) Graça Aranha, *Chanaan*, Rio de Janeiro, cap. I. pág. 43.

(2) Euclydes da Cunha, *Os sertões*, Rio de Janeiro, 1903, nota prelim., pág. VI.

sempre são alimentados das mesmas intenções, tanto mais quanto os que hoje governam, nos diversos paizes, não serão os de ámanhã . . . Egualmente urge concordar em que, si se tem feito alguma cousa, ou muita cousa, ainda se não fez metade do que fôra preciso fazer; mórmente quando estamos vendo, dia a dia, que, nos altos mysterios da política terraquea, o respeito e o direito se conservam, em geral e effectivamente, pêla fôrça armada . . .

Deante da norma quasi geral e dos desejos que se não podem chamar latentes, mantidos pêlas poderosas nações hodiernas, as quaes, numa atribulação febril, parecem querer disputar a supremacia material no mundo, lembramo'-nos da pacífica Suissa — exemplo da Ordem — e do victorioso Japão — exemplo do Progresso —, paizes que (note-se de passagem), si bem não houvessem adoptado lemmas proprios ou emprestados nas banbeiras, nos devem servir de estímulo e, porventura, de modêlo.

A Suissa — esse pequeno paiz, que um notavel sociologo (não sei si com absoluta justeza) classifica de « rudimento de nação insulado em montanhas » (1)—, apesar de ser tida como um paiz neutro e declarado inviolavel pêlo Congresso de Vienna, de 1815, não se descuida, um só instante, de promover, com a maior utilidade, não apenas a instrucção em todas as classes, mas ainda a perfeita segurança nacional. A Belgica, tambem neutralizada, não procede de outro modo.

Pâra se avaliar o grau de desenvolvimento a que chegou a instrucção naquelle paiz, consulte-se, por exemplo, o magnífico annuario intitulado *L'éducation en Suisse*, correspondente ao 2.º anno (1905-1906) e editado em Genebra. Por ahi se vê que « é a Suissa, incontestavelmente, o paiz que faz os maiores sacrificios pêla sua instrucção

(1) Oliveira Martins, *Quadro das instituições primitivas*, cit., liv. IV, cap. VI, pág. 304, nota.

pública » (1). « Instrui o povo » — é a sua divisa (2). Os esforços geraes consistem em formar homens physica e moralmente fortes. « Presentemente, e desde muito tempo, não existe aldeia, ainda que pobre, perdida nos reconditos dos Alpes, que não tenha a sua escola » (3). Diz I. Reverchon: « A escola encontra-se por toda a parte. A sua luz irradia sôbre o povo, sôbre a mulher. Mais esclarecido, o indivíduo sente brotar em si uma energia productiva mais consideravel, ao passo que a massa, menos cega, attinge o criterio da solidariedade que estabelece a concordia entre as classes » (4).

A instrucção primária sabe-se que é gratuita e obrigatoria. Quanto ao ensino, nos diversos graus e nos diversos ramos, é ministrado, com vantagem, em excellentes escolas infantis (jardins da infancia); em escolas primárias, secundárias (das quaes algumas dão, outras não, accesso aos estudos universitarios); em escolas normaes, profissionaes technicas, industriaes, de commércio, de agricultura, de musica, de economia doméstica e instrucção profissional da mulher; em estabelecimentos de beneficencia, pâra cegos, surdos, mudos, creanças fracas ou retardatarias, orphams, desamparados; em gymnasios, collegios, pensionatos e instituições particulares pâra ambos os sexos; em academias, universidades, etc. « Nenhum paiz possue tantas instituições que correspondam ás exigencias de cada situação » (5).

Vejamos alguns dados estatisticos.

Jardins da infancia. — Comquanto o plano das escolas infantis ainda esteja em organização na Suissa, já existem estabelecimentos dêsse genero nos 22 cantões. Em

(1) *L'éducation en Suisse*, 2.° anno (1905-1906), Genebra, pág. 25.
(2) *Idem, ibidem*, pág. 60.
(3) *Idem, ibidem*, pág. 50.
(4) *Idem, ibidem*, pág. 77.
(5) *Idem, ibidem*, págs. 75 e 76.

1901, havia 804 escolas, ao todo, tendo 972 professoras e 41.624 creanças.

Escolas primarias. — Segundo o annuario citado, contam-se 4.667 escolas, com 10.539 professores e 472.607 alumnos, de ambos os sexos.

Escolas profissionaes (de trabalhos manuaes). — Fundadas ha pouco tempo, desenvolvem-se de dia pâra dia e já contam mais de 15.000 apprendizes.

Escolas secundárias. — Ha cêrca de 600, com 50.000 alumnos, approximadamente.

Escolas normaes. — O número é de 36, sendo 27 officiaes e 9 livres, com 1.365 moços e 962 moças.

Universidades. — Ha 7 universidades: Genebra, Lausanne, Neuchâtel (que ainda conserva o nome official de academia), Friburgo, Berna, Basiléa e Zurich. São dirigidas por 350 a 400 professores e frequentadas por uma multidão de cêrca de 5.000 estudantes, o que é um resultado eloquentissimo pâra uma população de 4.000.000 de habitantes. A universidade de Basiléa, a mais antiga e veneravel de todas, fundada em 1460, possue um patrimonio proprio, de 1.355.000 francos, o que faz com que onere menos as finanças cantonaes.

Segundo os cálculos feitos em 1901, sabe-se que os cantões e as communas gastaram 51.700.000 francos com a instrucção pública, ou seja uma média de 15,50 por habitante. Verificou-se que os cantões despendem 20 % dos seus orçamentos, mais ou menos, com a instrucção; alguns ha (como os de Genebra e Basiléa) que pagam 26 % e 30 %, respectivamente. É sabido, outrosim, que a confederação auxilia os cantões, com subvenções proporcionaes ás despesas por elles feitas, em favor do ensino.

A instrucção militar, que é progressiva, começa logo que o menino tenha edade sufficiente. De modo que o suisso incipiente se vai habilitando, ao mesmo tempo, a ser um bom cidadão e ainda um bom soldado. E isto obtem-se com certa facilidade, porque, ahi, a instrucção civil

e a militar, alêm de simultaneas e obrigatorias, são prática e agradavelmente feitas. No emtanto, com todos esses resultados, a dívida pública na Suissa, si hoje existe, é quasi nulla, e ainda mais em parallelo com a de outros paizes, que, apesar de muito maior riqueza e muito maior população, teem a instrucção assás inferiormente organizada e diffundida e são pessimamente apparelhados pâra a defesa (já não dizemos pâra o ataque).

O ideal da incomparavel confederação é não haver um unico homem analphabeto, entre os seus ordeiros e patrioticos habitantes, os quaes, entretanto, são de tres raças e falam, principalmente, tres linguas differentes (a franceza, a italiana e a alemã). E tambem, sem embargo de haver aquellas affirmações de neutralidade e inviolabilidade e de ser o seu territorio facilmente defensavel, insiste a Suissa em estar sempre prompta pâra manter illesa, em qualquer emergencia, a sua ciosa integridade. Pâra tanto, a Suissa (onde cada cidadão válido é um soldado), dispõe, alêm da tropa regular e *landwher*, duma valiosa reserva, o que, com essas fôrças referidas, fórma um total de algumas centenas de mil homens, perfeitamente aguerridos e disciplinados! É que o pequeno paiz, que Julio Cesar outrora conseguiu submetter ao poderio romano, e que o duas vezes heroico e hoje lendario Guilherme Tell contribuiu a libertar do jugo austriaco, é verdadeiramente grande, no patriotismo e no valor...

O Japão, esse, é hoje um exemplo forçado, uma especie de logar-commum inevitavel, quando se trata de medir a capacidade emprehendedora e a energia progressista de um povo. No emtanto, não ha muito tempo, era tido como quasi barbaro, mesquinho, estiolado e insignificante, do que é prova o mui conhecido livro de Pierre Lo-

ti, *Madame Chrysanthème*, no qual esse escriptor, « da Academia Franceza », com as scintillações do seu estylo, mas aliás frivolamente, pretendeu julgar o paiz, através dos mundanos e mal empregados ocios duma curta estação naval em Nagasaki!

Depois da célebre revolução do Meiji, em 1868, pâra cá, que transformação rapida, que renovamento prodigioso! Não só supplantou a China, donde recebeu a velha civilização, através da Coréa, como, actualmente, está instruindo e militarizando a primeira e se póde considerar o senhor da segunda... E, o que é mais, distinguiu-se, entre as potências alliadas, na repressão dos boxers, venceu a Russia e deixou a distância, em várias cousas, muitas nações occidentaes, que, ainda ha pouco, lhe estavam na deanteira!

E tudo isso por que? Porque o Japão possue, em alto grau, talvez como nenhum outro povo da terra, o carinhoso culto do Passado, que é o fundamento do edificio social, e o elevado sentimento do Patriotismo, que é uma verdadeira religião. Ahi, o passado se liga fortemente ao presente, num longo e vivo elo inquebrantavel! As almas japonezas vão transmittindo, de paes a filhos, os lances mais suggestivos e gloriosos das suas bellas tradições. O culto ancestral, a veneração, por assim dizer, ritual dos mortos e dos heroes acha-se por fórma tal fundida no sentir do povo, que, sôbre ser uma lei basica e uma necessidade imprescindivel, produz a impressão perfeita, e aliás agradavel pâra elles, de que os mortos convivem entre os vivos... O grande espirito feudal (e o feudalismo, no Japão, durou até uma epoca mui proxima e póde-se dizer de hontem) anima, valorosamente, os corações abnegados dos guerreiros e de todo o povo e faz vibrar o seu íntimo, qual uma enthusiasta e seductora canção nativa! O symbolismo, ahi, é tão desenvolvido, e o culto da Tradição é tão profundo, que, ha tempos, pretendendo o govêrno imperial aproveitar uns robustos e anti-

quissimos cedros, do enorme bosque de Uyeno (1), pâra empregar a madeira em construcções navaes, teve que desistir do projecto, deante dos clamores populares e das considerações da imprensa (2)! É que, pâra os affectuosos japonezes, as veneraveis e soberanas árvores, alêm de lhes proporcionarem a meiga delícia de verdura e sombra, aninham uma alma e, pois, teem direito á vida como nós, principalmente quando adquirem ancianidade, tornando-se queridas como symbolos sagrados...

Transmitte a impressão duma adoravel felicidade o respectivo reparo de Oliveira Lima, no seu modo de escrever tão fino e penetrante, quando diz que o Japão conserva «o perfume das cousas idas nas que restam» (3). E, mais adeante: «Em parte alguma, os mortos governam mais os vivos e o passado explica mais o presente do que no Oriente» (4).

Vejamos agóra, de relance, o que fez o Japão afim de attingir o nivel moral em que hoje se acha. Um olhar retrospectivo pâra o seu passado nos mostrará como isso foi. Comquanto visitado, no seculo XII, pêlo famoso veneziano Marco Polo, que atravessou a Asia e, depois de regresso á Europa, deu publicidade ás suas extraordinarias *Viagens*, só entrou o paiz em relações directas com o Occidente quando os portuguezes o foram descobrir, por mar, entre os annos de 1534 e 1542, segundo as diversas referencias de mais nota. E, não obstante os arrojados feitos de Hideyoshi ou Taikosama, o chamado Napoleão japonez, que fez invadir e dominar a Coréa; os devotadissimos esforços de São Francisco Xavier, aliás coroados de êxito, de par com as aspirações dos portu-

---

(1) Logar célebre, onde se travou uma memoravel batalha, que derribou os Tokugaua.

(2) Pedro Gastão Mesnier, *O Japão*, Macau, 1874, cap. XI, págs. 234 a 23[illegible].

(3) Oliveira Lima, *No Japão*, Rio de Janeiro, 1905, cap. I, pág. 4.

(4) *Idem, ibidem*, pág. 6.

guezes, afim de christianizar e civilizar o Japão; e a agitação relampagueante da vehemente epoca de Yeyasu Goghensama, o vencedor da monstruosa batalha de Sekigahara, o qual expulsou os portuguezes e perseguiu o christianismo; não obstante tudo isso, alêm de outros arrancos de vibração interna, — o imperio do Sol Nascente como que de proposito adormecia, pâra o resto do mundo, numa estacionária e mysteriosa penumbra e numa política extranha e rotineira. O proprio mikado não governava desafogadamente e, não ha muito tempo, o paiz se podia considerar privilégio dos *taicuns* ou, antes, *xoguns* (condestaveis do imperio, generalissimos das tropas, directores políticos do paiz, imperadores mascarados ou cousa que o valha), dos *daimios* (senhores feudaes ou territoriaes) e da classe nobre e militar dos homens que traziam as duas espadas, denominada *samurais*.

Mais tarde, porêm, começou a despertar. Em 1854, quando apenas Nagasaki, a antiga Decima dos portuguezes e dos hollandezes, era o unico pôrto japonez aberto ás nações extrangeiras, entrou o commodoro norte-americano Perry, sem a menor ceremonia, na cidade de Uraga, e, com alguns fortes navios de guerra e com os canhões promptos a fazerem troar a voz humanitaria, exigiu a assignatura amigavel de um tratado de commércio entre o Japão e o seu paiz... O Japão, inerme, depois de reclamar contra a violencia, teve que ceder! Dez annos após, tendo um *daimio* atirado sôbre uns navios extrangeiros, em Ximoneseki, as nações colligadas, como represalia, fizeram bombardear a cidade por uma poderosa esquadra, e, concomitantemente, exigiram uma indemnização de guerra, que o Japão foi obrigado a pagar!

Esses e outros factos, que fundamente feriram o orgulho nacional — cousa que os japonezes possuem em alto grau — naturalmente haveriam de contribuir, e muito, pâra provocar uma reacção qualquer no ânimo do povo, cujo ideal ardente era ver-se livre da tutela ex-

tranha, não depender de ninguem, contar com as suas proprias fôrças e, ainda mais, elevar-se á mesma altura dos que, até então, lhe pautavam o proceder! Foi isso o que estupendamente realizaram os políticos do Meiji— esse ultra benefico movimento revolucionário, a Renascença japoneza, que, derribando e abolindo o xogunato, concentrando a acção governativa nas mãos do imperador, fortalecendo o throno, afinal transformou todo o paiz.

Reconhecida a necessidade de se adoptar a civilização occidental, no que ella possuia de mais util e imitavel (diz o auctor do *Japão por dentro*), « o paiz escolheu a fina flôr de seus filhos e organizou-os em numerosas missões que se espalharam por todo o mundo, encarregados d' estudar os assuntos que a cada uma foram designados » (1). « Pela eficácia destas missões que no regresso apresentavam ao Micado o relatorio dos seus estudos e observações, responde o actual estado de civilisação a que o Imperio do Sol Nascente chegou » (2). Não se pense, porêm, que o Japão foi assim adoptando cegamente, sem selecção nem adaptação, os melhoramentos europeus: pêlo contrário, sujeitou-os a uma anályse rigorosa, e, o que é mais, nacionalizou-os, japonizou-os, isto é, fel-os de accôrdo com a indole do povo, infundiu-lhes o caracter nacional. De modo que a civilização occidental se transplantou no solo nipponico facilmente, reflectidamente, mas de todo em todo sem prejudicar as muito enraizadas e prezadissimas tradições populares! Isso vem pôr em relêvo algumas das principaes qualidades caracteristicas dêsse povo *sui generis*: a sua malleabilidade, mas, tambem, a sua impenetrabilidade; o seu espirito progressista, mas, ao mesmo tempo, o seu espi-

(1) LADISLAU BATALHA, *O Japão por dentro*, Lisboa, 1906, cap. VIII, pág. 69.
(2) *Idem, ibidem*, pág. 70.

rito conservador; a sua faculdade de assimilação, mas, de outro modo, a sua fôrça de resistencia!

O ensino, aliás obrigatorio, que, a princípio, era feito por uma chusma de professores extrangeiros, hoje o está sendo, na maioria, por milhares de professores japonezes. Ha uma infinidade de escolas primárias (26.322, até pouco tempo), 174 jardins da infancia, muitas escolas secundárias e normaes, 2 universidades do govêrno e um sem número de escolas complementares, technicas e annexas e de instituições particulares pâra ambos os sexos. Como na Suissa, a instrucção physica se ministra simultaneamente com a intellectual, e a militar juntamente com a civil. Nesse ponto, ha uma circumstância verdadeiramente notavel: o estudo da história nacional é feito com tal carinho e tal cuidado, que adquire uma nota muito á parte: ahi se fazem patrioticamente vibrar, nas esperançosas almas dos jovens japonezes (inclusive as mulheres, cuja educação tambem deve abranger esse curso), os mais brilhantes episódios dos fastos do paiz, e se mostra qual tem sido o papel das nações extrangeiras no Oriente... Quanto ao ensino militar (obrigatorio, já se sabe), excusado será dizer que começa desde os mais verdes annos, com imaginavel e enormissima vantagem! Pâra se ver em que consideração o govêrno e o povo japonezes teem o ensino, basta citar um trecho do rescripto imperial, de 1872, cujo pensamento se acha em via de realização: « O nosso objectivo é que a instrução deixe de ser privativa de alguns, para se derramar a tal ponto que não haja mais uma aldeia com uma familia ignorante, nem uma familia onde exista um membro ignorante » (1).

O espirito de imitação acompanhado do desejo de produzir sempre melhor, a habilidade, a diligência, a perseverança, o sentimento da honra nacional chegam a tal ponto, principalmente entre os administradores do Ja-

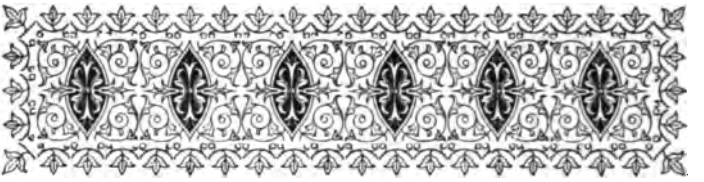
(1) LADISLAU BATALHA, *O Japão por dentro*, cit., cap. V, pág. 49.

pão, que esse povo (que, ainda bisonho, apprendeu a fabricar as primeiras espingardas com os portuguezes, e os primeiros navios, sem incluir os seus primitivos juncos, com o pilôto inglez William Adams), alêm de hoje dispôr de um exército realmente modêlo e duma esquadra homogenea e admiravel, tem armamentos seus, dos mais aperfeiçoados, e estaleiros de primeira ordem, arsenaes importantissimos e magníficos portos de refúgio, carvão nativo e explosivos proprios (como o inventado pêlo dr. Ximose), as excellentes espingardas e canhões Arisaca e os torpedos-mina Oda! Por ahi se vê que os japonezes não possuem, apenas, a grande faculdade assimiladora e imitativa, que tanto os distingue, mas ainda um extremamente prático e assás vigoroso poder de crear.

Comquanto seja, porventura, o povo mais cortez do mundo (talvez em excesso mesureiro), porêm jámais servil, eminentemente cultiva, na sua alma pundonorosa, com uma paixão fanatica, o sentimento do civismo e do orgulho nacional. É por isso que, de bom grado, se comprehende que elle houvesse realizado, na expressão de Oliveira Lima, «o maior milagre da intelligencia humana que a historia registra», o qual «resplandece como um prodigio de esforço e um ensinamento para a humanidade» (1).

---

(1) Oliveira Lima, *No Japão*, cit., cap. I, pág. 15, e *idem*, *ibidem*, cap. IX, pág. 303.



XII

Conclusão

Foi dando curso a esses pensamentos, e a proposito da idéa que deve estar contida e expressa na bandeira e nas armas do Brasil, que, recolhidamente, affectivamente, volvemos o espirito pâra o scenario íntimo da Patria, afim de examinarmos os seus elementos de vida e resistencia, em face do moderno imperialismo e das paixões mal contidas das nacionalidades. E, occorrendo-nos logo a sediça, mas eterna comparação de Platão, na sua *República*, de que o estado é a imagem do homem, somos levados a crer que, pâra se operar o funccionamento normal dêsse organismo, pâra estabelecer um perfeito equilibrio entre a acção da alma e do corpo, de modo que produza a vida serena e forte, — sería mistér desenvolver, o mais lucida, prática e energicamente possivel, a instrucção geral e obrigatoria (abrangendo, necessariamente, o culto da Tradição) e a fôrça material offensiva e defensiva. Da consecussão e immediata regularização dêsses dous princípios vitaes por excellencia (os quaes dependem, naturalmente, do factor economico), elevados, progressivamente, a um alto grau de aperfeiçoamento methodico e intelligente, irradiaria, por-

certo, no céo da Patria, a aurora propícia e esplendorosa dêsse justo e sacratissimo ideal, com tanta e tanta ancia desejado — a nossa integridade perfeitamente garantida, a nossa soberania posta a salvo de qualquer ataque!

Virá isso, um dia, a converter-se numa bemdita e positiva realidade, ou não passará, unicamente, de pura aspiração acariciada? Vem a pêlo relembrar o velho e popular proloquio: « O futuro a Deus pertence »... Todavia, a elevada noção de patriotismo (que não é, ou não deve ser uma utopia), e o frisantissimo exemplo de outros povos, que, afinal, não são mais capazes do que nós, pêlo menos em princípio, induzem-nos a jámais esmorecer! Êste paiz, que ha fornecido ao mundo tantos vultos consagrados e ha cooperado, com os mais nobres elementos, pâra a larga realização do ideal humano, êste paiz (repetimos) não tem absolutamente o direito de se recolher á sombra dos louros conquistados: o seu fim é expôr-se á plena luz! Póde, portanto, confiar em si... Tudo é possivel conseguir, quando, na terra, existem homens de boa-vontade... No Brasil (justiça é confessal-o), embora ainda perdurem certos hábitos egoistas e estreitos, que precisam acabar a bem geral, nota-se, de facto, sinão em toda a parte, ao menos em alguns centros, uma sensivel e salutarissima reacção, um louvavel e nobilissimo desejo de acatar a opinião pública, de algo fazer de elevada e duradouramente util e bom em prol da Patria! A segura e brilhante orientação da nossa actual política externa e os rapidos e importantissimos melhoramentos que se iniciam no paiz são um sobejo e fecundo exemplo disso! Parece que uma nova era, de pujança e de esplendores, alvorece pâra nós, desvendando-nos, não longe, horizontes até então desconhecidos... Abençoado movimento, ditosissimo disignio! Oxalá se generalize e se encarne essa idéa, de tal modo, no sentimento popular, que produza, como a dos japonezes, a nossa immarcessivel Renascença, si é que podemos comprehender o renascimento de um povo que ainda não chegou

á virilidade e, portanto, não culminou na sua maior grandeza!

Por que não faremos como a Suissa e, particularmente, como o Japão, isto é, por que não haveremos de imitar e aperfeiçoar o que os extrangeiros teem de imitavel e aperfeiçoavel, porêm conservando, sempre, as nossas tradições? Desenvolvamos as nossas indústrias, acoroçoemos as nossas artes, diffundamos os mais vantajosos conhecimentos, procedamos com justiça, combatamos pêlo bem, mas sem jámais perder de vista a felicidade particular da Patria e o fim geral da Humanidade. Numa palavra, NACIONALIZEMO'-NOS e, ao mesmo passo, UNIVERSALIZEMO'-NOS! Porêm, primeiramente, nacionalizemo'-nos, porque disso depende tudo o mais!

Unifiquemos as nossas tradições, que não são das menos bellas e gloriosas! Pêlo contrârio: reservam muitos exemplos civicos de poesia, de nobreza e de heroicidade! Ahi estão: as primitivas e encantadoras passagens do descobrimento e da conquista; as scenas impressionantes e evangelicas da catechese abnegada; os briosos e imperterritos impulsos, outrora felizmente postos em prática, afim de repellir o extrangeiro, por várias vezes e em diversos pontos, do torrão natal; os quadros dramaticos e grandiloquentes da epopéa pernambucana, durante a invasão hollandeza, os quaes terminaram com a apotheose da memoravel batalha dos Guararapes; o arrôjo temerario e pertinaz dos sertanistas, impetuosamente arrastados ao Desconhecido, pêla faina intensa das *bandeiras*; os episódios sonhadores e tristonhos dos revolucionários de Minas, cujo remate foi o martyrio de Tiradentes e o degrêdo dos seus cumplices; o inesquecivel e digno trabalho patriotico dos benemeritos emancipadores políticos de 1822; o devotamento, tantas vezes sagrado em sangue, dos heroes do Prata, nas tres guerras consecutivas, em que o pavilhão auriverde sempre triumphou; a provada philanthropia e o ardor atheniense dos incansaveis paladinos da campanha abolicio-

nista ; a ancia de ideal e o vigor de convicção da infatigavel propaganda republicana (1)... E tantos e tantos lances picturaes e impressivos, amortalhados aquelles nas brumas frias do Passado, ainda palpitantes êstes nos circuitos tumultuosos do Presente!

E como o ensino da história, e principalmente da história patria, é um dos factores mais proveitosos pâra a formação do caracter nacional, não se comprehende como seja tão falha e indifferentemente ministrado, em geral, entre nós, e até surgisse a idéa (não categorica, é certo) de o excluir do curso primario e secundario e o destinar a um curso superior de letras! De modo que os brasileiros que não pudessem fazer similhante curso (e são elles, na verdade, em ampla maioria) ficariam perpetuamente ignorando os factos principaes da sua terra! No emtanto, como já vimos, no Japão se adopta uma theoria diametralmente opposta, a qual tem produzido os mais beneficos resultados, de que o estado actual da civilização nipponica é uma satisfactoria prova. É que esse desamor ou essa indifferença official das cousas patrias, no Brasil, não vem de agóra: vem da proclamação da república. Pâra attestado disso, alêm da suppressão dos symbolos historicos e de outros factos conhecidos, basta reparar na data em que actualmente se commemora o descobrimento do Brasil, isto é, a 3 de maio (quando a frota de Cabral já ia longe, caminho do Oriente), e não a 22 de abril, como devêra ser! Entretanto, alguem, que nos conste, a pretêxto de modificações de calendario, jámais se lembrou, acaso, de, alterando o passado a belprazer, substituir as datas do descobrimento da America, a 12 de outubro de 1492, ou a do caminho maritimo da India, a 20 de maio de 1498?...

---

(1) Hoje teriamos a assignalar, sôbretudo, a refulgencia e altitude incomparaveis da representação do Brasil em Haya, successo que descortinou um firmamento novo á história das nações e que, por si só, bastaria pâra constituir o orgulho e a glória de um povo!

Por outro lado, emquanto se descuida assim da instrucção pública, a ponto de haver ella, em muitas cousas, retrogradado do systema do Imperio (1); emquanto essa importantissima base do engradecimento nacional se vicia e se rebaixa, com a desorganização mais patente e prejudicial, pesarosamente vemos multiplicarem-se, em nossa Patria, principalmente nos estados do sul, as escolas extrangeiras, subvencionadas e até mantidas por associações européas, que se podem chamar semi-officiaes, porque recebem o bafejo dos respectivos govêrnos!

Não será tudo isso, juntamente com o contínuo fluxo de immigrantes entregues a si mesmos, um dos maiores passos, que estamos dando, pâra a nossa possivel desnacionalização (2)?!

É por esses e outros factos que, resolutamente, nos levantamos e havemos de gritar bem alto, pâra que nos ouçam: NACIONALIZEMO'-NOS! Façamos o ensino homogeneo e salutarmente patriotico. Assimilemos os elementos extrangeiros, e não favoreçamos a infiltração dominadora, o abandono criminoso, a conquista progressiva, embora lenta! Somos um dos paizes mais vastos e previlegiados do mundo, e o mais vasto e populoso da America do Sul. Pois bem: emquanto parece uma simples utopia a paz universal, sonhada pêlos philósophos, emquanto fazem a guerra aquelles

---

(1) Veja-se a resumida, mas clarividente anályse, feita pêlo BARÃO DE LORETO, no seu criterioso trabalho, extrahido da *Decada republicana* e publicado sob o titulo *A instrucção a cargo da União e da municipalidade do Districto Federal*, Rio de Janeiro, 1899.

(2) O sr. JOSÉ VERISSIMO, com as luzes e a ponderação que todos lhe reconhecem, num livro sinceramente escripto e patrioticamente pensado, *A educação nacional*, que após a publicação desta parte do trabalho viemos a conhecer, na sua segunda e recente edição, desenvolve, mais rica e proficientemente por certo, egual these á que em rapidos traços esboçamos, a respeito do ensino. Folgamos de registrar, desvanecidos, que, por estradas differentes (a nossa, acanhada, pouco firme e sem attractivos, a delle, ampla, segura e admiravel), nos houvessemos encontrado, nós e o eminente educador, ao cabo duma grata e identica jornada, qual a que visa á grandeza e á unidade da Patria pêla educação! Esse livro, attentos o seu plano systematico e as observações proveitosas que contêm, deveria ser seriamente meditado pêlos poderes públicos e por todos os que, em nosso paiz, laboram em prol da instrucção.

que prégam a paz, armemo'-nos! Propaguemos a verdadeira instrucção do povo e estabeleçamos o serviço militar obrigatorio, como se faz noutros paizes! Resguardemos as nossas immensas costas, fortifiquemos os nossos principaes portos, guarneçamos as nossas dilatadas fronteiras, reconstruamos a nossa gloriosa marinha, fortaleçamos o nosso devotado exército! Não pâra fazer a guerra, mas pâra manter a paz! Não pâra disputar hegemonias mais ou menos odiosas, nem pâra provocar susceptibilidades mais ou menos irritaveis; mas pâra garantir a nossa posição no continente e a nossa soberania perante o mundo!

Si, por um lado, não devemos nutrir o doce optimismo dos que nos julgam em pleno mar de rosas, por outro lado não devemos alimentar o triste pessimismo dos que vivem a predizer a nossa ruina inevitavel! A razão, em geral, sempre está com o meio termo... Nada de exaggêros! Precisamos de mais patriotismo intelligente e de menos politicagem pequenina; de mais acção prática e de menos contemporizações retardatarias; de mais trabalho consciencioso e de menos exhibições ridiculas... Ácima do interesse particular, que é egoista, devemos sempre collocar o interesse geral, que é altruista: dêsse modo todos nós participaremos do bem commum, e sómente com esse criterio se poderá realizar, seguramente, o ideal da Patria.

Que não nos sirva a consideração dêstes assumptos pâra motivo de parlapatices pedantescas! Precisamos agir, e dum modo serio, afim de levantarmos o nivel espiritual e material da Patria á altura a que ella faz jus, e afim de salvaguardarmos, inilludivelmente e com os nossos proprios recursos, a valiosa herança adquirida á custa de borbotões de cavalheiroso sangue derramado e dos inquebrantaveis esforços duma digna e preclara diplomacia! É meditando nesse trabalho colossal, que vem de longe — fructo de tanto chofrar de armas e de tantos lampejos de talento —, que, ainda mais, nos batemos, e ácima

do resto, por que o nosso futuro se abroquele, principalmente, na Instrucção encouraçada pêla Fôrça... É que (como já fizemos notar) a Instrucção é a alma, e a Fôrça é o corpo...

★

A nossa trajectoria está traçada, pêla ordem natural das cousas... Resta seguil-a.

E, admirando a acção dêsses nobres vultos da nossa história, e comparando a nossa vida íntima com a de outros paizes, não podemos deixar de exclamar, afim de contribuir a converter em realidade a auspiciosa idéa que, ha muito, paira, vibrante, no espirito do povo: tenhamos o culto dos grandes homens! Fundemos um pantheon — templo civico imperecivel —, onde a nossa bandeira se eleve soberana e aonde possamos ir, de tempos a tempos (como o praticam outras nações), retemperar a alma nacional, junto ao tumulo sagrado dos heroes!

E, com essa outra e futura bandeira, que tivermos, e em que veremos, por certo, nas côres ouro e verde, a feliz idealização da nossa natureza e, nos seus symbolos amaveis, a suprema synthetização do viver patrio, — oxalá plenamente se expanda no Brasil essa epoca que ora ainda amanhece, e se realize esse anhelo honroso e meritorio, afim de, duplamente apparelhados pêlo saber e pêlas armas, estarmos sempre em guarda contra as felinas pretenções do Odio e da Cubiça, e mantermos sempre, de pé e inatacavel, o edificio monumental e radioso da nossa nacionalidade!...

SEGUNDA PARTE

A bandeira actual
e o livro de Eduardo Prado

(REFUTAÇÃO A UMAS CRÍTICAS QUE APPARECERAM).

. . . « bandeira, a qual, longe de exprimir o pensamento geral da nação brazileira, é o emblema de uma seita e nada mais. »

Palavras de SANTOS DUMONT, extrahidas duma correspondencia do *Jornal do Commercio*, de 27 de novembro de 1906.

« Levantemos os nossos corações, e não temamos dizer á nossa patria a verdade que julgamos dever aproveitar-lhe. »

ALBERT B. HART, cit. por JOSÉ VERISSIMO, na *Educação nacional*, introd., pág. XLVII.

« On peut avoir trois principaux objects dans l'étude de la vérité : l'un, de la découvrir quand on la cherche ; l'autre, de la démontrer quand on la possède ; le dernier, de la discerner d'avec le faux quand on l'examine. »

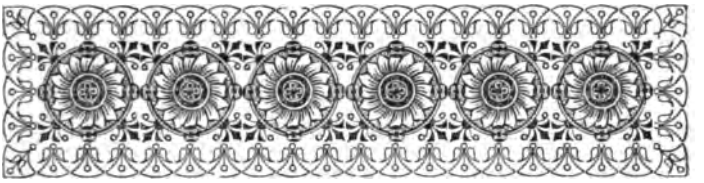
PASCAL, *Pensées*, cap. *De l'esprit géométrique*, pág. 359.

« Quil faut mettre dans les vertus une certaine noblesse ; dans les mœurs, une certaine franchise ; dans les manières, une certaine politesse. »

MONTESQUIEU, *Esprit des lois*, liv. IV, cap. II, pág. 27.

« Ha cousas que nenhuma equanimidade basta para dellas se fallar sem indignação, ou sem riso. É necessario escolher, e eu prefiro o ultimo quando se tracta de embustes e miserias que já não fazem mal. »

ALEXANDRE HERCULANO, *Opusculos*, tom. 3.º , pág. 184.



I

Introducção

Aquelles que, de perto, se interessam pêlos assumptos nacionaes, sabem que, na Câmara dos Deputados da União, existe um projecto de lei, afim de substituir ou modificar a bandeira da República, o qual será opportunamente discutido naquella casa do Congresso.

Nós que, particularmente, nos deleitamos em acompanhar essas questões, emprehendemos a respeito um estudo mais ou menos extenso, que foi lido, na sua maior parte, perante o Instituto Historico e Geographico desta capital (1), em sessão de 20 de setembro de 1906, e, em seguida, publicado parcelladamente nas columnas do *São Paulo*, com as notas mais ligeiras, numa serie de onze artigos, quasi todos successivos. Nessa occasião, foram distribuidos, ás pessoas presentes e á imprensa paulistana, desenhos elucidativos do texto, os quaes, comquanto finalizados ás pressas e naturalmente defeituosos e pro-

---

(1) São Paulo.

visorios, serviram, todavia, pâra mostrar os fundamentos da nossa these e melhor esclarecel-a em público.

Como tinhamos tenção de ampliar o nosso trabalho e imprimil-o em volume, com alguns documentos comprobatorios e várias notas ineditas, não demos áquelles escriptos, destinados, a princípio, a uma limitada conferência e, depois, á feição leve dum jornal, todo o desenvolvimento que melhor se lhes poderia dar, numa publicação mais completa e mais definitiva qual a do livro. Assim é que, nesses artigos, tratamos alguns pontos mui por alto, embora nos detivessemos mais em outros, segundo as conveniencias do assumpto e do momento.

Relativamente á crítica da bandeira actual, não pretendiamos accrescentar mais nada ao que haviamos escripto, sob o ponto de vista astronomico, tanto mais quanto essa parte se acha sufficientemente tratada no magnífico folheto de Eduardo Prado — *A bandeira nacional* —, no qual nos basearamos. Entretanto, mau grado nosso, é justamente dêsse thema — a bandeira actual —, e quasi exclusivamnte delle, de que nos vamos occupar agóra, visto como a isso fomos forçados, por circumstâncias que passamos a expôr.

Tempos depois de sairem os nossos artigos, os arraiaes interessados na defesa da bandeira actual deram alarma: notou-se uma certa agitação nos chefes; viu-se como que um movimento de bravos decididos; os tambores pareceram rufar no acampamento... E, por fim, numa occasião propícia, a boa e trefega meninada, sempre disposta a rir e a folgar, préviamente ensaiada pâra a festa, prorompeu em hymnos patrioticos e acclamações enthusiasticas, afim de saudar o « bello » e « sagrado » *symbolo,* que os seus olhos, com certeza, tão curiosamente haveriam de admirar e as suas almas tão escassamente deveriam comprehender...

Embora restringida a um certo grupo, não se póde negar que, por um lado, não fôsse benefica essa reacção.

Ainda bem ! É, justamente isso o que queremos: que o povo se interesse por essas cousas; que a alma patriotica devéras vibre; que se cultive o sentimento de patria no Brasil. Ora, tudo isso, na verdade, é muitissimo natural e, até, será muitissimo louvavel; natural, porque diz a philosophia popular que cada um procede como entende; louvavel, si a intenção dêsse movimento foi, não a de servir interesses de partido, mas a de celebrar e desenvolver o culto civico, cuja imprescindivel necessidade e cujo bom exercicio somos os primeiros a reconhecer e proclamar.

Depois, surgiram discursos, artigos, conferências...

O que absolutamente não é natural, e muito menos louvavel, é alguem prevalecer-se do nome e do trabalho de um morto, ambos veneraveis e queridos por muitos titulos, pâra, sob um pretêxto facil, mas pouco digno, commodamente vir combater opiniões alheias! O nome a que nos queremos referir é o de Eduardo Prado e o trabalho é o seu livro *A bandeira nacional*, publicado nesta cidade, em 1903. É verdadeiramente curioso que, estando essa obra impressa e exposta á venda, ha cêrca de quatro annos, sómente agóra, exactamente dous mezes após a publicação dos nossos artigos, apparecesse a crítica, refutação, ou cousa que o valha a esse opusculo do illustre brasileiro! O que nos faz crer (como a todo o mundo) que o livro de Eduardo (cuja penna, infelizmente, se acha immobilizada pâra todo o sempre, impossibilitando-o de se defender dessa emboscada postuma) não passou de um infimo pretêxto pâra procurarem destruir o effeito produzido pêlas nossas asserções.

Nós, porêm, que, no estudo publicado, nos mantivemos sempre dentro dum plano extreme de partidarismos quaesquer e de todo em todo impessoal, a ponto de só termos palavras de cortezia pâra com os nossos proprios adversarios; nós, que assumiremos sempre a responsabilidade do que escrevemos, e jámais recusariamos uma

discussão pública e leal (pois a isso de antemão nos sujeitamos), — ficamos então reduzidos ao restrictissimo papel dum mero espectador, que assistisse ao apparente sacrificio duma víctima indefesa! E dizemos apparente sacrificio, porquanto as pessoas devéras entendidas no assumpto sabem que o livro de Eduardo Prado, com encerrar a verdade lucida e a singeleza da expressão, paira muito ácima dos sophismas rebuscados e das exhibições pretenciosas, pêlas quaes, em geral, só se deixa levar a illustrissima platéa dos papalvos.

Mas, não só como amigos da memória de Eduardo Prado, como pêlo facto de nos havermos apoiado no seu trabalho, e, ainda, como interessados na boa orientação da opinião pública, parece que nos assiste o dever de desfazer os artifícios industriosamente forjados pâra o falseamento da verdade, os quaes, a permanecerem dêsse modo, apenas poderão estabelecer o maior chaos no espirito do povo.

E, assim procedendo, julgamos cumprir uma missão de verdadeiro patriotismo, pois que ser patriota não consiste em encobrir e elogiar os defeitos dum objecto, simplesmente por pertencer elle á Patria, e isso muito menos, em benefício dum grupo qualquer, mas, antes, em indicar e discutir as suas falhas, no sentido de o aperfeiçoar ou o substituir a bem de todos! O contrário sería a defesa systematica do êrro, o que é um contrasenso.

Sómente lamentamos que, por havermos estado á espera da annunciada publicação, em volume, das supraditas críticas (naturalmente augmentadas), não saissem êstes artigos com certa antecedencia. Afim de que se não prolongasse, porêm, indefinidamente, essa expectativa e se não perdesse, de todo, a opportunidade, resolvemos não mais os retardar (1).

---

(1) Esta segunda parte do livro, com excepção do capítulo X, que e inteiramente novo, foi publicada no *Diario Popular* de São Paulo, numa serie iniciada em setembro de 1907.

Que a bandeira actual está errada não póde haver a menor dúvida! Só pensará de outro modo a rija ignorancia, o sinuoso sophisma, ou a paixão partidaria, cada um de per si, ou o grupo dos tres, de braço dado.

Uma vez que nos empenhamos nessa campanha, não cessaremos de proclamar a verdade nua e crua, certos, como estamos, de que nos batemos por uma idéa justa e por uma convicção inabalavel!

Como a bandeira foi feita pâra o povo, é pâra o povo que escrevemos. Assim, evitaremos o mais possivel o palanfrorio dos que, a todo transe, querem fazer praça duma sciencia improvisada, com que, aliás, só conseguem engodar os tolos ou os desapercebidos. Não temos a pretenção de ser astronomos, nem, pâra o caso, é preciso escrever pâra os astronomos, que muito bem sabem de que lado está a razão, e não confundem sciencia com farofa. O que almejamos é a verdade pura, sem nebulosidades de estylo e sem palavreados indigestos: basta que nos comprehendam aquelles que nos leem.

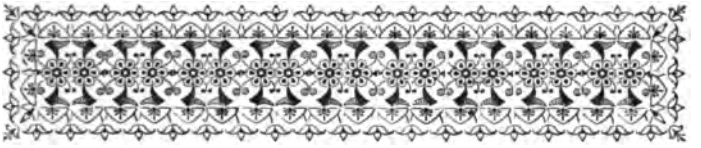
O nosso methodo será, mais ou menos, o que adoptamos para o primeiro trabalho publicado. A verdade — eis o nosso principal escopo. Seremos o mais claro e o mais simples que pudermos. Como discutimos idéas, assumptos de interesse geral e não nos referimos a pessoas, nem dellas cogitamos, daremos aos nossos escriptos o necessario cunho da impessoalidade.

Visto que não possuimos o dom da infallibilidade, que muitos se arrogam, e desejamos mostrar a maxima lisura com que procedemos, jámais invocaremos o auxílio dum elemento extranho pâra esclarecer um ponto duvidoso, confirmar ou annullar qualquer proposição, sem nos reportarmos, immediatamente, á fonte onde se encontram esses elementos.

Pâra adeantar, declaramos que nos compromettemos, desde já, a provar que o livro de Eduardo Prado, longe de haver sido um mau serviço prestado á sua memória

(como disseram), foi, não só um bom serviço, que contribuiu pâra mais realçar o brilho do seu nome, como ainda um optimo serviço prestado á propria Patria.

E dito isto, que já vai longo, a título de introducção, entremos em materia.



II

As armas e as bandeiras de Portugal

Em uma notícia, mais ou menos desenvolvida, que temos escripta sôbre o assumpto, estudamos a origem das armas de Portugal, a sua ligeira evolução historica, as principaes modificações que nellas houve, as armas actuaes, a variedade de bandeiras de mais nota, o seu uso peculiar, etc. Agóra, porêm, apenas queremos tratar das antigas bandeiras portuguezas, descriptas e reproduzidas no livro de Eduardo Prado, e desfazer certas censuras que, sem razão alguma, appareceram contra essa parte do seu optimo trabalho.

Eduardo Prado, procurando demonstrar (como, de facto, exuberantemente demonstrou, a págs. 10 a 18 do seu folheto) que a bandeira actual da República, com as côres azul e branca da esphera estrellada, não póde recordar a phase do Brasil-colonia, pois que essas côres «só são as da bandeira portugueza, desde 1830, em virtude do decreto da Regencia, chamada da Terceira, datado de Angra, a 18 de outubro daquelle anno» (1), —

(1) Eduardo Prado, *A bandeira nacional*, cit., pág. 11.

Eduardo Prado (repetimos) tão sómente se refere ás côres do fundo ou do campo das *bandeiras*, e não as do *escudo* de Portugal, o que já é cousa muito differente e nada vem ao caso, como se vai ver.

Insistindo na sua affirmativa, diz elle: « A côr da bandeira portugueza, tanto em Portugal como nas colonias, foi, antes e depois de 1500, a côr branca. Não é, pois, possivel relembrar a phase colonial do Brasil pelas côres branca e azul, que nunca foram as dessa colonia e são as de Portugal sómente desde 1830 » (1).

Pâra corroborar e opulentar a sua these — trabalho de rara investigação historica, rebrilhante e curioso, inteiramente original entre nós —, illustrou o seu livro de gravuras documentativas, algumas quasi que perdidas e desconhecidas pâra o vulgo, referentes á materia. Queremos alludir á preciosa e bella serie de bandeiras historicas, muitas dellas seculares, anteriores á nossa independencia, que figuram entre as páginas do texto. É, talvez, essa a parte mais interessante do seu livro, em que, á custa de não pequenos esforços pessoaes, infundiu, com a publicação feita, uma vida nova a essas velharias veneraveis, que jaziam adormecidas nos recessos dos archivos e, no emtanto, valem um thesouro pâra nós! É por isso, alêm do mais, inestimavel o serviço que lhe devemos, por só essa operada resurreição.

Pêlos desenhos, como pêlos documentos inconcussos em que se baseia, prova Eduardo que eram brancas as bandeiras: da ordem militar de Christo, que presidiu ao descobrimento do Brasil; a das quinas; a real portugueza, com as armas; a da esphera armillar manuelina; como brancas eram: a portugueza, durante o dominio hispanhol; a da Companhia de Guiné e outras; e ainda, mais tarde, a do reino-unido de Portugal, Brasil e Algarves. Como se vê, ahi se trata exclusivamente de ban-

(1) Eduardo Prado, *A bandeira nacional*, cit., págs. 12 e 13.

deiras (e principalmente de fundo de bandeiras) e nada mais.

Todavia, alguem, ou por não haver comprehendido bem o que leu, ou pêlo prurido de cathedraticamente criticar sem saber o que faz, ou por não perder occasião de pedantear um tanto á custa alheia, ou, ainda, pâra armar sophismas engenhosos pâra os nescios, procura contestar Eduardo nesse ponto, conseguindo, unicamente, estabelecer a confusão entre côres de *bandeira*, côres de *escudo* e côres *nacionaes*, cuja differença é bem elementar.

Eduardo Prado, nesse topico da sua argumentação, apenas se referiu (como já vimos) ás antigas bandeiras portuguezas dos tempos coloniaes do Brasil, e á do reino-unido de Portugal, Brasil e Algarves, ensinando que todas ellas eram brancas; ao passo que os escriptores invocados pâra confutal-o se occupam, tão sómente, dos escudos ou das armas de Portugal, aliás assumpto mui diverso.

Alexandre Herculano, no terceiro volume dos *Opusculos*, discorre sôbre o que elle chama a lenda do escudo de armas de Portugal, bem como sôbre a pretensa apparição de Christo a Affonso Henriques, assignalando algumas alterações nesse brasão verificadas, a última das quaes foi a de d. João II, em 1484, que supprimiu a cruz de Aviz (outrora encorporada a essas armas por d. João I, mestre dessa ordem) e arranjou «a posição dos escudetes lateraes, collocados até ahi horizontalmente» (1). Ahi, porêm, nada se encontra com relação a côres de bandeira.

Ruy de Pina, outro citado, assim epigrapha um capítulo da sua chronica de d. João II: «Mudança que El Rey fez no escudo Real, e fazimento de novas moedas». Diz que esse monarcha fez retirar do escudo de Portugal a cruz de Aviz e endireitar os escudetes, que anda-

(1) ALEXANDRE HERCULANO, *Opusculos*, tom. 3.°, Lisboa, 1891, pág. 171.

vam «derribados, com as pontas atravees pera a cruz» (1). Não fala de bandeiras.

Garcia de Resende, que se guiou, nos moldes geraes, pêla chronica de Ruy de Pina, quasi que repete a mesma cousa, quando trata: «Da mudança, que el Rey fez no escudo Real de suas armas, e das novas moedas que mandou fazer». Allude, egualmente, á suppressão da cruz de Aviz e ao arranjo dos escudetes (2). Tampouco se refere a bandeiras.

Camões, *idem*. Nas estrophes 53 e 54, do canto III do seu poema, depois de descrever a batalha de Ourique, fala na creação das armas de Portugal por Affonso Henriques. As estrophes são éstas:

«Já fica vencedor o Lusitano,
Recolhendo os tropheos e presa rica:
Desbaratado e roto o Mouro Hispano,
Tres dias o grão Rei no campo fica.
Aqui pinta no branco escudo ufano,
Que agora esta victoria certifica,
Cinco escudos azues esclarecidos,
Em sinal destes cinco Reis vencidos.

E nestes cinco escudos pinta os trinta
Dinheiros, por que Deos fôra vendido,
Escrevendo a memoria em varia tinta,
Daquelle de quem foi favorecido:
Em cada hum dos cinco, cinco pinta;
Porque assi fica o numero cumprido,
Contando duas vezes o do meio
Dos cinco azues, que em cruz pintando veio» (3).

---

(1) Ruy de Pina, *Chronica d'el rey d. João II*, publ. na *Collecção de livros ineditos de historia portugueza, dos reinados de d. João I, d. Duarte, d. Affonso V, e d. João II*, pêla Academia Real das Sciencias de Lisboa, tom. 2.°, 1792, cap. XIX, págs. 64 a 66.

(2) Garcia de Resende, *Chronica dos valerosos, e insignes feytos del rey dom Ioam II*, Lisboa, 1752, cap. LVII, págs. 27 v. e 28.

(3) Camões, *Lusiadas*, ed. Juromenha, Lisboa, 1860-1869, vol. VI.

Nada de bandeiras, como se vê...

Embora não possuamos, nem houvessemos encontrado em nenhuma bibliotheca a obra de Garcez (Ignacio Garcez Ferreira, entre os arcades Gilmedo, « conego penitencieiro da Sé de Lamego », conforme vem mencionado na excellente *Collecção camoneana,* de José do Canto, Lisboa, 1895, pág. 15, n. 47), mas sabendo, no emtanto, que ella contêm o poema do epico portuguez, um apparato preliminar e várias notas rapidas, tendo sido impressa em dous volumes, o primeiro em Napoles (1731) e o segundo em Roma (1732), — estamos certos de que esse auctor, citado pêlos contradictores de Eduardo, sem mais indicação, não póde dizer mais do que Camões, cujos versos são unicamente allusivos ás armas de Portugal.

Convem notar, porêm, que, por occasião do descobrimento do Brasil, no reinado de d. Manuel, e depois disso, as armas de Portugal não eram mais, sómente, as descriptas nesse trecho dos *Lusiadas*, mas, sim, essas reunidas ás dos Algarves (o que se verificava desde Affonso III), sendo éstas últimas constituidas pêlo escudo vermelho e os sete castellos de ouro, como as deixára, de vez, d. João II. Si se quer, á fina fôrça, dar ao Brasil-colonia as côres azul e branca, porque essas eram, e ainda são, as do escudo de Portugal, propriamente dito, preciso é tambem levar em conta as côres dos Algarves, vermelho e ouro, pois que ellas egualmente faziam parte do escudo de armas da real metropole, durante esse tempo.

Ou pretenderão, acaso, contestar Eduardo Prado, ainda quanto ao ponto de vista das côres das bandeiras? Nesse caso, é bom examinar, novamente, o decreto reproduzido pêlo insigne publicista. Trascrevamos, na íntegra, os seus dizeres, gryphando algumas expressões.

Decreto :

« Tendo o governo que usurpou o throno de Sua Magestade Fidelissima *usurpado tambem as côres* que

tinham guiado para a victoria as tropas portuguezas, sempre distinctas, pelo seu valor e lealdade, e sendo necessarias hoje *novas insignias* que distingam os portuguezes que permaneceram fieis no caminho da honra daquelles que tiveram a desgraça de seguir o partido da usurpação: manda a Regencia, em nome da Rainha, *que,* DE ORA EM DEANTE, *a bandeira portugueza seja bipartida verticalmente* EM BRANCO E AZUL, ficando o azul junto da haste e as armas reaes, collocadas no centro da bandeira, a metade sobre cada uma das côres; e manda, outrosim, a Regencia, em nome da mesma Senhora, que nos laços militares do real exercito se usem as mesmas côres azul e branca com a mesma fórma do laço actualmente em uso e occupando a côr branca a parte exterior e centro do mesmo; e confia a Regencia em que todos os leaes portuguezes, tanto dentro como fóra do Reino, se apressarão a reunir-se debaixo destas insignias, para a restauração de sua legitima soberana e sustentação da Carta Constitucional da Monarchia. O ministro e secretario d'Estado assim o tenha entendido e expeça para a sua execução as ordens necessarias. Palacio do Governo, em Angra, 18 de outubro de 1830 — Marquez de Palmella — Conde de Villa Flor, José Antonio Guerreiro — Luiz da Silva Mousinho d'Albuquerque » (1).

Esse decreto, como se verifica, foi expedido em vista da usurpação feita por d. Miguel ao throno de d. Maria II, o que motivou a sangrenta guerra civil que revolucionou Portugal. Ora, si os miguelistas haviam usurpado as côres *existentes* em Portugal, e si os constitucionaes adoptaram *novas* côres pâra se distinguirem daquelles, segue-se que *outras* eram as côres usurpadas, e não o azul e o branco, que, sómente depois dêsse decreto (« *de ora em deante* »), se tornaram os distinctivos dos constitucionaes e, desde ahi (1830, quando o Brasil já era in-

(1) EDUARDO PRADO, *A bandeira nacional*, cit., págs. 11 a 12, nota.

dependente), os da bandeira portugueza. Isso é claro como a luz solar... Do contrário, o decreto não teria razão de ser!

E, si não bastar esse clarissimo decreto, citado pêla competencia esclarecida de Eduardo, abramos a volumosa *Historia do cerco do Porto*, do conselheiro Simão José da Luz Soriano, e leiamos os seguintes trechos:

« A regencia da Terceira... decretou então varias medidas constitucionaes, taes como a instituição das camaras municipaes por eleição popular e o *declarar para os laços e bandeiras nacionaes as côres azul e branca* » (1).

« *Já a este tempo* os habitantes de Ponta Delgada tinham arvorado a *bandeira bicolôr* no castello de S. Braz e acclamado espontaneamente a rainha, o que tambem succedeu na ilha de Santa Maria, dando-se, *por este modo, fim ao reinado da usurpação* nos Açores e á campanha civil que alli teve logar » (2).

E éstas quadras, de um hymno, cuja letra diz Soriano ser de Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque, e cuja musica é, tambem por esse escriptor, attribuida ao nosso d. Pedro I (IV de Portugal), que por lá andou, á frente dos partidarios de d. Maria, sua filha:

« Da rainha e da Carta *o pendão*
Já nos ares se vê tremular;
Nobre esforço, que a Honra dirige,
Vae de Lysia a desgraça acabar.

Foge, foge, ó tyranno, e não tentes
Ferreo sceptro mais tempo suster;
Deixa a patria que escrava tornaste,
Livre agora, teu nome esquecer.

. . . . . .

(1) Luz Soriano, *Historia do cerco do Porto*, tom. 1.°, Lisboa, 1889, pág. 353.
(2) *Idem. ibidem*, pág. 360.

Forte esquadra que os lusos transporta
Já com sôpro galerno marêa,
Por que arvóre *o tropheo bicolôr*
Sobre os muros da afflicta Ulyssêa.

Foge, foge, etc.» (1).

. . . . . .

E ainda estoutra referencia:

... « o primeiro tenente Fernando José de Santa Rita, que não só foi até onde a altura da agua lhe permittiu approximar-se de terra com o seu navio, mas até foi o primeiro que lançou gente na costa e n'ella fez promptamente arvorar *a bandeira bicolôr, ou pendão constitucional da rainha D. Maria II* » (2).

Parece que o que ficou dito é o sufficiente pâra comprovar que as côres azul e branca só são as da bandeira portugueza (como asseverou Eduardo) de 1830 pâra cá. E pâra prova de que eram brancas, antes dessa epoca, ahi vão mais essas observações, que tivemos occasião de colher em os nossos estudos a respeito.

Nas *Noticias de Portugal*, de Severim de Faria, encontra-se isto :« Gonçalo Pires Bandeira não só se houve na batalha do Touro com grande valor, mas vendo, que hum Cavalleiro Castelhano levava presa a bandeira Real de Portugal, investio com elle, e lha tomou das mãos, e a libertou ; e por este feito insigne ElRey D. João II. lhe deu por armas huma bandeira *branca* com hum Leão nella de prata, denotando na bandeira a Real, que libertára, e no Leão o valor, e esforço, que neste caso mostrára. E assim lhe deu tambem o appellido de Bandeira, com que hoje seus descendentes se nomeão.» E, em nota a esse trecho, cita a *Chronica de d. João II*, de Duarte Nunes

(1) Luz Soriano, *Historia do cerco do Porto*, cit., tom. 1.°, págs. 546 e 547.
(2) *Idem, ibidem*, pág. 675.

de Leão (1). Ruy de Pina (2), Garcia de Resende (3) e Damião de Goes (4), descrevendo a batalha de Toro (1476), referem o facto de haver esse mesmo Gonçalo Pires recobrado o estandarte, após o alferes portuguez Duarte de Almeida, que antes servia de porta-bandeira, ter perdido os dous braços no combate. Villasboas, na sua *Nobliarchia portuguesa*, diz que as armas dos Bandeiras eram: « em campo vermelho, uma bandeira de prata, com um Leão de negro dentro della, com as franjas, e astea de ouro: servindo-lhe de tymbre a mesma bandeira » (5). O visconde de Sanches de Baena, porêm, no *Archivo heraldico-genealogico* (Lisboa, 1872), discorda no descrever esse brasão e censura a descripção de Villasboas.

Êste excerpto de Faustino da Fonseca, quando trata da frota de Cabral, é sôbremodo mais eloquente e incisivo: « As naus tinham a cruz pintada nas vélas, como se vê em todos os desenhos do seculo XV e XVI e usavam uma grande variedade de bandeiras, entre as quaes o estandarte real, *branco* com as armas portuguezas; a bandeira *branca* com a cruz de Christo; o pendão das quinas, *branco* debruado a vermelho, com as cinco quinas azues redondas; bandeiras azues com a cruz branca e as quinas; guiões e pendões farpados, brancos com a cruz de Christo; pendões farpados amarellos, verdes, amarellos e vermelhos; flamulas verdes e vermelhas içadas ás tres a par no mastro grande e as bizarras divisas e insignias especiaes de cada capitão » (6).

---

(1) Manuel Severim de Faria, *Noticias de Portugal*, Lisboa occidental, 1740, disc. III, § XVI, pág. 105.

(2) *Chronica do senhor rey d. Affonso V*, publ. na *Collecção de livros ineditos de historia portugueza, dos reinados de d. João I, d. Duarte, d. Affonso V, e d. João II*, pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, cit., tom. 1.°, 1790, cap. CXCI, págs. 561 e 562.

(3) *Chronica dos valerosos, e insignes feytos del rey dom Ioam II*, cit., cap. XIII, pág. 5.

(4) *Chronica do serenissimo principe d. João*, Coimbra, 1790, cap. LXXVIII, pág. 182.

(5) Antonio de Villasboas e Sampaio, *Nobliarchia portuguesa*, Lisboa, 1728, pág. 242.

(6) Faustino da Fonseca, *A descoberta do Brazil*, Lisboa, 1900, cap. IX, pág. 165.

Por ahi se vê, frisantemente, que eram brancas as bandeiras principaes de Portugal (taes como: a real, a de Christo e a das quinas), embora houvesse muitas outras, secundárias, de côres variadas.

Ainda mais. Na preciosa obra de Julio de Castilho, *Lisboa antiga*, que é um vasto repositorio de informações interessantissimas, lê-se a passagem que se segue, feliz e rapida apologia dos fastos manuelinos: «Sobre os corucheos do sumptuoso paço da Ribeira, que é a cabeça de Lisboa, como Lisboa é a de Portugal, sobre a fronte d'esse vasto edificio, lustroso de marmores nacionaes, e em cuja torre tremola a nobre bandeira de damasco *branco* adornada das Quinas e da cruz de Christo, rutila um nome: esse nome, que ainda hoje brilha como um luzeiro, é D. Manuel»(1).

Isso tudo quanto a textos. Vejamos, agóra, alguns factos mais concretos.

O mesmo volume 6.º da edição Juromenha, das *Obras de Luiz de Camões*, citado, traz a reproducção colorida duma estampa antiga, onde se veem umas naus que tomaram parte no descobrimento da India, uma (de Paulo da Gama) com a bandeira da ordem de Christo, e outra (de Vasco da Gama) indicando as armas portuguezas, numa bandeira, em fundo branco.

Na Bibliotheca Eduardo Prado, existe um mappa colorido e lithographado na Imprensa Nacional de Lisboa, intitulado «*Fac-simile de um mappa das naos e fragatas que se encorporárão na armada do sul durante os annos de 1774 até 1776*». Assignala as entradas e sahidas, número, qualidade, commandantes, etc., das embarcações, no pôrto de Santa Catharina, e apresenta as «verdadeiras figuras das navs e fragatas portuguezas», embandeiradas de pavilhões e flammulas brancas.

---

(1) JULIO DE CASTILHO, *Lisboa antiga*, tom. 7.º, Lisboa, 1890, cap. X, pág. 327.

Numas visitas e pesquisas historicas, que andamos fazendo pêlo Rio de Janeiro, tivemos ensejo de ver, no archivo da Câmara Municipal dalli, guardadas num armario de vidro, umas bandeiras antigas do Brasil e uns objectos religiosos, aos quaes se refere Moreira de Azevedo, no seu trabalho sôbre aquella cidade (1). Entre as bandeiras, encontra-se uma, da cidade do Rio de Janeiro, e dos tempos coloniaes, inteiramente branca, tendo, de um lado, as armas portuguezas, uma espada e uma setta, e, do outro, a imagem de São Sebastião, orago do logar.

E, pâra rematar, êste reparo corriqueiro.

Em alguns quadros historicos, relativos a scenas do nosso passado colonial, executados por pintores de merecimento, que naturalmente estudaram o assumpto, com facilidade se descobrem as branquissimas bandeiras... Queremo'-nos referir ao *Descobrimento do Brasil,* de Oscar Pereira da Silva, á *Elevação da cruz em Pôrto Seguro,* de Pinto Peres, á *Primeira* (aliás, segunda) *missa no Brasil,* de Victor Meirelles, e á *Fundação de São Vicente,* de Benedicto Calixto, alêm de outros (2).

★

Com a dupla mania de assignalar defeitos e de exhibir conhecimentos, continuam os imaginarios críticos de Eduardo Prado, dizendo: que, no escudo branco de Por-

(1) Moreira de Azevedo, *O Rio de Janeiro*, Rio, 1877, tom. 1°., cap. XXIX, pág. 427.

(2) Depois de havermos colligido e publicado essas observações, encontramos, no archivo da Bibliotheca Eduardo Prado, uma numerosa correspondencia e notas de Oliveira Martins, Ramalho Ortigão, barão de São Clemente (chefe da secretaria da câmara dos deputados de Lisboa e collecionador official de legislação portugueza), visconde de Pindella (então ministro de Portugal em Haya) e outros, exactamente sôbre a questão debatida. Ha uma carta com ésta graciosa phrase de Ramalho Ortigão: « A ideia que eu tenho é tambem como Rio Branco de que a bandeira sempre foi da côr d'esse Rio . . . »

Em 29 de outubro de 1907, o *Jornal do Commercio* publicou um resumo historico da bandeira portugueza, transcripto do *Diario de Noticias* de Lisboa, o que vem copiosamente confirmar e esclarecer o assumpto. Reproduzimos no appendice, nota C, esse resumo.

tugal (esse do seculo XI), se acham os cinco escudetes azues, dispostos em cruz, e não como se observam no opusculo de Eduardo. Ora, em tão curtas linhas, dêsses improvisados censores, ha nada menos de um êrro grave a corrigir (a data do seculo) e duas cousas obscuras a explanar (a disposição dos escudetes e a questão dos desenhos de Eduardo). Destrincemos isso.

Em primeiro logar, no seculo XI, Portugal não tinha armas proprias, simplesmente porque ainda não era nação formada. Era, apenas, o condado ou provincia portucalense, constituida, em 1097, em favor do conde borgonhez d. Henrique, casado com d. Theresa, filha de Affonso VI, de Leão: era um retalho da Peninsula, com certa intensidade de vida caracteristica, mas ainda vassallo do monarcha leonez. As armas de d. Henrique (segundo Manuel de Faria y Sousa) seriam um escudo branco com uma cruz azul, devida á sua fé religiosa ou imitada das bandeiras cruzadas; a côr azul parecia tomada do brasão da casa de Borgonha (antigo), o qual tinha bandas azues, tiradas do campo do escudo real de França (1). Segundo um livro existente na bibliotheca da Faculdade de Direito de São Paulo, cujo texto é em letra manuscripta, e que tem, na lombada, impresso em caracteres dourados, o nome do auctor (?), J. Costa, e, na pripimeira página, o titulo completo — *Linhagem do conde d. Henrique, progenitor dos reis de Portugal* — (embora figure, sob o n. 3.870, no catálogo da Academia, como auctor, o nome do padre J. Jorge de Castro), as armas dêsse conde foram: « cruz vermelha em campo de prata». (*Vide* essa obra, cap. 1, fol. 3).

Mas o que, principalmente, queremos fazer notar é que as armas de Portugal, propriamente ditas, as verdadeiras, as descriptas pêlo Camões e referidas por quem

---

(1) Manuel de Faria y Sousa, *Historia del reyno de Portugal*, Bruxellas, 1730, cap. I, págs. 172 e 173.

pretende criticar Eduardo, só tiveram origem *no seculo XII*, isto é, depois de ganha a batalha de Ourique, em 1139, por Affonso Henriques, que tomou o titulo de rei e as creou, justamente nessa occasião. Jámais no seculo XI, como affirmam! É mistér respeitar o pensamento do eruditissimo Herculano, quando escreve: « Portugal, nascido *no seculo XII* em um angulo da Galliza » (1)... Quem fizer o contrário, forçosamente desconsiderará a memória do veneravel Herculano — a primeira auctoridade na materia — e commetterá um êrro essencialmente secular...

Nem se diga que, por estarmos no anno da graça de 1907, ainda vivamos no seculo XIX (aliás XX); nem que a revolução pernambucana contra os hollandezes, em 1645, foi no seculo XVI (aliás XVII); nem que a descoberta ou, melhor, divulgação da polvora na Europa, em 1346, já conhecida dos chinezes, se deu no seculo XIII (aliás XIV)... Não: isso sería atrazar ou adeantar a história, á vontade do freguez, o que é um contrasenso!

Uma cousa que convem esclarecer, pâra não confundir o despreoccupadissimo leitor, é o negócio da posição dos escudetes, que, não só no seculo XII (e não XI), como em todos os seculos subsequentes, *sempre*, foi em fórma de cruz. Observem-se os competentes armoriaes; a serie de gravuras respectivas dessa valiosissima *Historia genealogica da casa real portugueza;* as collecções de estampas antigas e modernas; os sêllos e moedas de diversas epocas; o frontispicio das publicações officiaes do reino; as decorações dos monumentos de arte em Portugal; os mappas coloridos e em negro; os chronistas e historiadores a respeito, etc., — e verificar-se-á a uniformidade nessa disposição.

---

(1) Alexandre Herculano, *Historia de Portugal*; tom. 1.º, Lisboa, 1894, introd., pág. 47.

Apenas duas excepções, dignas de referencia, encontramos desviadas da norma geral: dous mappas historicos, que se acham no riquissimo *Atlas* annexo á monumental memória apresentada pêlo barão do Rio Branco á Confederação Suissa, a proposito da questão de limites entre o Brasil e a Guyana Franceza. O primeiro é o mappa n. 6, de Sebastião Cabot (1544), gravado, em negro, exemplar unico da Bibliotheca Nacional de París: consigna uma bandeira portugueza, com os escudetes dispostos em santor, ou em aspa, como os besantes. O segundo é o n. 22 b, de Fernão Vaz Dourado (1571), manuscripto, colorido, dos Archivos Reaes da Tôrre do Tombo, de Lisboa: traz as armas de Portugal com a bordadura vermelha (escudo maior, do Algarve), castellos brancos, escudo menor de ouro, escudetes (?) azues dispostos em aspa, sem besantes. O n. 26 b, do mesmo Fernão (1580), manuscripto, colorido, da Bibliotheca Real de Munich, contêm as armas de Portugal direitas, com a posição e as côres exactas. Egual aspecto se observa, quanto á disposição dos emblemas, no mappa n. 18 b, ainda de Vaz Dourado (1568), manuscripto, em negro, da Bibliotheca do Palacio Real da Ajuda, de Lisboa.

Ha, provavelmente, outras excepções. Entretanto, bastariam apenas essas (e eis outra increpação a destruir) pâra justificar da censura — má collocação dos escudetes — os dous desenhos do livro de Eduardo (bandeira real portugueza primitiva, estampa I, fig. C, e a do reino-unido de Portugal, Brasil e Algarves, estampa I, fig. D), pois elles teem por si esses dous importantes documentos, de apreciavel valor historico.

Não queremos, porêm, julguem que discutimos com má-fé e não sabemos separar a verdade pura do que envolve laivos de falsidade. Tanto mais, quanto a verdade é ésta. Os desenhos alludidos foram feitos *na ausencia* de Eduardo, e enviados da Hollanda, quando elle se achava em Baden-Baden. É o que se averigua á vista duma carta,

escripta em inglez, encontrada entre os autógraphos da sua bibliotheca, e a elle dirigida, de Amsterdam, pâra o « Hotel Estephania », daquella cidade da Alemanha, pêla pessoa encarregada de pagar o desenhista. Essa pessoa accusava o recebimento da quantia remettida pâra o pagamento dos desenhos (*« for the drawer of the sketches of Portuguese flags »*), e dizia esperar que Eduardo ficasse satisfeito com o trabalho (*« I hope you will be satisfied over the sketches »*). Já se sabe que houve engano na collocação dos escudetes, talvez por haver o artista reproduzido os desenhos de algum modêlo alterado, talvez por se haver impressionado com a disposição dos besantes, os quaes, mesmo nos exemplares mais fieis, são sempre distribuidos em aspa.

Quanto a Eduardo, de duas uma: ou havia notado a falta nos desenhos e, por isso mesmo, foi adiando a publicação da obra, com intuito de mandar refazel-os mais tarde; ou (o que tambem é provavel) deixou passar despercebido o engano do desenhista, por se tratar duma cousa relativamente insignificante, pâra o fim que elle tinha em mira.

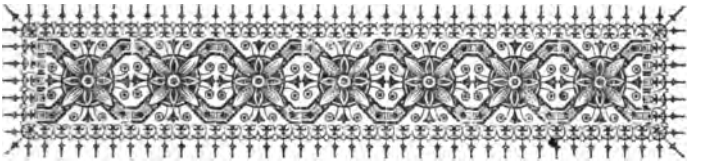
O que absolutamente não é admissivel é que Eduardo desconhecesse a disposição exacta dos escudetes (cousa, aliás, vista e revista por innumeras gerações), porque, viajado e instruido como era, curioso e assiduo frequentador de archivos e museus, possuia, alêm do mais, sôbre o assumpto, uma escolhida e farta bibliotheca. E muito a proposito vem, agóra, relembrar a judiciosa apreciação de Eça de Queiroz, quando, referindo-se justamente á materia de que se trata — história de Portugal —, aponta Eduardo como « solido conhecedor da nossa Historia, mesmo da Historia anterior ás primeiras colonisações do Brasil (porque, sobre aquella que se desenrolou depois, a sua erudição faz auctoridade) »; e quando confirma que

« a sua logica, bem armada e dextra, sempre combate sobre uma massiça, formidavel muralha de Prova » (1).

Ficam, pois, desfeitos, nessa parte, os pretensos enganos e as falhas do livro de Eduardo Prado. E, pêlo contrário, são tantas as cincas e tantos os desastres dos seus presumidos críticos, que, na verdade, perderam elles uma excellente occasião de ficar calados e não fazer o ridiculo papel das gralhas da fábula, as quaes, uma vez, se enfeitaram com as pennas de pavão...

---

(1) Eça de Queiroz, artigo publ. no n. 22 da *Revista Moderna*, Paris, 1898, e que serve de prefácio ás *Collectaneas* de Eduardo Prado.



III

A bandeira do imperio e a da república

É um disparate dizer que a bandeira actual da república é a mesma que nos foi dada pêlo decreto de 18 de setembro de 1822. Basta um lanço de vista comparativo entre ambas, pâra mostrar o contrasenso de similhante asserção. Na actual, apenas ha, da antiga, o rectangulo verde e o losango amarello: nada mais! Esses mesmos já se não podem chamar, o primeiro, verde-primavera e, o segundo, amarello de ouro, porque essas côres por ahi andam, as mais das vezes, tristemente desbotadas. A respectiva disposição tambem vive alterada, vendo-se, a cada passo, a representação arbitrária do losango, ora maior, ora menor, sôbre o rectangulo. O proprio modêlo official, annexo ao decr. n. 4, de 19 de novembro de 1889, incide nessas duas censuras. Onde, pois, o tão apregoado respeito á Tradição?

Quanto aos symbolos que figuravam no centro da bandeira primitiva, sabemos que nem um só delles foi conservado! Que fizeram da cruz da ordem de Christo, da esphera armillar, da orla estrellada, do escudo (sem falar na corôa, está claro) e dos ramos de café e tabaco, unidos pêlo laço nacional? Ainda estarão esses emblemas

na bandeira? Pois nós, por melhor boa vontade que tenhamos, somos forçados a confessar a nossa absoluta impossibilidade de não os poder vêr...

Pâra justificar a suppressão ou substituição dos antigos symbolos nacionaes, na bandeira republicana, ponderam alguns que a bandeira imperial tambem operára egual mudança, quando se fez a independencia. Ora, essa objecção absolutamente não procede, porquanto, tendo o Brasil de se constituir, como se constituiu, em nação nova e independente, precisava de côres, de bandeira e de armas que o distinguissem entre os demais paizes. É óbvio que não poderia continuar com as mesmas insignas da sua ex-metropole. E, por isso, foi que adoptou as côres ouro e verde e aquella disposição particular do seu pavilhão e do seu escudo de armas. Mas, apesar disso, conservou, do brasão anterior, tudo o que era possivel conservar — a esphera armillar de ouro e mesmo a corôa real, posteriormente substituida pêla imperial, em virtude do decr. de 1 de dezembro de 1822; e, ainda mais, deu vida nova a um symbolo que, comquanto nascesse em Portugal, era mistér não fôsse esquecido, por haver entrado pâra a história do Brasil — a cruz da ordem militar de Christo, que presidiu ao descobrimento da nossa terra! Sim: porque a côr da bandeira portugueza e as armas de Portugal e Algarves não poderia o Brasil conserval-as, sob pena de confundirmos os nossos distinctivos com os de outro paiz que, politicamente, nada mais tinha com o nosso.

Com a proclamação da república, entretanto, o paiz não mudou, como não tinham mudado o seu povo, a sua consciencia, a sua soberania, a sua integridade, o seu destino, a sua tradição, a sua história. O que mudou foi a fórma de govêrno. Isso, porêm, não era motivo pâra romper com um passado glorioso e veneravel, e abolir symbolos que nos illustram e nos definem! Vejamos, todavia, como os sophisticos defensores da bandeira actual procuram explicar esse facto.

Dizem que a esphera armillar ficou encoberta pêla orla estrellada, que, por artes de berliques e berloques, foi crescendo, foi crescendo, segundo as ordens terminantes dos creadores da nova bandeira, e (cousa maravilhosa!) se converteu num céo *real*, com as *mesmas* estrêllas existentes, as quaes, porêm, em vez de egualitariamente viverem unidas e serenas como dantes, em tôrno de um círculo perfeito, debandaram pêla orla-esphera-globo improvisada (*sic*, ou bola?) e ficaram depois, ahi, estateladas de pavor... E mudaram todas de posição e de tamanho! E algumas perderam as companheiras! E ficaram perdidas pâra todo o sempre!... Não parece isso, á primeira vista (que ninguem nos ouça!), uma refinada bruxaria do tinhoso?

As côres verde e amarella, essas (explicam), foram conservadas pâra symbolizar plantas e espigas; madeiras (não dizem si em árvore ou já serradas) e minas de ouro; artefactos (de que, não se sabe) e manufacturas (qualidades omittidas), — tudo de cambulhada! Esqueceram-se de citar, muito a proposito, os esmeraldinos ramos da *preciosa rubiacea* e a matizada plumagem dos nossos papagaios palradores, cousas que tanto iam a calhar nessa desfiada symbolica.

A faixa *azul*, representativa do zodiaco, a qual se imagina traçada na esphera celeste (por conseguinte, lá no alto), e que na bandeira é *branca*, appareceu (não sabemos porque) lembrando o rio Amazonas, que corre aqui no solo, muito independentemente no seu leito, e não tem nada com o negócio...

Declaram que as estrêllas *eguaes* e *equidistantes* (note-se bem) da orla azul imperial — symbolo das divisões e, ao mesmo tempo, da união da Patria brasileira — foram arranjadas, na bandeira actual, de accôrdo com as constellações celestes, de estrêllas *differentes* e *dispersas*, identificação aliás impossivel, pois que cada cousa deve ficar no seu logar: as provincias ou, hoje, os estados do Bra-

sil, na terra; e as constellações, no céo. Afinal, são os estados que representam as estrêllas, ou as estrêllas que representam os estados? E accrescentam que isso foi assim feito porque essas constellações testimunharam a proclamação da república. Então, pâra haver coherencia, sería necessario representar todas as constellações ou todas as estrêllas que, nessa occasião, brilhavam no céo (uma infinidade!) e não sómente as escolhidas (e muito mal escolhidas) que ora se pretende estejam na bandeira.

Informam que a σ do Oitante, que é a estrêlla polar do hemispherio sul, symboliza a situação da cidade do Rio de Janeiro e o seu districto. Acaso o Rio de Janeiro está situado no polo sul? Essa mesma objecção já foi formulada por Eduardo Prado.

A cruz da ordem de Christo, eloquentissimo symbolo historico e patriotico, tão perfeita e familiar, que nos lembra tantos lances gloriosos (o descobrimento do Brasil, o seu primeiro nome — Véra Cruz e, depois, Santa Cruz — e toda a phase do Brasil-colonia), essa, foi arbitrariamente, e sem razão justa, substituida pêlo Cruzeiro do Sul — de braços tortos, longinquo lá nas alturas, e que brilha, do mesmo modo, pâra todos os povos que vivem nesta meia-laranja do nosso planeta...

E, ainda com referencia ao Cruzeiro, laudatoriamente affirmam que elle symboliza:

1°. — os nossos climas.

Não é exacto. Muito pêlo contrário. Segundo os dados mais seguidos, o Brasil está situado entre 5° 10' de lat. N. e 33° 45' de lat. S. (*Vide* a *Geographia physica* de Wappæus e a *Chorographia* de Moreira Pinto). Ora, o Cruzeiro, absolutamente, não póde symbolizar os nossos climas, porque não culmina no zenith correspondente á latitude média da região brasileira, que é de 19° 30', approximadamente, lat. S. Na culminação do Cruzeiro, γ, que é, das quatro estrêllas principaes, a que fica mais proxima do zenith considerado, ainda assim, está delle

distante cêrca de 37°. Outras são as estêllas ou (si quizerem) as constellações que culminam no zenith da referida linha média, porêm jámais o Cruzeiro do Sul!

O Cruzeiro, quando muito, poderia symbolizar o clima das terras mortas do hemispherio antarctico, onde desoladoramente se elevam as montanhas de gêlo e habitam as phocas... Eis ahi a verdadeira paragem do seu dominio, pois (como muito bem diz Flammarion) elle «reina em silêncio nas solidões geladas do polo austral, onde o navio caminha com mil receios» (1). E (cousa curiosa!) foi justamente nesse logar fatidico que o Dante imaginou haver sido Lucifer precipitado das alturas do céo ás profundezas do inferno, supposto no interior do globo, o que teria occasionado, ainda conforme a arrebatada phantasia do poeta, o espavorido recuo das terras pâra o hemispherio norte e a consequente invasão das aguas marinhas nessa região (2)...

2.° — a situação geographica da capital da Repú blica e o nosso céo.

Já não é mais a σ do Oitante que a primeira dessas cousas representa? É o Cruzeiro ou o Oitante? Si é um, não é outro. Em que ficamos? E por que ha de o Cruzeiro symbolizar o nosso céo, visto como não é a unica constellação que ahi se ostenta, e nem mesmo a principal? Pêlo contrário: entre as constellações, que aformoseam o nosso céo e que possuem estrêllas de primeira grandeza, muitas ha superiores em brilho ás do Cruzeiro.

3.° — o primitivo nome do Brasil e o seu descobrimento.

Não sabemos porque insistem em querer que o Cruzeiro do Sul symbolize, á fôrça, o descobrimento do Brasil e o seu primeiro nome. Elle não foi descoberto, nessa

---

(1) FLAMMARION, *Astronomia popular*, trad portugueza, Lisboa, liv. VI, cap. II, pág. 849.

(2) DANTE, *Inferno*, canto XXXIV, versos 121 a 126.

occasião, com o Brasil. As suas principaes estrêllas já eram conhecidas, na antiguidade oriental, e, durante muitos seculos, fizeram parte da constellação do Centauro. Absolutamente não consta que ellas se destacassem, pâra formar uma constellação nova, no anno em que se descobriu o Brasil. Todos os navegantes que, antes e depois de Cabral, passaram ao sul do trópico de Cancer, naturalmente viram esse grupo de estrêllas, que, do mesmo modo, e até com mais prioridade, teria de symbolizar todas as descobertas anteriores, realizadas por essas plagas alêm...

A denominação, segundo Humboldt, parece ter provindo de navegadores christãos do seculo XIV, pois, em 1346, Jayme Ferrer e os catalães já haviam attingido o rio do Ouro, na costa occidental da Africa, aos 23°40′ de latitude norte (3). Mas o descobrimento do Brasil, nem o seu primeiro nome —Véra Cruz e, depois, Santa Cruz— nenhuma relação tem com o caso.

E tanto assim é, que todos os chronistas e historiadores que conhecemos fundam em outros motivos a procedencia da primitiva denominação dada á nossa terra, e nenhum delles allude ao Cruzeiro. Pôndo de parte a questão relativa á data do descobrimento, que está provado haver sido a 22 de abril de 1500 (segundo a carta de Pero Vaz de Caminha), e não a 3 de maio (conforme êrro pôsto em voga após o facto), verifica-se que, em synthese, ha tres opiniões differentes sôbre a origem ou razão de ser do primeiro nome dado ao Brasil.

A primeira é dos que dão como causa a *festa* religiosa na occasião commemorada pêla Egreja, convindo, porêm, distinguir, entre esses, as diversas gradações de pensamento quanto á determinação exacta do factor historico, isto é,

---

(1) HUMBOLDT, *Examen critique de l'histoire de la géographie du nouveau continent et des progrès de l'astronomie nautique aux quinzième et seizième siècles*, tom. IV, Paris, 1837, pág. 323.

os que attribuem o nome a ter-se realizado o acontecimento no *oitavario da Paschoa*, ou na *semana santa* (?); os que buscam o fundamento na festa que o catholicismo *ia* commemorar; e, ainda, os que acham foi isso devido a que o descobrimento se effectuára no *dia* da celebração da Santa Cruz, esquecendo-se êstes últimos de que, a esse tempo, Cabral e a sua frota já estavam longe, em alto mar, rumo da India. No entender dos primeiros, teria o advento da festa *precedido* o nome dado á terra. Lê-se em Ayres de Cazal: « e *em respeito ao Oitavario* deu o Capitam á Montanha o nome de Monte Paschoal, que ainda conserva, e á Terra o de Vera-Cruz » (1). E em Southey: « *Como era semana sancta*, poz Cabral ao morro mais alto o nome de Monte Paschoal, e ao paiz o de Terra da Vera Cruz » (2). De accôrdo com os segundos, o nome fôra dado em virtude duma festa proxima e futura, a realizar-se *após* o descobrimento, como indíca êste excerpto do visconde de Porto Seguro: « Pêlas informações que pareciam dar os naturaes, se julgou ser a terra uma ilha. Nesta hypothese, Cabral a denominou Ilha da Vera Cruz; commemorando por este nome a festa *que ia celebrar* a Igreja » (3). Conforme o pensar dos terceiros, a denominação teria sido dada no *mesmo* dia da festa, erradamente supposta, por alguns, como a data do descobrimento. Assim, escreve Gaspar Corrêa: « O Capitão mór pôs nome de Sancta Cruz a esta nova terra, *porque a ella chegaram a tres de Mayo*, dia de Santa Cruz » (4). Diz Pero de Magalhães de Gandavo: « dando á terra este nome de Santa Cruz: cuja festa celebrava *naquelle mesmo dia* a Santa

---

(1) Ayres de Cazal, *Corografia brazilica*, Rio de Janeiro, 1817, tom. 1.°, introd., pág. 20.

(2) Roberto Southey, *Historia do Brazil*, Rio de Janeiro, 1862, tom. 1.°, cap. I, pág. 15.

(3) Visconde de Porto Seguro, *Historia geral do Brazil*, Rio de Janeiro, 2.°. ed., tom. 1.°, cap. V, pág. 75.

(4) Gaspar Corrêa, *Lendas da India*, tom. 1.°, Lisboa, 1858, cap III, pág. 152.

Madre Igreja, *que era aos tres de maio* » (1). De frei Vicente do Salvador: « O dia, que o Capitão Mor Pedro Alvares Cabral, levantou a Cruz, que no Capitulo atraz dissemos era a tres de Maio *quando se celebra a invenção da Santa Cruz*, em que Christo Nosso Redemptor morreo por nós, *e por esta causa poz nome a terra*, que havia descuberta, de Santa Cruz » (2). Jaboatão, cuja chronica foi, primeiro, impressa em Lisboa, em 1761, depois de falar na mesma data, « da Invenção da Santa Cruz », accrescenta: « terra novamente descoberta, a que o General Religiosamente agradecido, e *em reverencia deste fausto dia*, deu o titnlo de Provincia de Santa Cruz » (3).

Outro systema de interpretação é dos que apresentam, como origem do nome, a propria *cruz* de madeira, erguida em Pôrto Seguro pêlos descobridores. João de Barros, um dos contemporaneos do facto, historía: que, quando « Pedralvares se quiz partir *por dar nome áquella terra* por elle novamente achada; *mandou arvorar huma cruz mui grande* no maes alto logar de hua arvore, e ao pé della se disse missa » (4). Faustino da Fonseca, no seu livro *A descoberta do Brazil,* transcreve este frisantissimo trecho da carta que, em 1505, d. Manuel, referindo-se ao successo de Cabral, enviou ao reis de Castella: « á qual terra pôz o nome de Santa Cruz: *e isto foi porque na praia arvorou uma cruz muito alta* » (5). Gabriel Soares de Sousa, que viveu na Bahia no seculo XVI, e, voltando á Europa, tinha prompto o seu *Roteiro do Brazil* nos fins

---

(1) PERO DE MAGALHÃES DE GANDAVO, *Historia da provincia de Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil*, Lisboa, 1858, cap. 1, pág. 3.

(2) Frei VICENTE DO SALVADOR, *Historia do Brasil*, liv. I, cap. II, pág. 6, publ. nos *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*.

(3) Frei ANTONIO DE SANTA MARIA JABOATAM, *Novo orbe serafico brasilico*, ed. do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1858, parte 1ª, vol. 1º., digr. I, est. III, pág. 5, § 5.

(4) JOÃO DE BARROS, *Decada primeira da Asia*, Lisboa, 1752, liv. IV, cap. II, pág. 88.

(5) FAUSTINO DA FONSECA, *A descoberta do Brazil*, Lisboa 1900, cap. X, pág. 184.

dêsse seculo, confirma essa tradição expressa: « ilha de Santa Cruz, que assim se chamou *por se aqui arvorar uma muito grande,* por mandado de Pedro Alvares Cabral » (1). Damião de Goes, outro contemporaneo dêsses acontecimentos, parece vagamente inclinar-se a essa hypothese: « Antes que Pedralvarez partisse deste lugar, *mandou poer em terra huma Cruz de pedra,* quomo por padrão, com que tomava posse de toda aquella provincia, pera Coroa dos regnos de Portugal *a qual pos nome de Santa Cruz* » (2). O bispo Jeronymo Osorio, tambem escriptor contemporaneo, é ainda menos explicito e até menos verdadeiro, quando, após registrar o nome da nova terra, diz haver Cabral mandado assentar ahi uma *columma de marmore (sic),* similhante ás que o Gama levára pâra padrões (3). Não. Tanto o guarda-mór da Tôrre do Tombo, como o bispo de Silves se equivocaram nesse ponto. O marco ou, melhor, o monumento que os portuguezes ergueram, na bahia Cabralia, não foi a cruz de *pedra,* de Damião de Goes, nem, muito menos, a *columna de marmore* ou de pedra lioz, de Jeronymo Osorio: foi, simplesmente, a grande cruz de madeira, de que fala Pero Vaz de Caminha, na sua memorabilissima carta.

O terceiro modo de ver, finalmente, é dos que attribuem o primitivo nome do Brasil á *bandeira* da cruz da ordem militar de Christo, a qual foi o estandarte alçado durante aquellas ceremonias. É o que se deprehende do que se lê na chronica do padre Simão de Vasconcellos, quando trata da ancoragem e desembarque dos descobridores: « Aqui arvorárão aos 3 de Maio (como querem alguns) o primeiro tropheo de Portugueses que o Brasil

---

(1) Gabriel Soares de Souza, *Tratado descriptivo do Brazil em 1587,* ed. do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1851, 1.ª parte, cap. I, pág. 15.

(2) Damião de Goes, *Chronica do serenissimo senhor rei d. Manuel,* Lisboa, 1749, 1.ª parte, cap. LV, pág. 69.

(3) Jeronymo Osorio, *Histoire de Portugal,* trad. do latim pâra o francez, Saint Gervais, 1581, liv. II, pág. 61.

vio, *o estandarte da Santa Cruz,* ao som de demonstrações de grandes alegrias, e solemnidade de missa, prégação, e salvas de artilharia da armada toda, *pondo por nome* a terra tão fermosa, Terra de Santa Cruz» (1); ou quando, mais claramente, tratando do nome, diz: «Quanto ao nome: o primeiro que teve esta parte da America, de que escrevemos, foi Terra de Santa Cruz; assi lho impoz Pedro Alvares Cabral, a quem de uso, e como direito das gentes esta imposição pertencia, como a primeiro descobridor. A occasião foi, ou a do mez de Maio em que arvorou este sinal de nossa Redempção nas praias de Porto Seguro (e porventura que foi o mesmo dia da Santa Cruz tres de Maio, segundo o escrevem Pedro de Mariz, de varia Historia, dialogo V, cap. 2.º, e João de Barros, Decada I, cap. 2.º) ou tambem o costume da nação portuguesa, affeiçoada a principiar suas empresas *debaixo d'este vivifico estandarte de Christo*» (2). Ahi egualmente se faz referencia, como se vê, á cruz de madeira e á festa de Santa Cruz. Rocha Pitta concordemente opina por que Cabral chamasse «á terra Santa Cruz, pelo estandarte da nossa fé que n'ella arvorou» (3).

É incontestavel, pois, á vista dessas interpretações, que o Cruzeiro do Sul, de modo nenhum, se liga ao descobrimento do Brasil, nem ao seu primitivo nome.

Quanto á conhecida carta do bacharel mestre João, «fisjco e çirurgyano» de d. Manuel, *artium et medicine bachalarius* (conforme elle proprio se assignava), datada de Véra Cruz, a 1 de maio de 1500, absolutamente não possue, pâra o caso, a importancia que lhe querem emprestar. Os mesmos que ora a invocam, como um monumental documento astronomico, esquecem-se de que, outrora, a

---

(1) Simão de Vasconcellos, *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil*, Lisboa, 1865, tom. 1.º, parte das *Noticias*, pág. 32, § 9.

(2) *Idem, ibidem*, págs. 116 e 117, § 46.

(3) Rocha Pitta, *Historia da America portugueza*, Lisboa, 1880, liv. I, pág. 3, § 6.

atacaram fortemente, accusando até o pobre mestre João de persistir em querer discriminar, em volta do polo sul, as constellações e estrêllas que só estavam distribuidas nas proximidades do polo norte *(sic)*! Naturalmente, conveniencias de occasião, da parte dêsses depreciadores de hontem e, no mesmissimo facto, panegyristas de hoje...

Pois esse nosso bisonho homem, que desejam agóra sagrar, a todo o transe, como astronomo consummado, é incomparavelmente mais modesto! Tanto assim que, na sua carta, ingenuamente confessa ao rei que, por causa duma perna doente e pêlas incommodidades da embarcação, ignorava a situação exacta das estrêllas (« en que grrado esta cada una, non lo he podjdo saber ») e, antes, lhe parecia « ser jnposjble, en la mar, tomarse altura de njnguna estrella; por que yo trabajê mucho en eso; e por poco que el navjo enbalançe, se yerran quatro, o çinco grrados »... Apesar dessas circumstâncias desfavoraveis, procura fornecer informações de algumas estrêllas do nosso céo e, o que é mais, chega, até, a querer fixar o seu aspecto, num desenho feito á margem da supradita carta. Nesse desenho, vêm as constellações visivelmente deformadas e a situação das estrêllas evidentemente defeituosa.

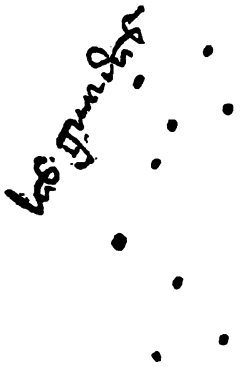
Comquanto esse curioso cosmographo, nem uma só vez, se refira á Cruz do Sul, Cruzeiro do Sul ou, simplesmente, Cruzeiro, no texto fala das estrellas « de la crus », embora, na gravura, venham ellas assignaladas com o nome de « las guardas » É uma prova de que, a serem identicas, o mestre João lhes não dava uma designação especial, pêla qual se tornou conhecida a constellação. Seriam essas estrêllas, verdadeiramente, as do Cruzeiro? É possivel que sim. Tal presumpção, porêm, se torna abalada em vista do que escreve o proprio mestre João: « estas guardas nunca se esconden; antes syenpre andan en deredor, sobre el orizonte »!!! Ora, é sabido que, na latitude em que se achavam os descobridores (nas costas da Bahia, mais ou menos a 17 graus do equador, conforme achou

o mesmo bacharel mestre João), o Cruzeiro, ao envez disso, mergulha sempre, no seu gyro diario, durante algumas horas, muitos graus abaixo do horizonte. De duas, uma: ou não se trata do Cruzeiro, ou o mestre João não sabia bem observar o céo, pois suppunha essa constellação circumpolar.

Accrescenta que ainda está duvidoso sobre « qual de aquellas dos mas baxas sea el polo antartyco ». E informa que as estrêllas «de la crus, son grrandes casy como las del carro » (Ursa maior), o que não é exacto, visto como, das estrêllas do Cruzeiro, uma pêlo menos, α, de 1.ª grandeza, é maior que as da Ursa, cujas principaes apenas attingem a 2.ª grandeza!

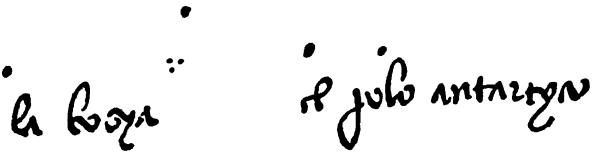
Continuando, affirma que « la estrella del polo antartyco, o sul, es pequena, como la del norte, e muy clara; e la estrella que esta en rriba de toda la crus es mucho pequena » ! ! ! Duas inverdades difficeis de torcer... Em primeiro logar, pêlo que diz respeito ao polo sul, sabe-se que a sua estrêlla mais proxima, σ do Oitante, absolutamente não é comparavel á polar do norte, por ser aquella (a austral) de quasi 6.ª grandeza, ao passo que ésta (a boreal) é nada menos de 2.ª; e, longe de ser a polar do sul « muy clara », é, infelizmente, quasi invisivel pâra as boas vistas, o que fez com que o padre Secchi escrevesse que « os astronomos dessas regiões » (do sul) « nos invejam muito a nossa bella *Cynosura* » (a polar do norte) (1). Em segundo logar, ainda com relação ao Cruzeiro, não é verdade seja « mucho pequena » a estrêlla que fica no alto da constellação (γ), pois, das quatro mais caracteristicas (α, β, γ e δ), não é ella a menos brilhante, e, sim, a última dessas mencionadas. No caso de ser δ a considerada pêlo mestre João, como a situada no apice da sua cruz duvidosa, então é que o Cruzeiro perderia, duma vez, de accôrdo com

(1) Padre A. Secchi, *Les étoiles*, Paris, 1879, tom. 1º., cap. II, pág. 14.



essa carta, a sua integridade, o seu aspecto isolado, a sua configuração peculiar.

Quereria, acaso, o diligente astronomo formar a sua cruz com as estrêllas α e β do Centauro, que ficariam, assim, constituindo o pé vertical, vendo-se então, no vertice, a estrella δ referida, que, do conjunto, sería a mais «pequena» e estaria «en rriba de *toda* la



crus»? Eis o que, perfeitamente, se póde deprehender do confronto do texto da célebre carta com o desenho que ella reproduz á margem (veja-se a gravura) (1).

Por essas e outras razões, é que Eduardo Prado desprezou esse documento, e o fez, sem dúvida, porque mantinha a convicção de que essa carta, obscura, confusa e insubsistente em face da crítica, não poderia servir de elemento pâra entender que o Cruzeiro do Sul lembrasse o descobrimento ou o primeiro nome do Brasil. E, si houvesse motivos pâra ligar uma cousa á outra, o afanoso e

---

(1) As citações que damos da carta do bacharel mestre João (a qual tem sido publicada em outras obras mais vulgares), transcrevemol-as textualmente da integra inserta em *Alguns documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo dcerca das navegações e conquistas portuguezas*, Lisboa, 1892, págs. 122 e 123. Como, porêm, a gravura que acompanha a carta, nessa publicação, tem a falta de uma estrêlla e não é tão exacta quanto o original existente na Tôrre do Tombo (o que poderia invalidar justamente o ponto que se discute), mandamos fazer um *cliché* do desenho contido no *fac-simile* da última página da carta, publicada por FAUSTINO DA FONSECA no seu livro *A descoberta do Brazil*, entre págs. 240 e 241.

pio bacharel mestre João não perderia opportunidade tão propícia, que se lhe offerecêra pâra isso. No emtanto, vemos que elle simplesmente se contentou, como o circumstanciado e candido Pero Vaz de Caminha, em datar a sua carta de Véra Cruz, a 1 de maio de 1500, sem maior referencia sôbre o facto.

4.º — a hora da proclamação da república.

Foi ás 11 horas da manhã, do memoravel 15 de novembro, que nasceu a república, ao troar das vinte e uma salvas de artilharia (1)... A essa hora, porêm, estavam inteiramente invisiveis (á vista desarmada, está claro) todas as constellações, e, por conseguinte, o Cruzeiro. A quererem que elle symbolize, á fôrça, esse acontecimento, a mesma glória deve ser egualmente repartida por todas as estrêllas que, então, pairavam nas alturas e, até, com maioria de razão, pêlo proprio sol, que era o astro visivel no momento...

Será porque o Cruzeiro, na bandeira, está figurado no meridiano? Mas, áquella hora, ha muito que elle havia passado pêlo meridiano e francamente descambava pâra oéste. A constellação que, com mais vantagem, isso poderia symbolizar sería o Centauro, cujos lumes plenamente dominavam o meridiano, nessa occasião; β já tinha passado e α se achava junto delle. Entretanto, esse importantissimo grupo estellar nem ao menos foi pôsto na bandeira. Sublime logica das cousas!

5.º — a separação da Egreja do Estado.

Que tem o innocentissimo Cruzeiro com similhante separação? Sinceramente, não comprehendemos. Porventura será porque elle não é uma cruz propriamente dita e veio substituir uma outra, por intolerancia religiosa? Nesse caso, é bom lembrar, em contraposição, a alliança então realizada entre o positivismo e esse mesmo Estado,

---

(1) JOAQUIM JOSÉ DE CARVALHO, *Primeiras linhas da historia da Republica dos Estados Unidos do Brazil*, Rio de Janeiro, 1890, pág. 105.

symbolizada pêla legenda de Augusto Comte, inscripta na bandeira...

6.º — a lembrança da cruz de Aviz e da cruz de Christo.

Não sabemos por que cargas de agua ha de uma constellação, contrafeitamente, representar os emblemas inconfundiveis e caracteristicos de duas ordens honoríficas differentes, quando cada uma dessas cousas tem a sua fórma e a sua existencia á parte. Será por ter esse grupo de estrêllas a fórma approximada duma cruz? Mas isso é forçar muito a imaginação, em prejuizo flagrante do primitivo symbolo e da sua significação! E, dessa maneira, o Cruzeiro teria, logicamente, de recordar todas as cruzes imaginaveis, descobertas e por descobrir: a templaria, a teutonica, a de Malta, a latina, a grega, a egypcia, a buddhica, emfim, as cruzes de todos os povos e cultos do universo e, até, a vulgarissima cruz do... esconjuro! Cruzes! que calamidade! Abrenuncio!...

Com relação á esphera armillar ou, mais propriamente, ás armas do Rio de Janeiro, abramos uma especie de parenthese, afim de nullificar outra impugnação feita a Eduardo Prado.

No seu livro *A bandeira nacional,* pág. 16, nota 2, referindo-se a uns sêllos antigos, em que apparecia a esphera armillar, diz Eduardo: «Ha poucos annos, a Municipalidade do Rio de Janeiro, achando alguns desses sellos, ficou em duvida sobre si as armas da cidade eram as settas de São Sebastião, ou a esphera armillar. Aquellas eram as da cidade; esta, as do Brasil».

Vêm, agóra, os contestadores systematicos e desorientados de Eduardo Prado e affirmam, mais de uma vez, que, em 1565, Estacio de Sá dera por armas á cidade essa mesma esphera, com tres settas, duas em as-

pa e uma em pala. E accrescentam que o codigo de posturas do Districto Federal manteve essa mesma disposição.

Primeiramente, não é verdade que fôssem essas as armas dadas por Estacio de Sá á cidade que elle fundou. Taes armas foram simplesmente as settas, de que fala Eduardo. O tira-teimas dessa questão póde-se ter em tres passagens, aliás mui claras, do competentissimo Varnhagen:

«Á colonia desde logo o seu povoador deu a cathegoria de cidade, denominando-a de — S. Sebastião, — em memória do joven rei, por antonomasia *o desejado*, por havel-o sido antes de nascer; porêm que melhor lhe quadra por que o foi por seculos, depois de perder-se nos páramos adustos da Africa. Arbitrou o capitão mór que o termo da cidade se estenderia, como o da Bahia, até um raio, para cada lado de seis leguas; e para patrimonio da camara e rocio da povoação doou legua e meia de terra. *Por armas lhe concedeu um mólho de settas*, allusivas ás que haviam servido ao supplicio do santo invocado, e quem sabe se ás aprehensões que teria dos que, começando por elle, viriam a cahir victimas de frechadas até o final triumfo da civilisação nesta terra» (1).

Outra: «Infelizmente recebeu na refrega uma frechada o bravo Estacio de Sá, e da ferida veiu a morrer um mez depois. Assim perdeu a vida asseteado, como o padroeiro (cujo dia era o em que foi ferido) da cidade que fundára e a que dera nome, e da qual *os symbolos do martyrio do mesmo padroeiro* vieram a ser *as insignias ou armas*» (2).

E, mais adeante, quando trata dos brasões de armas dados por Mauricio de Nassau ás provincias sujeitas ao seu poder: «Sem mostrar nenhumas saudades de que se votassem ao esquecimento esses brazões impostos pelo domi-

---

(1) Visconde de Porto Seguro, *Historia geral do Brazil*, cit., tom. 1°, cap. XIX, pág. 303.

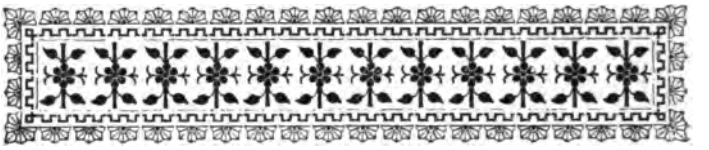
(2) *Idem, ibidem*, pág. 307.

nio estrangeiro, não podemos deixar de sentir ver abandonados os da pomba da Arca e *frechas do martyrio*, concedidos por decretos ás nossas duas primeiras cidades, substituidos até nas obras de arte pelas prosaicas palavras: Bahia e *Rio de Janeiro* » (1).

Quanto ao auxílio de que se querem valer, relativamente ao codigo de posturas do Districto Federal, não tem razão de ser, uma vez que esse codigo não contêm disposição alguma sôbre origem ou uso de armas do Rio de Janeiro. Si se prevalecem do desenho existente na capa da publicação, o qual tanto póde ser reproduzido dum modêlo official, como arranjado, a bel-prazer, á moda de muitos outros, na typographia, isso não é o bastante pâra inferir que, pêlo facto delle conter a esphera armillar, ella houvesse sido dada por Estacio de Sá... A verdade é que as armas do Rio de Janeiro nem sempre foram as mesmas: teem sido alteradas ou reformadas, e essas alterações ou reformas constam, até, de disposições legislativas do municipio.

O brasão de armas actual, cujo nobre e airoso typo nos informam haver sido organizado por um dos eminentes artistas Bernardelli, já não é o mesmo primitivo, embora tenha conservado as settas tradicionaes: ahi ha, tambem, o escudo em fórma de vela nautica; no campo, sôbre as settas, a esphera armillar e o barrete phrygio; por timbre, a corôa mural; na base, a proa da embarcação; e, aos lados, os golfinhos e os ramos ornamentaes, como supportes. Pretenderão, porventura, que todos esses emblemas, que são as armas actuaes do Rio de Janeiro e figuram em documentos e monumentos officiaes, houvessem sido dados por Estacio de Sá?...

(1) Visconde de Porto Seguro, *Historia geral do Brazil*, cit., tom. 1.º, cap. XXIX, pág. 564.



IV

O aspecto celeste (?) da bandeira e a projecção usada por Eduardo Prado Êrros astronomicos

A mais calorosa defesa que fazem á bandeira actual é reconhecer que as estrêllas ahi collocadas estão fóra do logar (e, por conseguinte, erradas), mas que isso se justifica por uma liberdade esthetica; e que essa liberdade esthetica *sui generis*, introduzida na astronomia, conseguiu produzir a imagem que se mostra na bandeira...

Em apôio dêsse ardiloso artifício, e com o intuito de desculparem o systema de representação do céo empregado na bandeira, pretendem criticar a projecção estereographica adoptada no trabalho de Eduardo Prado, a qual (segundo se verifica do manuscripto respectivo, pág. 19) foi construida, do mesmo modo que outros desenhos demonstrativos do livro, « por um astronomo francez da maior competencia ».

Essa projecção é a que constitue a estampa X do folheto de Eduardo. Procurando censural-a, affirmam os seus contraditores que tal projecção, sôbre o horizonte,

só produziria essa imagem do céo pâra o observador que estivesse em nosso *nadir*, e dahi, através da terra, pudesse contemplar o nosso hemispherio celeste, a 15 de novembro. E accrescentam que, assim, essa representação sería commoda e exacta pâra os nossos *antipodas*, quando olhassem pâra *baixo*, pâra *nosso lado*. Não é verdade. Antes de tudo, convem notar que, comquanto o ponto de vista dessa projecção, scientificamente, se supponha no *nadir*, é inexacto que essa imagem só a obtenha quem alli pudesse estar: todos os que se acharem na surperficie da terra, na zona que habitamos, e, não sendo cegos, olharem pâra *cima*, terão essa mesma imagem. É isso o que, exactamente, reproduz a projecção usada por Eduardo Prado, que foi feita, como tantissimas outras, pâra ser vista alçada sôbre a cabeça do observador, e de maneira que os pontos do horizonte coincidam. Assim, quem quizer verificar si a projecção de Eduardo, no momento dado, expressa, ou não, perfeitamente, o aspecto celeste, é apenas saber oriental-a convenientemente, sôbre a cabeça, e comparal-a com o céo constellado. Si o papel fôsse transparente, o observador poderia vêr, através dêsse papel, ajustarem-se umas ás outras, as estrêllas do céo e as do desenho, guardadas as devidas proporções (está claro), mas conservando-se as distâncias angulares. Eis, até, uma das vantagens dessa projecção estereographica: a de retratar o céo, como si fôra uma carta celeste, com uma fidelidade precisa, rigorosa, mathematica... Em segundo logar, si a projecção de Eduardo (como dizem) *só* produz tal imagem pâra quem estiver em nosso *nadir*, e si essa imagem é exacta e commoda pâra os nossos *antipodas*, perguntamos: acaso os nossos antipodas estatarão no nadir?... É necessario não confundir essas noções, cuja distincção é elementarissima: *antipodas* são dous logares da terra diametralmente oppostos um ao outro, e tambem os habitantes dêsses logares. Como se vê, isso constitue um ponto ou objecto *geographico*. *Nadir*

é o ponto em que a vertical de um logar, prolongada pâra baixo, vai encontrar a abobada celeste; oppõe-se a *zenith*, que é a extremidade dessa vertical, prolongada pâra cima. Trata-se, pois, nesse caso, de um ponto *astronomico*.

Com o fim de favorecerem a bandeira, que é o inverso (e assim mesmo alterado), do que se vê directamente no céo, sophismam: que a imagem exacta e commoda é a que figura o céo refletido num espêlho, como na superficie horizontal de um lago (não dizem si de aguas turvas ou não); e que nós (*nós* é um modo de dizer) olhamos commodamente pâra *baixo* e contemplamos o céo da bandeira, como nos dias de eclipse se vê o sol numa vasilha cheia de agua *(sic)*. Ora, isso de imagem commoda é cousa muito relativa: os corcundas, por exemplo, e, do mesmo modo, os obstinados, naturalmente acharão mais commodo olhar pâra baixo do que pâra cima, porque lhes convem; os outros, porêm, que teem a espinha dorsal direita e podem, livremente, alçar a cabeça, não pensarão assim. Qanto ao expediente, de que se soccorem, pâra observar o céo numa vasilha cheia de agua, é simplesmente comico e pittoresco...

Continuando, explicam: que o que, no céo, a gente vê á *direita*, quando o comtemplamos de *frente*, no lago ou no espêlho a gente vê á *esquerda*, quando pâra êste *nos voltamos*. Pâra que tantas voltas e reviravoltas? Onde está, então, collocado esse espêlho original? Porventura será atrás de quem observa o céo? Tem graça... Si elle repousa horizontalmente no solo (como se nos apresenta a superficie tranquilla de um lago) e si reflecte a imagem do céo, basta que, sem mudarmos de posição, levantando ou abaixando simplesmente a vista, olhemos pâra o céo e pâra elle, afim de ver a imagem ahi reproduzida. É claro que, assim, absolutamente a direita e a esquerda não mudam: o que, por exemplo, no alto (no céo), vemos á *direita* ou a léste, embaixo (no espêlho, ou cousa que o valha) continuaremos a ver á *direita* ou a léste; e, pêla

mesma razão, o que, numa cousa, vemos á *esquerda* ou a oéste, na outra veremos tambem á *esquerda* ou a oéste. Agóra, si o observador, sem que nem pâra que, começar a fazer piruetas a seu talante, então, sim, o negócio muda de figura: o que elle, voltado pâra o norte, vê á *sua* direita, desde que se revire pâra trás ou pâra o sul, em busca do espêlho, naturalmente vê esse mesmo espectaculo á *sua* esquerda. Mas, ainda nesse caso, o que muda é o observador irrequieto, e não as estrêllas, nem os pontos cardeaes, que sempre pairam na mesma direcção. E, pâra verificar isso, que é facillimo, não ha necessidade de forjar explicações metaphysicas, nem de recorrer a esforços de imaginação, porque se tem a prova deante dos olhos...

Depois, rematando, insinuam que essa imagem (qual, a da bandeira?) tem o merito de forçar o espectador a usar melhor, mais relativamente a sua razão, a ser consciente, a melhor orientar-se. Entendemos, porêm, sem querer fazer jôgo de palavras, que essa imagem, com tantas complicações, tem o demerito de forçar o espectador a usar peior, menos relativamente a sua razão, a tornar-se inconsciente, a desorientar-se cada vez mais! Assim, com taes instructores, não é de admirar que, no antigo batalhão de voluntarios paulistas, em 1893 (como contam), muita gente não soubesse voltar-se depressa pâra a direita e pâra a esquerda...

No caso da projecção estereographica, na superficie horizontal de um lago, só pâra quem estivesse no fundo ou no meio é que a bandeira, vista pêlo avêsso, daria a imagem directa do céo, isso mesmo si estivesse certa. E, então, vem a proposito dizer que esse estandarte foi feito pâra os peixes e pâra os amphibios... O mesmo já não acontece com a projecção de Eduardo Prado, que tem a facilidade e o dom de ser vista e comprehendida por todos os conscientes que souberem oriental-a e enxergarem um palmo adeante do nariz. Si a projecção usada na bandeira é pâra ser vista sôbre a superficie horizontal

de um lago, e si, de todo, não quizerem que a bandeira tenha sido feita pâra os peixes e pâra os amphibios, nesse caso ella o foi, certamente, pâra os narcisos e pâra os socós de beira d'agua, os quaes, como frequentadores ou habitantes dessas regiões aquaticas, são os que, mais commodamente, veem essa imagem reflectida...

★

Sería fastidioso assignalar, minuciosamente, todos os êrros astronomicos de que está inçada a bandeira actual, mesmo porque ella poderá ser tudo o que quizerem, porêm nunca astronomia. Pâra demonstrar a maior parte, basta dizer que os seus defensores se baseam na pretenção de ser o desenho da bandeira uma projecção estereographica puxada á sustancia, apesar de todas as liberdades de esthetica e de escala imaginaveis... E, a proposito, informam que a escala da bandeira é infinita, como carta topographica (e como os tolos de Salomão, accrescentamos), e immensa, como carta celeste, com distâncias angulares. Uma barafunda... scientífica, como veem!

Antes do mais, é mistér observar que a topographia (não obstante as representações empregadas pâra o mundo da lua, etc.) nada tem que vêr com isso... As cartas topographicas, como se sabe, reproduzem detalhadamente as fórmas do terreno e os accidentes da sua superficie: e na bandeira não se trata nem de rêlevos, nem de detalhes na representação de corpos. Comquanto não tenham limite absoluto, são essas cartas comprehendidas, as mais das vezes, entre as escalas de 1 por 1.000 e 1 por 100.000. Vejam-se, por exemplo, as excellentes folhas topographicas publicadas pêla Commissão Geographica e Geologica de São Paulo, nas quaes o illustre scientista Orville Derby adoptou essa última escala.

Com relação á possibilidade de ser a bandeira uma carta celeste, com distâncias angulares, vemos que, do mo-

do por que está ella feita, não é isso concebivel, visto como, embora o decr. de 19 novembro de 1889 exigisse que as estrêllas fossem « dispostas na sua situação astronomica quanto á distancia e ao tamanho relativos », tal cousa absolutamente não se observou, como demonstraremos. Quando o decreto fala de distâncias e tamanhos relativos, quer dizer que se deviam observar esses tamanhos e essas distâncias, de modo que ficassem perfeitamente determinadas as grandezas e as posições das estrêllas, umas em relação ás outras, o que exige ainda maior rigor nessa representação; e não que essas disposições se pudessem alterar a bel-prazer...

E, pâra bem fundar a anályse que estamos fazendo, temos sempre, deante dos olhos, o modêlo official da bandeira, annexo a essa lei, o qual se póde cotejar com quaesquer cartas, projecções ou globos celestes dignos dêsse nome!

Dizem que a faixa planetaria (?) não é a ecliptica, e sim o zodiaco. Sem dúvida, querem referir-se á faixa da bandeira. Si assim é, convem reparar em que os mesmos que ora escrevem isso, outrora, num trabalho que possuimos, affirmaram tratar-se da ecliptica, sendo ainda de notar que os proprios creadores da bandeira, indistinctamente, denominam essa mesma faixa ora ecliptica, ora zodiaco... Ninguem ignora que ecliptica é uma linha, e zodiaco uma zona, ambas circulares da esphera celeste. A primeira divide, exactamente, o segundo em duas partes eguaes. Todavia, faremos ver, tambem, que o zodiaco, em rigor, não é a faixa planetaria, por isso que, desde o comêço do seculo passado, se sabe haver planetas extrazodiacaes. E, portanto, si quizermos abranger todos os planetas numa faixa celeste, ella teria que ultrapassar a orbita de Pallas (34.° 41′. 28″, 7 de inclinação), de Juno (13.° 1′. 46″, 3, *idem*), etc., e, por conseguinte, iria muito alêm do zodiaco, o qual apenas conta cêrca de 8.°, 5, pâra cada lado da ecliptica.

Si, de facto, a lista branca da bandeira é o zodiaco, elle se acha grosseiramente traçado e está desproporcionalmente representado, elle em relação ás estrêllas, ou as estrêllas em relação a elle.

E additam que a ecliptica não poderia ser traçada, porque riscaria a legenda, o que, na apparencia, iria estragar mais o negócio. Mas, sendo o zodiaco, astronomicamente ainda é peior, porque a deslocação da estrêlla Espiga, que, no céo, está abaixo da ecliptica e, mais pâra o sul, dentro do zodiaco, foi, na bandeira, muito mais consideravel!

Releva ponderar que o movimento proprio da Espiga é pâra o sul, ou, melhor, pâra sudoéste, na direcção da constellação do Corvo, como muito bem assignalou Eduardo Prado no seu livro (veja-se a carta n. 25, do *Atlas celeste* de Dien, relativa aos movimentos proprios seculares das estrêllas e systemas estellares, ou a *Astronomia popular de Flammarion*, figs. 388 e 389). Durante muitos mil annos ainda (mesmo levando em conta o movimento da precessão dos equinoxios, como adeante se verá), ella se afastará cada vez mais da ecliptica, seguindo esse rumo, que é justamente o inverso do que lhe deram na bandeira.

Em summa, depois do que ficou dito, verifica-se que, ou sendo a faixa da bandeira a ecliptica, ou sendo o zodiaco, o formidavel e portentoso êrro de maneira nenhuma se póde justificar. Agóra, uma explicação curiosissima. Pretendem que, por causa dêsse traço, dessa linha, dessa faixa, ou cousa que o valha (só por isso), podiam as estrêllas situadas junto á ecliptica passar pâra cima ou pâra baixo, conforme as conveniencias do desenho. Então é o desenho que dirige, que ordena a disposição das estrêllas, ou o aspecto real das estrêllas que regula, que determina a factura do desenho? Que é que tem mais valor: a situação astronomica, a grandeza verdadeira, a ordem fatal, indestructivel das estrêllas, taes como se nos mostram ellas serenas e fixas no espaço, ou os caprichos extravagantes

e ridiculos de um desenho que falseia a verdade, que arranja e desaranja os astros ao sabor da phantasia positivistica, pâra conseguir o seu fim, que sería engraçadamente infantil, si não fôsse pretenciosamente desaforado? Nunca ouvimos dizer que a astronomia se subordinasse aos arbitrios duma geometria qualquer, pâra, com os elementos immutaveis da primeira, que obebecem a leis naturaes, servir ás representações *estheticas* phantasiadas pêla segunda! O contrário é que sempre nos constou: a geometria é uma auxiliar da astronomia: ésta é que se serve daquella. E isto deve estar regulando, até mesmo de accôrdo com a tão falada classificação das sciencias engendrada pêlo Comte: mathematicas, astronomia, etc....

Que conveniencias de desenho são essas que, pretendendo representar o aspecto ou (si quizerem) a estructura do céo, mudam as estrêllas dum hemispherio pâra outro, daqui pâra alli, dalli pâra acolá?... Fizeram isso por liberdade esthetica (desculpam). Em astronomia, porêm, ou em representações astronomicas, não ha liberdades estheticas. E então não digam que isso é astronomia, que isso é verdade, que isso é esthetica! Então não estejam ahi a protestar cavillosamente, como quem quer convencer o povo, com ares de possuir a mais infallivel sciencia dêste mundo, de que a bandeira está certa! O que ella está é errada e erradissima. Não ha fugir. As posições e as grandezas das estrêllas não se alteram assim impunemente ou o que ahi está, na bandeira, não representa aspecto do céo, nem estructura, nem cousa nenhuma! É uma phantasia monstruosa, um abôrto temerario, e nada mais.

No primeiro elogio que appareceu escripto ácêrca da bandeira (positivista, já se sabe), foi dito que a estrêlla Espiga, da Virgem, figurada ácima da faixa, indicava ter o Brasil *um* estado que se prolongava ácima do equador. Eduardo Prado fez notar (e não precisaria tanto) que o Brasil tem, não um, mas *dous* estados ácima dessa linha: o Amazonas e o Pará.

Pâra desculpar o desastre, mais tarde appareceu um sophisma, tambem positivista, por meio do qual se explicava que aquella estrêlla, ainda a pobre α da Virgem, symbolizava, não *um*, mas *dous* estados duma vez (o que deveria ser interessante), representando toda uma região: a Amazonia. A invenção, á primeira vista, algo tinha de suggestivo, e naturalmente haveria de agradar ás massas; mas quem assim a concebeu esqueceu-se de que escapou de Scylla, pâra cair em Charybdes... Com essa explicação, da Amazonia constituida por dous estados representados numa estrêlla só, ficava inteiramente desoccupada, e desnecessaria por absolutamente superflua, uma estrêlla a mais, abaixo da faixa, que ficaria symbolizando... nenhum estado do Brasil!

Presentemente, apparece outra explicação, ainda positivista e ainda desastrosa. A decantada e inquieta estrêlla α da Virgem, que deveria estar abaixo do equador e da ecliptica, foi violentamente impellida pâra cima dessas duas linhas e, ainda, do zodiaco, e deshumanamente isolada das demais! Essa, apesar do seu sexo... astronomico e da sua posição, *ácima* da faixa, na bandeira, representaria o estado do Pará, que tem terras *ácima* e *abaixo* do equador. Procyon, da constellação do Cão Menor, situada *abaixo* da faixa, mas que está ácima do equador, ficará (não sabemos até quando) symbolizando o Amazonas, que tambem tem territorios *ácima* e *abaixo* do equador.

Si a linha de referencia ou de divisão entre os estados do norte e do sul, na bandeira, é o zodiaco, e não o equador, por que não representaram egualmente o Amazonas e o Pará, uma vez que a sua situação geographica é exactamente a mesma? De modo que os dous estados unidos na Patria e irmanados pêla Natureza, numa só região caracteristica e privilegiada, são, assim, incoherentemente separados um do outro, pêla terrivel faixa impiedosa, em que impera o letreiro desordeiro e anti-progressista, porque acarreta a desorganização das estrêllas e dos Estados!...

Por isso é impossivel, embora com muito desejo e muita diligência, destruir mais ésta censura feita por Eduardo Prado, o qual continúa incensuravel e, antes, mais credor de legítimos applausos.

Pêlo que diz respeito á estrêlla σ do Oitante, considerada a nossa polar, por ser a mais proxima do polo sul, concedamos que ella possa representar a latitude do Rio, com um êrro de 45′22″, que é a sua distância dêsse polo. Entretanto, a σ do Oitante, de egual modo, poderá representar todas as latitudes comprehendidas no mesmo parallelo em que se acha o Rio de Janeiro. Mas, quanto a quererem que essa estrêlla marque, tambem, a longitude do Rio, achamos a concepção demasiadamente arrojada...

Com o pensamento preconcebido de catar defeitos e ostentar conhecimentos a torto e a direito, entendem esses solennes e interessantes críticos de Eduardo Prado que o devéras illustrado e saudoso brasileiro desconhecia que a altura do polo num logar correspondesse, rigorosamente, á latitude dêsse logar! Não ha estudante, já não dizemos de astronomia, mas ainda de cosmographia, que ignore essa rudimentar noção tão repizada. E tanto Eduardo conhecia isso (e nem poderia deixar de conhecer), que, até, referindo-se especialmente á situação precisa do Rio de Janeiro, dá, em nota, a identidade dessas duas cousas á pág. 44 do livro de que se trata: «O Rio de Janeiro está a *22°, 54′, 24″ de latitude ao Sul* do Equador; *o polo Sul* da aboboda celeste, alli, fica elevado *22°, 54′, 24″* acima do horizonte Sul e a abobada parece gyrar em torno desse ponto, por effeito do movimento diurno da rotação da terra». O que não havia necessidade era de elle evidenciar mais esse facto, aliás sufficientemente demonstrado, porque sería uma calinada comparavel á daquelle homem simples que (segundo relata um escriptor) assim endereçou um documento ao rei de Portugal: «Para El-Rei nosso senhor, nos seus reaes Paços da Ribeira.

Perto do José do Capote ». Não « é pôr demais no sobrescripto » e não está ahi uma prova de que « nem tudo se ha de dizer » (1)?

Pâra entender que Eduardo Prado, á vista do trecho transcripto do seu livro, não sabía que a altura do polo num logar equivale, precisamente, á latitude dêsse logar, já é ter topete ou, então, ser em excesso ingenuo.

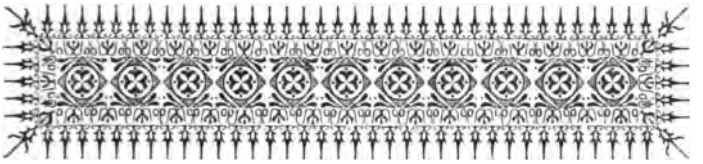
Si se attentar em similhante systema de crítica, facilmente se concebe que vivam os seus auctores a respigar, durante a vida inteira, imaginárias *espigas* na seara alheia, as quaes, afinal, se desfazem, ao sôpro duma ligeira análise, como genuinas e vaporosas bolas de sabão...

Mau grado nosso, fôrça é extendermo'-nos nesses reparos: a isso nos obrigaram os pretendidos críticos de Eduardo, os quaes (deve-se deduzir) levaram cêrca de quatro annos a ruminar as investidas ao seu livro postumo. Em todo caso, confessamos sentir nessa campanha, uma dupla satisfacção: defender a verdade e a memória de Eduardo Prado. O que intimamente lamentamos é não poder ser elle proprio, com aquella prompta erudição, aquella requintada ironia e aquella transparencia crystallina, o destruidor glorioso dos ataques levianos, em má hora emprehendidos contra esse trabalho que deixou incompleto, por lhe faltar concluir uma parte inteira — a parte ideologica —, e o qual, todavia, assim mesmo truncado como está, é o bastante pâra firmar, de sobra, uma reputação intellectual.

Ah! si aquelle adoravel e luminoso espirito ainda pairasse entre nós, então é que se haveria de vêr como se aparam os golpes dum esgrimista quichotesco e como se pulveriza, duma feita, uma sciencia de cacaracá!...

---

(1) João Ribeiro, *Paginas de esthetica*, Lisboa, 1905, cap. IV, pág. 41.



V

O céo (?) da bandeira

Os defensores desorientados da desorientadissima bandeira persistem em querer esclarecer o obscuro céo nella representado e destruir, a todo o transe, as indestructiveis objecções a ella feitas. E, como si fôssem uns portentosissimos luzeiros, offerecem os seus serviços pâra guiarem a multidão...

A proposito, informam que, desde Aratus, se ventilou a questão de olhar-se o ideal conjunto da esphera celeste pêla convexidade ou pêla concavidade, e que Hipparcho julgou mais commodo o segundo modo (*vide* Delambre). Pois nós achamos esse modo, além de mais commodo, muito mais racional, porque nos dá a imagem directa do céo, como nós o vemos da terra. E accrescentam que os globos modernos, en geral, são construidos pâra se verem pêla parte convexa, ou pêlo exterior, e reproduzem o aspecto do céo como se observa na bandeira. Ora, « o defeito dos globos celestes » (diz Sonnet, no seu *Diccionario das mathematicas applicadas)* « é de nos mostrar a abobada, *não como nós a vemos do seu centro,* mas como nós a veriamos, si ella tivesse um raio determinado, e si fôsse possivel transportarmo'-nos *pâra fóra;* ahi as constellações são vistas, por assim dizer, *ás avéssas,* e é preciso invertel-as mental-

mente, afim de lhes dar as suas fórmas verdadeiras e as suas posições relativas» (1).

É justamente isso o que diz Eduardo Prado, quando, verificando que a bandeira foi tirada de um globo celeste, affirma que ella «é positivamente o avêsso do céo» (2)...

Mas (obtemperam), pâra se ter o espectaculo dos globos celestes, não se exige que o espectador esteja no infinito (quem seria capaz de exigir tanto?), nem que suba até ao mundo da lua (acaso costumam andar por lá?): bastará (e olhem quem é simplicissima a lembrança!) ficar no contôrno da nossa atmosphera (que facilidade!), e ahi se desenhará esse espectaculo (desenhará como?). Em primeiro logar, é impossivel, embora com muito boa vontade, chegar até lá, a menos que se seja um dêsses heroes de Julio Verne ou de Wells... Admittindo-se, porêm, a idéa, por hypothese, que aconteceria? Si o observador, ahi collocado, olhasse *pâra cima,* veria o céo do mesmo modo por que o veria da superficie terrestre, pois a altura da atmosphera (cujo limite theorico maximo é de 42.300 kilômetros, ou cêrca de 6 vezes e meia o raio do globo) é nulla, comparada com a distância enor missima a que se acham as estrêllas. Muito e muito maior distância do que mede esse limite atmospherico vence a Terra, na sua circumvolução annual, quando passa pêlo perihelio e, principalmente, pêlo aphelio, e, no emtanto, não se nota a menor alteração no aspecto das estrêllas entre si,vistas dêsses dous pontos! A distância da Terra ao Sol, no perihelio, ou a 1 de janeiro, é de 145.700.000 kilômetros, e no aphelio, ou a 1 de julho, é de 151.800.000 kilômetros. Si o observador, encarapitado sôbre a parte exterior da atmosphera, e, ainda por hypothese, olhasse *pâra baixo,* vendo o espectaculo reflectido nesse enorme globo-espêlho, a curvatura sería tão insensivel, pêlo con-

(1) SONNET, *Dictionnaire des mathématiques appliquées*, Paris, 1895, pág. 580.
(2) EDUARDO PRADO, *A bandeira nacional*, cit., pág. 40.

sideravel tamanho da esphera, em relação a elle, que se converteria numa superficie plana, como acontece com a terra, que a contemplamos qual si ella fôsse recta, em vez de redonda. E depois insistem em dizer que bastará a gente contentar-se com uma esphera, cujo raio attinja a cercadura da massa fluida que envolve a Terra ! Sempre sería curioso imaginar um sujeito dêsses, ás voltas com similhante bola, ou, então, qual novo Atlas, atrapalhado em sopesar tão formidavel globo...

Quanto ao facto de quererem, a serio, que o benemerito Santos Dumont, ou outro qualquer aeronauta, esteja facilitando a realidade de tal ascenção, julgamos que elles jamais cairão na esparrela de acompanhar tão longe esses phantasticos excursionistas, porque muito bem sabem que, naquellas alturas, lhes hão de faltar, evidentemente, as condições necessarias pâra a vida.

Uma explicação magistral: affirmam esses arrojados astronomos que as espheras todas, sendo similhantes, os nossos globos didacticos em perspectiva e em miniatura são cartas celestes que espelham a esphera do infinito, ou qualquer outra com o mesmo centro e com raio limitado. Entenderam ? Si ahi não ha uma, ou duas nebulosas, perfeitamente caracterizadas, ha, pêlo menos, a prova palpavel de que esses allumiados scientistas ignoram, em absoluto, o que seja perspectiva e quaes as elementares e competentes regras della decorridas...

Asseveram mais, categoricamente, contra os princípios estabelecidos, que o pseudo céo da bandeira está dentro das vantagens da projecção estereographica e mantem todas as distâncias angulares ! ! ! Só uma tacanha ignorancia ou um desmedido atrevimento poderá pretender tal cousa. Que é projecção estereographica ? É a perspectiva da esphera sôbre o plano de um dos seus círculos maximos, suppondo-se o ponto de vista situado no polo dêsse círculo. Ordinariamente se restringe a representação á parte opposta áquella sôbre a qual se imagina estar si-

tuado o ponto de vista (1). Os pontos da esphera celeste são referidos pêla sua declinação e pêla sua ascenção recta, do mesmo modo que, na superficie terrestre, os respectivos pontos se determinam por meio da latitude e longitude geographicas. Quaes são as propriedade da projecção estereographica? 1.ª— Os angulos se manteem os mesmos, tanto na figura que se quer projectar, como na sua projecção. 2.ª— A projecção duma circumferência qualquer da esphera é sempre uma outra circumferência. Dêstes dous princípios resulta a seguinte consequencia: qualquer figura existente na superficie da esphera tem por projecção uma figura similhante. Alêm disso, a escala dessa projecção varía do simples pâra o dôbro, a partir do centro pâra as bordas; isto é, nas bordas, os objectos se projectam, mais ou menos, em verdadeira grandeza, ao passo que, pâra o centro, ha uma reducção das superficies na razão de 1 pâra 4, em virtude de estarem as dimensões na razão de 1 pâra 2.

Ora, no modêlo official da bandeira não foram observadas essas prescripções. Antes de tudo, esse desenho absolutamente não é a reproducção do que se vê no céo, no momento escolhido: na maioria, as constellações foram excluidas, outras impiedosamente deformadas, outras augmentadas em tamanho, outras diminuidas, outras postas fóra do logar! Pâra mostrar a infelicidade da bandeira, na representação das constellações, basta ver que o Escorpião, apesar de haver concorrido com oito estrêllas (justamente o número das constellações escolhidas) ficou horrivelmente mutilado e contrafeito, a ponto de perder, por completo, a sua fórma caracteristica e similhar, antes, uma lagarta ou uma lombriga... O Cruzeiro, que, em relação ás outras constellações da bandeira, deveria ser muitissimo menor, foi figurado muitissimo maior, não obstan-

(1) FLAMMARION, *Dictionnaire encyclopédique universel*, Paris, tom. 7.º, pág. 755, vocab. *projection*.

te estar situado no centro do desenho, isto é, o contrário do que fôra mistér observar numa projecção estereographica! O Triângulo, que é bem maior do que o Cruzeiro, foi representado incomparavelmente menor! A Espiga, da Virgem, que tem uma declinação (austral) de 10°40'34'' (1907), quando a de Procyon (boreal) é de 5°27'48'' (1907), foi atirada, aos trambolhões, pâra cima da faixa e ficou, ainda, mais ao norte do que essa última estrêlla! A distância que, no céo, ou numa projecção estereographica, vai de Canopo a Sirio é muito mais consideravel do que a de Sirio a Procyon: na bandeira, porêm, essas distâncias parecem até medidas a compasso, visto como são exactamente eguaes!

De que modo, pois, foram mantidas as distâncias angulares?! Querem, ainda, mais uns dous ou tres exemplos?

A distância que existe entre α e γ do Cruzeiro é tres vezes *menor* do que a comprehendida entre α do Cruzeiro e γ do Triângulo; ao passo que, na bandeira, a primeira dessas distâncias é muito *maior* que a segunda! O espaço que medeia entre α do Cruzeiro e σ do Oitante é cêrca de quatro vezes *maior* do que o existente entre α e γ do Cruzeiro; emquanto, na bandeira, aquelle mesmo espaço é *menor!* A distância que se nota entre Canopo e α do Cruzeiro é sete vezes *maior* do que a que se observa, ainda, entre α e γ do mesmo Cruzeiro; e, na bandeira, é *quasi egual!*

E mui longe iriamos si nos dispuzessemos a comparar todas as deslocações feitas, a capricho, no pretendido céo da bandeira! Já se vê, por conseguinte, que as tão faladas distâncias angulares foram irremissivelmente esquecidas ou ignoradas! Á vista disso, só uma refinada ignorancia ou uma solennissima ousadia poderá sustentar, durante cinco minutos, que a bandeira seja uma projecção estereographica, uma vez que essa projecção não altera, absolutamente, as distâncias comprehendidas entre as estrêllas, nem modifica o aspecto peculiar das constellações.

Como as distâncias, os tamanhos relativos das estrêllas (isto é, em relação umas ás outras, que é o que exprime o decr. de 19 de novembro) foram tambem alterados. Sirio, por exemplo, que é a estrêlla de maior brilho do céo, está, na bandeira, figurada em tamanho menor do que Canopo. A estrella ε do Cruzeiro, que é de quarta grandeza, pouca ou nenhuma differença mostra, no desenho, comparada á σ do Oitante, de quasi sexta grandeza. As tres estrêllas do Triângulo, das quaes α é de segunda grandeza e as outras duas (β e γ) são de terceira, brilham egualmente na bandeira. O Escorpião, cujas estrêllas mais caracteristicas (exclusive Antares, que é de primeira grandeza) pertencem á segunda, terceira e quarta grandeza, apparece horrivelmente desfigurado, com estrêllas de brilho equivalente ! E assim o mais.

Todavia, teimam em explicar que a bandeira é projecção vista *sôbre* e não *sob* o horizonte, e que nisso consiste a especialidade sua. Pouco importa. Si ella estivesse certa, sería indefferente que essa projecção fôsse vista de um ou de outro modo. A questão de ponto de vista, pâra o caso, é secundária : é de pura convenção. Tanto se póde adoptar uma, como outra. Veja-se, por exemplo, o systema usado por Eduardo Prado, cujo ponto de vista se suppõe abaixo do horizonte, e a projecção estereographica, « um tanto modificada », que o sr. L. Cruls, director do Observatorio do Rio de Janeiro, emprega no seu *Atlas celeste*. A differença, porêm, está no modo de usar cada uma e na imagem obtida. Ambas devem orientar-se convenientemente. Mas a primeira (a de Eduardo Prado) é pâra ser vista, por transparencia, alçada ácima da cabeça do observador, e reproduz o aspecto commum duma *carta* celeste, ou o espectaculo que se vê directamente olhando pâra o céo ; a segunda (a do sr. L. Cruls) é pâra collocar-se horizontalmente abaixo da vista, sôbre uma mesa, por exemplo, e apresenta as constellações quaes se observam num *globo* celeste, isto é, invertidas, como si estivessem

reflectidas num espêlho. Comtudo, quer ésta, quer aquella não muda o feitio das constellações, nem a posição das estrêllas entre si, nem as distâncias angulares, nem os seus tamanhos relativos, o que já não acontece com a impagavel garatuja da bandeira...

Deante disso, verifica-se, á luz meridiana, que a bandeira não é uma carta celeste (nem mesmo vista pêlo avêsso), nem um globo celeste, nem uma projecção estereographica, nem cousa nenhuma! A sua especialidade (si é que ella a tem) é de ser uma aberração, em que pretenciosamente se exhibe uma astronomia impossivel por todos os seculos dos seculos!

★

Não somos daquelles que entendem (nem Eduardo Prado tampouco) que o polo sul deva ser representado pâra cima, embora reconheçamos que seja esse o polo suspenso pâra o nosso hemispherio. É que estamos habituados a ver, nos mappas, quer geographicos, quer celestes, o polo norte geralmente figurado pâra o alto, como polo principal. Eis ahi um antigo costume, dêsses que fazem lei, porque teem o cunho do *longa consuetudine inveteratus*... Mas tambem, como a antecedente, essa questão é de pura convenção. O polo sul póde ser e até se usa representado pâra cima. E tanto póde, que a Sociedade Astronomica de França, consultada sôbre a orientação dada á bandeira actual (unicamente sôbre a orientação, isto é, sôbre a collocação dos pontos cardeaes ou, melhor, dos polos) respondeu, pêla revista *L'astronomie*, ao dr. Antão de Vasconcellos: « Vous avez parfaitement raison; le drapeau du Brésil, portant la Croix du Sud, au-dessous de sa bande équatoriale (1), est à l'envers pour

(1) Aqui houve má informação transmittida á Sociedade Astronomica de França, pois que a faixa da bandeira não é o equador, e sim o zodiaco. Tambem, em rigor, não é a ecliptica, como quer o sr. Miguel de Lemos, num opusculo publicado sôbre a bandeira, uma vez que a ecliptica é apenas uma linha, e não uma faixa. O engano, porêm, da citação franceza em nada altera o ponto de que se trata

les habitants du Brésil. Cependant le dessin peut se justifier, parce qu'on a l'habitude de réprésenter le globe terrestre avec le Nord en haut, la civilisation étant vénue de l'hémisphère boréal. Logiquement, les habitants de l'hémisphère austral devraient mettre le Sud en haut» (1). E tanto se usa o polo sul pâra cima, que o astronomo L. Cruls, por exemplo, em todas as suas representações do céo, relativas a cada um dos mezes do anno e existentes no seu citado *Atlas celeste* (as quaes tambem se podem vêr no almanaque Garnier), colloca esse polo na parte superior da projecção.

De accôrdo com essas duas auctoridades, fica-se sabendo que é indifferente representar qualquer um dos polos pâra cima ou pâra baixo. O que nem a Sociedade Astronomica de França, nem o respeitavel sr. Cruls fariam, por certo, era absolver os innumeros e imperdoaveis êrros da bandeira...

Tanto na projecção de Eduardo Prado, como no desenho da bandeira, o norte foi figurado pâra cima, embora o polo correspondente a esse ponto não esteja, nem possa estar ahi figurado, *porque não apparece*. Os que sabem um pouco essas cousas não podem, siquer, pôr em dúvida aonde iria elle cair: teem noção exacta (e que trivialissima noção!) de que elle se acha mergulhado e permanece, sempre, tantos graus abaixo do horizonte, quantos mede a altura a que se eleva o polo sul... Ora, que grande descoberta essa, que pretenderam soltar assim aos quatro ventos!

Com taes e tantos farelorios, vê-se como esses caprichosos independentes desprezam os preceitos scientíficos, afim de favorecerem uma esthetica inteiramente mallograda! Depois, incoherentemente, declaram que fôra impossivel traçar artisticamente o céo de 15 de novembro, sem modificar os rigores das cartas celestes. Então isso

(1) Veja-se a revista *L'astronomie*, Paris, janeiro de 1893.

deixava de ser arte e de ser astronomia! Qual das duas cousas esses astrologos arteiros entendem que deveria prevalecer? E por que não sería possivel essa representação artistica? Porque o modêlo official não conseguiu esse resultado? Bom meio, na verdade, de desculpar o o desastre da bandeira...

Afim de justificar esse desastre ou, melhor, apparentar uma scienciazinha, allegam que nas cartas celestes não ha nenhum rigor constante. Que dúvida! Pâra haver essa constancia, precisaria que nem as estrêllas se movessem, e todos sabem que nada existe immovel no universo. E, no afã de demonstrar uma cousa tão simples e tão sabida, falam, de tropel, em cartas de Dien, na revisão de Flammarion, em estrêllas que até nem estão na bandeira, em graus, em posições reaes (o que presuppõe, naturalmente, as ficticias), em quadriculados de círculo, que (ensinam) nas cartas assignalam os astros (sería curioso que assignalassem outra cousa), em pontos cardeaes, em coordenadas, em ascensões rectas e declinações, em minutos horarios, em segundos de arco... Uff! Que estupor! Pâra que tanto nome cabelludo, tanto ouropel apparatoso, pâra, afinal, não provar cousa nenhuma? Que tem tudo isso com o caso da bandeira? As correcções, nas cartas ou nos catálogos, necessariamente se fazem afim de incluir alguma estrêlla omittida, de precisar mais a situação duma segunda, de registrar a variabilidade de brilho ou de côr duma terceira, de classificar uma quarta entre os grupos respectivos, de mostrar a duplicidade ou multiplicidade duma quinta, de indicar a periodicidade ou mesmo o desapparecimento duma sexta, etc., e tambem, principalmente, por motivo da precessão dos equinoxios. Si tal não acontecesse, a astronomia estellar não teria progredido, por exemplo, de Hipparcho a Hevelio, de Hevelio a Flamsteed, de Flamsteed a Bradley, de Bradley a Herschel (o verdadeiro fundador dêsse ramo scientífico), de Herschel a Piazzi, de Piazzi a Argelander, de Argelander a Secchi, e assim por deante...

Mas o desarranjo tumultuario da bandeira nada tem com isso (e teria graça que tivesse), pois, em vez de cooperar, como aquellas correcções paulatinas e successivas pâra maior exactidão e maior lustre da astronomia, acarreta uma abracadabrica desorganização entre as estrêllas e os seculares estudos realizados por essa sciencia!

Querem, porêm, explicar, pêlo movimento da precessão dos equinoxios, o caso da estrêlla Espiga deslocada do seu logar e impellida, a bel-prazer, pâra cima da faixa. Ora, esse movimento (como se sabe) não pertence ás estrêllas, e sim á Terra, e é todo apparente pâra aquellas, como apparente é o movimento diurno do céo e o annual do Sol. Não sendo fixo o eixo, nem, por conseguinte, o polo da Terra no espaço, e sendo o polo celeste o prolongamento do terrestre, resulta que esse ponto se vai lenta e secularmente deslocando entre as estrêllas, fazendo com que esse eixo descreva um círculo de 47° de diametro em tôrno do polo da ecliptica, supposto fixo. Por effeito dêsse movimento, que se completa num cyclo de 25.765 annos, o céo inteiro parece gyrar, como uma esphera compacta, em volta de um eixo ideal que o atravessa e que vai ter aos polos da ecliptica. O que, porêm, acontece é que a Terra, andando inclinada sôbre o seu eixo, como um pião em movimento, vai mudando, na sua passagem, as perspectivas do céo, o que faz com que se avistem, no hemispherio norte, muitas constellações que sómente se viam no do sul, e vice-versa. E, uma vez que, com o tempo, varía a posição do equador, claro está que as ascenções rectas e as declinações das estrêllas egualmente variam. Daqui a 13.000 annos, por exemplo, o Cruzeiro do Sul será visto na Europa, como já o foi outrora. Na roda de 12.000 annos, approximadamente, a polar boreal será Vega, da Lyra, que já desempenhou esse papel ha 14.000 annos; assim como, dentro de um certo tempo, outra será, e não mais a σ do Oitante, a nossa polar. Mas esse movimento da precessão dos equinoxios, que

se teria de applicar a todo o céo, e não apenas á Espiga, da Virgem (como querem), absolutamente não altera o aspecto caracteristico das constellações, nem as posições relativas das estrêllas entre si. O que altera essas posições e, consequentemente, esse aspecto, é o *movimento proprio* das estrêllas, os quaes variam, não chegando, porêm, o da maior parte dellas a um segundo de arco por anno. Ainda assim, isto é, mesmo que se levasse em conta esse movimento, se não poderia explicar, com a maior diligência, o caso da bandeira. Daqui a 50.000 annos, por exemplo, o Cruzeiro estará *inteiramente deslocado,* porque as suas estrêllas se dirigem pâra pontos differentes e com velocidades deseguaes; ao passo que a Espiga, da Virgem, devido ao seu curso muito lento, *quasi não mudou de posição!* Na bandeira, entretanto, essa mesma já tão falada e já tão célebre Espiga, cujo movimento proprio é, no céo, pâra sudoéste, ou em direcção á constellação do Corvo, foi de tal modo violentada na bandeira, que, alêm de a obrigarem a sair do seu logar, arrastando-a pâra o norte da faixa,a fizeram exilada, sózinha, numa direcção contrária á que dêvera ella seguir! (Observe-se a carta n. 25, do *Atlas* de Dien, ou vejam-se as figs. ns. 388 e 389, da *Astronomia popular* de Flammarion, citadas, ambas relativas ao movimento proprio das estrêllas). Ainda que se attendesse ao tão falado movimento da precessão dos equinoxios, verifica-se que a Espiga, da Virgem, durante 5.500 annos, approximadamente, se afastará cada vez mais da ecliptica, seguindo esse rumo, que é, justamente, o opposto do que lhe deram na bandeira!

Á vista disso, fica-se sabendo, duma vez pâra sempre, que, ainda que a bandeira pretendesse ostentar uma astronomia do futuro, mantendo-a como está, não sería isso possivel, por mais que esticassem o Cruzeiro, diminuissem o Triângulo, decepassem o Escorpião, deslocassem a Virgem, supprimissem constellações, desorientassem estrêllas, a torto e a direito... Nunca, jámais, em tempo

algum! Pâra o caso, não se póde conceber explicação nenhuma, nem no passado, nem no presente, nem no futuro! A sentença é uma unica, e, aliás, sem remissão nem aggravo: o *céo* da bandeira é cousa absolutamente inadmissivel, por monstruosa, por todos os tempos dos tempos. E, como tal, a sua perpétua condemnação se impõe, inexoravelmente...

VI

As constellações ou, antes, as estrêllas escolhidas e ainda o céo (?) da bandeira

a faina de quererem justificar a escolha das estrêllas que entraram na composição do aleijado céo da bandeira, explicam que a infeliz e rodopiante estrêlla Espiga, da Virgem, foi escolhida por estar ligada á descoberta da precessão dos equinoxios por Hipparcho. Eduardo Prado já fez ver que egual razão haveria pâra a escolha de Régulo, do Leão, uma vez que Hipparcho tambem se serviu dêssa estrêlla, pâra realizar a sua descoberta. Affirmam, porêm, os cathedraticos contraditores de Eduardo que Régulo só serviu depois com Ptolomeu, quando com Espiga Hipparcho fizera essencialmente a descoberta. Pois então abram *Les étoiles et les curiosités du ciel,* de Flammarion, á pág. 346, e leiam: « . . . foi *esse astro* » (Régulo), « cuja longitutude Tymocharis e Aristillo mediram com cuidado, e foi *essa longitude* e a da Espiga da Virgem que fizeram com que o alexandrino Hipparcho descobrisse *o movimento secular da precessão dos equinoxios* ». E mais adeante, á pág. 365; « Foi a Espiga da Virgem que, *com Régulo,*

fez Hipparcho descobrir *a precessão dos equinoxios* e a verdadeira duração do anno, pêla comparação das suas observações com as realizadas por Aristillo e Tymocharis, 170 annos antes delle ».

Agóra, em Delambre *(História da astronomia antiga)*: « Ésta estrêlla » (Régulo) « é uma das que fizeram Hipparcho descobrir a precessão dos equinoxios » (1). E, no mesmo, pouco depois: « α da Virgem, ou Espiga, é ainda uma das de que se serviu Hipparcho pâra demonstrar a precessão; porêm ella me parece menos segura » (2). Delambre prefere Régulo. Como, pois, conciliar o infallivel juizo dêsses famosos sabios de provincia (como diria Eduardo) com a opinião dos referidos astronomos francezes ?... Quer-nos parecer, porêm, que os que contestam assim, tão decididamente, Eduardo Prado, Flammarion e Delambre, ou ignoram de todo essas cousas, ou entendem que os outros não sabem lêr ... Francamente: já é ser caipora !

Dizem que a escolha do Escorpião se fez porque é ao entrar nessa constellação que o sol illumina o dia 15 de novembro. Não é exacto. O sol, nesse dia, não se acha nessa constellação : acha-se, ainda, na constellação da Balança. É que as constellações e os signos do zodiaco, hoje em dia, não coincidem, embora antigamente isso se observasse e, de futuro, ao cabo dum periodo de cêrca de 26.000 annos, venha a restabeler-se essa coincidencia. Devido á mencionada precessão dos equinoxios, acontece que, no equinoxio da primavera (em março, pâra o hemispherio boreal), o sol entra no *signo* do Carneiro (ou de Aries), quando, no emtanto, elle ainda está na *constellação* dos Peixes. Assim, a 15 de novembro, embora o sol já esteja no *signo* da Escorpião, elle não attingiu, siquer, essa constellação:

---

(1) DELAMBRE, *Histoire de l'astronomie ancienne*, Paris, 1817, tom. 2.°, liv. IV, cap. VII, pág. 286.

(2) *Idem, ibidem*, pág. 287.

encontra-se, então, plenamente, na *constellação* da Balança, donde apenas sái na ultima decada dêsse mez. Não se deve, pois, confundir uma cousa com outra, cuja distincção, aliás, é das mais simples...

O Triângulo Austral, esse, julgam que não podia ser esquecido, já pêla sua configuração regularissima, já porque o bacharel mestre João o assignalou especialmente na carta de 1 de maio de 1500. Ora, nós bem sabemos que existem outras constellações tão regulares quanto o Triângulo; e si o mestre João o assignalou, egualmente assignalou outros grupos estellares, alguns dos quaes nem figuram na bandeira.

Com relação ao Centauro, declaram que elle não podia ser admittido: 1.º) porque não havia logar pâra duas estrêllas de tanto brilho, como a sua α e a sua β, sem offuscar o intangivel, o sagrado Cruzeiro; 2.º) porque o Cruzeiro representa o Centauro, de que fez parte desde a mais alta antiguidade, até ao seculo XVII *(sic)*. Eis ahi duas razões de verdadeiro cabo de esquadra. Analysemos a primeira. Si essas duas estrêllas nomeadas não podiam apparecer na bandeira, porque iriam offuscar as do Cruzeiro, nesse caso, e com maior fundamento, deveriam supprimir Sirio, do Cão Maior, e Canopo, do Navio, as quaes brilham ainda mais que α do Centauro, e, de egual modo, eliminassem Procyon, do Cão Menor, a qual tambem excede em brilho ás do Cruzeiro. Por que ha de o Centauro obscurecer a pompa do Cruzeiro, quando o Cão Maior, o Navio e o Cão Menor não a obscurecem? Vejamos, agóra, a segunda razão. Si o Cruzeiro do Sul fez parte do Centauro até ao seculo XVII (como acham), e si o motivo principal da sua escolha e proeminencia foi devido á circumstância de quererem que elle esteja ligado ao descobrimento do Brasil, é preciso attender a que, nessa occasião (1500), elle ainda não estava desligado da constellação do Centauro e, por conseguinte, não formava uma constellação independente. Haveria, pois,

maior razão pâra o Centauro ser representado juntamente com o Cruzeiro. Assim o entendeu e praticou o tão citado mestre João, no desenho da sua carta, que deveriam seguir, mais uma vez, nas estrêllas assignaladas... Na bandeira, porêm, vimos que o Centauro foi, por completo, apagado, emquanto a σ do Oitante foi caprichosamente accendida, isto é, ostentando muito maior luz do que costuma ostentar — dous milagres mais espantosos, sem dúvida, que o de Josué!

E ahi está a eminente logica que, pêlo mesmo facto, invoca o mestre João e despreza o mestre João, que occulta o Centauro e representa o Centauro, que phantasia factos pâra symbolizar o descobrimento do Brasil e destroe os factos verdadeiros, que fecha os olhos a estrêllas mui brilhantes e faz brilhar outras quasi invisiveis... Oh! que apreciavel monumento de bom-senso e de boa-fé!

A proposito do indefectivel Cruzeiro (não ha adjectivos que lhe bastem!), dizem ainda que, si prevalecesse a inversão do polo, isto é, collocando-se o do sul pâra cima, o Cruzeiro ficaria tambem invertido, como si fôsse uma constellação circumpolar, no meridiano inferior, facto esse que (presumem) se não observa inteiramente em região alguma do Brasil. Enganam-se redondamente. Comquanto na latitude do Rio de Janeiro, nem na de S. Paulo, por exemplo, o Cruzeiro não seja uma constellação circumpolar, nem, portanto, apresente o aspecto a que alludem, o mesmo não se dá no extremo sul do Brasil, em que essa constellação se mostra completamente invertida, no meridiano inferior. Ha, pois, uma região do Brasil, embora pequena, em que se observa o Cruzeiro dêsse modo, ao contrário do que tão categoricamente asseveram. E é ignorando uma cousa dessas que pretendem, muito convencidamente, ser astronomos de verdade!

Ainda mais uma vez, insistem em querer que o Cruzeiro, pâra representar a cruz de Christo, tenha um antecedente no tempo do Imperio: uma bandeira naval, azul,

com uma cruz de estrêllas brancas. Já fizemos ver que a cruz de Christo, como qualquer outra cruz, nada tem com o Cruzeiro, pois que cada uma dellas possue a sua fórma, a sua existencia e a sua significação á parte. É o caso de paraphrasear o axioma: duas cousas deseguaes e a uma terceira são deseguaes entre si...

A adopção das tres estrêllas restantes, na bandeira, é explicada por uma verdadeira egypciomania ou egypciolatria: entendem que ellas lembram, intimamente, a civilização egypcia, a qual fica, doravante, declarada como a *alma mater* da civilização humana, de accôrdo com a opinião dêsses archeologos... A julgar pêlos títulos por que as recommendam, a primeira dellas, Sirio, foi escolhida porque era a Sothis memoravel (apesar de que outros povos tambem a conheciam e denominavam differentemente, e apesar da sua fama de astro pernicioso); a segunda, Procyon, porque era precursora de Sirio, naquellas paragens de beira-Nilo; a terceira, Canopo, o foi, naturalmente, em honra do pilôto ou almirante da armada de Osiris... Não acham que tudo isso (que exprime tão pouco), pâra representar a civilização egypcia na bandeira actual, é muita cousa? E, afinal, que tem a civilização egypcia com a bandeira do Brasil?...

Comquanto reconheçam que Orion seja a mais bella das constellações, procuram justificar a sua exclusão, dizendo que ella não póde superar os foros do incomparabilissimo Cruzeiro. E, pâra isso, gastam uma pequenina erudição e citam uns dous navegantes (Vespucci e Corsali) e uns dous poetas (Dante e Camões), que a essa última constellação se referem ou parecem referir-se. Mas esses navegantes, como os demais seus contemporaneos, não se preoccuparam sómente com o Cruzeiro, e, tambem, naturalmente se impressionaram (cómo considera Humboldt) (1), com a procura duma estrêlla polar austral, com os saccos

(1) *Cosmos*, tom. 3.°, págs. 303 e 304.

de carvão e com as nuvens luminosas que gyram em tôrno do polo. Quanto aos poetas citados, não falam apenas do Cruzeiro: o primeiro, Dante, refere-se ao Navio, ao Eridano e ao Peixe Austral, ou, melhor, ás suas principaes estrêllas respectivas, a *quelle tre facelle,* Canopo, Achernar e Fomalhaut (1); o segundo, Camões, já vimos que allude a Orion (2). De facto, não é possivel esquecer que Orion tenha sido a constellação mais admirada pêlos povos e, talvez, mais celebrada pêlos poetas. Sería insana tarefa reproduzir todas as allusões a elle feitas, desde Hesiodo e Pindaro, até Lamartine e Longfellow. É que elle (como diz Manilio, o epico original da *Astronomica*, do seculo de Cicero e de Augusto) é o dominador do céo.

Uma prova de que o Cruzeiro não tem a importancia que, agóra, lhe querem attribuir está em que elle nem ao menos figura no projecto de substituição das constellações pagãs pêlas christãs, organizado por Julio Schiller, em 1627, muito embora ahi figure a cruz do Cysne, com o nome de Cruz de Santa Helena.

Quando, porêm, o Cruzeiro se destacou da constellação do Centauro e adquiriu esse nome? Tal é a pergunta que fazem os contraditores de Eduardo, pretendendo corrigil-o. Eduardo Prado, apoiado na opinião de Flammarion e de outras auctoridades, a qual tem sido a geralmente seguida até agóra, diz que o primeiro documento astronomico em que apparece a constellação do Cruzeiro destacada da constellação do Centauro é o atlas de Bayer, de 1603. Como, todavia, no livro de Eduardo, por um descuido de revisão, reproduzido da primeira impressão do trabalho feita em París, saisse Brayer, em vez de Bayer, e 1612, em vez de 1603, os façanhudos críticos, com uns ares de Archimedes, berraram na estacada: Que deve ser Bayer e o *Atlas* deve ser sua *Uranometria*, publicada em

(1) *Purgatorio*, canto VIII, versos 85-93.
(2) *Lusiadas*, canto VI, estr. 85.

1603! A quererem censurar, como grande cousa, a intercalação dum *r* a mais em o nome dêsse astronomo e ministro evangelico de Augsburgo, sería justo que, pêla nossa vez, nos dessemos ao trabalho de registrar todos os êrros orthographicos commettidos pêlos oppositores de Eduardo... Quanto ao nome do documento apontado, Eduardo se contenta, muito simplesmente e muito despretenciosamente, como Flammarion, em indicar apenas o atlas, que é o logar especial onde se encontra o Cruzeiro desenhado, sem se referir, por desnecessidade, ao título geral da obra, á *Uranometria omnium asterismorum schemata novo methodo delineata,* que tambem encerra texto differente... E, com relação á data, 1603, está ella certa, á pág. 36 do manuscripto de Eduardo, como se póde verificar. Pâra que tanta exigencia pequenina?...

Entretanto, entendem que, apesar de haver Bayer assignalado o Cruzeiro, com a fórma perfeita duma cruz e havel-o considerado individualmente, a ponto de o denominar, no verso da sua carta, *Modernis crux (sic, apud* Flammarion), essa glória não póde caber a esse astronomo, porque, no seu atlas, ainda essa constellação está sôbre as patas do Centauro, e as suas quatro estrêllas principaes vêm enumeradas com as dêste último grupo estellar. E accrescentam que só em 1679 Agostinho Royer formou com as estrêllas do Cruzeiro uma nova constellação, a que chamou Cruz do Sul ou Throno do Cesar. Ora, com franqueza, não vemos razão pâra enaltecer Agostinho Royer (com prejuizo de Bayer), attribuindo-lhe a primazia duma descoberta realizada e registrada antes delle. Si não querem que o merito pertença ao segundo, tambem não deve pertencer ao primeiro.

Com effeito, relativamente á denominação da constellação, já vimos, com Humboldt (1), que ella provavelmente

(1) *Examen critique de l'histoire de la géographie du nouveau continent et des progrès de l'astronomie nautique aux quinzième et seizième siècles*, tom. 4.°, cit., pág. 323.

proveio de navegadores christãos do seculo XIV. No seu erudito livro *Astrologia e astronomia*, escreve Zanotti Bianco: «A formação ou, si quizerem, a creação ou, melhor, a inclusão da Cruz do Sul, como constellação, é muito obscura e por muitos attribuida a Royer, em 1679. Porêm, ella era conhecida como tal dous seculos antes delle» (1). Pondo de parte as referencias vagas feitas ao Cruzeiro pêlos indús (*« Sûla »*), pêlos antigos peruanos (*« Catachillay »*), pêlo Dante (*« quatre stelle »*), pêlo poeta Stella (*« crux aurata »*), pêlo mestre João (*« la crus »* ou *« las guardas »*), por Vespucci (*« mandorla »*), pêlo Camões (*« nova estrella »*), por Andrea Corsali (*« croce maravigliosa »*), por Oviedo y Valdés (*« quatro estrellas en cruz »*), etc., verifica-se que, muito antes de Agostinho Royer, o Cruzeiro era expressamente mencionado por esse nome: em Pigafetta, companheiro de viagem de Magalhães (1520); em Eden, escriptor do reinado de Maria Tudor (1553-1558) e traductor de Pedro Martyr de Anghiera; em Blundeville, geographo inglez (1594); em Christovam da Costa ou d'Acosta, médico e botanico portuguez, do seculo XVI, nascido em Ceuta ou em Tanger, então pertencentes a Portugal, e auctor do *Tratado de las drogas, medicinas y plantas de las Indias orientales*, escripto em hispanhol (não se deve confundir com Joseph de Acosta, nascido em Medina del Campo, em 1539, auctor da *Historia natural e moral de las Indias* e que foi provincial dos jesuitas no Perú); em Narborough, navegador inglez dêsse mesmo seculo; nos globos celestes de Blaeuw (Cesio), de 1616 a 1622 (2); em Jacob Bartsch, auctor do *Usus astronomicus planispherii stellati*, publicado em Strasburgo, em 1624; no *Ductor in linguas*, diccionario polyglotta de Minsheu (1617-1627); em Chilmead, erudito inglez (1639); além de

(1) ZANOTTI BIANCO, *Astrologia e astronomia*, Turim, 1905, pág. 108.

(2) HUMBOLDT registra a data de 1601 pâra esses globos, provavelmente outros, do mesmo auctor (*Cosmos*, tom. 3.°, pág. 304).

outros (1). De accôrdo com Humboldt, lê-se na *Arte de navegar* de Pedro de Medina, publicada pêla primeira vez em 1545 (por conseguinte, quasi um seculo e meio antes de Agostinho Royer), que, desde meados do seculo XVI, costumavam os viajantes servir-se das alturas meridianas do *Cruzero* pâra determinar a latitude (2). Mais ou menos na mesma data (segundo alguns, em 1551 ou 1552), o pilôto portuguez anonymo, de que trata Ramusio, menciona, num trecho da sua carta ao conde Raymundo ou Romualdo della Torre, quatro estrêllas em cruz, que foram vistas em frente ao rio do Ouro e a que então chamaram o *Cruzeiro* (3).

Isso quanto ao nome, pâra não accumular mais citações fastidiosas.

Com respeito á fórma individual, ou á representação caracteristica, independente, tivemos ensejo de verificar que, ainda antes de Bayer (e, pois, muitissimo antes de Agostinho Royer), já o Cruzeiro era assignalado e figurado inteiramente á parte, e não mais incluido na constellação do Centauro. É o que se póde observar á vista de dous notaveis documentos, que se deparam na citada memória do barão do Rio Branco, relativa á questão do Amapá. São dous mappas curiosos, em parte geographicos e em parte astronomicos, que se acham, sob números diversos, no volume respectivo: o primeiro, de Pedro Plancio, sabio hollandez e theologo calvinista (que estava em ligação constante com os navegadores da epoca e até servia de conselheiro a expedições maritimas enviadas á India, em 1594, 1595 e 1596), traz o n. 37 e o título, seguido do nome do auctor e da data — *Orbis terrarvm typvs de integro multis in locis emendatus, auctore Petro Plancio, 1594* — (esse mappa, conforme diz a nota á mar-

(1) ZANOTTI BIANCO, *Astrologia e astronomia*, cit., págs. 110 a 115.

(2) HUMBOLDT, *Cosmos*, cit., tom. 3.°, cap. VII, pág. 304).

(3) HUMBOLDT, *Examen critique*, cit., tom. 4.°, pág. 333, nota 1. Essa carta encontra-se na *Collecção de noticias para a historia e geografia das nações ultramarinas*, publ. pêla Academia Real das Sciencias de Lisboa, tom. 2.°, Lisboa, 1812, n. II, págs. 83 a 104.

gem, encontra-se em differentes edições da viagem de Linschoten); o segundo, de J. B. Vrient, tem o n. 48 e a data de 1599 e é quasi que uma reproducção do de Plancio. Tanto num, como noutro, se vê o Cruzeiro, nos desenhos que representam as constellações do hemispherio austral, perfeitamente esboçado e completamente separado, formando, assim, um grupo estellar de todo independente (embora mal situado, devido á imperfeição das observações então realizadas).

Parece que o que ficou dito é o bastante pâra demonstrar que o Cruzeiro, muito e muito antes de Agostinho Royer (a despeito do que pretendem alguns historiadores da astronomia), já era conhecido por esse nome e já constituia uma constellação nova, totalmente destacada do Centauro.

Pêlo que toca á denominação de Throno de Cesar, a qual nunca chegou a vulgarizar-se, sabe-se que já fôra usada por Plinio, embora, nessa occasião, o Cruzeiro ainda estivesse ligado ao grupo do Centauro.

O que é sôbremodo original é que, havendo sido Pedro Plancio e João Bayer, dous protestantes de marca, dos primeiros a distinguir e a representar á parte o Cruzeiro do Sul nos seus trabalhos, por ahi se mantenha a ingenuidade de dizer que essa constellação lembra a crença dos catholicos mais férvidos, ou « a fé gloriosa dos nossos antepassados », segundo a interessante expressão positivista.

Nullificada, como ficou, a correcção que diligenciavam fazer com referencia ao Cruzeiro, voltam-se pâra outro ponto, querendo deixar patente que as estampas da *Uranometria*, de Bayer, foram publicadas ás avéssas, isto é, as chapas eram direitas como o céo e davam na impressão aspectos invertidos. Essa artimanha é com o intuito de justificar o caso da bandeira . . . E, a proposito, assim como quem canta victória, citam Barginet, num pensamento truncado e adulterado (por melhor lhes convir), o que, aliás, vamos restabelecer, gryphando algumas phrases : « A obra

de Bayer foi acolhida com distincção no mundo sabio, apesar de que *a sua execução typographica deixasse muito a desejar*. Bayer não tinha, provavelmente, reparado em que, si um desenho é gravado tal como deve ser visto, acontece que, na impressão, o lado direito se torna o esquerdo no papel. Eis porque, de egual modo, as figuras da *Uranometria* parecem todas ás avéssas. Mas esse defeito não é essencial *num trabalho dêsse genero, em que a classificação methodica das estrêllas é o pensamento importante* » (1).

Ha diversas edições da obra de Bayer. Lalande, *apud* Delambre, diz que a primeira edição é de 1603 (Bayer morreu em 1660.) Nessa, « a explicação era sôbre o reverso das gravuras » (2). Á pág. 183, na descripção das constellações da edição possuida por Delambre (a de 1661), e quando êste astronomo se refere ao grupo do Dragão, lê-se: « As figuras de Bayer são vistas *pêlo lado de fóra*: *Hevelio censurou-o por isso*, e desenhou as suas, *taes como nós as vemos*.» Continúa Delambre: A obra e a explicação são egualmente mediocres. A grandeza da escala teria permittido multiplicar muito mais os círculos de declinação e de latitude assim como os parallelos e outras indicações. Esse trabalho nunca deveria ter sido duma grande utilidade; *hoje não mais póde ser de nenhum uso* (3).

Talvez haja excesso de rigor nessa apreciação, o que fez com que Flammarion achasse que Delambre houvesse tratado pouco cavalheirescamente a obra de Bayer. Mas o certo é que, não obstante o que devemos a Bayer — a substituição duma phrase inteira por uma simples letra na enumeração das estrêllas, a representação de constellações novas como o Cruzeiro do Sul e a Pomba (de

---

(1) Veja-se MONTFERRIER, *Dictionnaire des sciences mathématiques pures et appliquées*, Paris, 1835, tom, 1.°, pág. 214.

(2) DELAMBRE, *Histoire de l'astronomie moderne*, Paris, 1821, tom. 2.°, pág. 182.

(3) *Idem*, *ibidem*, pág. 185.

formação tambem attribuida a Agostinho Royer), além de outras cousas, — o caso do seu atlas não póde ser tomado por modêlo, deante dos motivos ácima expostos. De facto, esse e outros lapsos (como escreve Flammarion) explicam-se « perfeitamente, aliás, pêla insufficiencia e falta de precisão das observações feitas nessa epoca »; ao passo que os indesculpaveis êrros da bandeira sómente se explicam pêlo pouco-caso, pêla negligencia ou pêla ignorancia dos que a idearam. O que era toleravel, e até natural, no tempo de Bayer, hoje em dia não se póde admittir.

Tadavia, ha um atlas de Bayer, ou, melhor, uma reproducção dêsse atlas (de que um trecho, por exemplo, póde vêr-se, á pág. 565, de *Les étoilles et les curiosités du ciel*, de Flammarion), em que os desenhos apresentam o aspecto directo das figuras imaginárias do céo, apesar de algumas estrêllas se acharem em posição defeituosa.

Mas essa questão de aspecto directo ou inverso é, em certo ponto, secundária : é toda de convenção, ou de commodidade relativa. E, si a bandeira estivesse certa, como já fizemos ver, haveria, não um, mas muitos casos historicos e não historicos pâra justifical-a, quanto ao systema de representação do céo. No que ella jámais encontrará justificativa é no cataclysmo operado entre as estrêllas . . .

Depois, geitosamente aconselham que se tome uma chapa, um *cliché* egual ao modêlo proposto por Eduardo Prado, e teremos a impressão do globo da bandeira (teriamos, si a bandeira não estivesse errada), antes de inscrever a legenda da faixa ; e que dessa crítica (feita por Eduardo Prado) se poderá tirar um proveito (notem bem) : corrigir um pouco o desenho annexo ao decr. de 19 de novembro, conforme adeante mostrarão com relação á Espiga . . . Ah ! comprehenderam ? Cá está a cousa : *corrigir um pouco* . . . mas não muito . . . pâra não dar na vista ! . . . E lá vem a Espiga, novamente, em scena ! É o que veremos, mais uma vez, neste capítulo . . .

★

Afinal, depois de gastarem tanta provisão de argumentos em contrário, vêm os críticos de Eduardo Prado a concordar em que, no modêlo annexo ao decr. de 19 de novembro, a Espiga *não foi collocada muito exactamente* pêlo desenhista *embora guarde a posição relativa!* Ora, ahi estão duas cousas que intrinsecamente se repellem: si essa estrêlla não foi collocada muito exactamente, tambem não póde guardar a posição relativa. Isso é logico! Dizem que ella póde ficar *mais á esquerda*, mais proxima do meridiano, isto é, da linha que passa por α e γ do Cruzeiro, e que deve guardar o intervallo horario de 15 graus em angulo, ou uma hora entre o meridiano e o seu círculo maximo... Assim (pensam), poderá marcar melhor a longitude do Rio (assim, como?) e se poderá aproveitar o trabalho de projecção de Eduardo Prado, o que (insinuam) em nada modifica o aspecto fundamental da bandeira... Não modifica? A aproveitarem essa projecção, será mistér, não sómente fazer descer a Espiga de cima da faixa, como alterar todo o aspecto da bandeira, pois que toda ella está errada!

Com uns ares de examinadores universitarios, opinam, em summa, por que a projecção de Eduardo está bem feita! Nos bem conheciamos o valor dos trabalhos de Eduardo e bem sabiamos que essa projecção fôra executada por um competentissimo astronomo francez; mas si esses egregios julgadores não nos viessem confirmar essa convicção, ainda ficariamos na dúvida... Entendem, porêm, que Eduardo Prado, ao demonstrar os êrros da nossa feiissima bandeira, não poderia aprecial-a com *acêrto*, porque possuia espirito de partido! Ora, o proprio Eduardo, opportunamente, já fizera ver que não comprehendia patriotismo, nem partidarismo em discussões scientificas, em astronomia, por exemplo. Só comprehendem tal cousa aquelles que, jus-

tamente pâra favorecerem os pequeninos caprichos partidarios, tentam encobrir o que se revela á plena luz.

São de parecer que a famigerada estrêlla Espiga (cujo lamentavel desastre se não desculpará nunca, scientificamente) apenas subirá em seu círculo horario, pâra evitar a faixa, onde ficaria invisivel quasi. Esse negócio de fazer essa estrêlla, ora andar mais pâra a esquerda, ora subir um pouco ácima da faixa, acham-no muito summário e facil: tão facil e summário, que até lembra o movimento duma daquellas espherasinhas que marcam os pontos nos quadros de bilhar, ou a improvisada ascenção dum primitivo e caseiro lampeão de carretilha... Talvez, até, lembre melhor os gyros inconscientes, mas, em certo ponto, premeditados, duma incansavel e legítima bola de *foot-ball*... O resultado, na prática, é que é devéras difficil e complicadissimo!

Esforçam-se, todavia, em convencer que essa deslocação das estrêllas (e que formidavel e impossivel deslocação!) está na ordem das cousas celestes. E, pâra isso, apegam-se á variação secular da obliquidade da ecliptica (cuja diminuição, presentemente, é de menos de meio segundo por anno), ao movimento periodico da nutação (executado num cyclo de 18 annos $^2/_3$ e que é, por assim dizer, microscopico) e á sovada e repisada precessão dos equinoxios. O que não fazem, porêm, é dizer que esses movimentos pertencem á Terra, nem mostrar que elles não alteram as posições relativas das estrêllas entre si, nem o aspecto caracteristico das constellações.

Por esse systema, não sabemos como não trouxeram á baila a variação da excentricidade, a translação geral do systema solar pâra a constellação de Hercules, ou como não desfiaram, duma vez, num rosario exhibitorio, a serie inteira dos doze ou treze movimentos da Terra, afim de vir em socorro do portentosissimo estandarte... Mas, ainda que se pudessem applicar ao céo todos os movimentos descobertos e por descobrir, e embora attendendo aos movimen-

tos proprios das estrêllas, jámais será possivel architectar um céo que se aproxime, siquer, do da bandeira!

Não ha muito, vimos que a longitude do Rio de Janeiro era marcada, caprichosamente, pêla σ do Oitante. Agóra, essa arrojada concepção não basta: querem completal-a e tornal-a consistente e fulgida, de pedra e cal, ou, melhor, á fôrça de estrêllas deslocadas... É que, afinal de contas, descobriram que as alphas da Virgem e do Cruzeiro do Sul egualmente marcam essas duas longitudes! Até aqui, pensavamos que a longitude de um logar fôsse determinada pêla differença de hora, expressa em graus, entre o meridiano dêsse logar e o meridiano que servisse de referencia. Sabiamos, mais, que existem vários processos pâra a determinação da longitude: o primitivo dos signaes de fogo; o emprêgo do telégrapho; o uso dos chronometros; e a observação dos phenomenos celestes (eclipses dos satellites de Jupiter, ascenção recta da Lua, occultação de estrêllas pêla Lua, distâncias da Lua ao Sol, aos planetas brilhantes ou ás estrêllas principaes). Taes são os meios empregados nos diversos observatorios ou que constam dos livros. Esse outro methodo, entretanto, se nos afigura extraordinariamente expedito e curiosamente novo! Que bom, si o conhecessemos! Achamos, até, que é modestia por demais avara e excessiva guardarem-no assim, desconhecido, pâra uso proprio! Era bem caso de o divulgarem, quanto antes, ao mundo scientífico, pâra glória geral, afim de se erigir ao auctor dêsse processo, que revolucionará a astronomia e a geodesia, uma triumphante e maravilhosa estátua de... sabão!...

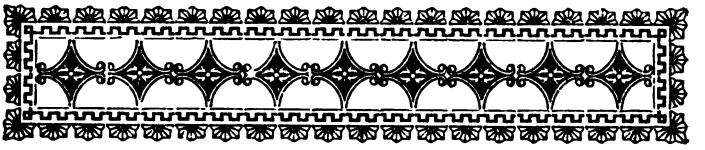
Os nossos heroes (agóra, já ficaram consagrados) ainda se não deteem ahi: voltam a falar do céo (?!) da bandeira, do qual pretendem fazer uma *esthetica,* uma pintura *approximada,* reflectindo-o num espêlho original — dêsse céo que tantos alardeam conhecer e que, na verdade, pouquissimos conhecem... Isso é pâra explicar a visibilidade das estrêllas na manhã de 15 de novembro.

Porque o *céo* da bandeira tem ainda mais ésta originalidade: em vez de representar a *noite* estrellada, como á primeira vista se suppõe, representa, pêlo contrário, o *dia* illuminado por estrêllas... que ninguem vê!

Esclarecem que assim procederam com o fim de symbolizar a hora da proclamação da república, facto que se effectuou ás 11 horas da manhã. Esqueceram-se, comtudo, de reparar em que, a essa hora, Sirio e Procyon, que apparecem na bandeira, já estavam occultas, bem abaixo do horizonte, e, pois, não podiam testimunhar o acto da proclamação... O Cruzeiro, esse, avistar-se-ia torto, áquella hora, tombando pâra oéste, e não no meridiano, como foi figurado na bandeira!...

Na primeira parte da noite de 15 de novembro, outras, na maioria, eram as constellações que verdadeiramente brilhavam no céo: entre ellas (pâra sómente mencionar as que possuem estrêllas de primeira grandeza), o bellissimo gigante Orion; o Touro, com a rútila Aldebaran; a Aguia, com a branca Altaïr: parte do Centauro, com a sua α (no horizonte); o Peixe Austral, com a sua Fomalhaut; o Eridano com a romantica Achernar; alêm de parte do Navio, com a escolhida Canopo.

Succedem-se umas corriqueiras e pouco seguras instrucções pâra observar o céo, fornecidas pêlos críticos de Eduardo (sermão que ninguem encommendou), cheias de etc., etc., etc., as quaes, como não caminhamos pâra um pedantismo letrado, nem visamos a uma pretenciosa ou tola astronomice, deixaremos de lado, por não terem cabimento, mesmo porque não queremos gastar o nosso tempo em destruir exhibições e louvaminhas, que não passam de lérias e pequices, etc., etc., etc. ...



VII

A symbologia

Não póde haver mais dúvida sôbre a illegitimidade e desacêrto da infeliz combinação com que a bandeira actual pretende, ao mesmo tempo, symbolizar o nosso céo e as 21 divisões do territorio nacional. Os proprios interessados no contrário, apesar de muito sophisma, acabaram reconhecendo uma parte da verdade! É a unica bandeira que não satisfaz, de modo nenhum, a concepção unanime de patria, nem assignala, por evidentemente falha e antitradicional, cousa alguma digna do culto civico! Emquanto o mundo for mundo, o aspecto da bandeira continuará a não representar qualquer especie de céo conhecido, nem o ideal commum do povo brasileiro!

Lançando mão dum último recurso, os defensores da bandeira actual abemoladamente aconselham, a quem nella não quizer ver um céo espelhado, que a voltem ao revez e assim terão o espectaculo directo do firmamento astral... Teriam uma parte dêsse espectaculo, si a bandeira estivesse certa; mas, nesse caso, dever-se-ia egualmente ler a legenda como ahi se vê, isto é, ás avéssas: *Ossergorp e Medro!* Assim se verifica, mais uma vez, quão mallo-

gradas e insubsistentes são as defesas que a lucta pêla conservação da bandeira tem inspirado . . .

Advertem que fôra impossivel satisfazer gôstos individuaes na disposição das 21 estrêllas. Nós pensamos do mesmo modo, e por isso é que clamamos. Na peior hypothese, isto é, ao ser concebida a inditosa idéa da mutilada representação estellar, bastaria que deixassem os astros na situação em que se mostram no céo . . . E vêm com um cálculo de menino de escola, que em nada justifica o accidente! Todavia, annunciam que, si fôssem consultados a respeito (oh! que grandes notabilidades!), reduziriam a sete as oito estrêllas do Escorpião, e, em logar da oitava, poriam Régulo, do Leão, a fazer um pouco de symetria com Espiga, ácima da faixa, á esquerda *(sic)*. Régulo, o rei joven, ficaria sôbre a Ordem, assignalando-a symbolicamemte, assim como Espiga, do outro lado, assignala o Progresso, como symbolo das *searas* da *maturação,* do *desenvolvimento* . . . agricola! Ora, todo esse trecho, devéras interessante, que textualmente reproduzimos, porque tem um sabor especial, se resume no casamento de Régulo com a Ordem (que ligação disparatada: um régulo com a ordem!) e da Espiga com o Progresso (que formidavel espiga!). O que faltou, ahi, foi descrever o baile nupcial, em que os dous pares teriam dansado uma desconchavada quadrilha de *vis-à-vis* . . .

É sabido que as armas brasileiras, antes da proclamação da república, symbolizavam todo o nosso passado, toda a nossa glória, toda a nossa tradição, pois que cada symbolo resumia uma das tres phases historicas e políticas por que o paiz havia passado, até alli. A cruz da ordem militar de Christo representava o descobrimento do Brasil, o seu antigo nome e todo o periodo colonial; a esphera armillar de d. João VI, o Brasil-reino; e a orla estrellada, o Brasil-imperio.

A bandeira actual, porêm, rompendo com esse passado, deslustrando essa glória, desistindo dessa tradição,

não conservou nenhum dêsses symbolos, que resplandeciam em o nosso carissimo e victoriosissimo estandarte! E, no afã de nos presentearem com uma cousa original e partidaria, impuzeram-nos esse céo universalmente impossivel e essa antipathica e banalissima legenda de Augusto Comte! O unico ponto de relação que existe entre uma e outra bandeira, no que concerne aos symbolos inscriptos, é a idéa de representar os estados por meio de estrêllas. E os que se batem pêla creação positivista querem, por fôrça, que ella encerre, ainda nisso, maior vantagem do que a anterior!

Observemos o contrário.

A cerulea e argentea orla do Imperio era constituida por estrêllas eguaes, equidistantes, dispostas em tôrno dum círculo perfeito — feliz imagem da patria unida, forte, soberana, com os seus vinte elementos consubstanciadores do ideal supremo. Alli havia a elevada e equitativa caracterização de direitos e deveres e a tendencia geral pâra um fim determinado. Alli havia a consciencia propria de cada um e a acção combinada pâra o bem de todos. Alli havia a manifestação individual de cada entidade e a convergencia necessaria dos esforços pâra a vida social. Alli havia uma estrellada corôa de devotamentos e patriotismos, uma refulgente auréola de nobrezas e de glórias!

Na figura que desorna a bandeira actual, que ha? Nada mais que uma porção de estrêllas deseguaes, irregularmente separadas umas das outras e exquisitamente distribuidas numa rodella azul, por assim dizer, ás tontas! O a imagem da independencia e do concurso? Onde a idéa de egualdade de direitos e deveres? Onde a acção combinada pâra um fim commum? Onde a correlação necessaria pâra manter a existencia collectiva? Não: o que ahi existe é a anarchia e a dispersão, a desegualdade e o desmembramento! Pâra ter a certeza disso, basta reparar na differença de escolha entre as estrêllas e no truncamento das constellações.

No emtanto, ha quem diga que no logico symbolo do imperio havia artifício, ao passo que na absurda phantasia da bandeira actual existe um conjunto harmonico da esphera celeste e uma eviterna realidade cosmica! Não póde deixar de mover a riso a seriedade e a pertinacia dessa apreciação...

Mas, em summa, as estrêllas da bandeira são symbolos astronomicos ou symbolos geographicos? Ellas pretendem representar uma parte do *nosso* céo ou os estados do Brasil? Querem que ellas representem ambas as cousas, ao mesmo tempo. Vejamos si é possivel a identificação.

A primeira difficuldade está em que as estrêllas não teem o nome dos estados... E, pâra haver ordem e expressão symbolica, é preciso que cada estrêlla represente um estado, ou, melhor, que cada estado seja representado pêla sua estrêlla particular. Ora, o decreto de 19 de novembro não discrimina, entre as estrêllas, qual a que symboliza êste ou aquelle estado. De modo que a gente fica na dúvida: qual a que representa Minas, por exemplo, qual a de Matto Grosso, qual a da Bahia? Os positivistas, porêm, com as suas curiosas explicações, em geral muito *positivas*, vieram solennemente a campo e pontificaram: a Espiga (a que subiu *ácima* da faixa) pertence ao Pará; Procyon symboliza o Amazonas, *abaixo* da faixa; e a σ do Oitante é «o symbolo natural do Municipio Neutro»; ou do Districto Federal, ou da capital do Brasil...

Muito bem! Ahi estão, sem grande esfôrço, occupadas apenas *tres* estrêllas, com as quaes se pretende representar esses *tres* estados. E as outras estrêllas restantes? E os outros dezoito estados de que se não falou? Ficam, assim, sem representação ou... que se arranjem como puderem?

Admittindo, por hypothese, como numa especie de demonstração por absurdo, que o que está feito está feito,

vejamos si, procurando estabelecer a analogia pâra os demais estados, e adoptando esse methodo mixto de que usaram, baseado meio na posição (?), meio no tamanho (?) dos estados e das estrêllas, — vejamos (repetimos) si é possivel dar a cada estado a sua estrêlla, observando assim o preceito dos romanos: *suum cuique tribuere*... Por isso, não fazemos questão de que o Pará, com a austral ou zodiacal Espiga, fique *ácima* da faixa, e o Amazonas, com a boreal Procyon, fique *abaixo* da faixa, nem que a σ do Oitante fique representando a latitude e, até, a longitude do Rio de Janeiro...

Quanto á posição das estrêllas e, por conseguinte, dos estados, surge logo um embaraço, que se nos afigura insuperavel e pâra o qual não trepidamos em invocar o auxílio dos positivistas. Trata-se do seguinte. Sendo o Rio de Janeiro representado pêla σ do Oitante, que é a estrêlla que, na bandeira (nesse ponto, de accôrdo com todos os documentos astronomicos), fica mais proxima do polo sul, por que meio representaremos os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul, que são, positivamente, situados mais ao sul do Rio de Janeiro? Na bandeira, não apparece nenhuma estrêlla situada abaixo dessa. Que devemos fazer então? Retroceder do sul pâra o norte, numa reviravolta apocalyptica, e agarrar as primeiras estrêllas que surgirem no caminho, pâra identifical-as com os estados no pavilhão? Parece que foi isso, nada mais, nada menos, o que se fez... Como conciliar, agóra, a geographia e a astronomia, a symbolica e a esthetica? Acaso esses estados ficarão ao norte do Rio?... Será possivel?! Mas, na bandeira actual, parece que tudo foi possivel... até mesmo o impossivel!...

Agóra, si, na pretensa representação symbolica dos estados do Brasil, quizeram attender ao tamanho ou á grandeza apparente das estrêllas relativamente á superficie dos estados (como parece fizeram com o Districto Federal), Sirio, que é a maior estrêlla em brilho, deveria symbolizar

o Amazonas, que é o nosso estado mais extenso. E sería, em parte, logico, pondo de lado a posição geographica dos estados. Porêm o Amazonas (dizem) é representado por Procyon. Então Sirio, com ser a maior estrêlla do céo, terá de representar, na bandeira, um estado menor que o Amazonas, o que não se comprehende.

Demais, em se tratando de representações, naturalmente Sirio creará rivalidades entre os estados, porque todos hão de querer ser representados por essa estrêlla de primeira grandeza, esplendorosa entre as mais esplendorosas! O que se interpreta por um legítimo sentimento de amor-proprio (já não dizemos de vaidade natural)... Dahi, mais um motivo de desunião e de discordia entre essas entidades, que egualitariamente devem formar a Patria immorredoura!

Á vista dessa flagrante e singularissima babel, chega-se ao resultado de que não é possivel conseguir a identificação das estrêllas da bandeira e dos estados do Brasil — cousa que já não acontecia com a orla estrellada imperial... Eis ahi mais uma prova de que, no antigo emblema, ao contrário do que se nota na bandeira, não havia artifício, e, sim, uma creação devéras feliz e natural, um modo de ser idealizado e com toda a vantagem traduzido, uma aspiração plenamente effectuada e feita symbolo constante!

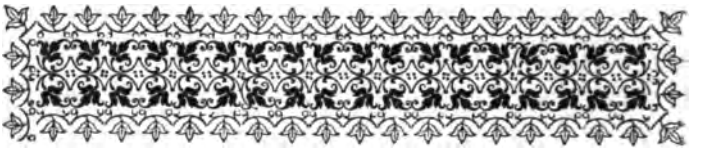
Não limitam, porêm, a sua crítica á bandeira do imperio: extendem-na tambem ao pavilhão norte-americano, dizendo que tanto num, como noutro symbolo, as estrêllas estão artificialmente encerradas, numa zona circular ou num rectangulo, os quaes não passam de prisões *(sic)* ou cercaduras e, por isso, não exprimem independencia, nem assignalam um concurso definido! É o caso então de dizer que, na bandeira, as estrêllas estão sôltas, como numa rotunda de original casa de loucos...

Mas os que defendem esse frustrado emblema da bandeira não teem presente que, nas armas da República,

os estados são representados por meio da orla estrellada, exactamente como no tempo do Imperio. Qual das duas imagens satisfaz, com maior exito, os requisitos necessarios? Qual a preferivel? Uma repelle a outra.

E, com uma algaravia metaphysica, esfalfam-se em considerações doutrinárias sôbre a ordem e o progresso, etc., em que são ferteis, acabando por se perderem num immenso navio imaginario, espaço em fóra, mais ou menos como aquelles tres personagens de Julio Verne, que emprehenderam a phantasmagorica odysséa *Da Terra á Lua*...

Nós, positivamente, não tomaremos parte nessa longinqua e assás arriscada viagem aerea!



VIII

A legenda positivista

isto que temos que tratar da legenda inscripta na bandeira, é natural demos algumas notas sôbre a origem commum de ambas as cousas.

Os positivistas mais fervorosos, provavelmente com o intuito de salvaguardar a bandeira actual contra a antiga e frequente antipathia que o povo lhe vota com franqueza, mais de uma vez teem dito que esse emblema constitue o legado deixado á sua patria por Benjamim Constant, e que ninguem mais competente que elle pâra dar á República o novo pavilhão. Isso faz suppôr a muita gente que Benjamim Constant foi o auctor ou creador da bandeira actual, o que não é exacto.

Os auctores ou creadores do celebrado estandarte foram, indiscutivelmente, os principaes chefes do credo comtista no Brasil. Tal facto se comprova deante do que os mesmos positivistas declaram e se lê na obra do sr. Teixeira Mendes, intitulada *Benjamin Constant*. Por ahi se vê que a bandeira actual e a fórmula « Ordem e Progresso » foram propostas, « por intermedio de Benjamin Constant », ao Govêrno Provisório, PÊLO APOSTOLADO POSITIVISTA DO BRASIL, isso « conforme » ou « en obediencia ás indicações de

Augusto Comte». O Snr. Teixeira Mendes, nessa obra, assim historía os factos: «Rezolveramos no dia 11 de Frederico (15 de Novenbro) dirijir uma mensagen ao governo revolucionario, i assentamos en transmití-la ao xefe do mesmo governo por intermedio de Benjamin Constant, afin de patentear que todas as nossas divergencias dezaparecião diante dos interesses da Patria i da Umanidade. Esperavamos apenas pelo manifesto da insurreição. Estavamos nestas dispozições cuando fomos procurados pelo nosso amigo, Dr. José E. Teixeira de Souza, que nos disse estar Benjamin Constant dezejozo por saber de nossa opinião sobre os acontecimentos que se acabavão de dar. Regozijamo-nos con essa coincidencia de nossas dispozições con as do gloriozo Fundador da Republica. À vista da proclamação do Governo Provizorio, enprazamos para o dia seguinte, que era domingo catolico, a entrega solene de nossa mensajen. Nesse interin, o Governo Provizorio providenciava con uma jenerozidade cavalheiresca âcerca da retirada da esfamilia inperial. Saíra ela barra-fora (1) cuando, á ora abitual da nossa conferencia, fizemos a leitura da mensajen aos cidadãos que tinhão vindo assitir à nossa predica, i os convidamos â aconpanhar-nos ao cuartel jeneral, onde devia fazer-se a entrega do aludido documento. Para aí

---

(1) A istoria patria deve registrar o seguinte epizodio:

No momento en que o tenente coronel Mallet esforçava-se por convencer ao es monarca que devia enbarcar, aprezentou-se o es-barão de Jaceguai, tra vando-se entre ele i o inperador deposto o seguinte dialogo:

«*Não vou*, dizia este (o es-monarca). *Não sou nenhun fujido*; *retirar-me-ei do Brazil, poren de dia.*

«*Desculpe-me V. M.*, disse o barão; o *enbarque de dia daria azo â manifestações* . . .

«*I são muito naturais, porque o povo gosta de min.*

«*De certo*, *mas ao governo incunbiria o dever de reprimi-las. V. M. enbarcava do mesmo modo*; *correria sangue*; *poderia morrer alguen da familia inperial.*

«*O Sr. convenceu-me*, — foi a resposta do Sr. D. Pedro 2.° I continuou:

«*Reinei cicuenta anos i consumi-os en carregar maus governos. Já estou cançado. Tudo isto foi uma sorpreza para min. Não sabia de nada. Vou-me enbora de noite como si fujisse. Tudo isso porque essa jente perdeu a cabeça. Só eu conservo boa a minha cabeça branca. I quero que se saiba disto que estou lhe dizendo.*

(*Gazeta de Noticias* de 14 de Frederico de 100— 18 de Novenbro de 1889).

dirijimo-nos con o nosso estandarte i seguidos por un consideravel numero de cidadãos sinpaticos à nossa cauza.

Benjamin Constant recebeu-nos con a mais tocante efuzão. Ao saber que o Apostolado Pozitivista queria falar-lhe, encaminhou-se para a sala, procurando-nos entre a multidão con olhares anciozos ; i a sua fizionomia irradiou-se cuando avistou o estandarte rejenerador. » «Terminando seu longo discurso, proferido no meio de uma multidão que enxia a sala i o acotovelava, Benjamin Constant declarou que a *Republica não podia encontrar melhores luzes do que na Relijião que se resume na fórmula : — O Amor por principio, i a Orden por baze ; o Progresso por fin ;* — nen melhores guias do que nós â quen se referiu en termos ecessivamente elojiozos.

Na nossa mensajen propunhamos que o Governo Provizorio adotasse a divisa *Orden i Progresso,* conforme as indicações de Augusto Comte, por ser essa diviza o rezumo da politica republicana. Por ultimo abraçamo-nos con civico transporte, que ben traduzia a fuzão de nossas almas en uma conpleta reconciliação jurada na aras da Patria que renassia » (1).

E, pouco depois disto, continúa : « Nestas condições, receiando que o enpirismo democratico fizesse adotar para a bandeira nacional uma imitação da dos Estados-Unidos da America do Norte, i en obediencia ás indicações de Augusto Comte, rezolvemos aprezentar â Benjamin Constant, un projeto que ele aceitou sen ezitação. O nosso intuito era evitar que se instituisse un sinbolo nacional con o duplo inconveniente de fazer crer en uma filiação que não eziste entre os dois povos, i de conduzir à uma imitação servil daquela republica. Era precizo que não perdessemos as nossas tradições latinas i que o pensamento nacional se ficsasse sobre a França como a nação en cujo seio se elaborou a rejeneração umana, i de cuja iniciativa

(1) Teixeira Mendes, *Benjamin Constant,* Rio de Janeiro, 1892, to m. 1.° cap. V, págs. 361 a 364.

depende fatalmente o termo da anarquia moderna. Aprezentado ao Jeneral Deodoro, disserão-nos na ocasião que ele o axara o melhor dos sinbolos propostos. » (Verifica-se, adeante, uma versão contrária).

« Apenas, poren, foi decretada, tornou-se a bandeira republicana alvo de criticas puerís por parte de jente que supõe que un enblema nacional é uma couza secundaria. Similhantes criticas não terião todavia tomado as proporções de uma verdadeira canpanha si não fossen as intrigas de alguns jornalistas clericais i sebastianistas. (1) Mas os dissipulos de Benjamin Constant, que nos tinhão vindo felicitar pela adoção da bandeira republicana, prestárão-lhe o mais decidido apoio contra tão indigna cabala. Foi assin que a diviza rejeneradora ficou indelevelmeete gravada no pavilhão brazileiro como o eterno programa de todos os patriotas, cualquer que seja a sua posição, — governantes ou governados » (2).

Eis ahi a verdade nua e crua. E o que resulta é que Benjamim Constant, nessa questão, nada mais foi do que um intermediario, que agiu em favor dos proselytos da sua doutrina favorita, perante os membros do Govêrno Provisório. Segundo escreve o general Couto de Magalhães, « constou que o marechal Deodoro queria a continuação da bandeira nacional, com eliminação apenas da corôa. Isso é o que sería razoavel » (accrescenta o general) (3). Mas (como observa José Verissimo), « o positivismo officialmente dominante, sob a égide do mais influente membro do Governo Provisorio e dos seus lugares tenentes immediatos », a ponto de então constituir « quasi uma religião de estado »(4)—facilmente conseguiu, não só a

(1) Sabemos agora que a bandeira republicana teve tanben contra si as prevenções democraticas do Sr. Quintino Bocaiuva, então Ministro do Esterior.

(2) Teixeira Mendes, *Benjamin Constant*, cit., tom. 1.°, cap. V, págs. 367 e 368.

(3) *Diario Popular* de São Paulo, de 18 de dezembro de 1889.

(4) José Verissimo, *Estudos de literatura brazileira*, 1.ª série, 1901, cap. III, págs. 57 e 58.

adopção do lemma e da bandeira, como ainda a redacção de alguns artigos da Constituição e o estabelecimento dos dias de festa nacional. Os positivistas (claro está) procuraram tirar o maior partido da sua influencia ou dessa «alliança de sua capella com o estado»(1), no interesse directo da seita, embora com prejuizo dos brasileiros em geral.

Assim como foi conservado o vibrante e antigo hymno nacional, por que não aproveitaram, tambem, os gloriosos e amaveis symbolos do nosso pavilhão?

Mas, ainda que fôsse Benjamim Constant o creador da bandeira actual, ella não deveria ser conservada simplesmente por isso. Benjamim Constant não era infallivel, como ninguem o é neste mundo, e, pêlo contrário, estava sujeito a errar como qualquer outro. A confirmação disso encontra-se na apreciação que a seu respeito fazem os seus proprios confrades, quando julgam que «elle não conhecia suficientemente as soluções que para o presente instituira Augusto Comte», nem consiguira «ficar â par de nossa situação social»; e quando, criticando-lhe a organização da instrucção pública, dizem que elle «não ezitou em decretar incongruente e inconpletamente o programa pozitivista, sen possuir professores capazes de realizá-lo, i sujeitando-se até â amalgamá-lo con todas as puerilidades sientificas e metafizicas» (2)...

Sem querermos depreciar, de modo algum, a individualidade política e historica de Benjamim Constant, a qual respeitamos, desapaixonadamente entendemos que, si é por causa delle que não querem consentir na alteração da bandeira actual, mais forte razão haveria pâra que permanecessem os primitivos symbolos nacionaes, pois, alêm de mais logicos, mais expressivos, mais bellos, mais amados do povo, mais conhecidos no mundo, foram cons-

---

(1) José Verissimo, *Estudos de literatura brasileira*, cit., 1.ª serie, cap. III, págs. 58.

(2) Teixeira Mendes, *Benjamin Constant*, cit., tom, 1.º, cap. V, págs. 381 e 382.

tituidos por homens ainda mais eminentes, quaes os proceres da Independencia ou da fundação da Patria brasileira!

Com relação á legenda em particular, confirma o sr. Teixeira Mendes, que ella é «o lema proposto por Augusto Comte para as bandeiras ocidentais na faze actual: — *Orden i Progresso*» (1). A propria bandeira do positivismo tambem encerra essa fórmula. Conforme declaram os positivistas, Quintino Bocayuva foi um dos que moveram opposição á bandeira, contra a qual (escrevem elles) houve até «cabala», tendo, porêm, os discipulos de Augusto Comte acabado por triumphar, pois contavam «con a ação conbinada» de dous ministros, Benjamin Constant e Demetrio Ribeiro, francamente positivistas, «para obter as reformas *liberais*» que pretendiam (2)...

Deante do exposto, verifica-se que a origem do lemma e dos pseudos symbolos da bandeira actual é, indubitaveimente, a mesma. É pâra lastimar que o govêrno provisório summariamente approvasse o plano concebido e realizado no primeiro enthusiasmo do momento, plano aliás feito a ôlho e, por assim dizer, sôbre o joelho, sem attender ás circumstâncias de ordem geral e aos resultados fataes que adviriam. Foi essa desastrada soffreguidão, naturalmente, por parte dos auctores do modêlo official, que fez com que Eduardo Prado escrevesse, á pág. 26 do seu manuscripto, que a bandeira fôra «desenhada por algum astronomo caloiro, á vista de um globo celeste escolar»...

Mas o povo que, em geral, pouco se preoccupa com a astronomia, antipathiza muito mais com o distico implicante e garrafal do que com o céo imaginario... Tanto assim que o novo estandarte foi chrismado de *bandeira marca cometa*, sem dúvida por motivo da cauda esbran-

(1) Teixeira Mendes, *A bandeira nacional*, Rio de Janeiro, 1890, opusculo n. 110 do Apostolado Positivista do Brasil, advert., pág. VI.

(2) *Idem*, *Benjamin Constant*, cit., tom. 1.°, cap. V, pág. 368.

quiçada que a faixa parece reproduzir, ou em consequencia do rótulo de certa bebida existente no commércio. De facto, esse conjunto que figura no centro da bandeira se approxima, de preferencia, de marca commercial do que doutra cousa: ainda hoje, pêlos cartazes e pinturas dos reclamos, apparece um desenho dêsses, exactamente similhante, com esphera, letreiro e tudo, em que se annuncia o fernet Branca, que dizem ser estomacal... mas que sómente bem poucos podem tragar!

«Realmente (como escreve Sylvio Roméro), foi duma infelicidade sem par a lembrança da faixa escripta no pavilhão nacional, exposto assim ao ridiculo do proprio povo, sempre tão sensato e certeiro em seus juizos. *Marca cometa*... foi o brado geral... O *provisorio* quiz emendar a mão, porém o positivismo armado não deixou. E ficou a bandeira com o lemma banal de *Ordem e Progresso*, duas cousas que existem na Russia e na Turquia e o povo não é feliz porque falta-lhe a *liberdade*» (1)...

Não se cuide que é só a massa anonyma do povo que mantem odiosidade ou aversão ao emblema a elle imposto. Grande número de brasileiros illustres, alêm dos já citados, não consideram a actual bandeira como um symbolo verdadeiramente nacional e, antes, o rejeitam como distinctivo dum agrupamento sectario. Santos Dumont, o immortal conquistador dos ares, gloriosamente acclamado no mundo inteiro, pensa dêsse modo. Ainda não ha muito tempo, o *Jornal do Commercio* publicou o trecho que se segue, enviado pêlo seu correspondente de París:

« Extranhando com razão alguns patricios que o nosso glorioso compatriota Santos Dumont não desfraldasse a bandeira nacional nas suas interessantes experiencias, substituindo-a por uma simples flammula verde e amarella,

---

(1) Sylvio Roméro, *Evolucionismo e o positivismo no Brasil*, Rio de Janeiro, 1898, introd, pág. LXXX.

julgamos opportuno perguntar-lhe qual o motivo desta abstenção.

Disse-nos o nosso valoroso aeronauta e pediu-nos que o proclamassemos bem alto que não são sentimentos politicos que o guiam neste procedimento. Nunca foi homem politico, não é nem o será. É brazileiro de coração, mas profundamente antipathico ás idéas que deram origem á adopção da nossa bandeira a qual, longe de exprimir o sentimento geral da Nação Brazileira, é o emblema duma seita e nada mais.

Colloca a patria acima da familia e Deus acima de tudo. Repugna-lhe a idéa de ser propagandista do emblema sectario.

É este o unico motivo pelo qual não desfralda e nem desfraldará com grande pezar seu, a nossa bandeira nos seus momentos de gloria e de perigo, e continuará a substituil-a pelo emblema auriverde » (1).

Assim como os positivistas teem o direito de querer que se respeite a sua convicção religiosa, os brasileiros tambem teem esse direito. E, pois, a conservação dessa divisa, na bandeira, é uma irreverencia atirada á face da Nação. Pâra felicidade e acatamento de todos, incluindo os proprios positivistas, não deve o lemma perdurar.

Surgiram por ahi, porêm, uns interpretadores de symbolos mysteriosos e identificadores de analogias antitheticas que descobriram a possibilidade de genealogicamente fazer remontar a rodella ou a bola da bandeira á estirpe joni-manuelina dos reis portuguezes, o que achamos um tanto complicado e duvidoso... Referir-se-ão á esphera armillar de d. Manuel? Mas essa, que nos conste, não era jonia e, como a palavra está dizendo, tinha armillas, ao passo que a bandeira não as tem: é redondamente chata e diversissima...

Certificam que tambem a legenda positivista póde egualmente remontar a esses heroicos e afastados tempos.

(1) *Jornal do Commercio*, de 27 de novembro de 1906.

Vejamos como. Filiando-a, em linha recta, aos motos classicos de dous membros da muito nobre dynastia de Aviz: ao *Talent de bien faire* do infante d. Henrique e ao *Pola ley e pola grey*, de el-rei d. João II. Comquanto pareça, á primeira vista, desencontrada a ligação de Augusto Comte, quer em sangue, quer em crenças, com esses ascendentes portuguezes, não façamos caso disso e examinemos si ha correlação entre o lemma da bandeira actual e as duas divisas apontadas. *Ordem e Progresso* — *Talent de bien faire* (talante, isto é, desejo, vontade de bem fazer): oh! que similhança! Está-se vendo que são uma e a mesma cousa! O caso é tão typico, que a gente não póde deixar de lembrar-se daquelle fazendeiro da *Capital federal*, de Arthur Azevedo, que achava, entre outras, as palavras «janella» e «ventana», em hispanhol, muito parecidas...

Passemos ao outro moto: *Pola ley e pola grey* — *Ordem e Progresso*. Apparentemente não ha nenhuma analogia: penetremos o fundo. Que venha em nosso valimento a muito erudita e competente auctoridade de d. Antonio Caetano de Sousa, que, precisamente a respeito, diz: «Teve El Rey por empreza hum pelicano ferindo o peito com o bico, com esta letra: «*Pela ley, e pela grey*: *Pro lege et pro grege*; dizendo, que pela Religião, e por amor do seu Povo elle exporia a propria vida, pelos interesses de hum, e pela defensa de outro» (1). Ora, é sabido que d. João II, o *principe perfeito* (perfeito na arte de reinar, segundo o modêlo pouco depois delle esboçado no *Principe*, de Machiavel), com ser um rei despotico, discricionariamente fazia o que entendia, o que exclue a idéa de ordem absoluta: mas, em todo caso, professava a religião catholica, que é a *ley* a que se refere a legenda mencionada e nada tem que ver com a lei commum. A divisa dêsse rei era, pois, uma divisa catho-

(1) D. Antonio Caetano de Sousa, *Historia genealogica da casa real portugueza*, tom. 3°., Lisboa occidental, 1737, liv. IV, cap. III, pág. 144.

lica e, em certo ponto, pêla procedencia e pêla significação, opposta ao lemma positivista. Essa interpretação de d. Antonio Caetano de Sousa é plenamente corroborada, si se attentar em que o pelicano é um alto symbolo christão e em que a epoca era francamente propensa a figurações symbolicas.

Não ha meio, por conseguinte, de ligar tal cousa á legenda *Ordem e Progresso,* que não póde, sériamente, alardear essa linhagem. E, depois, insistem em ter desvendado uma *real,* nova e estavel genealogica pâra o lemma da bandeira, não obstante a sua filiação muito conhecida . . .

Em conclusão, julgamos que a legenda positivista não tem razão de ser, porque:

1.º) agradará a alguns, mas não a todos;

2.º) como ideal, não basta a uma nação;

3.º) é uma banalidade dispensavel e até ridicula, pois não passa duma sentenciosa enfatuação;

4.º) torna-se odiosa, attenta a sua origem intolerante, desprezando symbolos historicos e tradicionaes e recalcando sentimentos geraes de um povo, em favor duma seita reduzida.

IX

A heraldica

Demonstrada, como ficou, a illegitimidade genealogica que forjaram pâra o lemma da bandeira actual, passemos á parte que mais proxima relação tem com a heraldica. Não será inutil encarecer o valor dêste ramo em que se divide a frondosa árvore da Arte, o qual querem alguns que tambem seja uma sciencia.

Muitos ha que faceciosamente pensarão, com o veneravel Herculano, que « hoje a heraldica e os brazões são dixes com que se entretem as creanças barbadas », e que « o jogo de xadrez é cousa incomparavelmente mais grave »(1). Julgamos, porêm, com o auctorizado Crollalanza que, « hoje a heraldica tem, entre as sciencias auxiliares da história e entre as artes que constituem objecto dos estudos archeologicos, o logar que lhe compete »(2). « Não é nada admissivel » (escreve o conde A. de Foras) « que um homem instruido, de boa sociedade, não tenha umas tinturas de brasão, como de qualquer outra sciencia » (3). Diz Gourdon de Genouillac : « Não é possivel alguem oc-

(1) ALEXANDRE HERCULANO, *Opusculos*, cit., tom. 3.°, cap. IV, pág. 171.
(2) FELICE TRIBOLATI, *Grammatica araldica*, Milão, 1904, introd., pág. 30.
(3) *Idem, ibidem*, pág. 36.

cupar-se de arte e ignorar as regras da arte heraldica. « O conhecimento do brasão é a chave da história de França » (disse Gérard de Nerval); « e, de facto » (1). A heheraldica « é, ao mesmo tempo, uma arte engenhosa, uma sciencia exacta e uma lingua universal, pois que, na Italia como na França, em Portugal como na Russia, estão em uso as peças e as figuras heraldicas » (2). Dahi resalta a importancia innegavel dessa arte, cuja prática, assim como a de outras artes cultivadas pêlos povos, repousa sôbre princípios geralmente acceitos.

Vejamos o que mais directa ligação tem com o caso da bandeira. Iremos, como até aqui, acompanhando o palavreado dos que só lhe descobrem bellezas e justezas, ácima de toda crítica.

Acham que a alta nobreza a que attinge a bandeira actual foi expressa, pêla heraldica, nos elementos constitutivos dum pavilhão de brasão de armas, isto é, no *escudo*, nos *esmaltes* (metaes e côres) e nas *figuras*. Na bandeira existe, pois, um brasão de armas ? Que significam, então, as armas da República ? A nobreza é assim tão alta que precisa, não de um, mas de dous brasões differentes ?... Qual será o escudo ? Será o losango amarello ? Mas esses não representam, nem podem representar esse papel, mesmo porque, em heraldica, todas as fórmas de escudo (com excepção do quadrado e do redondo, hoje raros ou em desuso) devem adaptar-se, naturalmente, ás proporções do corpo humano, isto é, devem ter maior altura que largura, em observancia ao uso dos cavalleiros de outras eras. Será a rodella azul ? Mas essa (dizem) é roel ou arruella — especie de figura, do genero *tourteaux* (em portuguez, tortãos), que os francezes obsoletamente denominam *heurte*, e que é accessorio dos escudos. Si é roel, não é escudo, e si é escudo, não póde ser roel. Demais, esses

(1) Gourdon de Genouillac, *L'art héraldique*, Paris, introd., pág. 7.
(2) *Idem, Ibidem*, pág. 8.

roéis, como os besantes, em geral, são de tamanho reduzido e apparecem em número nos brasões.

Sem declararem, positivamente, qual o escudo existente na bandeira, deixam tudo no ar, afim de motivar interpretações arbitrárias, sôbre si será esse, aquelle, ou aquelloutro. Entretanto, mostram inclinar-se mais a favor do losango, do qual fazem a apologia, dizendo ser essa a fórma de escudo usado pêlas *donzellas* e que se applica muito bem á nossa Patria, que é a *Mater (sic)* querida e a Dama dos nossos pensamentos... Tal juizo, que algo resumbra a madrigal, não parece, antes, envolver um epigramma? Do que se não lembraram, porêm, foi de que os escudos em losango, caracteristicos das moças solteiras (as quaes egualmente os usam ovaes), são figurados, sempre, alçados sôbre um dos angulos mais agudos, como o de Joanna d'Arc, por exemplo, e não tombado ao comprido, como no caso supposto. Ainda quando os losangos apparecem, não formando escudo, mas dispostos no campo do escudo, a sua posição é geralmente vertical, embora tambem se vejam obliquos.

Por ahi se conclue que nem o losango, nem o rectangulo da bandeira se podem considerar escudos, nem jámais foram tidos como taes. No tempo do Imperio, em que havia, devéras, um brasão de armas, o escudo e as demais figuras se collocavam no centro da bandeira, independentemente dos dous quadrilateros ouro e verde, que constituiam uma disposição peculiar do pavilhão.

Dissemos, no trabalho anterior, que o *São Paulo* gentilmente publicou e a revista do Instituto Historico e Geographico paulistano reproduziu, que a bandeira actual deve ser considerada como um verdadeiro aleijão heraldico, em que as mais elementares regras dessa arte foram demasiada e prejudicialmente infringidas. Agóra, não sómente confirmamos, como ainda vamos provar os fundamentos dessa nossa asserção. Dissemos, mais, que o aspecto daquella roda, ou (como queiram) daquella bola azul, collocada

alli, sem gôsto, no meio do losango pallido, o letreiro estrambotico e tal combinação de côres postas umas sôbre as outras (não nos referimos ás côres heraldicas propriamente ditas, mas ás côres em geral), ora mui vivas, ora mui desmaiadas, produzem uma desagradabilissima impressão, logo á primeira vista. E, com effeito, si a bandeira não transgrediu a regra heraldica que prohibe a collocação de metal sôbre metal e de côr sôbre côr, aliás de rigor nos brasões, mas que se não observa em relação ao fundo ou campo dos pavilhões, todavia não se póde concordar em que seja feliz aquella reunião desgraciosa de verde, branco, azul, amarello e verde (outra vez), assim agrupados sem arte, sem vida e sem realce!

Sendo «a sciencia heraldica considerada, não mais como à glorificação duma casta privilegiada, mas como um ramo da archeologia e da história da arte e dos costumes» (1), e gosando dos foros duma verdadeira lingua falada por todos os povos, como pretende ser o esperanto, enunciemos alguns princípios geraes, directamente colhidos ou inspirados no erudito Crollalanza, e os quaes se applicam, a geito, á questão da bandeira:

1.º) antepôr o bom-senso e a logica á phantasia e ao delirio (praticou-se, exactamente, o opposto, na concepção do desvairado e incoherente pavilhão, em que se ostenta uma astronomia intoleravel e uma symbologia incomprehensivel);

2.º) pesar bem os factos e as opiniões (desprezaram tudo o que era acatavel, como o passado e o sentir nacionaes, pâra unicamente satisfazer um assomo partidario);

3.º) reconhecer os monumentos e documentos authênticos como unicos testimunhos dignos de fé (deslembraram-se, justamente, da verdade historica, qual a exacta significação dos primitivos symbolos e inventaram ligações phantasticas e insubsistentes pâra a nova representação);

(1) GOFFREDO DI CROLLALANZA, introd. á *Grammatica araldica* de FELICE TRIBOLATI, cit., pág. 30.

4.º) respeitar as tradições dignas de veneração (já sabemos que foram postas de lado, com os emblemas abolidos);

5.º) ver nas inducções meros auxílios, e não títulos de provas concludentes (como caprichosamente querem impol-as os defensores da bandeira actual);

6.º) estudar e investigar a alma das creações artisticas, attendendo mais a ellas do que ás dissertações pseudosymbolicas e aos panegyricos genealogicos (duas cousas que vimos medrar, ás sôltas, no caso das estrêllas originaes e da legenda positivista);

7.º) admittir o symbolismo originario e natural, quando legítimo (como no caso da cruz da ordem de Christo e da esphera armillar de d. João VI, innegavelmente, ambos, symbolos historicos e patrioticos insubstituiveis);

8.º) deixar ao sabor dos visionarios as divagações astrologicas e enigmaticas (com as quaes, por um lado, difficultam o que é tão simples e intuitivo, como a verdade pura, e, por outro lado, pretendem esclarecer o que é sôbremaneira obscuro e inexplicavel, como o absurdo conjunto da bandeira);

9.º) observar as leis heraldicas consagradas por uma prática geral e secular (verificou-se, fartamente, o contrário, como, dentro em pouco, demonstraremos);

10.º) analysar as figuras brasonicas nos primitivos typos e nas suas alterações, considerando o estylo nas diversas epocas e nos diversos paizes, e reconstituindo-o eclecticamente, pâra uso nosso, sem desvio da indole heraldica e sem ir de encontro ao gôsto artistico e ás exigencias da occasião (na factura da bandeira actual, nem de longe se pensou nisso);

11.º) abandonar as distincções subtis, cavillosas e pedantescas (em que, na falta de argumentos legítimos, tão ferteis são os propugnadores da conservação do monstrengo);

12.º) unificar e tornar internacional a linguagem heraldica, de accôrdo com as expressões peculiares a cada

idioma e sôbre os moldes da terminologia e do brasonar francezes, expurgando-a de barbarismos e solecismos e desprojando-a de pleonasmos e synonymos superfluos (com isso se provará que a bandeira, de nenhum modo, póde ser universalmente comprehendida, nem technicamente descripta) (1).

Estabelecidos esses preceitos geraes da arte, examinemos as regras e os usos violados pêla bandeira actual.

A primeira cousa que se nota é a má escolha da figura principal. Aquella bola ou aquelle círculo azul farão mesmo parte da heraldica? Será um globo, como querem alguns? Mas o globo heraldico, que representa o corpo espherico do mundo, tem a sua fórma propria, o seu typo caracteristico, e ora se figura massiço, como uma esphera geographica ou como um globo crucifero, peculiar ás realezas, ora aberto em círculos juxtapostos, como uma esphera armillar, porêm, em todo caso, sempre um globo verdadeiro. Será então um roel, ou uma arruela, como induzem noutra parte? Mas os roéis, como os besantes (embora os primeiros, pâra designar o francez *tourteaux*, sejam sómente de côr e os segundos de metal), são considerados, pêlos heraldistas mais competentes, como moedas ou peças monetarias e, ordinariamente, são menores e apparecem em número, segundo já fizemos notar. Haja vista o brasão de armas de Portugal, em que cada um dos cinco escudetes contêm cinco besantes, os quaes, «contando duas vezes o do meio», como manda Camões, perfazem os «trinta *dinheiros* por que Deus fôra vendido». Heraldistas como Villasboas, por exemplo, escriptores portuguezes do maior merecimento, como Herculano, e os melhores diccionarios da lingua não fazem distincção entre uma e outra cousa. Na linguagem vulgar, até, arruela designa diversos objectos,

(1) *Vide* FELICE TRIBOLATI, *Grammatica araldica*, cit., introd. de CROLLALANZA, págs. 30 a 33.

todos redondos e de metal, obtidos ou usados em ourivesaria, em nautica e em carpintaria...

Uma regra que foi francamente falseada é a que dispõe sôbre a distribuição ou o arranjo das figuras, em virtude da qual deve haver sempre maior desenvolvimento em chefe (parte superior do escudo), do que em ponta, (parte inferior). Tal facto se justifica porque, antigamente, os escudos eram triangulares, e tinham maior largura em cima que em baixo. Esse princípio se observa ainda mais quando as figuras são da mesma especie. Entretanto, na bandeira, vê-se o contrário: as estrêllas apparecem em maior número em ponta que em chefe, o que é uma amostra de heraldica invertida, ou de pernas pâra o ar...

Outra infracção irremediavel é a desordem occasionada entre as estrêllas que salpicam o pavilhão. Em heraldica, nada existe desordenado: tudo é previsto e regulado, tudo é symetrico. Os proprios escudos ditos *semeados*, como o antigo, real, de França e o de Chateaubriand, o primeiro azul e o segundo de goles, ou vermelho, ambos carregados de número indeterminado de flores de lis de ouro (*sans nombre*, como dizem os francezes), guardam, rigorosamente, a mesma proporção e a mesma distância entre as figuras. Desde que se não observe essa convenção (porque em heraldica tudo é convenção) só se verificará a barafunda cabeçuda ou a pretenção risivel.

Enorme e, afinal, invencivel difficuldade pâra um heraldista será o tentar reproduzir a aberração astronomica e heraldica da bandeira, sem ter á vista um modêlo qualquer. Nem ao menos da situação e do tamanho relativos das estrêllas se poderia o artista valer, porque esses mesmos estão exquisitamente alterados. Descripção fiel e rigorosa, como a sóem dar os technicos, pâra a universalidade dos brasões (que são, assim, apenas com esse elemento, perfeitamente reproduzidos), e que permittisse, só ella, a exacta reproducção do modêlo official, é cousa averiguadamente impraticavel. O *Almanaque de Gotha*, por dever

de officio, intentou uma descripção, que é meio condescendente, meio omissa, quando cala (e nem poderia deixar de calar) a posição diversa e o tamanho variado das estrêllas... Quanto ás representações que avultam nos tratados extrangeiros de bandeiras, não passam de tentativas tristes, que até chegam a incutir dó!

Os heraldistas que quizerem apreciar a razão de ser dos emblemas improvisados no modêlo, ou porão o desenho á margem, com um sorriso de desdem, á vista do ridiculo da concepção, ou acabarão perdendo a paciencia. É que elles, embalde, ahi procurarão descobrir o meio usual e conhecido de todos — o symbolo classico e eloquente, o systema de representação e comprehensão universaes! E isso porque os auctores da bandeira actual não cuidaram de ver que os objectos heraldicos se figuram sob uma idéa commum e sob uma fórma convencional, de modo que possam ser entendidos e expressos por todos os povos cultos. Dahi, o mallôgro e a mystificação!

Pensam alguns que, por se tratar de um symbolo, a representação é indifferente ou arbitrária. Em heraldica, principalmente, isso não acontece. Os symbolos, por isso mesmo que são symbolos, obedecem a um pensamento íntimo, a um criterio interpretativo mais ou menos geral, a uma fórma definida, a qual realiza o typo heraldico. Não obstante as variações secundárias, relativas á intenção e ao estylo pessoal de cada um, ha um padrão que serve de norma pâra todos, como se comprehende uma arte e um modo de ver e exprimir as cousas realizados pêlos diversos povos. Isso se concebe pâra evitar representações caprichosas ou illogicas, em relação aos usos adoptados pêla arte, como tambem porque estão essas representações depedentes duma idéa originária, basica e primordial, que a disposição dos objectos encobre ao vulgo, mas revela aos particularmente esclarecidos. A exposição dessa verdade provada e indiscutivel, haurida principalmente num livro moderno e de valor inestimavel, será feita no capítulo seguinte.

Confrontemos, agóra, o desenho inscripto no centro da bandeira com o que dispõe o decr. de 19 de novembro de 1889. O decreto fala em esphera celeste azul, mas no modêlo haverá, quando muito, uma desaggregação ou um trecho dessa esphera (pois a maioria das constellações foi supprimida) e assim mesmo todo deformado e estropiado.

Depois, diz o decreto que a zona branca é « descendente da *esquerda* para a *direita* », o que em heraldica se refere aos lados da figura e significa que a faixa, em que se acha a legenda, deve estar assim inclinada em relação á propria figura, e da *direita* pâra a *esquerda* em relação ao observador collocado em frente a ella, isto é, o contrário do que se observa no modêlo. Lê-se em Tribolati: « Note-se que, na linguagem heraldica, a *dextra* (direita) do escudo é a esquerda de quem o olha, e, vice-versa, a *sinistra* (esquerda) é a direita do observador. Na verdade, imaginando-se um cavalleiro que embrace um escudo, o lado que antes parecia esquerdo ficará, pêlo contrário, á direita de quem traz o escudo » (1). De modo que, si o decreto, na expressão empregada, teve em vista a heraldica, aquelle pseudo e majestatico brasão apresenta os seus lados invertidos, fazendo com que a direita ficasse originalmente canhota! A observação dessa regra é o que ha de mais elementar em arte heraldica, e, infringindo-a, o objecto deixa de ser brasão pâra ser a mais engraçada caranguejola...

Exige, ainda, o decreto que as estrêllas estejam « dispostas na sua situação *astronomica*, quanto á distância e ao tamanho relativos ». Desde que foi admittida a infelici-

---

(1) Felice Tribolati, *Grammatica araldica*, cit., cap. II, pág. 53.

dade da concepção, attendendo-se, naturalmente, ao « manda quem póde » ou ao « de qualquer modo serve » populares, nada mais sería necessario que conservar a posição exacta e o tamanho verdadeiro das estrêllas, embora não sahisse, afinal, um bom producto astronomico...

Sem embargo, já se sabe que isso absolutamente se não praticou. Nesse caso, de duas uma: ou o modêlo desobedeceu á exigencia imperiosa da lei, ou a lei, confiante ingenua e cega dos astronomos organizadores do pavilhão, foi burlada inteiramente. Não ha fugir.

Mais outra regra de que se afastou a bandeira consiste na que faz com que todos os objectos heraldicos, naturaes ou artificiaes, sejam vistos de accôrdo com as leis da perspectiva, isto é, segundo a arte de representar num quadro, ou plano vertical, collocado entre a vista do observador e o objecto, o contôrno apparente e as linhas principaes dêsse objecto, com o aspecto apresentado ao observador. Por exemplo, não se costuma representar uma campina obliqua, uma árvore com as raizes pâra cima, um céo ás avéssas, etc., simplesmente porque ninguem os vê assim, a não ser em miragens ou em representações forçadas... A heraldica tem as suas convenções (é certo), mas tambem tem a sua logica, como todas as cousas sensatas. Pâra armas e posições dêsse jaez, possue ella a denominação de *falsas* ou *irregulares*. Si a bandeira tivesse adoptado a representação directa do céo, mais verdadeira e mais comprehensivel do povo, não incorreria, ao menos, nessa pecha. Assim, pois, não se justifica a inversão, sem quebrar a norma commum. A generalidade dos objectos é figurada sempre voltada á direita heraldica, ou esquerda do observador. Quando se dá o contrário, é uma excepção da regra, que ainda mais a confirma, e é preciso indicar ao brasonar. A inversão é até, ás vezes, julgada motivo infamante, como acontece com o brasão de Castello Rodrigo (Portugal), que, em signal de castigo imposto por el-rei d. João I, tem as armas do reino viradas pâra baixo...

Outro falseamento do espirito heraldico, que a roda azul da bandeira acarretou foi o desprêzo e a substituição dos symbolos antigos. Todas as familias, todas as cidades, todos os paizes se esforçam em honrar os seus emblemas : os Rohan e os Montmorency, da mais antiga nobreza de França, orgulham-se dos seus macles e das suas aguietas, e não tolerariam qualquer modificação arbitrária. París, a capital da República Franceza, ufana-se das flores de lis reaes, semeadas em chefe no seu escudo de armas e do seu navio primitivo. Roma, a capital do mundo christão, rende culto á sua loba pagã, que amamenta Romulo e Remo, e ás valorosas iniciaes S. P. Q. R. A Inglaterra mantem, no seu brasão de armas, a divisa *Dieu et mon droit*, collocada sob o escudo (que é onde mais frequentemente se colloca), e, em volta delle, o *Honni soit qui mal y pense*, da muitas vezes secular e cavalheiresca ordem da Jarreteira, considerada a mais illustre da Europa — ambas sentenças em lingua extranha. A Argentina, com ser uma república civilizada como a nossa, não se deslustra em fazer brilhar, no alto do seu escudo de armas, o sol outrora adorado pêlos veneraveis quichuas e distinctivo dos reis incas, cujo dominio abrangia esse paiz. O Chile, outra república irmã, tem muita honra em ostentar, no seu bello e artistico brasão, as tres plumas tricolores do timbre e os supportes coroados.

E tudo isso se faz, no extrangeiro, em homenagem á história e á tradição do povo. Porque um dos fins da heraldica é conservar illustrando. Entre nós, porêm, entendeu-se que é de estylo destruir acanalhando.

No emtanto, auctores e defensores da bandeira actual querem por fôrça persuadir que os symbolos de agóra são os *mesmos* de antigamente, porque os primitivos se encarnaram nos actuaes : a cruz da ordem de Christo (vermelha), na constellação do Cruzeiro do Sul (branca) ; a esphera armillar (de ouro), na rodella azul ; e a regulalarissima orla estrellada, nas estrêllas espalhadas e dese-

guaes... Nós já fizemos ver, em seu logar (e nem sería necessario tanto), a inanidade dessa pretenção. Quanto ás côres azul e branca, com as quaes diligenciam fazer a ligação do nosso periodo colonial com a metropole portugueza, egualmente já mostramos que isso não tem cabimento algum. E, por isso tudo, escrevemos algures que, não só quanto á disposição das côres (aliás mal combinadas e não mais, rigorosamente, as primitivas) como quanto á representação dos symbolos (completamente falhos e differentes dos de outrora), carecia a bandeira actual de condições physicas de durabilidade e de legitimidade heraldica. E, de feito, ella não tem existencia assegurada, nem authenticidade de origem.

Apesar de tudo, os nossos reis de armas, com toda a majestade; os nossos duques de armas, com toda a hierarchia; os nossos marechaes de armas, com todas as honras; os nossos juizes de armas, com todas as solennidades; os nossos genealogistas do rei (?), com todos os pergaminhos; os nossos brasonadores da côrte (?), com todos os armoriaes; emfim, os nossos heraldos de profissão, com toda a competencia (não confundir com os arautos vulgares, nem com os bufões medievaes), segundo a insufficiente synonymia dos mestres offuscados, — saem salomonicamente á liça e, com ares de quem estão aptos a escachar meio mundo, começam de *blasonar* a torto e a direito...

E arranjaram uma justificativa e uma descripção pâra a bandeira! Vencido o primeiro assombro do momento, examinemol-as de perto!

A primeira declaração é a de que muitas figuras podem ser objecto da heraldica (novidade conhecida de Calino). E, a proposito, em abono da peça redonda da bandeira, lembram-se da sartã ou frigideira que figura no brasão de armas da villa de Sertã, em Portugal. A essa, ao menos, attribuem um fundamento historico, ou lendario: o facto da mulher dum habitante, morto

em combate, sustar, á entrada do castello, com uma frigideira de azeite a ferver, os primeiros inimigos que intentavam apoderar-se do logar (1)... Esse brasão, até, pertence á classe de armas que a heraldica considera particularmente *symbolicas*, porque alludem a um facto historico, tradicional ou lendario, e, ao mesmo tempo, á classe das armas ditas *falantes*, porque traduzem o nome duma familia, duma cidade, etc. Mas aquella figura da bandeira!

Mudando de rumo, apregoam que o conjunto da bandeira poderia quebrantar, á vontade, as regras da heraldica, isso como symbolo novo, como armas *à enquerre* (assim se denominam, em linguagem franceza, as armas contra as regras). Mas as armas dêsse genero, como o entendem as melhores auctoridades na materia, encontram explicação no seu proprio nome, pois são «aquellas que, sendo compostas contra as regras do brasão e, todavia, pertencendo a illustres linhagens, dão motivo de investigar que são assim feitas em lembrança de alguma acção gloriosa» (2). Diz Victor Bouton: chamam-se «*à enquerre*, ou *à enquerir*, porquanto, ao vel-as feitas contra a regra, deve-se indagar, *inquirir* por que razão ellas são irregulares; assim, a cruz chamada de Jerusalem, de ouro em campo de prata, é uma arma *à enquerre*, afim de que nos informemos ou inquiramos da sua origem» (3). Mais: «Ésta palavra *enquerre* é um velho verbo francez, synonymo de inquirir, interrogar. O seu participio *enquis* está ainda em uso no foro, como no brasão. Assim, pois, se comprehende muito bem que armas *à enquerre* são aquellas de que é preciso indagar a causa e a origem.»

«Alguns brasonadores dizem que, vendo taes armas feitas contra a regra essencial do brasão, estamos obriga-

---

(1) I. DE VILHENA BARBOSA, *As cidades e villas da monarchia portugueza que teem brasão de armas*, tom. 1.º, Lisboa, 1860, pág. 120.

(2) FELICE TRIBOLATI, *Grammatica araldica*, cit., cap. I, pág. 46.

(3) VICTOR BOUTON, *Nouveau traité des armoiries ou la science et l'art du blason expliqués*, cit., pág. 37.

dos a inquirir a verdadeira razão de ser dessas armas, e ficamos então sabendo a maravilhosa história da conquista de Jerusalem. Ménestrier interpreta de outro modo: « Não é tanto pâra indagar a causa em virtude da qual foram ellas tomadas, como geralmente se crê, sinão pâra obrigar aquelles que as estudam a comprehender que ellas existiam assim antes do estabelecimento das leis heraldicas» (1).

Claro está que a bandeira não se acha nessas condições. Ella nem ao menos poderia arrogar o título de armas *à enquerre*, mesmo porque não tem metal sobre metal, nem côr sôbre côr: poderia, quando muito, com todos os seus desgarros e todas as suas anomalias, ser classificada no genero das armas *falsas* ou *irregulares*, que são contrárias ás regras brasonicas, sem motivo justo de investigação.

Mas passemos á descripção, graciosa e emphaticamente expendida, com a pretenção, aliás declarada, de estar em linguagem heraldica um pouco simplificada... A primeira falha que se nota é, justamente, a pouca segurança e a falta de technica necessarias. Em brasão a terminologia é precisa, rigorosa: nenhuma palavra de mais ou de menos; ou uma cousa é ou não é; objectos differentes individualizam-se, não se confundem. No emtanto, falam em campo de sinople *ou* losango de ouro. Não, senhores: o rectangulo verde é um e o losango amarello é outro. Si quizerem, ha de ser: campo de sinople *e* losango de ouro.

Outra descahida é a confusão que fazem pâra atinar com o verdadeiro nome da figura central do pavilhão. Em taes aperturas, ella é ora roel ou arruela, ora pertence ao genero bolas, ora é globo — tres cousas diversas, na linguagem commum e mesmo em heraldica. Quan-

---

(1) VICTOR BOUTON, *Nouveau traité des armoiries ou la science et l'art du blason expliqués*, cit., pág. 38.

to aos roéis e aos globos, ja vimos o que ha. Quanto ás bolas heraldicas (está claro), approximam-se de todos os corpos redondos... simplesmente porque não são quadradas: mas differem dos roéis. Tanto differem, que as armas dos Medicis trazem cinco bolas de goles, ao mesmo tempo que um roel azul, em chefe. Informa Victor Bouton que aquelles que attribuem a essas bolas uma origem vulgar, as suppõem *pilulas*, entendendo que os Medicis eram médicos. Entretanto, a versão mais razoavel é a que diz haver Carlos Magno concedido ao cavalheiro Everardo de Medicis o uso dessas bolas no seu escudo, em allusão ás cinco bolas que pendiam duma clava de ferro com que costumava armar-se um perigoso salteador, morto por esse cavalheiro (1). Está visto que a improvisada bola ou rodella da bandeira nada tem de commum com essas outras, que illustram as armas dos famosos florentinos, a quem tanto devem as letras e as artes...

A zona arqueada, em que se acha a legenda, é brasonada pêlos nossos archiemeritos heraldistas: faixa ondeada obliqua da direita pâra a esquerda. Em primeiro logar, aquillo, em heraldica, rigorosamente, será mais uma *banda,* recurvada como o crancelim, ou será, antes, uma cotica (banda mais estreita que o ordinario), do que uma *faixa*: a banda, que representa o talim do cavalleiro, é sempre diagonal, da direita pâra a esquerda heraldicas (não se confunda com a barra, que tem posição contrária); ao passo que a faixa, que representa o cingulo militar, é sempre horizontal. Em segundo logar, não é, nem póde ser ondeada: quer na linguagem usual, quer na technica do brasão, esse qualificativo designa uma cousa sinuosa, disposta em ondas, iste é, com sequencia de saliencias e depressões, e não simplesmente curva.

---

(1) VICTOR BOUTON, *Nouveau traité des armoiries ou la science et l'art du blason exptiqués*, cit., pág. 330.

A legenda, essa, que aliás dá tanto na vista, foi omittida ao brasonar. Comtudo, não dão mostras de embaraço e continuam, livremente, a descripção, ora partindo do meio pâra a esquerda, ora voltando pâra baixo, ora novamente subindo pâra a esquerda, ora saltando pâra cima da tal faixa, ora descendo em procura da direita, em torcicollos que lembram o intrincado labyrintho de Creta ou o caprichoso vôo de Icaro... Em brasão, não se ziguezagueia asssim ás cabriolas, pois ha regras que mandam descrever methodicamente, começando, em geral, da parte superior e sempre da direita, depois de brasonar o campo, naturalmente, e as peças ou figuras principaes, que occupam o centro do escudo. Alêm disso, quando se brasona, não se empregam assim essas expressões *ácima* e *abaixo, direita* e *esquerda*, a cada passo: pâra isso é que se inventaram as divisões do escudo, taes como o chefe, a ponta, os quarteis, etc., ou então se recorre aos attributos. Si se não puder fazer uso disso, o objecto não é escudo, nem a disposição das figuras é heraldica...

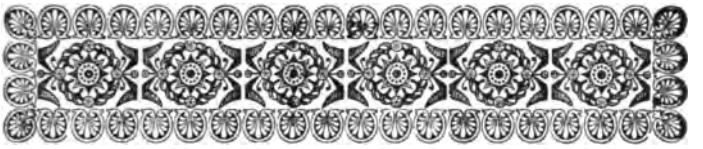
Mais outra escorregadela é referir a figuras secundárias attributos que só se dão a peças ou figuras principaes. Quando se considera uma figura como principal, é a essa figura que pertence o attributo, e não ás outras collocadas sôbre ella ou junto a ella. Assim, admittindo-se a hypothese, não se poderia dizer que as estrêllas estão *acostadas* ao Cruzeiro, e sim que o Cruzeiro estaria *acostado* das estrêllas. Mas esse attributo só se emprega pâra as figuras postas no *mesmo* sentido da peça principal; e não é esse o caso da bandeira. O Cruzeiro, por muito favor, pondo de parte a desordem dos astros, estaria, não *acostado,* mas *acompanhado* das outras estrêllas, o que, daquella maneira, será difficil comprehender em heraldica...

Em seguida, accrescentam que as estrêllas estão *sobrepujando* o Cruzeiro ou *sobrepujadas* por elle... Pobre Cruzeiro e pobres estrêllas!

Rematam a pretendida descripção dizendo que as estrêllas Procyon, Sirio e Canopo formam entre si um angulo muito obtuso... Obtusa, e devéras obtusa, está toda essa garabulha, pâra não conseguir cousa nenhuma! De facto, a bandeira não se póde descrever, porque é impossivel determinar, com rigor, o *tamanho* respectivo, a *posição* exacta e a *distribuição* geral das estrêllas, consideradas umas relativamente ás outras. Só á ignorancia, de mãos dadas com o pedantismo, é dado fazel-o.

E, não contentes com isso, mandam ver uma ridicula figura guarnecida de amores-perfeitos, que serve de ornato á página de um livro, figura algo approximada da da bandeira, mas que não é a bandeira, em que a bola azul apparece virada pâra um dos angulos mais agudos do losango, e ostentando uns caracteres extranhos, na faixa alargada e em meio ao céo imaginario... Si isso não envolve um inopportuno reclamo, é certamente signal muito proximo de pouco juizo!

Todas essas tentativas, assás edificantes e corajosas, da parte dos nossos heroes, apenas mais vêm corroborar as nossas affirmações, de que a bandeira actual, com a sua joia tão fóra do commum, não tem fundamento heraldico (como não o tem astronomico) e absolutamente não póde ser descripta pêla technica — o que a torna, de certo modo, fóra dos usos dessa arte internacional.



X

A cryptographia

Hoje em dia, com a feição accentuadamente prática e, de ordinario, burguezmente frivola da vida, raros são os que indagam a origem íntima das cousas e se dedicam a certa ordem de estudos, os quaes, no emtanto, uma vez emprehendidos, seriam como um sol a illuminar os mysteriosos recantos duma floresta antes sombria... E aquelles que, em dadas condições, poderiam tentar essa tarefa, ou preferem pacatamente gosar a sua preguiça intellectual, ou então, do alto da sua superficialidade pretenciosa, arrogantemente costumam chasquear daquillo que não conhecem. Assim, pois, não é de admirar que homens de reputação applaudida, quando solicitados pêlas circumstâncias, digam e escrevam os maiores dispauterios, a proposito de assumptos que só julgam pêla exterioridade. Na arte do brasão, por exemplo, é uma tristeza! Os sóes heraldicos, que alguns confundem com emblemas commerciaes; as aguias bicephalas, em que outros veem monstros de duas cabeças; as disposições de toda a fauna artistica, composta de animaes naturaes ou fabulosos, a qual muitos pensam não passar de producto de cerebros desvairados, — teem dado

que fazer, e não pouco, aos borboleteadores do estylo e aos cultores do genero literario chamado leve...

Tudo isso, entretanto, tem a sua genese, o seu pensamento evolutivo, a sua razão de ser. É o que vamos demonstrar neste capítulo, tomando por guias as maiores auctoridades na materia. O leitor permittir-nos-á uma digressão, aliás necessaria pâra estabelecer o fio historico e o desenvolvimento ininterrupto da cryptographia.

A epigraphia e a philologia comparada nos confirmam a existencia duma lingua sagrada, cujos resquicios germinam pêlo mundo, como sementes esparsas duma grande árvore que mergulha as suas raizes no Oriente. A verificação dessa curiosissima verdade foi solenne e scientificamente proclamada por Émile Soldi, no esplendido trabalho que apresentou ao Ministerio da Instrucção Pública e Bellas Artes de França, ao cabo de vinte annos de perseverantes estudos, feitos no antigo e no novo continente. Vestigios dessa escripta hieratica, ideographica, profundamente symbolica, vamos encontral-os, por exemplo, na flagrante analogia dos caracteres empregados nos monumentos precolombianos do Perú, nos restos da extincta civilização azteca, em comparação com os do vetusto Egypto. Isso parece justificar o pensamento de Fabre-d'Olivet, na sua estupenda obra *A lingua hebraica reconstituida* (hoje reeditada por processo photographico), quando trata da origem da palavra e das linguas que a essa fonte possam conduzir: « Ha um genio universal que preside á formação das linguas e que tende a fazer dellas uma unica » (1). Essa lingua revela o espirito do Homem em geral; deriva da Natureza; e firma os seus alicerces na universalidade das cousas. As linguas particulares, segundo esse sabio, não são mais que dialectos dessa lingua *primitiva*, que jámais nenhum povo possuiu inteiramente. O seu

(1) FABRE-D'OLIVET, *La langue hébraique restitué*, Paris, 1905, tom. 1.°, dissert. introdut., § 1.°, pág. VIII.

fundamento natural (poderemos dizer fatal) é o symbolo, ou o signal, que se compõe da voz, do gesto e dos caracteres traçados. Ora, o signal « é a base unica sôbre que repousam todas as linguas do Mundo » ; e os caracteres traçados são considerados, « não como figuras quaesquer, privadas de vida e puramente materiaes, mas como imagens symbolicas e vivas das idéas geradoras da linguagem » (1).

Assim escreve Éliphas Lévi : « Existe um alphabeto occulto e sagrado que os Hebreus attribuiam a Henoch, os Egypcios a Thauth ou a Mercurio Trimegisto, os Gregos a Cadmo e a Palamedes, Esse alphabeto, conhecido dos pythagoricos, compõe-se de idéas absolutas ligadas a signaes e a números, e realiza, pêlas suas combinações, as mathematicas do pensamento. Salomão havia representado esse alphabeto por 72 palavras escriptas em 36 talismãs, e eis o que os iniciados do Oriente chamam ainda as pequenas chaves ou claviculas de Salomão. Essas chaves são descriptas e a sua applicação é explicada num livro cujo dogma tradicional remonta ao patriarcha Abrahão : tal é o Sepher-Jezirah, e, com a intelligencia do Sepher-Jezirah, penetra-se o sentido occulto do Zohar, o grande livro dogmatico da Kabbala dos Hebreus » (2).

Si se reflectir em que a Humanidade, nos primevos tempos, era intrinsecamente religiosa, como não podia deixar de o ser e como será sempre ; e si se recordar que a classe sacerdotal então chegou a um grau de elevação que jámais foi attingido, e era o pensamento inspirado e dirigente do povo, facilmente se concebe que influisse na configuração particular de cada signal e na disposição geral da escripta, principalmente creada pêlo culto e pâra o culto. Assim, quando tudo era symbolico e intencional, não sería sem uma razão qualquer que as tres linguas

(1) Fabre-d'Olivet, *La langue hébraique restitué*, cit., tom. 1°., cap. X pág. 195 ; e *idem, ibidem*, cap. VIII, § III, pág. 119.

(2) Éliphas Lévi, *La clef des grands mystères*, Paris, pref., págs. VII e VIII.

mais typicas da Asia («cujo nome, na sua raiz primitiva, significa Continente unico, Terra propriamente dita, Terra de Deus») (1) dispuzessem a sua escripta de modo differente: o chinez escreve-se do alto pâra baixo e da direita pâra a esquerda, ou do céo pâra a terra e do oriente pâra o occidente; o sanskrito, horizontalmente, da esquerda pâra a direita, ou em direcção ao oriente, como as linguas européas; o hebraico, da direita pâra a esquerda, ou do oriente pâra o occidente, caminho do sol...

Dessas tres linguas, o hebraico é, pâra o caso, a que mais de perto nos interessa. O hebraico, cujo nome, na sua remota etymologia, significa o que está collocado *alêm*, o que está *afastado, occulto, dissimulado, privado da luz;* o que *passa*, o que *termina* o que é *occidental*, esse, formado de expressões universaes, intelligiveis, abstractas (no dizer de Fabre-d'Olivet), nada mais é do que «o puro idioma dos antigos Egypcios» (2). Claro está que não nos referimos ao hebraico moderno — resultado do último dos tres alphabetos, primario, secundario e terciario (o primeiro usado até ao captiveiro de Babylonia; o segundo, até ao seculo VI da nossa era, quasi perdido, mas reconhecido, por exemplo, no tumulo de S. Thiago em Jerusalem, do anno 50; o terceiro, dahi em deante) —; mas, sim, ao hebraico encerrado no *Sepher* de Moysés. O *Sepher*, grandioso e incomparavel systema composto de cinco livros, em que os dez primeiros capítulos do primeiro livro, ou o Genesis, conteem, em synthese, a sciencia de todos os tempos passados e futuros, e que vale por todas as bibliothecas do mundo, o *Sepher* foi escripto em linguagem cryptographica ou sagrada—desenvolvimento ou combinação das 22 letras do alphabeto hebraico primitivo.

---

(1) FABRE-D'OLIVET, *La langue hébraique restitué*, cit., tom. 1.º, dissert. introdut., pág. X.

(2) *Idem*, *ibidem*, dissert. introdut., pág. XVI.

O *Sepher* é o « asylo sagrado do idioma hebreu » (1). Tudo o que se póde conceber no triplice plano da Humanidade, da Natureza e de Deus acha-se fundido nos 22 caracteres ideographicos do alphabeto hebraico. Nessa lingua, cada palavra é uma imagem symbolica, porque, ahi, tudo se consubstancia no signal. Moysés, conhecedor de toda a sciencia do seu tempo, superiormente iniciado nos grandes mysterios egypcios, foi o creador dêsse alphabeto e o vivificador dessa linguagem biblica, em que cada palavra encerra tres sentidos: um absoluto ou esoterico; outro relativo ou figurado; e outro material ou commum.

O systema de escripta de Moysés nasceu, pois, no Egypto, onde então estanciavam os israelitas. A terra de Mitsraim, ou o Egypto, era a metropole do pensamento no mundo antigo. Ahi, nos recessos subterraneos das pyramides e das esphinges, verdadeiros santuarios-universidades, foram abeberar-se os chaldeus (que eram, « não uma nação, mas um corpo de sabios numa nação », segundo Fabre-d'Olivet) (2), os gregos e quasi todos os povos circumvizinhos. Da escriptura hieratica egypcia tambem se origina o phenicio; e do phenicio deriva-se o grego. Essas duas linguas escreviam-se da direita pâra a esquerda, como o hebraico, como todas as linguas semiticas. Mais tarde, porêm, o grego, que tem tido vários alphabetos, passou a ser escripto da esquerda pâra a direita, como as linguas aryanas.

Vencida ésta exposição preliminar, vejamos como foi a cryptographia praticada nos primeiros tempos do christianismo, afim de em seguida deduzir a sua applicação nas artes em geral e na arte heraldica em particular. O emprêgo de signaes occultos, entre os apostolos e os primitivos christãos, logo após a morte de Jesus, tinha

---

(1) FABRE-D'OLIVET, *La langue hébraique restitué*, cit., tom. 1.°, dissert. introdut., pág. X.

(2) *Idem*, *ibidem*, tom. 1.°, 1.ª parte, cap. II, § 2.°, pág. 24, nota.

uma complexa e fortissima razão de ser: propagava a união entre os fieis, evitava as perseguições e acatava a prescripção moysica, que prohibia a representação das cousas divinas por imagens. Houve, pois, necessidade de se recorrer ao Symbolo. E os symbolos naturalmente indicados eram os signaes legados á posteridade por Moysés, e outros colhidos da lingua então geralmente falada naquellas terras. Não se ligavam assim, tambem, o Antigo e o Novo Testamento? Essa lingua, em que os apostolos celebravam as suas ceremonias cultuaes e prégavam o Evangelho, era o idioma grego. Sómente depois da *Vulgata* de S. Jeronymo é que o latim se tornou a lingua liturgica. Dahi, a representação muito commum, desde essa epoca, das siglas hebraicas de Jehovah, alliadas ás siglas gregas de Christo. Toda uma arte, nas suas variadissimas manifestações, toda uma civilização, que tem povoado o mundo e abrilhantado a história, provêm dêsses signaes! É que elles representam a consubstancialidade suprema do Pae e do Filho, perante os povos e perante os tempos!

A Asia Menor é o berço da arte christã. Foi dahi, dêsse remanso bemdito e celebrado pêlas peregrinações do Christo, que irradiou toda a luz pâra o resto do mundo. Ahi, pois, é que se deve ir procurar a origem dêsse maravilhoso veio de ouro, que se ramificou pêla terra em mil filêtes. O archeologo que reparar na configuração dos hieroglyphos que exteriormente ornam os baptisterios, tumulos, calvarios e santuarios rupestres dessa região; na disposição das suas paredes e das suas columnas; até no modo por que estão situados os monumentos, — verificará que tudo isso obedece a um pensamento mystico, a uma arte ritual. Pâra isso, porêm, é mistér conhecer a cryptographia, porque a cryptographia é a chave da archeologia. Ora, esses monumentos, como o geral dos templos da

christandade (pêlo menos até ao seculo XVI), eram systematicamente orientados pâra Jerusalem ; e as suas paredes e columnas, e os seus symbolos desenhavam, fatalmente, uma das siglas cryptographicas do nome de Christo.

Essas siglas, cujas modificações, mais ou menos artisticas, podem produzir pâra mais de cem mil desenhos variados, como se vê ainda hoje na egreja de Santa Sophia, em Constantinopla, reduzem-se a tres, que se unem pâra formar quatro combinações. Chamaremos ás primeiras siglas simples, e compostas ás segundas. As simples são : o resch hebraico, que significa « cabeça » e representa Deus, e cuja fórma primitiva se approxima de um 4 ; é polymorpho, como os outros signaes cryptographicos, apresenta ora o aspecto de um q (ꝗ) ou de um p (ꝑ) confundindo-se com o rho grego, e simplifica-se num traço vertical, | . A segunda é o iota grego, inicial do nome de Jesus (ΙΗΣΟΥΣ), e que se usa como um traço horizontal, — . A terceira é o chi grego, inicial do nome de Christo (ΧΡΙΣΤΟΣ), e se converte num como signal de multiplicação, × . As quatro combinações são : a do resch, | , com o iota —, ou + (iesmon-resch), que se lê Jesus-Deus ; a segunda tambem do resch, | , com o chi, ×, ou ✳ (chrismon-resch), que se lê Christo-Deus ; e a terceira do iota, —, com o chi, ×, ou ✳ (iesmon-chrismon), que se lê Jesus-Christo ; e a quarta, finalmente, ainda do resch, | , com o iota, —, e com o chi, × ou ✳ (ieschrismon-resch), que se lê Jesus-Christo Deus.

Taes siglas, figuradas rectilineamente pâra servir de base a todos os motivos artisticos, principalmente architectonicos, espalharam-se pêla Asia, pêla Europa e pêla Africa, com os christãos emigrados e perseguidos, e tinham a vantagem de não despertar suspeitas, tanto mais quanto signaes similhantes, de preferencia rosaceas, haviam já sido usados entre os proprios romanos (em marcas monetarias), entre os etruscos e os gregos, no Egypto e no Oriente. Com a multidão dos symbolos derivados e secundarios, empre-

gavam-se ainda tres figuras principaes : o triângulo, em geral equilatero, e que podia ser simplesmente indicado por tres pontos, ou então rectilineo, curvilineo ou mixtilineo, symbolo de Jehovah ; o círculo, imagem da eternidade ; e o triphyllo ou flor de lis, ou, o que vinha a ser a mesma cousa, o trevo (trifolio), emblema da Trindade. Na impossibilidade de desenvolver mais o assumpto, porque o tempo e o logar não o permittem, damos abaixo tres gravuras historicas, pâra o leitor ter uma idéa menos vaga.

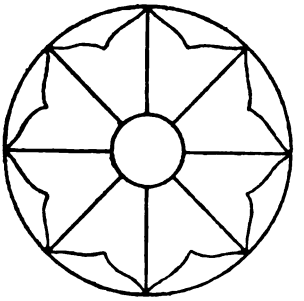


Fig. 1 — Rosacea do Cenaculo de Jerusalem, I seculo.

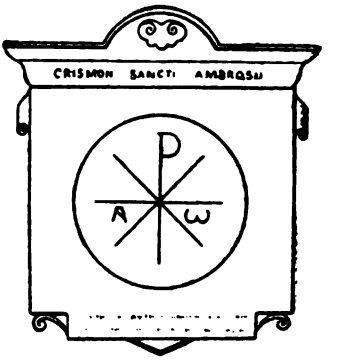


Fig. 2 — Chrismon de S. Ambrosio. Cathedral de Milão, IV seculo.

Fig 3. — Vitral de N. S. de Paris.

A fig. 1, como diz a indicação, é uma rosacea esculpida na frisa do Cenaculo de Jerusalem, e exposta na sala

judaica do museu do Louvre, em París. Os seus traços leem-se: o horizontal, Jesus; os dous obliquos, Christo; o vertical, Deus; e o círculo, eterno. A fig. 2 é o célebre chrismon de Santo Ambrosio, gravado numa lápide marmorea, existente no não menos célebre *Duomo* de Milão. Lê-se do mesmo modo que a figura antececente, e contêm a mais um A e um Ω, que lembram o versic. 13, cap. XXII do Apocalypse: « Eu sou o Alpha e o Omega, o primeiro e o último, o princípio e o fim » (1). A fig. 3 representa um vitral do imponente e conhecidissimo templo metropolitano de París, iniciado no seculo XII, restaurado por Viollet-le-Duc e decantado por Victor Hugo. O conjunto é duma grande variedade e duma belleza notavel de siglas cryptographicas, das quaes as mais importantes são: o triângulo central (Jehovah); o nimbo rectilineo, hexagonal (Christo-Deus); o immediato, curvilineo, hexagonal, menor (Jesus-Christo); o grande nimbo curvilineo, hexagonal, maior (Christo-Deus); o círculo negro (eterno); e dous triângulos curvilineos (ambos Jehovah), encimados por outros rectilineos, invertidos, cada um com uma cruz latina (ou Jesus-Deus).

Segundo faz ver Théophile Beaudoire, na sua valiosissima *Genese da cryptographia apostolica e da architectura ritual*, entre os christãos primitivos havia o preceito e o costume de ornar todas as cousas com o nome de Deus. Já vimos o que fez Constantino I com o labaro, que mandou gravar tambem nas moedas romanas e nas armaduras dos soldados, como testimunha Eusebio, historiador ecclesiastico da epoca. Os padres da Egreja ex-

---

(1) Abaixo da sigla monogrammatica central, ha êstes dous versos latinos:

« Circulus hic summi comprendit nomina regis
Quem sine principio et sine fine vides. »

Isto é: Êste círculo que vês, sem principio nem fim, encerra os nomes do Soberano Rei. (Théophile Beaudoire, *Genèse de la cryptographie apostolique et de l'architecture rituelle*, Paris, 1902, pág. 36.)

pressamente recommendavam essa prática; e, no IV seculo, o imperador Theodosio estabeleceu uma disposição de lei, em virtude da qual todos os actos públicos deveriam ter o signal divino, pâra garantia da execução dos contratos, tradição essa que foi seguida pêlos reis carlovingios, merovingios, capetos e tambem pêlos bispos-notarios apostolicos e pêlos simples notarios (1). Dahi, a applicação e a diffusão enorme das siglas christãs em architectura, em pintura, em esculptura, em mosaica, em vidraria (esse deslumbramento da arte nos vitraes), em ceramica, em mobiliária, em cinzelura, em ourivesaria, em gravura, em glyptica, em numismatica, em heraldica, em sigillographia, em illuminura, mais tarde em artes graphicas, etc.; tanto mais quanto o uso das imagens só foi definitivamente auctorizado em 787, no segundo concílio de Nicéa, que condemnou as opposições enfurecidas dos inconoclastas.

Como era natural, dessas artes a que mais se desenvolveu foi a architectura, porque, conforme observa Victor Hugo, no capítulo encimado pêla famosa phrase « Isto acabará com aquillo », « effectivamente, desde a origem das cousas, até ao seculo quinze da era christã inclusivamente, a architectura era o grande livro da humanidade, a expressão principal do homem nas suas diversas phases de desenvolvimento, quer como força, quer como intelligencia » (2). Na edade-média, com o « fervor das almas na epoca das cruzadas e exaltação do sentimento christão » (pâra nos utilizarmos duma feliz expressão de Louis Gonse, no *Museu de arte*), é que a cryptographia, mãe das artes, teve um incremento até ahi nunca assignalado. É que se estava, então, em plena efflorescencia e fructificação do Symbolo! Os monges, no recolhimento austero

---

(1) Théophile Beaudoire, *Genèse de la cryptographie apostolique et de l'architecture rituelle*, cit., págs. 241, 253 e 267.

(2) Victor Hugo, *Nossa Senhora de Paris*, trad. de João Pinheiro Chagas, Porto, liv. V, cap. II pág. 257.

dos claustros, de vez em quando vibrado pêlas notas solennes do cantochão, estudavam e trabalhavam a cryptographia no silêncio, e procuravam manter e tecer o fio secreto que vinha de Moysés e dos essenios, renovado em Christo e nos apostolos, até elles, que o transmittiriam, si possivel, mais bello e fortalecido aos posteros! E começou uma arte profunda e idealista, apparentemente heterogenea nas suas mil modalidades, mas cerradamente uniforme na sua base cryptographica. Viera a ogiva do Oriente, e, na symetria graciosa das suas duas linhas, muitos viam a união de duas mãos postas em prece . . . Irrompeu então a faina da construcção dessas surprehendentes e arrojadas cathedraes, impropriamente chamadas gothicas, porque a architectura que lhes deu vida devêra ser, como de facto é, a ritual christã: Chartres, Amiens, Bourges, Reims, Nossa Senhora de París, Ruão, Beauvais, na França; Worcester, na Inglaterra; Strasburgo e Colonia, na Alemanha; Burgos, na Hispanha; egreja da Batalha, em Portugal, cada qual mais munumental ou rendilhada, na pujança com que ostenta a carcassa dos contrafortes e botaréos, ou no impeto com que rasga as aberturas talhadas em lancêtas e arremessa as flechas esguias pâra o céo!

Nessa «epoca em que se viveu mais perto de Deus» (1); em que «a symbolica religiosa constituia um dialecto especial da Egreja, que revelava por imagens, por signaes, o que a liturgia exprimia por palavras» (2); em meio a esse estado de cousas, em que todos praticavam a cryptographia e o povo deletreava na face dos monumentos como num livro aberto, — não era crivel que a arte do brasão, com ser uma arte essencialmente christã e verdadeiramente nascida por occasião das cruzadas, não dependesse, acaso, da idéa geral. Muito pêlo contrário: a arte heraldica foi,

(1) J.-K. Huysmans, *La cathédrale*, Paris, 1898, cap. V, pág. 121.
(2) *Idem*, *ibidem*, cap. XVI, pág. 473.

até, uma das que mais se inpregnaram da cryptographia, a ponto de não haver *um só* dos seus objectos, embora symbolos extracryptographicos, *que não seja collocado conforme a posição de uma das siglas cryptographicas do nome de Christo* (1)! Eis como Théophile Beaudoire aprecia os factos, partindo dos romanos: «Como os exércitos eram compostos de várias legiões commandadas por chefes differentes, êstes e os soldados tinham sem dúvida feito traçar no seu broquel, inteiramente ou em parte, uma das siglas monogrammaticas de Jesus-Christo Deus; alêm do espirito de conservação, era um meio de reconhecer a legião á qual pertenciam. Tal a origem dos Brasões, que foram pintados mais tarde nos broqueis ou escudos dos cavalleiros medievaes, em todos os paizes christãos da Europa.

«Após as primeiras cruzadas, os guerreiros conheciam a expressão symbolica dos animaes que acompanhavam as siglas de Deus nos monumentos rupestres da Asia Menor, e apropriaram-se dêsses animaes pâra fazer os *supports* dos seus escudos de armas; eis porque se veem tantos animaes naturaes ou fabulosos com orelhas ovoides, com patas e cabeças postas em reschs arqueados ou caudas em espiraes, animaes que sustentam os escudos á dextra e á sinistra. Todos os leões ditos *lampassados*, em linguagem heraldica, teem, na verdade, uma lingua que sái da fauce; porêm, ella não tem a fórma duma lingua, mas de um resch.

«Numa palavra, todos os termos *barbaros* que os heraldistas empregaram pâra designar as siglas que ornam os escudos de armas, foram inventadas no seculo XVI pêlos numerosos auctores da Sciencia do Brasão. Indicamos uma parte dêsses termos abaixo da verdadeira significação cryptographica das siglas, e facilmente se notará que a posição dos membros e do corpo dos animaes cor-

---

(1) Théophile Beaudoire, *Genèse de la cryptographie apostolique et de architecture rituelle*, cit., pág. 39.

respondem á posição e ao número dos raios que formam os monogrammas primitivos de Jesus-ChristoRei » (1).

Continúa, insistindo, Beaudoire : « Podem-se examinar as siglas dos primeiros brasões dos reis, principes, nobres, bispos, todas desenham uma das siglas da cryptographia ; pêlas uniões de familia, os escudos tornaram-se bastante complicados, mas cada parte do escudo de cada familia possue signaes dispostos taes como o são os raios das siglas christãs » (2). De facto, as *peças honoríficas*, propriamente ditas, que compõem a cruz ou equivalem á cruz, e que dão origem a todas as figuras heraldicas, « são a representação dos monogrammas de Jesus-Christo e do instrumento do seu supplício » (3). Com effeito : o pala é o resch, | ; a faixa, como o chefe (o qual representa a parte superior do madeiro do crucifixo, ou do tau, que em hebraico significa « cruz »), são o iesmon —; a propria cruz é o resch e o iesmon unidos, +; a banda é a dextra do chi, \ ; a barra é a sinistra do chi, / ; a aspa ou santor é o cruzamento da banda e da barra, ou o proprio chi ou chrismon, × ; a asna é a metade do chi ∧. Do mesmo modo, os viros, anneis concentricos, são círculos eternos ; a estrêlla de cinco raios ou pentalpha, com tres raios pâra cima, é o chrismon-resch, e invertida é o iesmon-chrismon ; a chamada escarbucla é o ieschrismon-resch ; a flor de lis ou o triphyllo é o triresch ; a aguia bicephala é o chrismon-resch ; o leão lampassado é o ieschrismon-resch ; etc. Assim, a aguia bicephala, cuja « segunda cabeça indíca que o monarcha domina vários reinos » (4), e que vemos nas armas da Austria e da Russia, são dis-

---

(1) Théophile Beaudoire, *Genèse de la cryptographie apostolique et de l'architecture rituelle*, cit., pág. 255.

(2) *Idem, ibidem*, pág. 259.

(3) *Idem, ibidem*, pág. 260.

(4) *Idem, ibidem*, pág. 258.

postas em chrismon-resch (Christo Deus) e a cauda assignala o iesmon-resch, que se lê Jesus Deus. Quanto ao imperio da Alemanha, diz Beaudoire: « Si a palavra hebraica resch significa cabeça, chefe, senhor, isto é Senhor que domina; a palavra alemã reich é synonyma; Deutsches-reich significa imperio alemão, é um derivado do resch de Iavé rei dos Judeus e do resch de Christos rei dos christãos » (1).

Chegado a êste ponto do trabalho, parece-nos que o leitor naturalmente perguntará: Mas, afinal, que tem a cryptographia com a actual bandeira do Brasil? É que temos visto homens devéras illustrados considerarem, por exemplo, as aguias bicephalas como puras e extravagantes monstruosidades da natureza, procurando, assim, justificar os horrores da bandeira. Elles, todavia, não veem o objecto sinão pêla apparencia e desconhecem o fundo. Ora, essas aguias, como em geral toda a fauna e toda a flora mystica e artistica, exprimem idéas altamente symbolicas, realizam um pensamento préviamente concebido, obedecem a um estylo peculiar á arte. A bandeira, porêm, é outro caso... A arte heraldica é uma arte universal, com as suas bases fixas, impereciveis, observada por todos os paizes cultos. Entretanto, os creadores da bandeira e das armas actuaes, ignorando os preceitos dessa arte, fizeram com que o Brasil se destacasse, pêlo amesquinhamento, no concêrto das nações! As cousas são o que são, e não o que nós queremos que ellas sejam. A arte heraldica é uma arte christã; as suas figuras repousam num pensamento christão; a civilização christã é a que governa o mundo; todos os paizes civilizados observam essa arte: que prejuizo advirá pâra o Brasil, que é geralmente e fundamentalmente christão, em que essa arte seja aqui respeitada e observada, á similhança de outros povos?!

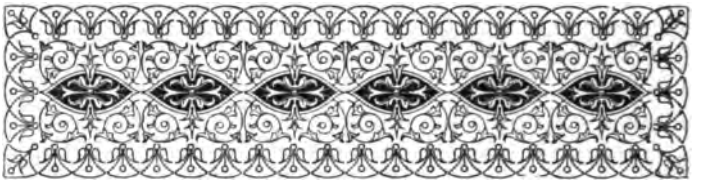
---

(1) Théophile Beaudoire, *Genèse de la cryptographie apostolique et de l'architecture rituelle*, cit., pág. 220.

Mas não é só a arte heraldica que revela essa influência íntima da cryptographia. « Quasquer que sejam as cousas antigas que se analysem (monumentos, moedas, armaduras, vestuarios, alfaias, manuscriptos, móveis, brasões, esculptura, pintura), durante dezeseis seculos, os monogrammas diversos de Jesus, Christo e Jehovah, reunidos de tantas maneiras differentes pêlos artistas christãos, formaram a auréola rutilante e gloriosa das Artes maiores e menores » (1). Na arte e no culto, na exteriorização da idéa e nas cousas communs da vida o Symbolo nos cérca. Os symbolos fluctuam em volta de nós, como fórmas aladas e ethereas, na luz, na côr, no som, ás vezes nos objectos mais vulgares. Nós é que despreoccupadamente não os vemos. Quem, á primeira vista, divisará, nos signaes da pontuação, nas notações musicaes, nos naipes das cartas de jogar, nos ornatos graphicos, no florão duma fachada, na espiral duma voluta, num baculo episcopal, no cruzamento da nave e do transepto, no arco absidal duma egreja, a existencia ou o desenvolvimento de um symbolo cryptographico ?

---

(1) THÉOPHILE BEAUDOIRE, *Genèse de la cryptographie apostolique et de l'architecture rituelle*, cit., pág. 261.



XI

A esthetica

ería abusar do pacientissimo leitor, que não pretende ser brasonador, nem fanfarreia proezas heraldicas, si nós já e já não passassemos á parte esthetica dêstes reparos, mau grado nosso alongados.

O bello sempre foi e ha de ser sempre o mesmo. Não ha, pois, necessidade de assentar princípios que já estão assentados, desde que existe civilização... Os gôstos é que variam, conforme o objecto, as tendencias e a cultura do indivíduo; mas o bello é, em toda a parte, um só. Quer o façam consistir na « harmonia » de Pythagoras; quer o definam com « o esplendor da verdade », ou « o reflexo suavizado do verdadeiro », segundo as expressões vulgarmente attribuidas a Platão ou a Plotino; quer o considerem como « o que agrada universalmente sem noção », de Kant; quer o julguem « o esplendor da ordem », do padre Lacouture, etc., etc., — o certo é que a concepção do bello é immanente e inconfundivel no espirito do homem, e só ahi encontra cabal explicação, pois que é um sentimento necessario, eterno, universal. O bello é, por assim dizer, indefinivel, ou, por

outra, encerra a definição em si mesmo : o bello é o bello... É que elle fórma, com o util, o verdadeiro, o justo e o bem, as cinco linhas geometricas dessa estrêlla ideal de cinco raios, em que se molda e se funde a alma humana, visando o princípio e o fim de tudo!

Mas, apesar disso, elle contêm elementos caracteristicos, que são apprehendidos, estudados e classificados e que servem de requisitos indispensaveis ou de lei constitutiva a toda obra de arte digna dêsse nome. Taes são, em synthese, a ordem, a proporção e a harmonia, pâra uns; a variedade, a unidade e o esplendor, pâra outros. Alguns ha, ainda mais concisos, e exigem, apenas, a ordem e o movimento, que são como que a fórma e a essencia, o corpo e a alma das cousas... Era essa ordem e esse movimento, que em tudo admiramos na Natureza, que Buffon solennemente exaltava, no seu célebre *Discurso sôbre o estylo!*

Resta saber, agóra, si naquella desordem, naquella desegualdade, naquella incongruencia, naquella monotonia, naquella falta de unidade, naquelle lusco-fusco enigmatico, que se notam na redonda figura da bandeira, se consubstanciam as qualidades essenciaes duma esthetica imaginavel...

Os particularmente interessados, porêm, querem levar a questão pâra outro lado, e, muito de indústria, perguntam si um republicano e um monarchista podem achar egualmente bellas a república e as suas instituições quaesquer *(sic)*. A pergunta, alêm de cavillosa, é um tanto disparatada. E sería natural que, collocando a questão no verdadeiro terreno, pois não se trata de política, outros, por sua vez, perguntassem: Acaso um positivista e um catholico podem achar egualmente bella a bandeira (e não a fórma de govêrno) actual?...

Em seguida, perguntam como hão de discutir a *belleza* duma bandeira com quem renega os *liberaes*, os *largos*, os *universaes* princípios que a instituiram? Está visto

que a demasiada honra dessa malevola imputação não nos póde caber, mesmo porque, logo ao iniciar a publicação do nosso primeiro trabalho, declaramos sem rebuço, com Sylvio Roméro: «Nós somos republicanos e uma das virtudes da república deve estar do amor á verdade e á justiça»...

Si tal artimanha se refere a Eduardo Prado, então a insídia ainda é maior, porque se trata de um morto, e de um morto illustre, que, demais, não alimentava a paixão que lhe querem attribuir. Eduardo, antes de ser monarchista, era brasileiro, e, antes de ser brasileiro, nascêra uma delicada e serena alma de estheta! Podia, pois, com a visão clara e o verdadeiro sentimento das cousas, apreciar as qualidades ou os defeitos da bandeira republicana. Infelizmente, pâra elle e pâra nós, essa bandeira (que devia ser, tambem, a bandeira do Brasil) não correspondeu aos mais justos desejos da generalidade, nem observou os dictames da arte e do bom-senso. E, por isso, Eduardo criticou-a. Nada mais natural, nem mais legítimo.

Mas, por Deus ou pêla Humanidade, não o acoimem de falta de amor á patria, que outra cousa se não deduz do que deixaram transparecer! Dêsse labéo de mau brasileiro ou de mau patriota, com que tentaram deprecial-o alguns espiritos que veem falsamente os factos, já o defenderam, com tanto brilho de convicção, quanto de estylo, Affonso Arinos, no seu discurso de recepção na Academia de Letras, e Olavo Bilac, em resposta a esse discurso. Leiam-se alguns trechos do proprio Eduardo, escriptos e publicados em plena república (1901), como, por exemplo, certos fragmentos da sua *Polemica* (2.ª parte do 4.º vol. das *Collectaneas*), e ver-se-á a sem razão dêsse juizo. Por essas elevadas e singelas declarações vê-se como o saudoso e preclaro brasileiro amava e comprehendia a sua patria! E note-se que, mais de uma vez, teve Eduardo occasião de fazer justiça á homens e cousas da República. Não sería pêlo simples facto de ser monarchista que aquella

privilegiada alma, generosa e tolerante como era, iria achincalhar o que realmente merecesse culto ou consideração!

Convem fazer ver que os que renegaram os apregoados e solennes princípios da liberdade, da egualdade e da fraternidade foram os proprios instituidores da bandeira actual, e não os demais brasileiros. Não crêa o lemma positivista uma especie de coacção, de desegualdade e de desunião entre o povo? Aos seus verdadeiros donos se devolve, pois, a balda com que pretenderam turbar a discussão.

É mau argumento dizer que a reacção que, mais ou menos, sempre existiu contra a bandeira actual e que, cada vez mais, se accentua retarda o *progresso* porque só progride o que se conserva em *ordem*. Mas só se conserva o que, de facto, é conservavel, e a actual bandeira não o é. A noção exacta de ordem e progresso até nos convence de que, em virtude dêsses mesmos princípios, devem ser tenazmente combatidos os inconvenientes e os defeitos da bandeira actual, afim de a aperfeiçoarmos pâra o bem de *todos*. Porque o que ora existe é, justamente (sem querer fazer trocadilho), a imagem da desordem e do regresso — cousas que ainda reinam em muitos dos nossos espiritos, mas que, absolutamente, não podem traduzir o estado geral da civilização brasileira! É essa mesma ordem e é esse mesmo progresso (que devem existir, não em letreiros ridiculos e contraproducentes, mas dum modo real, no espirito do povo) que nos fazem, com mais firmeza, confiar em que isso que ahi está e ainda perdura, pâra nosso mal e nossa vergonha, não ha de sempre permanecer; ha de ser aperfeiçoado, mudado pâra melhor... Assim o Brasil terá, e ha de ter, um pavilhão perfeitamente ordeiro e progressista, que, com razão, se faça idolatrar e servir de estímulo perenne pâra o Povo!

Argumento porventura menos subtil, mas incontestavelmente muito mais sincero, é esse pêlo qual, embora reconhecendo os êrros e as desvantagens da bandeira actual,

aconselham a que nos devemos resignar com isso, porque o que está feito está feito, e a vida é cheia de contínuos sacrifícios! Mas os que dêsse modo pensam, com uma simpleza primitiva, desconsoladamente esquecem que (alterando um pouco a fórmula popular) o que tem remédio remediado está... Pâra isso é que se fizeram os homens, e as deliberações, e as refórmas!

Sentimentos bons a creação enxertada na bandeira não os desperta, verificada a intolerancia da sua procedencia; impressões reaes essa figura não as produz, attenta a impossibilidade daquelle céo jámais visto e concebido; gôsos estheticos esse conjunto não os inspira, apreciada essa burlesca e falha representação, em que não ha verdade, nem vida, nem belleza, nem incitamento algum!

Talvez isso houvesse acontecido porque os auctores da bandeira quizessem que ella realizasse uma esthetica do futuro (como pretendem pâra a astronomia), pois que, na sua elaboração, não vimos a observancia daquella regra singular, imposta por Véron, isto é: « a necessidade duma certa conformidade com a maneira de sentir e comprehender do público ao qual o artista se dirige » (1). Todas as obras de arte, todas as creações humanas foram feitas pâra o seu meio e pâra a sua epoca; a bandeira, não! É que ella não condensa os elementos conhecidos da sensação esthetica, embora seja um prodigio de arte, como proclamam... Póde ser que ella venha a celebrizar-se mais, no seu genero, do que as admiraveis e eternas obras-primas da *Iliada* de Homero, da *Venus* de *Milo* ou da *Symphonia pastoral* de Beethoven, por exemplo! Nós é que, com o estado actual da arte, não comprehendemos, não podemos comprehender esse majestatico e unico estandarte... Acaso haverá esthetica naquelle rótulo torto e pretencioso, naquelle enfeite redondo de palhaço, ou (si quizerem) naquelle balão desorientadamente estrellado, em

(1) Eugène Véron, *L'esthétique*, introd., Paris, 1878, pág. VII.

que se assanham o azul e o amarello, numa combinação que, segundo a competencia incontestavel de Helmholtz, tem «qualquer cousa de aspero e de gritante» (1)?

Si a esthetica é a sciencia do bello, e si a sua denominação se justifica pêla etymologia grega, que significa *sentir*, *perceber*, então a figura da bandeira actual não tem esthetica, mesmo porque nós não a sentimos, não a percebemos... Agóra, si a arte ultrapassa infinitamente o bello (como quer Véron), e si ella abrange o bello, como abrange o terrivel, o triste, o feio, o jocoso, etc., nesse caso a bandeira ainda poderia ser arte, sob um ponto de vista todo particular...

Mas, pâra provar que a bandeira não tem esthetica não será necessario a gente soccorrer-se da auctoridade classica de um Phidias ou de um Aristoteles; nem da idealidade transcendente de Santo Agostinho ou de S. Thomaz de Aquino; nem dum popular árbitro de elegancias, como Petronio, ou dum espirito encyclopedico, como Leonardo de Vinci; nem da metaphysica doutrinária de Kant, de Schelling ou de Hegel; nem das theorias de Jouffroy, de Victor Cousin ou de Taine; nem dos conceitos de Pictet, Levêque ou Charles Blanc; nem dos modos de ver de Ruskin, de Tolstoi ou de Georges Brandes; emfim, de todos os esthetas nascidos e por nascer: qualquer estudantezinho de bellas artes póde, á primeira vista, resolver a questão...

E, depois dumas divagações rhetoricas e desconnexas sôbre belleza, realismo, sentimentos, etc., descobrem que não ha verdade sem um cerebro que a conceba (estupendo!), e concluem que imagem bella é a que emociona e faz vir aos olhos o fecundante orvalho das lagrimas! Ora, hão de concordar em que o assumpto, assim, com os olhos orvalhados, já não é tanto esthetico, quanto pathetico...

---

(1) *Principes scientifiques des beaux-arts*, por E. Brucke, professor na universidade de Vienna, seguidos de *L'optique et la peinture*, por H Helmholtz, professor na universidade de Berlim, Paris, 1891, 2.ª parte, cap. IV (harmonia das côres), pág. 217.

Mas ainda empregam um último recurso, pretendendo dar voga a um novo symbolo architectado de momento! Verão, porêm, que, mais uma vez, foram infelizes nessa especie de jôgo de tiro ao alvo...

Querem que a faixa ondeante ou, aliás, simplesmente curva da bandeira symbolize o Amazonas (!), e que essa imagem perfeitamente rememore o Brasil inteiro (!!) e (não é só isso) o continente (!!!) em que elle se engasta, como preciosissima joia... Caspite! Pâra conceber essa hyperbole deslumbrante, explicam que nada mais é necessario do que estabelecer uma communicação fluvial ininterrupta, desde o Orenoco (já ligado ao Negro pêlo Cassiquiari) ou desde o Essequibo, passando através da rede amazonica, até ao rio da Prata. Ao norte, a ligação se faria entre o Essequibo (quem sabe se não seria preferivel o Rupunani?...) e o rio Branco, pêlo Tacutú; ao Sul, entre o Alegre, um dos braços do Guaporé, e o Aguapehy, affluente do Jaurú (e não Jaurá, como escreveram), que desagua no Paraguay...

Por esse plano, que aliás não é novo, pois data de 1772, segundo Reclus (1), ou de 1773, segundo Wappæus (2), as distâncias que medeiam entre os rios, ou os varadouros existentes (pondo de parte a questão de differença de nivel) transformar-se-iam em furos ou canaes, assim como as innumeras cachoeiras seriam vencidas por estradas de ferro... Comquanto haja muitos pontos do Brasil em que ligações como essa se possam fazer, a bem do progresso e da grandeza da nossa terra, que tanto e tanto precisa de vias de communicação, sería um incalculavel benefício o conseguirem, quanto antes, o privilégio dêsse grandiosissimo e vantajosissimo projecto e iniciarem logo

---

(1) ELISÉE RECLUS, *Estados Unidos do Brazil*, trad. de Ramiz Galvão. Rio de Janeiro, 1900, cap. IX, pág. 388.

(2) WAPPÆUS, *A geographia physica do Brasil*, Rio de Janeiro, 1884, cap VI, pág. 64.

o serviço, muito embora se houvessem mallogrado, em parte, as tentativas feitas em fins do seculo XVIII...

Agóra, quanto á faixa da bandeira symbolizar o Amazonas, e o Brasil todo, e o continente americano (ignoramos si tambem entra a America do Norte), e, ainda, uma quadrupla ou quintupla alliança continental, em prol do que denominam *monroismo defensivo pacifico* (?!), — é que não podemos comprehender!

Tudo, ahi, ou quasi tudo, parece depender da faixa e do Amazonas. Pois olhemos pâra uma e outra cousa... A direcção geral da faixa, na bandeira, é de oésnoroéste pâra éssuéste; ao passo que o Amazonas (desprezando o seu ramo de origem, o Tunguragua, que corre, mais ou menos, de sul pâra norte) segue o rumo de oéste-léste, ou, si quizerem, de oéssuduéste pâra ésnordeste. Não ha, por conseguinte, identificação possivel pâra cousas tão divergentes. Não tendo cabimento nenhum a applicação do pseudo symbolo pâra o proprio Brasil, torna-se ella ainda mais difficil pâra o resto da America...

Com relação ao hybridismo da doutrina e da alliança internacional estramboticamente ideada e aconselhada, julgamos ser assumpto de alta diplomacia, que só altamente póde ser tratado, e, como tal, não está sujeito a que qualquer um lhe metta o bedelho; tanto mais quanto todos os brasileiros sabem estar dirigindo a nossa chancellaria um estadista que, melhor do que ninguem, se acha nas condições de dirigil-a...

Por amor ao proximo (mesmo porque tudo tem um limite neste mundo) concluiremos com o capítulo immediato.

XII

Conclusão

Terminemos ésta já longa serie de considerações com a rapida análise dumas notas esparsas e com a transcripção dumas apreciações, nacionaes e extrangeiras, ácêrca da bandeira actual — apreciações que, aliás, vêm muito a proposito.

1.º) Por fôrça querem convencer de que a patria se tenha *encarnado* na bandeira actual. Nós já provamos, claramente, que não ; e, pêlo contrário, que houve uma verdadeira *desencarnação*, á vista do abandono e da mudança dos symbolos tradicionaes.

2.º) Contam que, em París, a bandeira foi chamada, em certo grupo, « *un drapeau merveilleux* », e que ella é, na verdade, maravilhosa. Partindo de pessoas competentes, isso poder-se-ia explicar, apenas, por uma requintada amabilidade ou por uma finissima ironia. Inclinamo'-nos mais á segunda hypothese (daqui a pouco mostraremos porque); e, até, egualmente achamos a bandeira actual, de facto, maravilhosa... pêlo absurdo da representação e por ser unica em todo o mundo!

3.º) Teem a candura de escrever que nem os competentes devem fazer críticas á bandeira (pudéra!), e sim

elevar a Patria ácima de tudo (isso é outra questão). Pêlo que se refere ás críticas, julgamos que todas as pessoas capazes teem o direito de livremente manifestar o seu pensamento, mórmente quando o objecto é criticavel por si mesmo. Esse direito até consta de disposição expressa da nossa Constituição... Na edade-média, quando ainda estavam em vigor os tratos de polé, a unha de ferro, o borzeguim torturante, o subterraneo, etc., admittia-se que houvesse tal restricção de liberdade : mas agóra, depois da declaração dos direitos do homem, em pleno seculo XX e em plena república, — é que se não póde admittir!

Demais, si não houver crítica da parte dos competentes, ficaremos á mercê dos elogios incondicionaes dos incompetentes. Qual das duas cousas é preferivel? Por que opinião nos deixaremos levar? Pêla dos ignorantes que, embasbacados, olham e applaudem a bandeira sem a comprehender, ou pêla dos competentes, como Eduardo Prado, que, por amor ao seu paiz, por um patriotismo bem entendido, e não por um partidarismo pequenino, procedem a uma anályse sensata e verdadeira e mostram ao público os defeitos do objecto, com a intenção de, no genero, possuirmos cousa melhor?...

Quanto á allusão feita á Patria, é justamente pâra eleval-a no conceito de todos, é justamente pâra que a grandeza do symbolo corresponda á grandeza da idéa, que estamos empenhados nesta campanha, patriotica entre as mais patrioticas!

Vejamos mais tres symbolizações, que arranjaram á ultima hora :

1.ª) A bandeira symboliza o *theatro* e as *fontes* da civilização da nossa Patria. Não nos consta que a história brasileira se tenha desenrolado no palco do infinito, entre as estrêllas... As *fontes!* Que fontes são essas? As côres azul e branca, pâra lembrar Portugal? Mas essas côres sómente são as da bandeira portugueza de 1830 pâra cá, conforme ficou exuberantemente demonstra-

do... Quererão referir-se ao Cruzeiro do Sul e ao primitivo nome de Santa Cruz? Egualmente já provamos, a mais não poder ser, que nada ha commum entre uma e outra cousa.

2.ª) Evolução da patria brasileira até á república. Como assim?! As unicas cousas que se mantiveram, na bandeira actual, foram a disposição do losango e do rectangulo e as côres de ambos. Os symbolos, esses, foram supprimidos e substituidos, como se sabe. Querer descobrir, a todo o transe, identidade de symbolos entre os da bandeira primitiva e os da actual, É processo por demais forçado, audacioso, chimerico, o qual só póde conduzir ao falseamento da verdade e ao disparate dos conceitos.

3.ª) Instituição da república. É possivel... A bandeira, porêm, lembrará, de preferencia, a influência directa e um tanto desenvolta dos positivistas nas cousas de então, a sua acção efficaz naquella epoca, perante elementos favoraveis com que contavam no govêrno provisório, o desprêzo da nossa tradição e do bem geral da patria brasileira, em favor da propaganda da doutrina! O mais não passa de pura phantasia e de cousas irritantes!

Os indios, até os pobres indios são innocentemente accusados de comprehenderem e applaudirem a bandeira actual, elles, coitados, que tão simplesmente vivem lá nas selvas e que nem ao menos concebem essas cousas, nem com ellas se preoccupam!

E, confundindo fetichismo com idolatria, e pondo em scena uns habitantes da zona planetaria (quaes são elles, que não temos o prazer de conhecer?), e descobrindo que que as *estrêllas* da bandeira como que avançam (!) pâra formar *uma* nova estrêlla dos pastores (?!) (sempre assim, nesta toada), — chegam á conclusão de que a bandeira actual não deve ser modificada, porque já tem dezoito annos de vida (uma adolescencia que ainda não sazonou!) e porque já envolveu o corpo de alguns brasileiros illustres!

É a occasião de lhes fazermos lembrar que muitos mais annos de existencia (quasi um seculo de esforços e de glórias !) tinha a outra bandeira veneranda, com os seus symbolos antigos, e maior número de varões illustres e de heroes ella envolveu, na hora sacrosanta — a bandeira da Independencia, da consolidação nacional, das campanhas do Prata, da lei de 28 de setembro, do memoravel 13 de maio e do proprio 15 de novembro! Foi essa a bandeira de Pedro I, de José Bonifacio, de Evaristo da Veiga, de Diogo Feijó, de Pedro II, de Tamandaré, de Barroso, de Caxias, de Osorio, do visconde do Rio Branco, de Isabel-a-Redemptora, de tantos estadistas notaveis e tantissimos brasileiros patriotas ; — a bandeira da nossa gloriosa marinha e do nosso victorioso exército, a mesma com que serviram os proprios Deodoro, Benjamim, Wandenkolk e Floriano ! . . .

Si alimentassemos, nessa questão, o mesquinho intuito de assignalar incorrecções dos detractores de Eduardo, facil nos sería respigal-as em folhetos, em revistas, em jornaes . . . O nosso movel, porêm, é unicamente (como já, de princípio, o declaramos), elucidar sem ambages a opinião pública, mostrando as incontestaveis falhas da bandeira, e destruir as pretensas e malevolas críticas feitas ao livro de Eduardo Prado. Cremos haver satisfeito, conforme podiamos, o nosso desideratum, demonstrando, á luz da razão, que a bandeira está errada e deve ser rejeitada :

1.º) deante da história, da tradição e do proprio ideal político do paiz ;

2.º) astronomicamete ;

3.º) symbolicamente ;

4.º) em face do decreto que a instituiu ;

5.º) heraldicamente ;

6.º) estheticamente ;

7.º) pêlo bom-senso e pêla logica :

8.º) de accôrdo com o sentimento geral da nação.

Não faremos ponto, ainda, sem transcrevermos algumas apreciações summárias, de brasileiros e extrangeiros de nota, as quaes bem definem o caso da bandeira e plenamente corroboram a nossa these.

Eil-as:

... « horrorosa e desfructavel bandeira que a insufficiencia esthetica e a condemnavel ignorancia da Dictadura impuzeram ao paiz ». (Eduardo Prado, *Fastos da dictadura militar no Brasil*, São Paulo, 1902, cap. VI, pág. 355).

O mesmo Eduardo diz que ella « é e ha de ser, *emquanto durar*, a galhofa dos astronomos estrangeiros e tambem dos do Brasil, onde ha muita gente que não pedanteia com meias sciencias » (pág. 45, do seu manuscripto).

Medeiros e Albuquerque, resumindo numa phrase as maravilhas contidas na chatissima figura da bandeira, escreve que ella não passa dum « letreiro descabido sobre uma astronomia errada ». (*A Noticia*, de 11 de julho de 1905).

Leiam, agóra, êstes trechos duma correspondencia de Domicio da Gama, intitulada *De Pariz*, datada de 25 de janeiro de 1890, e inserta na *Gazeta de Noticias*, de 16 de março do mesmo anno:

... « aqui estão todos convencidos de que o governo tinha mais que fazer do que se occupar com substituições das armas nacionaes e da bandeira, e que foram os jornalistas (essencialmente ignorantes de especialidades, como é natural) que compuzeram a nova bandeira, de uma esthetica tão precaria, e desenharam as armas nacionaes, que são, como heraldica, um escandalo.

Não ha no mundo inteiro nação civilisada, cuja bandeira e cujas armas não possam ser lidas e desenhadas sem modelo, pela simples descripção heraldica. Nós sahimos da regra, ainda n'isto. Não é um escudo d'armas o que o Brasil tem: é uma marca, um rotulo bem combinado como geometria, mas absurdo como brasão. Quem compoz até pensou que em heraldica o ouro é differente

do amarello. E a bandeira, de um deploravel effeito decorativo, põe em embaraços heraldistas e astronomos, igualmente. Um astronomo do Observatorio (1) disse que fizemos mal em estender a nossa revolução até ás regiões celestes e que a arrumação das constellações na bola azul, cintada de — Ordem e Progresso —, da nossa bandeira nova e pretenciosa, desconcerta aos que suppunham ter uma idéa exacta de como brilham para os Brasileiros

Do Cruzeiro do Sul os lumes de ouro.

Se a collocação das estrellas no nosso bello firmamento subordinou-se ao bel-prazer dos nossos compositores de pendões e escudos de armas, por que não distribuiram logo as 21 no fundo azul, como nos céos de papel pintado ?

Aos que me fazem taes questões respondo que não se póde exigir inteira correcção nas cousas feitas ás pressas, que em taes circumstancias são sempre os mais ignorantes que são os mais audazes em apresentar os seus bons officios e que a decoração externa da Republica foi confiada a pessoas pouco entendidas, a gente que os sapateiros chamam de barbeiros e os barbeiros de sapateiros. Replicam-me que não era talvez muito urgente a substituição dos moveis no campo dos escudos nacionaes e a isso não sei que objectar, pois que nunca senti a necessidade dos symbolos e divisas. Foi a da — Ordem e Progresso — rotulando o nosso céo azul e encabeçando communicações e officios no *Diario Official* e foram umas datas redigidas positivisticamente que deram corpo e fizeram propagar-se na Europa o boato de haver o Brasil substituido a religião catholica pela positivista. Então a nossa sympathica originalidade revolucionaria pareceu tomar um caracter extravagante. A opereta estava comnosco. As chronicas humoris-

(1) De Paris.

ticas, os artigos dos jornaes, que foram desenterrar das bibliothecas o calendario positivista para explical-o aos povos pasmados, cobriram-nos de ridiculo, antes que viesse o desmentido do sr. Ruy Barbosa rehabilitar-nos ».

Saboreiem-se, mais (pâra nosso mal, infelizmente !), êstes deliciosos bocados duma espirituosa chronica de Clovis Hugues, publicada no jornal *La France*, de 13 de janeiro de 1890, e os quaes propositadamente não traduzimos, pâra não alterar o paladar da ironia parisiense. A chronica principiava assim :

« Il y a des révolutions qui ne plaisantent pas. Celle du Brésil ne s'est pas contentée de faire mordre la poussière à un Empereur que sa tolérante philosophie avait longtemps protégé contre le flot montant de l'idée républicaine ; elle s'est attaquée aux planètes, aux constellations, au Scorpion, au Sagittaire, aux Poissons célestes, á tout ce qui tourne au-dessus de nous, lá-haut, dans la sarabande de l'infini.

Le Bélier ne se méfiait pas, crevait joyeusement, et d'une corne rassurée, la plaine illimitée ou les dieux lui donnent, comme à un simple poète, l'azur du ciel a brouter. Les Gémaux fraternisaient de la plus gentille façon du monde. Le Lion bâillait béatement, les griffes au repos. La Balance allait et venait, sûre de ses plateaux et de sa justice. La Vierge souriait, toute vêtue de lumière. C'était une idylle sans fin, un triomphe de tous les instants pour chacun des douze mois de l'année. En avons-nous des calendriers sur la planche ! disait le Capricorne. Et le Cancer éclatait de rire.

Les pauvres ! Nos voisins comptent sans le Brésil. Patatras ! les voilà degommés tout au moins dans la nouvelle République . . . »

E terminava assim :

« Auguste Comte n'a qu' un groupe restreint de fidèles dans son pays, et il revolutione les étoiles dans le Brésil ».

Depois disto, imagina-se, perfeitamente, porque os finissimos e amabilissimos francezes teriam chamado á nossa bandeira « *un drapeau merveilleux* » . . . O nosso povo, esse, é mais simples e mais franco (sem calembur) nos seus juizos, e denomina-a, commummente, *melancia* — nome pêlo qual a conhecem, ha muito, no Rio de Janeiro.

Ora, pensando comnosco esses nomes acatados (alêm dos que já citamos no decorrer do trabalho : Santos Dumont, Couto de Magalhães e Sylvio Roméro) ; pensando com muitissimos outros brasileiros illustres — astronomos competentes, escriptores de merecimento, cujos trabalhos não temos agóra á mão, senadores e deputados que, mais duma vez, teem assignado projectos de modificação da bandeira —; e, sôbretudo, pensando com o Povo, — nos julganos em muito boa companhia . . .

Á vista disso, não hesitamos em repetir que « tal bandeira — verdadeiro abôrto escandaloso — é um dos maiores, sinão o maior monumento de ignorancia e pedantismo, de mau gôsto e injustiça que o Brasil jámais ostentou perante o mundo ! »

Urge reformal-a, pois, pâra hònra e glória da Patria !

APPENDICE

Documento n. 1

Observação

Tendo sido apresentado na Câmara Federal, emquanto se ultimava a impressão dêste livro, um novo projecto de refórma da bandeira, resolvemos, pâra não retardar mais o apparecimento da obra, que poderia perder a opportunidade, supprimir as notas A, B, e C (respectivamente sôbre a ordem de Christo, o principado brasilico e as armas e bandeiras de Portugal), as quaes, nada prejudicando o contexto do trabalho, serão publicadas numa segunda edição que porventura venha a ser feita.

E. DE G.

a dita e outra Meza do Desembargo do Paço, e da Consciencia e Ordens; Presidente do meu Real Erario; Regedores das Casas da Supplicação; Conselhos da Minha Real Fazenda, e mais Tri-

Documento n. 1

CARTA DE LEI DE 13 DE MAIO DE 1816

Dá armas ao Reino do Brazil e incorpora em um só Escudo Real as Armas de Portugal, Brazil e Algarves

Dom João, por graça de Deos, Rei do Reino Unido de Portugal, e do Brazil, e Algarves, d'aquem, e d'além mar em Africa, Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação, e Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, etc. Faço saber aos que a presente Carta de Lei virem: Que tendo sido Servido Unir os Meus Reinos de Portugal, Brazil, e Algarves, para que juntos constituissem, como effectivamente constituem hum só e mesmo Reino; he regular, e consequente o incorporar em hum só Escudo Real as Armas de todos os tres Reinos, assim, e da mesma fórma, que o Senhor Rei Dom Affonso Terceiro, de Gloriosa Memoria, Unindo outr'ora o Reino dos Algarves ao de Portugal, Unio tambem as suas Armas respectivas: E occorrendo que para este effeito o Meu Reino do Brazil ainda não tem Armas, que caracterizem a bem merecida preeminencia a que Me Aprouve exalta-lo: Hei por bem, e Me Praz Ordenar o seguinte:

I. Que o Reino do Brazil tenha por Armas uma Esféra Armillar de Ouro em campo azul.

II. Que o Escudo Real Portuguez, inscrito na dita Esféra Armillar de Ouro em campo azul, com huma Corôa sobreposta, fique sendo de hoje em diante as Armas do Reino Unido de Portugal, e do Brazil, e Algarves, e das mais Partes integrantes da Minha Monarquia.

III. Que estas novas Armas sejão por conseguinte as que uniformemente se hajão de empregar em todos os Estandartes, Bandeiras, Sellos Reaes, e Cunhos de Moedas, assim como em tudo mais, em que até agora se tenha feito uso das Armas precedentes.

E esta se cumprirá como nella se contém. Pelo que Mando a uma e outra Meza do Desembargo do Paço, e da Consciencia e Ordens; Presidente do meu Real Erario; Regedores das Casas da Supplicação; Conselhos da Minha Real Fazenda, e mais Tri-

bunaes do Reino Unido; Governadores das Relações do Porto, Bahia, e Maranhão; Governadores, e Capitães Generaes, e mais Governadores do Brazil, e dos Meus Dominios Ultramarinos, e a todos os Ministros de Justiça, e mais Pessoas, a quem pertencer o conhecimento, e execução desta Carta de Lei, que a cumprão, e guardem, e fação inteiramente cumprir, e guardar, como nella se contém, não obstante quaesquer Leis, Alvarás, Regimentos, Decretos, ou Ordens em contrario; porque todos, e todas Hei por derogadas para este effeito sómente, como se dellas fizesse expressa, e individual menção, ficando aliás sempre em seu vigor. E ao Doutor Thomás Antonio de Villa Nova Portugal, do Meu Conselho, Desembargador do Paço, e Chanceller Mór do Reino do Brazil, Mando que a faça publicar na Chancellaria, e que della se remettão Copias a todos os Tribunaes, Cabeças de Comarca, e Villas deste Reino; publicando-se igualmente na Chancellaria Mór do Reino de Portugal, remettendo-se tambem as referidas Copias ás Estações competentes; registando-se em todos os lugares onde se costumam registar similhantes Cartas e guardando-se o Original onde se guardão as Minhas Leis, Alvarás, Regimentos, Cartas, e Ordens deste Reino do Brazil. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos 13 de Maio de 1816. = Com a Assignatura de ElRei, e a do Ministro.

Regist. na Secretaria de Estado dos Negocios do Brazil no liv. 2.º de Leis, e Alvarás, a fol. 95 vers. e impresso na Impressão Regia.

(Da *Collecção de legislação portugueza*, de 1816. Tambem se encontra essa carta na *Collecção das leis do Brasil*, do mesmo anno.)

Documento n. 2

DECRETO DE 18 DE SETEMBRO DE 1822

Dá ao Brazil um escudo de Armas.

Havendo o Reino do Brazil, de quem Sou Regente, e Perpetuo Defensor, declarado a sua Emancipação Politica, entrando a occupar na grande familia das Nações o logar que justamente lhe compete, como Nação Grande, Livre e Independente;

sendo por isso indispensavel que elle tenha um Escudo Real de Armas, que não só se distingam das de Portugal, e Algarves até agora reunidas, mas que sejam caracteristicas deste rico e vasto Continente: E Desejando Eu que se *conservem as Armas que a este Reino foram dadas pelo Senhor Rei D. João VI*, Meu Augusto Pai, na Carta de Lei de 13 de Maio de 1816, e ao mesmo tempo REMEMORAR O PRIMEIRO NOME, QUE LHE FORA IMPOSTO NO SEU FELIZ DESCOBRIMENTO, e honrar as 19 Provincias comprehendidas entre os grandes rios que são os seus limites naturaes, e que formam a sua integridade, que Eu Jurei sustentar: Hei por bem, e com o parecer do Meu Conselho de Estado, Determinar o seguinte: — Será d'ora em diante o Escudo de Armas deste Reino do Brazil, em campo verde uma *Esphera Armilar de ouro* atravessada por uma *Cruz da Ordem de Christo*, sendo circulada a mesma Esphera de 19 *Estrellas de prata em uma orla azul*; e firmada a Corôa Real diamantina sobre o Escudo, cujos lados serão abraçados por dous ramos das plantas de Café e Tabaco, como emblemas da sua riqueza commercial, representados na sua propria côr, e ligados na parte inferior pelo laço da Nação. A Bandeira Nacional será composta de um parallelogramo verde, e nelle inscripto um quadrilatero rhomboidal côr de ouro, ficando no centro deste o Escudo das Armas do Brazil. José Bonifacio de Andrada e Silva, do Meu Conselho de Estado e do Conselho de Sua Magestade Fidelissima o Senhor Rei D. João VI, e Meu Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino e Estrangeiros, o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Paço em 18 de Setembro de 1822.

Com a rubrica de S. A. R. o Principe Regente.

José Bonifacio de Andrada e Silva.

(Da *Collecção das leis do Brasil*, de 1822.)

INDICE

PREFÁCIO. IX

PRIMEIRA PARTE

A bandeira e as armas do Brasil

I — Introducção 1
II — As quatro phases historicas 3
III — A bandeira do projecto e as armas actuaes da República 15
IV — O symbolismo universal dos povos e o culto da Tradição 24
V — A cruz através dos tempos 34
VI — A cruz, como symbolo, perante a nossa história. 44
VII — A cruz nas armas e nas bandeiras das nações modernas 52
VIII — A esphera armillar e a sua expressão symbolica. 58
IX — Projecto de reivindicação historica e patriotica dos symbolos nacionaes. 65
X — As palmeiras e o Brasil 86
XI — O Brasil entre as nações. Exemplos da Suissa e do Japão. 103
XII — Conclusão. 116

SEGUNDA PARTE

A bandeira actual e o livro de Eduardo Prado.

I — Introducção 127
II — As armas e as bandeiras de Portugal. 133
III — A bandeira do imperio e a da república. . . . 149
IV — O aspecto celeste (?) da bandeira e a projecção usada por Eduardo Prado. Êrros astronomicos . 166

V — O céo (?) da bandeira. 177
VI — As constellações ou, antes, as estrêllas escolhidas e ainda o céo (?) da bandeira. 189
VII — A symbologia. 205
VIII — A legenda positivista. 212
IX — A heraldica 222
X — A cryptographia 239
XI — A esthetica 254
XII — Conclusão. 262

APPENDICE

Documento n. 1 — Carta de lei 13 de maio de 1816 . . 273
Documento n. 2 — Decreto de 18 de setembro de 1822 . 274

This book should be returned to the Library on or before the last date stamped below.

A fine of five cents a day is incurred by retaining it beyond the specified time.

Please return promptly.

DUE NOV 2 1926